

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire



**JUVENTUDES GOVERNADAS: DISPOSITIVOS DE
SEGURANÇA E PARTICIPAÇÃO NO GUAJUVIRAS
(CANOAS-RS) E EM GRIGNY CENTRE (FRANÇA)**

José Geraldo Soares Damico

Porto Alegre, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
UNIVERSITÉ PARIS 8 - ECOLE DOCTORALE

JOSÉ GERALDO SOARES DAMICO

**JUVENTUDES GOVERNADAS: DISPOSITIVOS DE
SEGURANÇA E PARTICIPAÇÃO NO GUAJUVIRAS
(CANOAS-RS) E EM GRIGNY CENTRE (FRANÇA)**

Porto Alegre

2011

JOSÉ GERALDO SOARES DAMICO

**JUVENTUDES GOVERNADAS: DISPOSITIVOS DE
SEGURANÇA E PARTICIPAÇÃO NO GUAJUVIRAS
(CANOAS-RS) E EM GRIGNY CENTRE (FRANÇA)**

Tese em cotutela apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação e Antropologia Política na Université Paris 8.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dagmar Elisabeth Estermann Meyer

Coorientador: Prof. Dr. Sylvain Lazarus

Porto Alegre

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE

D158j Damico, José Geraldo Soares

Juventudes governadas: dispositivos de segurança e participação no Guajuviras (Canoas-RS) e em Grigny Centre (França). / José Geraldo Soares Damico. - Porto Alegre: Faculdade de Educação, 2011.

290 f.: il.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2011.

1. Políticas de segurança pública. 2. Juventude. 3. Violência. 4. Identidade. 5. Gênero. 6. Raça/Etnia. I. Título. II. Meyer, Dagmar Elisabeth Estermann, orientadora. III. Lazarus, Sylvain, co-orientador.

CDU: 304-053.7

AGRADECIMENTOS

Aos/as colegas do grupo de orientação, com os quais tenho convivido desde o mestrado, pela leitura e contribuições afetivas ao texto da tese.

Aos amigos que acompanharam momentos importantes desta experiência em intensidades diferentes, expressaram reiteradas formas de afeto e de incentivo: Elisandro Wittizorecki, Alberto Reppold, Antonio Freitas (Da Costa), Ednaldo Pereira (Dinho), Claudio Mandarino, Marcelo Silva, Dante Bessa e Luis Eduardo Thomassim.

As minhas amigas Marlise Fernandez e Stela Farias por terem me apresentados os companheiros franceses e incentivado minha inserção no observatório.

A Cristiano Neves e Alexandre Kunsler, ex-alunos e ex-bolsistas que seguem sendo parceiros e amigos que foram fundamentais em vários momentos nesses quatro anos.

Aos Colegas da Ulbra e da Furg: Osvaldo Siqueira, Luis Crescente, Felipe Hecktheur, Méri Silva e Gustavo Freitas que me apoiaram nos momentos mais difíceis na construção deste trabalho

Aos/as professores/as que dispensaram sempre grande generosidade e atenção à minha formação e na construção deste trabalho: Alex Fraga, Rosa Fischer e Alexandre Vaz. A Rosângela Soares e José Rogério Lopes que integraram a banca examinadora final desta tese, pelo carinho e disposição em avaliar o trabalho.

À equipe do PPGEDU da UFRGS, pelo apoio, atenção e orientação permanentes, Marisa, Eduardo e Mary Pires (in memorian). Meu agradecimento ao Professor Jorge Ribeiro, através do qual estendo meu obrigado aos professores do Programa.

Meus agradecimentos à CAPES pelo apoio financeiro, através da bolsa de estágio de doutorado sanduíche (PDDE) que foram fundamentais para minha permanência na França.

Aos funcionários da Université Paris 8 que me ajudaram em todos os momentos que necessitei: Madame Mirreile Morvan e Monsieur Rui Rosa.

Ao Professor Sylvain Lazzarus por sua acolhida e orientação generosa, seu comprometimento ético e político com a causa dos moradores da periferia e sua sabedoria política incontestável.

À Professora Dagmar Meyer, pela importância que teve para na minha formação acadêmica. Pelo apoio constante em todas as decisões referentes a minha ida para a França e os riscos em termos de prazo que isto acarretava.

Tua orientação segura, sábia e carinhosa foram fundamentais para a finalização deste trabalho. Meu muito obrigado especialmente por aprender a lidar com minhas teimosias e minhas brigas.

Ao professor Alain Bertho que desde que nos conhecemos foi sempre extremamente gentil e afetuoso, abriu as portas da Paris 8 e de sua casa. Além de sua generosidade acadêmica e pessoal.

Ao professor Silvain Lazarus com quem aprendi a admirar profundamente, por sua seriedade, capacidade intelectual e carinho sempre demonstrados comigo.

Agradeço ainda ao grupo de colegas franceses, Virginie Robert, Mariane Herard, Amar Henni, por me ajudarem a entender como as coisas funcionavam e me corrigirem na língua francesa.

Em especial a Amar Henni e Laurence que me receberam em sua casa e me deixaram completamente a vontade, Amar me apresentou para metade das pessoas de Grigny Centre e sem ele seria impossível ter realizado a pesquisa de campo. Os amigos de verdade são poucos e esse cara é fera.

Mas sem os/as jovens de Grigny e do Guajuviras que se dispuseram a falar comigo, a discutir pontos de vista a pesquisa desse trabalho não teria acontecido. Vocês são especiais na minha vida e a cada linha escrita pensei em vocês.

A minha mãe Lia, que soube não me demandar demais nos momentos decisivos desse estudo. E meu irmão Flávio, que mesmo de longe é uma inspiração. Ao meu pai, que acompanhou mais da metade dessa caminhada, mas que cansou e se foi.

À Nalu, minha companheira querida, que me apoiou e me acompanhou, nos sonhos, nas delícias e nas durezas que a vida nos impõem. Meu muitíssimo obrigado por confiar em mim, o que me torna uma pessoa melhor.

Há ou não motivo para se revoltar? Deixemos aberta a questão. Insurge-se, é um fato; é por isso que a subjetividade (não a dos grandes homens, mas a de qualquer um) se introduz na história e lhe dá seu alento. Um delinquente arrisca sua vida contra castigos abusivos; um louco não suporta mais estar preso e decaído; um povo recusa o regime que o oprime. Isso não torna o primeiro inocente, não cura o outro, e não garante ao terceiro os dias prometidos. Ninguém, aliás, é obrigado a ser solidário a eles. Ninguém é obrigado a achar que aquelas vozes confusas cantam melhor do que as outras e falam a essência do verdadeiro. Basta que elas existam e tenham contra elas tudo o que se obstina em fazê-las calar, para que faça sentido escutá-las e buscar o que elas querem dizer. Questão moral? Talvez. Questão de realidade, certamente. Todas as decepções da história de nada valem: é por existirem tais vozes que o tempo dos homens não tem a formada evolução, mas justamente a da história. (Michel Foucault)

RESUMO

Esta tese analisa determinadas formas de governo da juventude em políticas de segurança pública, entendendo-as como respostas do Estado à expansão e à generalização de um sentimento de insegurança e medo na sociedade contemporânea. Para isso, discuto práticas de governamentalidade que atingem as periferias urbanas e, de modo particular, os/as jovens que lá habitam, considerando-as como resultados de uma alteração e uma intensificação dos modos como o Estado exerce o governo das condutas. A abordagem teórico-metodológica situa-se na interface dos estudos de gênero, dos estudos culturais e da antropologia política, principalmente as perspectivas que propõem uma aproximação crítica com a teorização foucaultiana; o trabalho posiciona-se no campo de uma etnografia pós-moderna, a partir de uma combinação de metodologias e de modos de escrita. Para efetivar minha análise elegi dois lócus de pesquisa. Um deles foi o bairro Guajuviras, em Canoas, cidade da região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Brasil. O bairro recebe ações do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (Pronas), ali implementadas com o nome de Território de Paz. O segundo lócus foi a cidade de *Grigny Centre*, na região metropolitana de Paris, na França, considerada uma das cidades mais “explosivas” entre as periferias parisienses; analisei um conjunto de ações de prevenção e repressão à criminalidade situadas nas *politiques de la ville*. Constituíram fontes de pesquisa: (i) documentos oficiais, de órgãos de imprensa e panfletos de divulgação; (ii) narrativas literárias, musicais e fílmicas; (iii) anotações das recordações de campo, transcrições de grupos de discussão e entrevistas; (iv) imagens fotográficas. Os materiais foram analisados na perspectiva da análise cultural, ancorada na teorização foucaultiana. Foi possível evidenciar que as políticas de segurança tornaram-se elementos centrais da agenda política dos dois países, com propostas de soluções dirigidas aos jovens homens, principalmente de grupos considerados em situação de risco e vulnerabilidade social. O Território de Paz, no Brasil, se caracteriza como uma tecnologia de governo. Organiza atividades de modo a (tentar) regular a diversidade da vida juvenil. As ações do Estado francês operam de modo a criminalizar e a culpabilizar a juventude pobre, árabe e negra por situações consideradas anteriormente como simples incivilidades. Com relação às elaborações dos/das jovens e de suas formações identitárias, fortemente atravessadas por marcadores de classe raça e gênero no Brasil, e de gênero e raça/etnia na França, foi possível trazer à tona uma força vital que pouco tem sido valorizada como potência de mudança: trata-se da capacidade dos/das jovens de elaborarem teorias sobre suas próprias condições e trajetórias. Com efeito, os/as jovens reconhecem a disjunção entre o que seria importante nas suas vidas e o que as ações de Estado lhes propõem ou oferecem.

Palavras-chave: Juventude. Violência. Políticas de segurança pública. Governamentalidade. Identidade. Gênero e raça/etnia.

RÉSUMÉ

Cette thèse analyse certaines formes de gouvernance de la jeunesse en matière de politiques de sécurité publique, celles-ci étant perçues comme des réponses de l'Etat à l'accroissement et à la généralisation d'un sentiment d'insécurité et de peur dans la société contemporaine. Pour ce faire, j'interroge des pratiques de gouvernementalité qui se manifestent dans les périphéries urbaines - et, en particulier, chez les jeunes qui y habitent - en les considérant comme le résultat d'un changement et d'une intensification de la façon dont l'Etat pratique la gouvernance des conduites. L'approche théorico-méthodologique utilisée ici se situe à l'interface des études de genre, des études culturelles et de l'anthropologie politique, s'appuyant notamment sur des perspectives qui proposent un rapprochement critique avec la théorisation foucaldienne. Le travail s'inscrit donc dans le champ d'une ethnographie post-moderne, à partir d'une combinaison de méthodologies et de modèles d'écriture divers. Pour procéder à mon analyse, j'ai choisi deux terrains de recherche. Le premier a été le quartier Guajuviras, à Canoas, ville de la région métropolitaine de Porto Alegre, dans l'Etat du Rio Grande do Sul, Brésil. Ce quartier accueille des actions du *Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (Pronasci)*, (Programme National de Sécurité Publique et de Citoyenneté), développées là-bas sous le nom *Território de Paz* (Territoire de Paix). Le deuxième terrain a été la ville de Grigny Centre, située dans la région métropolitaine de Paris et considérée comme l'une des plus « explosives » de la périphérie parisienne. J'y ai analysé un ensemble d'actions de prévention et de répression de la criminalité dans le cadre des *politiques de la ville*. Les sources de recherche ont été ainsi constituées : 1) documents officiels de la presse et tracts de diffusion ; 2) récits littéraires, musicaux et filmiques ; 3) annotations des souvenirs de terrain, transcriptions de groupes de discussion et entretiens ; 4) images photographiques. Les différents matériaux ont été analysés dans la perspective d'une analyse culturelle, ancrée dans la théorisation foucaldienne. Il a été possible de mettre en évidence le fait que les politiques de sécurité soient devenues des éléments capitaux dans l'agenda politique des deux pays, avec des propositions de solutions adressées aux jeunes hommes issus, surtout, des groupes considérés en situation de risque et de vulnérabilité sociale. Le *Território de Paz* au Brésil, se caractérise par une certaine technique de gouvernement. Il organise des activités de manière à (essayer) de réguler la diversité de la vie juvénile. En France, l'Etat procède de manière à criminaliser et à culpabiliser la jeunesse pauvre, arabe et noire, pour des situations considérées auparavant comme de simples incivilités. En ce qui concerne les jeunes et l'élaboration de leurs formes identitaires, fortement traversées par des marqueurs de classe, race et genre au Brésil, et de genre et race / ethnie en France, il a été possible de mettre en exergue une force vitale encore peu valorisée comme puissance de changement : il s'agit de la capacité des jeunes à élaborer des théories sur leurs propres conditions et trajectoires personnelles. En effet, les jeunes perçoivent l'écart entre ce qui leur paraît important pour leurs vies et ce que leur proposent ou leur offrent les politiques de l'Etat.

Mots-clés: Jeunesse. Violence. Politiques de sécurité publique. Gouvernementalité. Identité. Genre et race / ethnie.

ABSTRACT

This paper analyses certain forms of “governmentality” of the youth, as far as public security policies are concerned. Such policies are understood as reactions from the State to the expansion and generalization of a feeling of insecurity and fear in contemporary society. To that end, I discuss “governmentality” practices directed to suburban areas and in particular to the youngsters that live there. Such practices result from the intensification of State control over youngster behaviors. The theoretical-methodological approach results from the interaction of gender studies, cultural studies and political anthropology, in particular, the perspectives that maintain a critical proximity with Foucault’s thinking. Hence, this paper is situated in the field of post-modern ethnography resulting from a combination of methodologies and distinct narratives. To carry out my analysis, I have chosen two distinct research locations. One of such locations was the *Guajuviras* borough in Canoas, in the suburban area of Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil. The National Program of Public Security and Citizenship (PRONASCI, from the acronym in Portuguese) carries out actions in *Guajuviras* borough. Those actions are implemented under the title of *Território de Paz* (Land of Peace). The second location was the town of *Grigny Centre* in the suburban area of Paris, France. *Grigny Centre* is considered one of the “hottest spots” among Paris suburban areas. I carried out the analysis of preventive and repressive measures to combat criminality in the context of *politiques de la ville*. The research sources employed were the following: (i) official documents, press reports and leaflets; (ii) literature, music and film; (iii) notes from field visits, transcripts of group discussions and interviews; (iv) photos. Such materials were assessed on the basis of the cultural analysis taking into account Foucault theoretical elements. Evidence confirmed that public security policies have become central elements in the political agenda of both countries. Based on that, solutions were proposed aiming at young men in situations of social risk and vulnerability. The Brazilian government initiative *Território da Paz* constitutes a “governmentality” technology. It organizes its activities (in an attempt) to regulate the diversity of situations in the life of juveniles. The actions by the French State, on the other hand, are carried out in a way that result in criminalizing and generating a sense of guilty in the poor youths of Arab or African origin for actions and situations that in the past were considered only as misdemeanors. As to the rationalizations from young men and women and to their identity construction, they were characterized by markers of class, race and gender in Brazil and, in France, by markers of race/ethnicity. It was possible to bring to the surface a vital energy linked to those rationalizations that has not been properly evaluated as an enabler for change. It represents the potential of young men and women to formulate their own theories regarding their own condition and life trajectories. It is my perception that young men and women acknowledge the existence of what is relevant to their lives and what is proposed or provided by the actions from the State.

Keywords: Youth. Violence. Public Security Policies. Governmentality. Identity. Gender and race/ethnicity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Quadro negro apresenta contagem do tempo de manifestação em torno do <i>Hotel de Ville</i> (E) e participação de estudantes e docentes da Université Paris 8 (D).....	27
Figura 2 – Capas de jornais e revistas mostram a ampla discursividade que o tema da violência assumiu na contemporaneidade.....	32
Figura 3 – Mapa de <i>Grigny Centre</i> e arredores com o título <i>Grigny uma cidade explosiva</i>	60
Figura 4 – Em verde, regiões conhecidas como Magrebe (E) e África subsaariana (D)....	61
Figura 5 – Imagem de um centro de detenção temporária. Numa tradução livre, o título da matéria seria <i>Os custos extravagantes da detenção</i>	92
Quadro 1 – Investimentos diretos do Governo Federal para o Pronasci/Guajuviras.....	106
Figura 6 – Cartaz de divulgação nacional do Território de Paz.....	107
Figura 7 – Portal colocado na rótula principal de acesso ao bairro Guajuviras, em Canoas-RS.....	109
Figura 8 – Placa fixada no pórtico do Território de Paz, no Guajuviras (Canoas-RS).....	112
Figura 9 – Placa comemorativa de inauguração do sistema de detecção de tiros (E) e sala de controle na sede da Secretaria de Segurança e Cidadania de Canoas-RS (D).....	115
Figura 10 – Câmera localizada na avenida principal do bairro Guajuviras (E) e sala de operações do equipamento (D), em que cada guarda municipal é responsável por monitorar um certo número de câmeras.....	117
Figura 11 – Sala de operações do sistema de reconhecimento facial.....	120
Figura 12 – Matéria do jornal Zero Hora sobre a falha no sistema de detecção de tiros no bairro Guajuviras.....	123
Figura 13 – Divulgação do programa Mulheres da Paz, no bairro Guajuviras.....	125
Figura 14 – Prédio da <i>Casa das Juventudes</i> , sede do Protejo (E) e banner de divulgação (D).....	134
Figura 15 – Cartazes de divulgação do Protejo.....	137
Figura 16 – Show de MV Bill no lançamento da <i>Casa das Juventudes</i>	139
Figura 17 – Peça publicitária da Nextel com MV Bill, diante da Cidade de Deus.....	140

Figura 18 – Peça publicitária da Nextel: <i>Bem-vindo ao clube de quem não tem limites....</i>	141
Figura 19 – Campanha da Nextel (E) e marca do Protejo (D) enfatizam o <i>bem.....</i>	142
Figura 20 – Peças publicitárias convidando o público para acessar os filmetes publicitários que não foram ao ar.....	143
Figura 21 – A governadora Yeda Crusius e o prefeito Jairo Jorge discutem o local a ser instalado um novo presídio no Guajuviras.....	161
Figura 22 – Confrontos com a polícia em <i>Grigny Centre</i>	168
Figura 23 – Capa da revista francesa <i>Paris Match</i> , com o título <i>A república em estado de urgência</i> , traz imagem de um confronto com a polícia em <i>Grigny Centre</i>	171
Figura 24 – Matéria do jornal <i>Libération</i>	172
Figura 25 – Imagem aérea do bairro de <i>La Grande Borne (Grigny Centre)</i>	176
Figura 26 – Jornal informativo da Maire de <i>Grigny Centre</i> , com destaques aos feitos desportivos de atletas locais.....	188
Figura 27 – Matérias de jornais franceses sobre a copa do mundo de <i>banlieues</i> , organizada em <i>Grigny Centre</i>	194
Figura 28 – Registro da presença da polícia em <i>Grigny Centre</i>	197
Figura 29 – Notas de jornal: trecho do então candidato à presidência Nicolas Sarkozy sobre a redução da idade penal (E) e um comparativo entre o código de menores de 1945 e o novo código penal de 2010 (D).....	198
Figura 30 – Campanha publicitária do Estado francês: <i>Nem véu, nem burca: Viva a república laica</i>	207
Tabela 1 – Famílias residentes em domicílios particulares, por sexo da pessoa de referência da família – Brasil, Rio Grande do Sul e região metropolitana de Porto Alegre – 2001 e 2009.....	233

LISTA DE SIGLAS

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AI-5 – Ato Institucional nº 5
ANRU – Agência Nacional de Renovação Urbana
BIRD – Banco Interamericano para o Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CCPD – Conselhos Comuns de Prevenção da Delinquência
CICS – Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas
CRAS – Centro de Referência em Assistência Social
CSI – Crime Scene Investigation
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CUFA – Central Única das Favelas
EUS – Espaços Urbanos Seguros
FALP – Fórum de Autoridades Locais
FMI – Fundo Monetário Internacional
GGIM – Gabinete de Gestão Integrada Municipal
GIP – Grupo de Informação das Prisões
HPSP – Hospital Psiquiátrico São Pedro
HRW – Human Rights Watch
MP – Mulheres da Paz
Nupé da Cidade – Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas da Cidade.
ONGs – Organizações Não-Governamentais
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PELC – Programa Esporte e Lazer da Cidade
PIM – Primeira Infância Melhor
PNSP – Plano Nacional de Segurança Pública
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP – Parceria Público Privada
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança e Cidadania
PROTEJO – Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores

RSC – Responsabilidade Social Corporativa

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SUSP – Sistema Único de Segurança Pública

TCU – Tribunal de Contas da União

UBS – Unidades Básicas de Saúde

ULBRA – Universidade Luterana do Brasil

UMP – Union pour un mouvement populaire

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

ZEP – Zonas de Educação Prioritárias

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
1 MAPEANDO E LOCALIZANDO O TEMA DA PESQUISA.....	16
1.1 Escrever é um caso de devir.....	16
1.2 Constituindo o objeto de pesquisa.....	29
1.3 Dos fazeres e dos olhares da pesquisa.....	45
1.3.1 Os estudos etnográficos pós-modernos.....	49
1.3.2 O trabalho de campo, o lugar e os sujeitos da pesquisa.....	55
1.4 Olhares cruzados.....	64
2 GOVERNAMENTO E EXPANSÃO PUNITIVA.....	70
2.1 Conexões foucaultianas.....	70
2.2 Governamentalidade em Foucault.....	74
2.3 Em manchete, a palavra do Estado.....	86
3 OUVIR O RONCO SURDO DAS BATALHAS.....	101
3.1 Doutrinas criminais e o Pronasci.....	105
3.2 Tentáculos informáticos no Guajuviras.....	114
3.3 Governo da aprendizagem e prevenção à criminalidade.....	124
3.4 A gestão da vida a partir do esporte e do lazer.....	147
3.4.1 Entre tensões e imposições na implementação do PELC/Pronasci.....	151
3.4.2 Precisamos cumprir as metas.....	155
3.5 Fechando o cerco.....	160
4 (DES) GOVERNANDO A VIOLÊNCIA EM GRIGNY CENTRE.....	167
4.1 Politiques de la ville.....	173
4.1.1 Educadores sociais – animateurs.....	181
4.1.2 Eu costumo dizer aos jovens: comece a treinar, aprenda e depois, se quiser, pode ir embora.....	183
4.2 A resposta repressiva: da tolerância zero ao encarceramento massivo.....	195

4.3	A inflação carcerária ao modo francês.....	205
5	NÓS E ELES: POLOS INTERDEPENDENTES E CONSTITUTIVOS DE IDENTIDADES JUVENIS.....	215
5.1	Ouçã a rua, Marianne.....	216
5.2	Um bom lugar.....	230
6	ESTÁ CHEGANDO A HORA.....	252
	REFERÊNCIAS.....	259
	ANEXOS.....	278

APRESENTAÇÃO

Início esta apresentação destacando que, dentre as problemáticas urbanas atuais, uma das mais amplamente reconhecidas é a expansão e a generalização de um sentimento de insegurança e medo diante de uma suposta escalada da violência na sociedade contemporânea.

Diante da quase onipresença da temática da violência nos noticiários dos jornais impressos, radiofônicos, televisivos e eletrônicos, *experts* clamam pelo endurecimento das penas, por prisões de segurança máxima articuladas com penas alternativas, pulseiras ou braceletes eletrônicos para os egressos dos regimes semiabertos etc.

Em um mundo que experimenta mudanças cada vez mais profundas e aceleradas, parece que estamos vivendo, na última década¹, um período de aprofundamento das intervenções sociais combinadas com intervenções penais na França e no Brasil. O que poderia ser mera coincidência é abordado por mim nesta tese como resultado de uma alteração e intensificação dos modos como o Estado exerce o governo das condutas, ou seja, determinadas práticas políticas de governamentalidade que atingem as periferias urbanas e, de modo especial, os/as jovens que lá habitam.

Focalizo, ao longo do texto, o que nomeio genericamente de ações de Estado, que, de forma complementar a outras políticas mais regulares (educação, saúde e assistência social), buscam ocupar, educar, tirar da rua, revistar, prevenir e combater os males da violência; enfim, incluir para governar condutas.

São justamente as mutações em torno da presença estatal nas periferias urbanas, agora dominadas pelo paradigma da segurança pública, que atravessam e modulam a aparelhagem estatal, que constituem meu objeto de pesquisa. Nesse contexto, busquei examinar, a partir da análise da governamentalidade, algumas ações estatais de segurança pública: no Brasil, o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (Pronasci); na França, não um programa específico, como no caso brasileiro, mas um conjunto de ações de prevenção e de repressão à criminalidade que integra as chamadas *politiques de la ville*.

Para tanto, elegi como locus da pesquisa duas regiões periféricas de grandes centros urbanos – o bairro Guajuviras na cidade de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre

¹ Em artigo de Eric Macé (1999, p. 181), o autor afirma: “O contraste aliás é grande entre a onipresença da questão da violência (na mídia, nos dispositivos privados de segurança, no sentimento de insegurança expresso por todos os brasileiros, qualquer que seja sua classe social ou lugar de residência) e o fato de que ela não é assumida política e publicamente, a não ser pelos meios policiais e militares”. A data do artigo é importante, porque é justamente nos anos posteriores que o Estado brasileiro torna pública a tarefa de diminuir a violência, através de um Plano Nacional de Segurança Pública (2000).

(Brasil), e a cidade de *Grigny Centre*, na região metropolitana de Paris (França) – uma vez que ambas as localidades se tornaram alvos de determinadas ações de Estado que visam a conduzir condutas e controlar incividades.

Com a investigação realizada, procurei responder às seguintes questões de pesquisa:

- Que formas de governo da conduta de sujeitos jovens, habitantes das periferias do bairro Guajuviras (Canoas) e do subúrbio de *Grigny Centre* (periferia de Paris), as ações de Estado, baseadas no paradigma da (in)segurança pública, produzem e como as colocam em movimento?

- Como jovens que vivem em locais periféricos (Guajuviras e *Grigny Centre*) de grandes centros urbanos significam suas relações com determinadas ações de Estado direcionadas para a juventude?

- Que identidades juvenis são produzidas nos contextos urbanos estudados e quais marcadores sociais atravessam e constituem essas mesmas identidades?

Com relação aos instrumentos de investigação, constituíram minhas fontes de pesquisa: (i) documentos oficiais, de órgãos de imprensa e panfletos de divulgação; (ii) narrativas literárias, musicais e fílmicas; (iii) anotações das recordações de campo, transcrições de grupos de discussão e entrevistas; (iv) imagens fotográficas. Os materiais foram analisados na perspectiva da análise cultural, ancorada na teorização foucaultiana.

Dessa forma, para desenvolver a temática da governamentalidade pelos dispositivos de segurança nas periferias urbanas pobres, organizei a tese em cinco capítulos cujo conteúdo sintetizo na sequência.

No primeiro capítulo, inicio destacando minhas motivações pessoais e acadêmicas para a realização do estudo e as conexões que fui estabelecendo com a temática estudada; introduzo as discussões sobre as ações de Estado em termos de segurança pública e a ampla discursividade que colabora para a disseminação da sensação de insegurança; com a intenção de aproximar o leitor com o objeto de pesquisa, trago informações sobre o bairro Guajuviras em Canoas-RS (Brasil) e sobre a cidade de *Grigny Centre* na periferia de Paris (França); destaco também as semelhanças nas narrativas sobre *Grigny Centre* e Guajuviras como territórios problemáticos, especialmente no que concerne a seus jovens habitantes. Encerro o capítulo explicitando as ferramentas teóricas e metodológicas que coloquei em ação para investigar e para escrever esta tese.

O capítulo dois é o capítulo, por assim dizer, mais *teórico*, no sentido de que apresento os argumentos que costuram esta tese, ou seja, as noções de governamentalidade na obra de

Michel Foucault e a articulação dessa noção com as mutações estatais que estamos vivendo, a ponto de as ações de segurança pública terem se tornado centrais no governo das condutas.

Em seguida, no capítulo três, analiso as ações da política de segurança apelidada de Território de Paz, no bairro Guajuviras. Discuto as teorias que sustentam a lógica de seu funcionamento e alguns dos seus dispositivos que, combinados, produzem sentidos naturalizados sobre os jovens moradores do bairro, ao mesmo tempo em que convocam todos/as a participarem de um mutirão para uma suposta paz social. Para além dessa participação *voluntária*, todos/as são vigiados/as por um imenso aparato tecnológico de câmeras de vigilância e de um sistema de detecção de tiros e de reconhecimento facial. Argumento que todo o aparato envolvido busca afirmar que as condições para que o jovem não se desvie para a criminalidade estão dadas, que cabe a cada um escolher qual caminho irá seguir.

Dedico o capítulo quatro à discussão das políticas de prevenção e repressão implementadas pelo Estado francês para subúrbios considerados difíceis como *Grigny Centre*, chamadas de *politiques de la ville*. Faço esse movimento de análise situando historicamente as políticas de prevenção e de repressão na França a partir da década de 1980. Desenvolvo o argumento de que a forma de governo foi se modificando. Num primeiro momento, encontram-se políticas de discriminação tidas como positivas, como melhorias urbanísticas, serviços de animação para grupos juvenis, escolas prioritárias para jovens com dificuldades. Esse modelo transita para outro, sustentado em teorias criminais norte-americanas de combate à delinquência e às incivildades, que teve como consequência o rigor penal. Mostro ainda que essa tendência do Estado tem provocado, nos jovens franceses, principalmente nos de *Grigny*, a compreensão de que o Estado é o inimigo a ser combatido.

No capítulo cinco apresento, a partir do pensamento dos/as jovens, como estes significam suas relações com diferentes dispositivos estatais e como esses/as jovens governam a si mesmos. Aqui, busquei articular a dimensão macropolítica com a dimensão micropolítica. Para tanto, discuto elementos que, desde a própria capacidade de formulação dos/as jovens e, de maneira articulada, estão implicados com a produção de identidades juvenis masculinas e femininas.

Enfim, minha ideia central é de que jovens de periferia são centrais no jogo político contemporâneo e que suas elaborações os/as posicionam como importantes jogadores/as no processo de governo estatal, mas também num lugar de resistência e de potência diante desse cenário.

1 MAPEANDO E LOCALIZANDO O TEMA DA PESQUISA

1.1 Escrever é um caso de devir

Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. É um processo, ou seja, uma passagem de vida que atravessa o vivível e o vivido. (DELEUZE, 1997, p. 11).

Qual é a função da narrativa do *eu* numa tese de doutorado? De que nos serve contar e recontar nossa história, se não podemos mudar o passado, tampouco o futuro que ele nos reserva? Ou como Fernando Pessoa² escreveu antes de sua morte: “Eu não sei o que o amanhã trará”.

Construímos-nos e vivemos em meio a uma série de narrativas. Desde muito jovens, escutamos histórias de nossos antepassados, de como era a cidade ou aquela rua há muito tempo atrás, como eram nossos parentes quando mais novos. Escutamos também estórias de de personagens fantásticos, de sonhos e às vezes de terror. Portanto, ouvimos, narramos, lemos, assistimos, imaginamos estórias.

Qualquer um de nós ao descrever os fatos vividos reconstrói sua trajetória dando-lhe novos significados. Desse modo, a descrição não é a verdade final dos acontecimentos experienciados, mas sua interpretação e a conseqüente representação que o sujeito aciona, assim, constrói e transforma a própria realidade.

Começo, pois, contando que é quase impossível precisar quando comecei a pensar esta tese. Digo isso porque, desde muito pequeno, me interessei por pensar politicamente o mundo e suas relações. Como filho caçula de uma professora estadual e de um operário/gráfico de um grande jornal de Porto Alegre, acompanhei desde cedo discussões acaloradas em casa, sobre baixos salários, presos políticos, pessoas desaparecidas, canções e filmes censurados.

Nasci em 1967, no auge da ditadura militar no Brasil, um pouco antes do maio de 68, do AI-5 (Ato Institucional n. 5), do chamado “milagre econômico” brasileiro e do tricampeonato da Copa do Mundo de futebol, conquistado pelo Brasil em 1970.

Frequentei os locais de trabalho de meus pais. Minha mãe era professora da hoje malfalada disciplina *Educação Moral e Cívica*, com todas as limitações impostas pelo regime

² A última frase de Fernando Pessoa foi escrita em inglês em 30 de novembro de 1935, dia de sua morte: “*I know not what tomorrow will bring*” <http://www.revistaliteraria.com.br/biopessoa.htm>. Acesso em 11/10/2010.

militar³ com relação aos conteúdos a serem desenvolvidos em sala de aula: lembro-me de que os rituais de saudação à pátria, por exemplo, como o desfile da mocidade e cantar o hino, eram conteúdos obrigatórios.

Na parque gráfico do jornal em que meu pai trabalhava, o ambiente era escuro e mal-iluminado. A graxa no avental, nas mãos e no rosto dos operários, o barulho do maquinário e o calor que as grandes barras de chumbo derretidas exalavam eram impressionantes. Quando chegava a hora de ir embora, meu pai pegava os três exemplares de jornal a que tinha direito⁴, passava no vestiário, onde tentava tirar um pouco da graxa acumulada com sabão e uma pedra áspera chamada pedra mecânica, depois saíamos pelo centro da cidade. Seguidamente, meu pai parava na porta de um dos muitos cinemas, no centro da cidade, esperando encontrar algum conhecido que ali trabalhasse para conseguir alguns ingressos de cortesia, que seriam muito bem usados no final de semana.

Acho importante refletir, de alguma maneira, sobre o fato de ter nascido e crescido numa família de trabalhadores que se interessavam por política e que me oportunizaram acesso ao universo escolar, incluindo aí passeios ao planetário e a museus, e acesso também ao mundo da informação impressa (através dos jornais). Além desses acessos, também tinha direito ao lúdico e ao prazeroso, representado pelas idas ao teatro, ao cinema, além de frequentar a colônia de férias, os jogos de futebol e os churrascos promovidos pela empresa em que meu pai trabalhava.

Hoje percebo que toda essa atividade de que participava era comum, na década de 70 do século passado, à rotina de muitos filhos de trabalhadores e operários brasileiros que então experimentaram um período de agitação⁵ juntamente com as famílias, principalmente nos finais de semana. Tais práticas faziam parte do combate ao que era considerado pelo Estado brasileiro como o pior dos males – a ociosidade. É claro que o combate à ociosidade estava ligado à possibilidade de que o tempo livre pudesse resultar em formas de organização política e subversão.

³ Na vigência do regime militar, alguns procedimentos foram adotados no sentido de veicular o respeito à pátria, à ordem, à disciplina, como valores supremos a serem cultivados. Ao mesmo tempo, utilizou-se a Lei de Segurança Nacional para silenciar práticas dissidentes à ordem instaurada. Nesse período, além do que relatei no corpo do texto, os livros de literatura nas escolas passavam por censura prévia. Livros didáticos das áreas de ciências e de história tinham páginas retiradas, caso o conteúdo fosse considerado inconveniente à preservação moral da juventude.

⁴ Naquela época, a Companhia Jornalística Caldas Júnior mantinha três jornais diários: Correio do Povo, Folha da Manhã e Folha da Tarde.

⁵ Para ver mais sobre o termo *agitação*, ler a tese de doutorado de Alex Branco Fraga – *Exercício da informação: governo dos corpos no mercado da vida ativa* –, defendida no PPGEDU/UFRGS em 2005.

A *sociologia do lazer* naquela mesma época, através de seu representante mais proeminente, o sociólogo francês Joffre Dumazedier, coloca a questão que mais preocupava ao governo militar com relação às políticas sociais naquele período, em função da diminuição da jornada de trabalho e, por consequência, do aumento do tempo livre: “O tempo liberado será utilizado para o florescimento ou degradação da personalidade?” (DUMAZEDIER, 1979, p. 1979).

O controle do uso do tempo livre, através de uma série de dispositivos de disciplinamento, não é um fenômeno recente. O estudo já clássico de Denise Sant’Anna analisa a emergência do lazer entre os anos de 1969 e 1979 num campo de exercício de poder e de produção e acúmulo de novas teorias e saberes sobre a diversão, o espaço urbano e o tempo livre. A autora afirma:

Tal procedimento implicou em novas articulações e comprometimentos do lúdico para com a economia e a política vigentes, mas também na promoção de um prazer, que é o de decifrar e disciplinarizar o próprio corpo durante a diversão. Assim, a prática de fazer do tempo livre um meio estratégico de produzir um corpo produtivo, bem disposto e distante de tudo o que é inútil ao capita, por mais que falasse em regras e disciplinas, por mais que pregasse uma espécie de ascese e de rigor dietético, ético e estético, funcionou, ao mesmo tempo, detonando uma nova atenção ao indivíduo para com o próprio corpo, acentuando o prazer de cuidar dele, de fiscalizá-lo, torneá-lo exercitá-lo, corrigi-lo e adestrá-lo durante a prática do lazer. (SANT’ANNA, 1994, p. 104).

A luta contra a ociosidade e seu par, a degradação social, produziu uma variada e bem articulada rede de prescrições que ia desde uma maior disciplina e organização do trabalho até medidas para combater a delinquência e o alcoolismo. Era preciso controlar ao máximo o tempo e o ritmo de trabalho, no intuito de enquadrar adequadamente as condutas operárias não apenas na fábrica, mas também fora dela. Tratava-se de restringir o quanto fosse possível o alcance da “mãe de todos os vícios”, a preguiça.

Segundo Michel Foucault:

O problema da sociedade industrial consiste em fazer com que todo o tempo dos indivíduos possa ser integrado ao aparelho produtivo sob o modo de força de trabalho. Ou seja, é preciso que o tempo que o empregador compra não seja “tempo puro” mas precisamente força de trabalho. Dito de outra forma, trata-se de consumir o tempo de vida dos indivíduos em força de trabalho. (FOUCAULT, 1995, p. 49).

Tais práticas de controle do tempo de trabalho e *descanso* dos operários e de suas famílias não eram exclusividade da realidade brasileira. Exemplo disso são as campanhas contra o alcoolismo que culminaram, na Inglaterra (1928), com o fechamento dos bares a

partir das 23 horas e, na França (1920), com a proibição do *absinto* e a advertência médica e moral acerca de sua periculosidade.

O dispositivo da periculosidade parece funcionar como uma “estratégia global dos conservadorismos sociais” (FOUCAULT, 2002, p. 73), na medida em que se supõe que os pobres teriam maior probabilidade de tornarem-se “moralmente degradados” e, por conseguinte, tal qual uma epidemia, mediante uma série de dispositivos, deve-se proteger a sociedade dessa classe de sujeito perigoso.

Para Foucault (2002, p. 85), a “noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que os indivíduos representam”. Por isso, aqueles que potencialmente podem vir a se tornar ameaçadores devem ser “mostrados como perigosos, não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos” (MACHADO, 2002, p. 133).

Além dos males provocados por um *provável* uso equivocado do tempo livre, estava o medo da ameaça socialista, que poderia *envenenar* a mente dos trabalhadores e transformar profundamente a ordem social. Da importância de prevenir tais males – o ócio e o socialismo – derivaram outras tentativas de limitar a mobilidade dos funcionários, tanto de maneira coercitiva, dentro dos galpões das fábricas, quanto através da cooptação, oferecendo contratos de longa duração ou moradias cedidas pelo Estado.

Tais políticas pareciam ser um instrumento *eficaz* para estimular nos grupos populares a aquisição de certos hábitos e valores: acima de tudo a responsabilidade e a previdência. Por fim, numa tentativa de garantir a ordem, a moralidade e a moderação política e social, nessa esteira criaram-se os bairros e as cidades operárias.

Foi nessa medida que os movimentos migratórios, os processos de urbanização e industrialização teriam concentrado grandes massas isoladas (ou seja, privadas dos laços e dos controles sociais, familiares, religiosos e comunitários existentes no lugar de origem) nas periferias das cidades e em condições de extrema pobreza e de desorganização social. Além disso, tais massas teriam ficado expostas às pressões de novos comportamentos e de aspirações a atingir patamares sociais mais elevados.

Esse quadro descrito acima colaborou fortemente para uma produção discursiva que buscou estabelecer uma associação estreita entre urbanização, pobreza/marginalidade e criminalidade. De acordo com tal explicação, determinadas circunstâncias (migrações, vida nas favelas e periferias, desorganização familiar, pobreza, desigualdade, desemprego, baixos

níveis de instrução etc.) exerceriam uma força estimuladora de potenciais criminosos. Esses, segundo as interpretações mais conservadoras, transformar-se-iam realmente em criminosos devido à dissociação entre aspirações elevadas e a impossibilidade de realizá-las.

Com a redemocratização do país, da metade dos anos 1970 em diante, as pessoas consideradas politicamente menos perigosas começaram a retornar do exílio: intelectuais, artistas e estudantes voltaram ao cenário político e midiático. Desse momento da história recente do país, outra lembrança marcante são as músicas que meus irmãos um pouco mais velhos escutavam. Essas músicas me intrigavam e, de muitos modos, marcaram minha própria juventude. Dentre elas, por exemplo, cito a que Gilberto Gil compôs depois de uma visita à Nigéria e que foi lançada em LP em 1977:

A refavela/ revela aquela/ que desce o morro e vem transar/ O ambiente/ efervescente/ de uma cidade a cintilar/ A refavela/ revela o salto/ que o preto pobre tenta dar/ Quando se arranca/ do seu barraco/ prum bloco do BNH/ A refavela, a refavela, ó,/ como é tão bela, como é tão bela/ A refavela/ revela a escola de samba paradoxal/ Brasileirinho/ pelo sotaque/ mas de língua internacional/ A refavela/ revela o passo/ com que caminha a geração/ Baby-blue-rock/ sobre a cabeça/ de um povo-chocolate-e-mel/ A refavela/ revela o sonho/ de minha alma, meu coração/ De minha gente,/ minha semente,/ preta Maria, Zé, João. [*Refavela*, Gilberto Gil, 1977].

Em *Refavela*, Gilberto Gil traz para o centro da cultura brasileira várias facetas esquecidas ou negadas da diáspora negra, cria uma ponte entre a África negra e o Brasil pobre e favelado, ao mesmo tempo em que utiliza o prefixo *re* antes de *favela*, numa tentativa simbólica de reconstrução, através da musicalidade, não só da denúncia das mazelas sociais como da potência criativa das periferias.

Meus laços com essas vivências – principalmente aquelas relacionadas ao chamado *lazer esportivo*, que experimentei de forma intensa na companhia de meu pai – acabaram, mesmo que de modo inconsciente, levando-me ao curso de educação física, no qual me graduei. Lembro que, no período em que cursei minha graduação, tive algumas experiências que colaboraram para delinear meus interesses atuais. Destaco, entre elas, a experiência como estagiário numa praça municipal de uma região periférica, onde era responsável pelas atividades esportivas que ali se realizavam. Durante muito tempo, fiquei intrigado com os longos dias em que permanecia ali, numa pequena sala, esperando que grupos de jovens viessem até a praça e que eu pudesse exercer minhas atribuições de mediador/monitor. No entanto, durante os 11 meses em que estive ali, somente atuei em eventos esportivos, como

torneios e campeonatos promovidos pela municipalidade, que exigiam um vínculo dos jovens com algum responsável, professor ou estagiário⁶.

Fiz meu curso de graduação entre 1986 e 1989, em plena *crise* da educação física brasileira, como esse período ficou conhecida. Meus professores começavam a viajar para outros estados ou para fora do país para realizarem seus cursos de pós-graduação, os debates nas revistas acadêmicas eram acirrados e as teorias críticas da educação estavam em pauta, incidindo diretamente sobre minhas experiências nos diferentes estágios que realizei durante os anos da graduação, e que me deixavam deveras perdido. As discussões que se davam geralmente eram a respeito da hegemonia tecnicista na área, com relação ao esporte de rendimento, ao esporte *na* escola e ao esporte *da* escola, ao lazer estatal que propunha as ruas de lazer aos finais de semana e a doutrina do esporte para todos.

Onde buscar respostas e soluções para um fazer pedagógico que pudesse ser diferente do que até então se apresentava no universo da educação física? Por mais que eu me envolvesse nas discussões através do movimento estudantil, o que eu encontrava no mundo do trabalho e mesmo nas aulas do curso era uma *reprodução* daquilo que se criticava, pois as esferas da teoria e da prática pareciam não se articular – aliás, naquela época eu pensava que fosse possível separar teoria e prática.

Talvez para fugir das opções mais tradicionais na área, após terminar a graduação, resolvi encarar um desafio pouco comum à educação física da época⁷: fiz seleção e ingressei na residência interdisciplinar em saúde mental da Escola de Saúde Pública do estado, que acontecia no Hospital Psiquiátrico São Pedro em Porto Alegre. Uma instituição total clássica, como descrita por Erwin Goffman (2001)⁸. Durante a residência no manicômio, pude vivenciar a luta pelo fechamento dos manicômios no Brasil. Encontrei ali uma efervescência entre supervisores e residentes, buscando encontrar outros modos de atuar. Tudo era novo, mas eu não estava sozinho. Nesse período da residência, mantive os primeiros contatos com dois livros da obra de Michel Foucault, *História da Loucura* e *Vigiar e punir*. A leitura desses livros ajudou-me a compreender contra que sistema se mobilizava a utopia de uma sociedade sem manicômios.

⁶ Segundo material do Centro de Memória da ESEF/UFRGS, as praças de Porto Alegre, nas décadas de 1950 e 1960, eram muito frequentadas para a prática de esportes.

⁷ Quando ingressei na residência, era a primeira vez que foram abertas vagas para educação física. Mais de 20 anos depois, a posição da educação física na área de saúde mental está mais consolidada.

⁸ Goffman define as instituições totais como lugares onde o indivíduo era isolado da sociedade, tendo todas as suas atividades concentradas e normalizadas. O autor preocupou-se em caracterizar o hospital psiquiátrico como instituição total com o rico detalhamento do mundo do internado, porém não deixa de apresentar o caráter total da instituição do ponto de vista do mundo da equipe dirigente (2001, p. 11).

Num dos estágios que realizei fora dos muros do São Pedro, designaram-me para um posto de saúde no Campo da Tuca⁹, na região conhecida como Grande São José. Entre minhas atribuições estavam fazer as primeiras entrevistas de saúde mental, participar das visitas domiciliares e organizar as atividades de lazer da comunidade. A vila tem esse nome devido ao campo de futebol e em homenagem a uma moradora antiga, popularmente conhecida como *Tuca*. A Vila Campo da Tuca é uma comunidade formada na sua maioria por trabalhadores de baixa renda. As características associadas a ela são a degradação urbana, as elevadas taxas de pobreza e desemprego e problemas sociais como crime, toxicodependência, alcoolismo, elevadas taxas de doenças mentais e suicídios. A área é ocupada irregularmente desde a década de 1960. Na Tuca, pude aprender que mesmo num contexto de precariedade as pessoas da comunidade organizavam um conjunto de atividades sociais como futebol, festas e escola de samba em torno da associação dos moradores, com ampla participação dos moradores que, assim, prescindiam de alguém que fizesse isso por eles.

Em março de 1998, ingressei no Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Nos primeiros dois anos de atividade nesse hospital, tive a oportunidade de trabalhar com crianças doentes, na Unidade de Pediatria. Dois anos depois, fui chamado a compor uma nova equipe de trabalho, cuja tarefa era criar um modelo de tratamento intermediário entre a internação e o ambulatório na área da psiquiatria. A modalidade escolhida foi o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), que permite que cada usuário frequente o serviço de acordo com a sua necessidade e a avaliação da equipe.

Entre os grupos atendidos, destaco um grupo de jovens mulheres *diagnosticadas* com anorexia e/ou bulimia. Quando do início das atividades com as jovens no CAPS, eu estava realizando a disciplina *Corpo, Gênero e Sexualidade: questões para a pesquisa em Educação*, no Programa de Educação Continuada (PEC), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFRGS. Certamente essa disciplina colaborou para afiar os meus sentidos, parafraseando Guacira Louro¹⁰, possibilitando ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos. Nessa sensibilização dos sentidos, muitos depoimentos, imagens e textos chamaram-me a atenção, a ponto de me levar ao de mestrado. E assim o fiz, ingressando, em 2000, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação da professora Dagmar Meyer, na linha de pesquisa *Educação e Relações de Gênero*.

⁹ O Campo da Tuca é um bairro não oficial, situa-se na região da Grande São José, no bairro Partenon, na área sudeste de Porto Alegre.

¹⁰ LOURO, Guacira. *Gênero, Sexualidade e Educação*, 1999, p.59.

Minha dissertação de mestrado é resultado de uma pesquisa em que discuti como determinadas jovens escolares aprendem estratégias para cuidar do corpo, nos dias de hoje. Utilizei a abordagem da análise cultural, tal como desenvolvida pelos estudos culturais e de gênero, que se aproximam do pós-estruturalismo de Michel Foucault, para examinar depoimentos de 18 mulheres jovens entre 13 e 15 anos. As análises desenvolvidas permitiram-me dizer que determinados atributos – como a forma física e a aparência que ela revela – são elevados a marcadores sociais importantes na classificação e na hierarquização dos estilos de vida contemporâneos. As estratégias para cuidar do corpo estão relacionadas aos desenvolvimentos tecnológicos, científicos ou mercadológicos que procuram lhes dar sentido. Além disso, as aprendizagens parecem resultar de investimentos num conjunto de estratégias direcionadas às mulheres (principalmente). Dessa forma, tais aprendizagens configuram, cada vez mais cedo, um jeito específico de cuidado e controle desses corpos, relacionado à alimentação, às dietas, aos exercícios físicos e ao vestuário.

Em 2004, alguns meses após terminar o mestrado, passei a integrar um grupo de estudos e pesquisas com colegas professores dos cursos de educação física da Unisinos e da Ulbra, interessados em aprofundar discussões sobre o lazer e a/as juventude/s pobre/s. O convite para fazer parte de um grupo de pesquisadores iniciantes, do ponto de vista da trajetória acadêmica, com histórico de militância política e escolar, soou-me em um primeiro momento como algo anacrônico, sem esperança e, até mesmo, utópico. Era um grupo de professores universitários negros, sem doutorado, vários deles conhecidos como *encrenqueiros*, por suas condutas contestatórias. Aliás, nada mais típico do que essa representação racista¹¹, quando nos posicionamos e ousamos discordar, reivindicar e não aceitar as imposições e as posturas do universo da casa-grande¹² contemporânea. Aqui, me apropriado do que disse Stuart Hall: “De repente me conscientizei da contradição da cultura colonial, de como a gente sobrevive à experiência da dependência colonial, de classe e de cor e de como isso pode destruir você subjetivamente” (2006, p. 390). Confesso que fiquei estimulado e, ao mesmo tempo, temeroso com relação à possibilidade de estar me expondo e arriscando sair da posição confortável da qual, com muito custo subjetivo, fui me apoderando, ou seja, temia perder aquilo que conquistei através de um processo de *normalização*,

¹¹ É claro que outras pessoas que não são negras podem receber essa marca de *encrenqueiros*, no entanto, como um amigo diz, “a travessia do Atlântico é mais longa para nós, negros”.

¹² Faço aqui uma referência inicial à obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*. A casa-grande expressaria o modo de organização social e política que se instaurou no Brasil Colonial, em que o negro escravo que se submetia docilmente às regras do senhor teria os benefícios de conviver dentro da casa, que aos poucos mestiça sua descendência visando à manutenção e à gestão de suas propriedades (FREYRE, 1998). Entendo que o fantasma colonialista ainda nos persegue.

branqueamento e acomodação, que exigiu habilidade política, certa *desfaçatez* com relação às injustiças, relativa passividade e aceitação de escolhas baseadas na meritocracia.

No grupo de pesquisa, estimulamos vários acadêmicos a se inserirem no grupo. Coerentes com as críticas à meritocracia, estabelecemos que não estaríamos convidando para o grupo os/as melhores alunos/as, mas aqueles cujas bolsas de estudo pudessem ser decisivas na sua formação. Um desses alunos se tornou positivo para minha inserção junto aos jovens do Guajuviras e até mesmo na construção desta tese. Refiro-me a Cristiano Neves, que foi coordenador de um dos núcleos do PELC/Pronasci, e que me deu dicas importantes e ajudou a selecionar os/as jovens para o grupo de discussão que realizei durante o trabalho de campo.

Minha relação com Canoas-RS, até esse momento, era de alguém que apenas passava pela estrada em direção à Ulbra. Com as pesquisas lá realizadas é que fui, aos poucos, em Canoas descobrindo as potencialidades e, ao mesmo tempo a necessidade de se produzir conhecimento para além de Porto Alegre. Numa dessas pesquisas, realizamos um estudo piloto sobre lazer dos/as jovens no Bairro Guajuviras em Canoas. A elaboração do Mapa da Juventude nesse bairro possibilitou um contato mais próximo com os moradores, suas formas de organização, suas reivindicações e a relação amedrontada com as disputas do tráfico e com a polícia.

A polícia, em vez prender os traficantes, eles passam a mão por cima... Tipo, 50 por cento é nosso e outros vocês se viram. A maioria das bocas tem ajuda de policial, entendeu. O caso assim, o policial ficou sabendo e chega e fala pra pessoa, ah se tu não quer que a gente te entregue, tu me dá uma comissão aí por cima que fica por isso mesmo. Daí já influencia mais, entendeu. Daí em vez de combater a bandidagem, eles estão ajudando, incentivando. E quando é com trabalhador ou com a gurizada eles esculacham, ameaçam e fazem um monte de coisas ruim que nem é bom falar. [Vanessa, 17 anos, grupo de discussão, Guajuviras, 17 out. 2007].

Na época do grupo de discussão citado, não valorizei muito tal tipo de manifestação que era recorrente nos encontros. É provável que minha desatenção a um depoimento como esse estava ligado a uma expectativa naturalizada sobre a vida da juventude no Guajuviras.

Ao ingressar no doutorado, propus investigar as práticas cotidianas de lazer de jovens de periferia em espaços públicos urbanos, bem como as dinâmicas de circulação e a dimensão de sociabilidade relacionada ao acesso comum a esses espaços sociais.

No entanto duas constatações colaboraram para que houvesse uma mudança no foco dos meus estudos de doutorado. A primeira se deu em função das modificações nas políticas públicas de esporte e lazer, que passaram, nos últimos anos, a se efetivar a partir da ideia de programas ou projetos sociais dirigidos a crianças e jovens dos grupos populares. Houve um

“aumento significativo do número de projetos existentes e um monumental aumento dos discursos públicos sobre estes projetos”, principalmente midiáticos e governamentais (THOMASSIM; STIGGER, 2009, p. 63). A segunda constatação foi que as ações de Estado, dirigidas aos jovens moradores de periferias, não estavam mais restritas aos projetos sociais de esporte e lazer e à possível ampliação das possibilidades educativas das juventudes pobres, através do acesso às práticas esportivas e culturais. Também não estavam mais limitados a uma retórica baseada nas vantagens e nas qualidades intrínsecas do esporte e do lazer na promoção social. O que pude perceber é que os programas de esporte e lazer se tornaram apenas mais uma, numa série quase interminável de iniciativas que, declaradamente, buscam diminuir a violência e a criminalidade. Entendi que é nessa direção que as ações do Estado as quais se utilizam do esporte e do lazer, assumiram um lugar de destaque na governamentalidade contemporânea.

Tomando esses programas/projetos de esporte e lazer, mesmo que não se configurem numa centralidade no meu estudo, posso tratá-los como movimentos que se colocam estrategicamente para governar práticas sociais, no sentido que Foucault (1995, p. 244) dá para governo, ou seja, “não apenas as estruturas políticas e a gestão dos Estados, mas a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes”.

Foram nestes termos que delimito meu objeto de pesquisa: analisar as ações de Estado que focalizam o combate à violência urbana e a diminuição da criminalidade. Um amigo e colega, num seminário¹³, no final de 2010, quando eu estava apresentando um recorte de minhas análises, me fez a seguinte pergunta:

Damico tu não achas que tua pesquisa está sendo pautada pela agenda da mídia, da política e até mesmo do Estado? Na hora em que escutei a questão respondi algo meio rápido um pouco para me livrar do aperto, mas o mais importante é que ela me fez pensar e hoje posso dizer... que o modo como delimito meu objeto de pesquisa foi sendo delineado pelas contingências e pela centralidade que a temática da violência e os dispositivos de segurança assumiram contemporaneamente. Tal centralidade é tamanha a ponto de afetar amplamente os modos de vida e as relações pessoais. [Recordações das andanças, dezembro de 2010].

A partir dessa centralidade, assumo que é como fundamental examinar os processos políticos e pedagógicos nos quais as ações de Estado em voga invadem a vida dos jovens das periferias urbanas.

¹³ Essa conversa aconteceu no evento *Diálogos sobre etnografia: esporte, lazer e infância*, que ocorreu entre os dias 1º e 3 de dezembro de 2010 (ESEF/UFRGS).

Nas palavras de Foucault,

[...] o problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa; mas saber se é possível constituir uma nova política da verdade. O problema não é mudar a “consciência” das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção de verdade. (FOUCAULT, 2002, p. 14).

Esse pensamento de Michel Foucault, de certa maneira, dá o tom geral de minha intenção ao elaborar esta tese: modestamente, questionar algumas políticas de verdade sobre os dispositivos de segurança pública acionados atualmente.

Uma última mudança de rumo na tese ocorreu depois da defesa do projeto. Algo que há muito tempo povoava minhas ideias começava a se viabilizar, ou seja, ir fazer um estágio de doutorado na França. Com apoio de minha orientadora, intensifiquei os contatos que já tinha com os professores Sylvain Lazarus e Alain Bertho, da Université Paris 8¹⁴. Encaminhei o pedido à Capes e ocupei-me de mais de uma dezena de documentos, além da burocracia, de passaporte e prova de proficiência em francês.

Montei um plano de trabalho bastante modesto para participar dos seminários e das reuniões do laboratório pelos quais os professores citados anteriormente eram responsáveis e aprofundar-me ao máximo numa literatura que me ajudasse na construção do texto de tese.

Mas como as coisas da vida muitas vezes não saem como planejamos, ocorreu que ao chegar à *Paris 8*, no meu primeiro dia de estágio¹⁵, deparei-me com algo muito estranho: a universidade quase vazia, muitos cartazes indicando manifestações, algumas pessoas recolhendo assinaturas e muitas cadeiras colocadas estrategicamente nas escadas rolantes desligadas. Ao encontrar meu orientador, ele contou-me que estavam em plena greve¹⁶ das universidades. A paralisação teve apoio maciço dos estudantes e, além da ocupação das universidades, teve formas inusitadas de protesto, como se pode ver nas imagens abaixo.

¹⁴ Em 2007, conheci os professores Sylvain Lazarus e Alain Bertho em função de uma parceria viabilizada pelo Fórum de Autoridades Locais (Falp) – Ulbra e Université Paris 8 – e do interesse dos mesmos em que realizássemos investigações em conjunto, inclusive com intercâmbios entre professores e acadêmicos das universidades parceiras.

¹⁵ Para me apresentar, fazer combinações com meu orientador e cumprir com os trâmites burocráticos.

¹⁶ A greve dos professores foi contra uma reforma do estatuto dos professores-investigadores e da formação dos docentes de primário e secundário. Os protestos foram dirigidos contra vários aspectos do projeto *Pécresse*: redução do número de docentes no ensino superior, modificação do método de cálculo das horas de ensino – dando aos presidentes da universidade a possibilidade de modelar o número de horas de cada professor –, desmantelamento dos concursos para professor do ensino secundário e redução dos créditos para a investigação.



Figura 1 – Quadro negro apresenta contagem do tempo de manifestação em torno do *Hotel de Ville* (E) e participação de estudantes e docentes da Université Paris 8 (D)

La ronde infinie des obstinés (A volta infinita dos obstinados) consistia, tão somente, em um grupo de pessoas andando em círculos, 24 horas por dia, na frente do *Hotel de Ville* (Prefeitura de Paris). A iniciativa partiu dos estudantes da universidade Paris 8 e rapidamente contou com apoio e participação de alunos e professores de toda a França, tendo contabilizado mais de mil horas de atividades ininterruptas, juntamente com a greve da maioria das universidades, que durou por volta de quatro meses.

Depois de um mês e somente uma reunião com o grupo, resolvi pedir uma sugestão de como melhor eu poderia aproveitar minha estadia na França, até que o professor Sylvain me sugeriu que eu ampliasse meu campo de pesquisa e fosse com ele e mais um colega realizar o trabalho de campo com jovens em *Grigny Centre*.

Nessa época, comecei a ler muito material sobre a periferia francesa, quando me lembrei de um filme que eu tinha visto muitos anos antes de me imaginar indo para a França: *O ódio*¹⁷. A obra cinematográfica transpira agressividade por todos os poros, ao mesmo tempo em que discute o confuso panorama étnico e racial que permeia todas as capitais europeias, invariavelmente habitadas por descendentes de imigrantes, um cenário perfeito para o crescimento de diversos tipos de preconceito, todos prestes a explodir.

O roteiro, escrito por Mathieu Kassovitz, retrata um dia na vida de três jovens que moram no mesmo subúrbio pobre de Paris:

Eles pertencem a etnias diferentes, mas são muito amigos. Vînz é judeu, Hubert, negro e Sâid descendente de árabe. Eles acabam de passar uma noite terrível. Os jovens da vizinhança tiveram um confronto violento com a polícia, e um amigo do

¹⁷ *La Haine*, 1995.

trio está hospitalizado, entre a vida e a morte, por causa de excessos cometidos pelos policiais. Enfurecidos, os três rapazes vagam pela vizinhança, sem nada para fazer e sem destino, cometendo pequenos delitos, invadindo festas burguesas ou encontrando amigos ao acaso. Eles pensam em matar um policial, caso o amigo hospitalizado morra. (TULLARD, 1996, p. 36).

O subúrbio parisiense é apresentado, ao longo do filme, como um barril de pólvora, e a agressão da polícia serve de estopim para a explosão de violência que envolve a força do Estado e os jovens pobres das periferias.

Foi provavelmente a partir deste filme que não consegui mais deixar de me interessar por essa *outra* França, bem distante daquela que todos conhecemos ou imaginamos: aquela do cotidiano de mercadorias e consumo, luzes e divertimento. Aquela que era um lugar espectral onde vicejam a xenofobia, o patriotismo, a purificação étnica e o orgulho da identidade francesa.

Entendo que o exercício que realizei e narrei até aqui, e que perpassará toda a escrita deste texto, objetiva deixar claro ao leitor que as *histórias* que conto se articulam, necessariamente, com as posições subjetivas que ocupo e estabeleço. Construo e experiencio o social, o etnográfico, o político e o/os eu/s das posições de professor de educação física, heterossexual, negro, de classe média, e associo este/s eu/s à virada pós-moderna. Refiro-me em especial ao espaço que a subjetividade vem ocupando e ao caminho trilhado por pesquisadores/as e escritores/as, ao assumir o uso da primeira pessoa e utilizar dados autobiográficos e factuais.

Interessam-me todas essas subjetividades. Chamo a atenção do leitor para essa múltipla presença e seus efeitos sobre o que estou evocando. Assim, além de posicionar-me no texto (simplesmente empregando o pronome *eu*), logo aviso o leitor que minha perspectiva da cultura periférica canoense e parisiense foi, e continua sendo, concebida através das lembranças de infância e de juventude, dos textos, dos filmes que foram *decodificados* pela ótica mestiça e pela minha história familiar. Tais lembranças constroem a periferia urbana como um significante muito ambíguo, tanto do ponto de vista do sofrimento das pessoas que habitam esses espaços, como da potência política e criativa que vem da periferia.

Esses elementos ampliam a possibilidade de explorar e produzir um texto (refiro-me à tese) autorreflexivo que, ao mesmo tempo, fale de outro. Ou seja, uma escrita de si articulada a uma escrita do outro.

O movimento da pesquisa, da construção da tese, é totalmente indissociável dos movimentos que esse caminho provoca no pesquisador. Investigar sobre juventude, violência e formas de vida nesses contextos é também questionar como o funcionamento da

contemporaneidade nos atravessa enquanto professores, estudantes, pesquisadores, habitantes de uma cidade. É questionar o que costuma parecer óbvio, é desconstruir clichês quanto ao modo de ver as coisas e de viver no mundo.

Iniciei esta seção intitulada *Escrever é um caso de devir* a partir da formulação de Deleuze. Trata-se, no meu caso, de viver a escrita como resultado parcial de minha inconformidade com os modelos de justiça e de verdade do mundo que habitamos.

1.2 Constituindo o objeto de pesquisa

Elaborar e apresentar esta tese têm sido desafios que derivam das condições, situações e contingências que envolveram a escolha da temática e o desenvolvimento da abordagem que construí ao longo dos últimos anos, especialmente depois de defender a dissertação de mestrado. A partir do contato que tive com teses¹⁸ que adotaram as formulações da chamada antropologia pós-moderna, pude finalmente encontrar um modo de escrita que permitisse assumir, sem receios, minhas suspeitas e inquietações, diante da ênfase que um conjunto de instituições estatais e paraestatais afirma a necessidade de combater o avanço da criminalidade.

Entre as inquietações e suspeitas a que me refiro, posso dizer que pelo menos uma delas foi provocada por um excerto de Norbert Elias:

Quando se empenham em examinar o problema da violência física na vida social de seres humanos, as pessoas fazem frequentemente o tipo de perguntas errado. É costume perguntar-se como é possível que pessoas vivendo numa sociedade podem agredir fisicamente ou matar outras [...]. Ajustar-se-ia melhor aos fatos e seria assim mais proveitoso, se a pergunta fosse formulada de modo diferente [...]: Como é possível que tantas pessoas consigam viver normalmente juntas em paz, sem medo de ser atacadas ou mortas por pessoas mais fortes do que elas [...]. Talvez este fato se evidencie primeiro quando nos apercebemos de quão mais elevado era o nível de violência nas relações entre pessoas em épocas pregressas do desenvolvimento humano. [...] É uma questão de despertar de novo o sentimento das pessoas para um fato que é surpreendente e ímpar: o grau relativamente elevado de não violência que é característico das organizações sociais atuais (ELIAS, 1997, p. 161).

Norbert Elias, ao abordar a relação entre pacificação e violência, faz uma observação que desacomoda as representações comuns sobre a onipresença da violência na sociedade atual. E no meu caso permitiu-me pensar: se ela é menos do que se diz, é preciso investigar por que tanto se fala da violência.

¹⁸ RIPOLL, Daniela. **Aprender sobre sua herança já é um começo** (...), Tese de Doutorado, FAGED/PPGEDU/UFRGS, 2005. / GONÇALVES, Vagner. **O antropólogo e sua magia**. Trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras. Tese de Doutorado, USP, 1998.

Na posição investigativa defendida por Paul Rabinow e Nicholas Rose (2006), “trata-se de verificar a existência de “um ou mais discursos de verdade sobre o caráter ‘vital’ dos seres humanos, e um conjunto de autoridades consideradas competentes para falar aquela verdade; estratégias de intervenção sobre a existência coletiva em nome da vida e da morte” (2006, p. 29).

Utilizei, para tanto, a noção de governamentalidade como ferramenta conceitual a partir da qual as ações de Estado são entendidas como práticas discursivas e, ao mesmo tempo, como práticas políticas. E nesse sentido ainda, “como elo entre as formas de governo e as racionalidades ou modos de pensamento que justifica, legitima e exercita o governo” (FIMYAR, 2009, p. 37).

Os conceitos centrais dos estudos de governamentalidade, inspirados por Michel Foucault nos cursos *Segurança, Território e População – 1977-1978* e *O Nascimento da Biopolítica – 1978-1979*, são racionalidade política e tecnologias de governo. Ali, racionalidade política abrange as ideologias e os discursos produzidos como respostas a certos problemas em momentos históricos específicos. As tecnologias de governo funcionam de modo mais técnico/instrumental e seriam os dispositivos¹⁹ pelos quais certas políticas são colocadas em ação.

Desse modo, a analítica da governamentalidade permite também o exame de outras dimensões e problematizações, como a formação de sujeitos/cidadãos governáveis, ou perguntas sobre quem pode governar, o que é governar ou de que forma isso ocorre.

Olema Fymiar (2009, p. 38), ao fazer uma síntese das noções presentes no neologismo criado por Foucault, esclarece:

Ao fundir o “governar” (“*gouverner*”) e a mentalidade (“*mentalité*”) no neologismo “governamentalidade”, Foucault enfatiza a interdependência entre o exercício do governo (práticas) e as mentalidades que sustentam tais práticas. Em outras palavras, a governamentalidade pode ser descrita como o esforço de criar sujeitos governáveis através de várias técnicas desenvolvidas de *controle*, *normalização* e *moldagem* das condutas das pessoas. Portanto, a governamentalidade enquanto conceito identifica a relação entre o governo do Estado (política) e o governo do eu (moralidade), a construção do sujeito (genealogia do sujeito) com a formação do Estado (genealogia do Estado).

¹⁹ Utilizo o conceito de dispositivo a partir de Michel Foucault. Para o autor, é “um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. [...] Entendo dispositivo como um tipo de formação em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (FOUCAULT, 2002, p. 146-147).

Neste estudo, o que procurei fazer foi explorar a potência das diferentes dimensões que o termo governamentalidade comporta, ou seja, analisar as ações promovidas por dispositivos estatais no âmbito da segurança pública como resposta política ao que se convencionou chamar de violência urbana. Busquei também observar as consequências dessas ações estatais em termos de uma dada moralidade, comprometida com a promoção de uma suposta paz social. E, por último, tentei verificar que posições de sujeito essas ações estatais estão procurando produzir e, nisso, como jovens homens e mulheres que habitam periferias urbanas pobres significam e pensam suas relações com essas mesmas ações do Estado.

Através de uma rede contínua e múltipla que entrelaça a população, o território e as riquezas é que se dará “[...] a passagem de uma arte de governo para uma ciência política, de um regime dominado pela estrutura da soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo” (FOUCAULT, 2002, p. 290). Para este autor, desde o século XVIII, estamos vivendo a era da governamentalidade, que corresponde “[...] às táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal” (ibidem, p. 292).

A atual presença estatal nas periferias estudadas ocorre de dois modos:

1) através de uma ampla oferta de atividades, principalmente de cunho cultural, profissional, esportivo e educacional, que têm como público-alvo jovens tidos como estando em situação de vulnerabilidade e/ou risco social;

2) por meio de ações de segurança pública estrito senso – maior presença policial, utilização maciça de dispositivos de abordagens e investigação, disseminação de equipamentos tecnológicos de vigilância, implantação de esquemas de policiamento comunitário²⁰ e um aumento considerável do número de processos judiciais, encarceramentos e presídios.

Na atual sociedade de controle (DELEUZE, 1992), o combate à chamada violência urbana passa por metamorfoses,

[...] em que um conjunto de instituições e atores são instados a atuar operando um processo de flexibilização de um conjunto de estratégias que visam perpetuar e aumentar sua ascendência sobre as pessoas. “A sociedade de controle polícia em fluxos **[de bens, ideias, serviços e pessoas]**, pretendendo alcançar seguranças, obtendo confianças e disseminando tolerâncias”. (PASSETI, 2006, p. 86 – grifos meus).

²⁰ As terminologias *policiamento comunitário* ou *policiamento de proximidade*, apesar de não se tratar exatamente das mesmas atribuições, são utilizadas em vários artigos como sinônimos; quando for o caso, utilizarei as duas nomenclaturas.

A mídia (televisão, jornal, revistas, sites) é uma das instâncias que mais tem destacado a violência urbana, salientando a urgência de aumento de vagas nos presídios, a ausência de policiamento em determinados lugares ou ressaltando determinados episódios. Apresento capas de jornais e revistas com o intuito de visibilizar a ampla discursividade sobre a violência em veículos da mídia impressa. Abaixo, seguem três capas do jornal *Zero Hora*, duas capas do diário francês *Le Parisien* e uma capa da revista nacional *Paris Match*.



Figura 2 – Capas de jornais e revistas mostram a ampla discursividade que o tema da violência assumiu na contemporaneidade

De acordo com Rosa Fischer, a mídia, o mercado e a publicidade falam diretamente a cada um de nós, representam-nos, dialogam com nossos interesses. A autora esclarece:

[...] nesses lugares – da mídia e da publicidade, e, portanto do mercado, num sentido mais amplo –, o investimento que se faz, ao estabelecer-se uma comunicação com os diferentes públicos, é adentrar a intimidade dos indivíduos, seu prazer, seus desejos, suas ilusões e seus medos [...]. (FISCHER, 1998, p. 426).

Cecília Coimbra (2004) afirma que, na contemporaneidade, os meios de comunicação social também passaram a ser instrumentos de controle social, na medida em que, por

imagens e textos, as notícias que fazem circular interferem na constituição dos modos de ser, pensar, sentir e existir.

Foucault (2002) compreendeu que, a partir do momento em que a vida passou a se constituir como elemento político por excelência, o qual tem de ser administrado, calculado, gerido, regido e normalizado por políticas estatais, o que se observa não é uma diminuição da violência. Pelo contrário, tal cuidado com a vida de uns traz consigo, de maneira necessária, a exigência contínua e crescente da morte em massa de outros, pois é apenas no contraponto da violência depuradora que se podem garantir mais e melhores meios de sobrevivência a uma dada população.

De acordo com André Duarte:

Não há, portanto, contradição entre o poder de gerência e incremento da vida e o poder de matar aos milhões para garantir as melhores condições vitais possíveis: toda biopolítica é também, intrinsecamente, uma *tanatopolítica*. Assim, a partir do momento em que a tarefa do soberano foi a de “fazer viver”, isto é, a de estimular calculadamente o crescimento da vida, as guerras se tornaram mais sangrentas e os genocídios se multiplicaram, dentro e fora da nação. (DUARTE, 2008, p. 4).

Em outras palavras, procurar entender como as ações do Estado – e nisso os dispositivos de segurança, as notícias da mídia, as campanhas da escola, considerando-as como instâncias pedagógicas – são apresentadas na direção de atingirem um fim conveniente significa pensar no/a jovem de periferia como sujeito que toma como seus os discursos sobre os males da ociosidade, da vadiagem, da vagabundagem, fazendo de si mesmo, de seu corpo e de sua conduta um instrumento para atingir tais fins. Isso porque esse fim só é atingido na medida em que o governo (através de um poder que lhe é característico, o biopoder)

[...] se inscreve nos corpos individuais, produzindo sujeitos, moldando-os, guiando e afetando a conduta das crianças (e de seus familiares) de maneira que elas se tornem indivíduos de um certo tipo (ideal, saudável), formando suas próprias identidades de maneira que elas possam ou devam ser sujeitos de um dado discurso. (FOUCAULT, 2002, 148).

Todas essas formas de governo e envolvimento objetivam responsabilizar a todos e a cada um por uma virtual pacificação dessas áreas tidas como de vulnerabilidade social. Isso permite pensar que as ações de Estado voltadas às periferias urbanas pobres e que têm como eixo central o combate à criminalidade atualizam e ressignificam o sentido dado à polícia, por Michel Foucault (2010), como política social.

É nesse contexto que a juventude periférica pobre vem sendo posicionada como vítima e principal responsável pela mesma violência; e o *seu combate*, e/ou sua prevenção, passou a

integrar a agenda política de muitos países com propostas de soluções dirigidas a esses grupos juvenis nomeados como sendo de *risco* e *vulnerabilidade social*.

Entretanto é preciso alertar que as políticas de segurança em *Grigny* e no Guajuviras focalizam como seu público-alvo mormente os homens jovens²¹, enquanto que as mulheres são praticamente invisibilizadas. Tal escolha não é fortuita. Toda política social é construída por sujeitos mergulhados na cultura e, portanto, é produzida por sujeitos eivados de valores, crenças e saberes, que, dentre outras características, são generificados. Toda política social de inclusão é generificada. Trata-se de refletir sobre como as políticas sociais produzem determinados efeitos de verdade que posicionam sujeitos como mulheres e homens, naturalizando certas condutas como sendo masculinas ou femininas.

A tese que apresento guarda estreita relação com a pergunta que de certo modo guiou a *demarche* foucaultiana: Que estamos fazendo de nós mesmos? Tentar responder a essa pergunta – mas de modo a localizá-la, nesta tese, nas periferias urbanas e nos jovens que lá habitam, num determinado momento histórico – significa, de um lado, assumir que somos cúmplices de algumas dessas políticas e ações e, de outro lado, compreender que, como governados que somos, também temos o direito de não aceitar o que nos é imposto.

No Brasil a segurança pública tem sido de obrigação prevalecente dos governos estaduais, mormente por meio da atuação das polícias civil e militar, bem como do Poder Judiciário dos estados, Ministério Público e do sistema prisional, todos organizados e administrados na esfera estadual. Entretanto, o desenvolvimento do sentimento de insegurança, combinado às dificuldades dos governos federal e estaduais para atenderem às reivindicações de segurança da população, tem feito com que outras formas de combate e prevenção comecem a ser incorporadas. Passa a surgir uma forte inclinação para que os governos municipais e a sociedade civil organizada somem esforços para a implementação de políticas locais de prevenção e controle da violência, nos seus diversos âmbitos de expressão.

Essa mudança no papel dos municípios nas ações de segurança pública é tributária da constatação que situações/eventos envolvendo os cidadãos estão mais presentes no nível da cidade e do bairro, e, que, portanto também, é nesse âmbito que os governos têm contato mais próximo com a população. Nessa perspectiva, pode-se pensar no município como um novo ator na área de segurança pública, principalmente em ações de prevenção da violência e da criminalidade.

²¹ Esclareço que utilizo ao longo da tese as construções os/as quando o contexto descrito se refere tanto aos jovens homens como às jovens mulheres. No entanto, em vários momentos, utilizo só um ou outro, dependendo do caso.

Novas proposições de abordagem para o combate à violência e à criminalidade surgiram – principalmente a partir do final da década de 1990 – dando ênfase à interdisciplinaridade e envolvendo diferentes instituições, bem como privilegiando a participação da comunidade. Estas ações são colocadas em prática pela articulação de órgãos municipais, organizações não governamentais e entidades comunitárias, na busca de alternativas articuladas e proativas para a formulação e execução de estratégias que viabilizem a participação de vários segmentos (SOUZA, 2002).

Desse modo, alguns municípios como Canoas, incentivados por ações indutoras do governo federal, captaram com perspicácia a possibilidade de atuar no combate e na prevenção da violência e da criminalidade, com isso podendo conquistar o apreço da população mais próxima. As tentativas existentes tem investido em ações de prevenção por meio de projetos que contemplem aspectos como: treinamento e aperfeiçoamento dos agentes envolvidos (guardas, polícias, organizações não governamentais), diagnóstico sobre a realidade local, plano de ação com prioridades estabelecidas, identificação de programas que sirvam de modelo e estratégias de comunicação das ações aos cidadãos (ALMEIDA, 2005).

O caso de Canoas, e mais especificamente do bairro Guajuviras, é exemplar da tendência cada vez mais constante de provisão dos serviços sociais dos governos municipais no combate e prevenção à violência e à criminalidade. Nessa direção, a partir da Política Nacional de Segurança Pública e Cidadania (Pronasci), elaborada e financiada no âmbito do governo federal, ela se efetiva a partir da relação com os municípios parceiros que contratam, avaliam e definem as prioridades e os programas a serem instituídos.

Se no Brasil a municipalização das políticas de segurança é recente, no caso francês pelo menos desde a década de 1980, as políticas de segurança caracterizaram-se predominantemente pela abordagem local e sociopreventiva dos problemas de delinquência através dos conselhos comunais de prevenção da delinquência (CCPD) que se tornaram a base da política de prevenção. As políticas desenvolvidas a partir desses conselhos afastaram-se da abordagem repressiva da delinquência. No entanto, na última década, a ascensão dos partidos de direita (UMP e *Front Nationale*) e uma ampla discursividade sobre o aumento da insegurança têm alterado e diminuído as políticas de prevenção, canalizando os recursos em direção a uma política mais criminal, penal e repressiva.

Segundo Kahn e Zanetic (2005), as políticas públicas de segurança que vigoram em boa parte do mundo ocidental são amplas e mesclam as questões de segurança com aspectos como cidadania e direitos humanos. Nesse ponto de vista, a participação ativa das cidades é fundamental, para que ações possam ser oferecidas, dentre elas: cursos de profissionalização e

disponibilização de acesso a cultura, lazer e esportes a jovens; atendimento a vítimas; projetos ligados à cidadania e vinculados a melhorias da qualidade de vida da população.

Com a investigação realizada, procurei, juntamente com os/as jovens interlocutores, responder às seguintes questões de pesquisa:

- Que formas de governo da conduta de sujeitos jovens, habitantes das periferias do bairro Guajuviras (Canoas) e do subúrbio de *Grigny Centre* (periferia de Paris), as ações de Estado baseadas no paradigma da (in)segurança pública produzem e como as colocam em movimento?

- Como jovens que vivem em locais periféricos (Guajuviras e *Grigny Centre*) de grandes centros urbanos significam suas relações com determinadas ações de Estado direcionadas para a juventude?

- Que identidades juvenis são produzidas nos contextos urbanos estudados e quais marcadores sociais atravessam e constituem essas mesmas identidades?

Para seguir o alerta de Foucault com relação às racionalidades que estão em jogo para governar as juventudes periféricas francesa e brasileira, trago dois “acontecimentos” (no sentido foucaultiano) decisivos para a definição de meu foco de pesquisa (FOUCAULT, 1996, p. 57):

[...] certamente acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade nem processo; o acontecimento não é a ordem dos corpos. Entretanto ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência e dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais, não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material.

Acontecimento é uma situação singular que se efetiva no âmbito das práticas cotidianas e que atualiza o presente a partir de movimentos de experimentação. Todo acontecimento expressa uma reativação permanente de uma prática ainda não instituída e implica uma atualização e uma problematização da realidade produzidas num lugar e num momento singular; é sempre uma possibilidade de uma experimentação; é provisório e não linear; constitui-se num encadeamento de descontinuidades superpostas.

O que considero o primeiro acontecimento são as transformações de governo, no caso da administração de Canoas, na sua articulação com as políticas colocadas em ação pelo Estado brasileiro. O segundo acontecimento refere-se aos motins ocorridos na França entre outubro e dezembro de 2005.

A administração municipal de Canoas passou a programar uma série de ações em consonância com o governo federal. Além de uma série de investimentos advindos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)²², o bairro Guajuviras tornou-se público-alvo do Programa Nacional de Segurança e Cidadania (Pronasci)²³, do Ministério da Justiça²⁴.

O Pronasci viabilizou um conjunto de ações como o Território de Paz (câmeras de vigilância, aparelho de detecção de tiros, incremento no policiamento ostensivo e intensificação das *blitzes* policiais, unidades de polícia pacificadora, casas da juventudes etc.), Programa Esporte e Lazer da Cidade, Mulheres da Paz, PROTEJO etc.

O site da Prefeitura de Canoas²⁵ traz um detalhamento dos objetivos do Pronasci:

A Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania é responsável por planejar, coordenar e supervisionar as atividades na área da segurança. As ações desta pasta priorizam o trabalho de prevenção à violência, através do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (Pronasci). O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública.

Entendo que a potencialidade de examinar as tecnologias de dominação individual e coletiva colocadas em jogo pelo Pronasci²⁶ é justamente a de apreensão das relações de poder

²² O PAC foi a principal bandeira desenvolvimentista do segundo mandato do governo Lula e projetou nacionalmente Dilma Rousseff, a sucessora na presidência, apelidada por Lula como a “mãe do PAC”.

²³ O Pronasci apresenta três focos. Os dois primeiros referem-se ao público-alvo, que corresponde a adolescentes e jovens na faixa etária de 15 a 29 anos (foco etário) que se encontrem em situação de risco social, sejam egressos do sistema prisional, adolescentes em conflito com a lei e/ou membros de famílias expostas à violência (foco social). O terceiro foco é territorial e está voltado para regiões metropolitanas (RMs) e aglomerados urbanos que apresentam altos índices de homicídios e de crimes violentos. As primeiras 12 RMs selecionadas foram: Vitória, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e entorno, Recife, Belém, Porto Alegre, Maceió, Salvador, Curitiba e Fortaleza.

²⁴ O fato de o prefeito de Canoas Jairo Jorge ser afilhado político de Tarso Genro e seu aliado num importante colégio eleitoral para a eleição para governador pode ser comprovado pela vinda de um Assessor Especial do Ministério da Justiça e um dos formuladores do Pronasci para ser Secretário de Segurança e Cidadania, o advogado Alberto Kopittke.

²⁵ Disponível em: <<http://www.canoas.rs.gov.br/Site/Prefeitura/Secretaria.asp?depId=21>>. Acesso em: 19 set. 2010.

²⁶ A centralidade do aparato policial na administração Jairo Jorge pôde ser verificada por mim nas narrativas de vários servidores, dizendo que quem manda no governo municipal é a Secretaria de Segurança. Um episódio exemplar ocorreu logo nos primeiros 90 dias de governo, quando um motorista de ônibus da empresa Sogal, em Canoas, foi agredido por vários policiais militares, após pedir ajuda para socorrer uma usuária que teve um mal súbito dentro do transporte coletivo. Esse episódio teve ampla repercussão da mídia, pois foi filmado por uma câmera de celular de um usuário. Várias entidades e a própria Polícia Militar tinham concordado em afastar o comandante do policiamento na cidade (14 ocorrências de agressões por parte da polícia a vendedores ambulantes também foram registradas neste período), até que o prefeito intercedeu em defesa do comandante. Jairo Jorge avaliou de forma positiva o trabalho desenvolvido pelo comandante nos três meses que esteve à frente da corporação na cidade. “O Comando- Geral da Brigada é que tem a competência exclusiva da decisão, mas é importante lembrar que Bondan é um bom policial. Se houve excesso ou alguma falha, isso é passível de correção. Reconheço o trabalho realizado pelo comandante nesse curto período em Canoas, quando se mostrou comprometido e teve participação ativa no Gabinete de Gestão Integrada Municipal”, disse o chefe do Executivo

em ambas as dimensões. É um programa formulado a partir da lógica de redes (intersectorialidade), uma vez que ele permite inferir uma crescente expansão do Estado brasileiro em relação às periferias pobres urbanas, principalmente como um Estado investidor em políticas sociais inclusivas. Combina ações típicas da sociedade de controle, como a instalação de câmeras de vigilância e aparelhos de detecção de tiros, por exemplo, com dispositivos biopolíticos, apresentando previsões, estatísticas e medições sobre a diminuição da criminalidade. É anátomo-político, por meio de um conjunto de dispositivos pedagógicos que prevê treinar agentes comunitárias (Mulheres da Paz), disciplinar através das atividades de esporte e lazer e educar os infratores através de cursos (Protejo).

O Pronasci funciona de modo a compatibilizar através de três níveis de intervenção a articulação entre as tecnologias de si e de dominação dos outros. A lógica do programa é de que o maior número possível de pessoas seja envolvido pelas ações do Estado, disseminando a mensagem do autocontrole.

O chamado Território da Paz, no bairro Guajuviras, em Canoas, tem 13 ações ou subprojetos implantados até o momento. A previsão, segundo informações do Ministério da Justiça, é de que nos próximos dois anos serão implementados mais 11 projetos. Logo abaixo, apresento um quadro dos repasses do governo federal, especificamente do Ministério da Justiça, com investimentos diretos para o Pronasci em Canoas. No Rio Grande do Sul, mais três municípios receberam o Pronasci: Alvorada, Guaíba e São Leopoldo. O município de Alvorada recebeu – nos anos de 2008, 2009 e 2010 – repasses no valor total de R\$ 1.920.236 para três projetos ligados ao Pronasci. Cabe lembrar que o município de Alvorada lidera há vários anos os índices de violência no estado. Tais informações demonstram os vínculos políticos entre a administração municipal de Canoas com o Ministério da Justiça, bem como a vontade política da administração capitaneada pelo prefeito Jairo Jorge em adotar a bandeira da redução da criminalidade como marca de sua gestão.

O segundo acontecimento a que fiz referência anteriormente é marcado pelos motins ocorridos na França no outono de 2005. Esses episódios ocorreram em função da morte de dois dos três jovens que fugiram de uma *blitz* policial de identificação na noite de 27 de outubro, em *Clichy-sous-Bois*, subúrbio de Paris. Nessa fuga, os jovens pularam o muro de uma subestação de eletricidade. Dois deles ficaram presos no transformador e acabaram morrendo eletrocutados; apenas um conseguiu sair, mas sofreu graves queimaduras no corpo.

(jornal *O Timoneiro*, 1º/9/2009). O motorista e os vendedores ambulantes seriam uma espécie de vítimas de guerra.

As mortes desencadearam uma onda de *éméutes*²⁷ que se espalhou pelo país inteiro, sendo considerada a maior revolta popular na França em décadas. Chamou a atenção que nesses conflitos havia uma ausência de líderes conhecidos ou de organizações políticas ou sociais estruturadas, além de os jovens não terem manifestado reivindicações objetivas e precisas que fossem direcionadas a pontos específicos, com exceção do pedido de demissão do Ministro do Interior (CASTEL, 2008).

Nesse período, foram incendiados quase nove mil carros e centenas de prédios. O governo francês reagiu, colocando em ação a tropa de choque, efetuando três mil prisões e decretando estado de emergência²⁸, que perdurou durante três meses.

Nicolas Sarkozy, Ministro do Interior²⁹ à época, fez uma série de declarações que revoltaram ainda mais os moradores das periferias. Ele disse, por exemplo, que “os subúrbios são lugares onde se escondem os criminosos (responsáveis pelos motins) e estes deveriam ser limpos com lava-jato” e descreveu os jovens que protestaram contra uma visita sua a um subúrbio parisiense como “gangrena” e “plebe”. Outros comentários seus incluíram chamar os manifestantes de “vagabundos” e “escória”, culpando pela violência os “agentes provocadores”, e afirmando que os motins³⁰ foram organizados por “barões da droga”, ou “islâmicos radicais”.

Sarkozy, que disputava a indicação para concorrer às eleições presidenciais de 2007, soube utilizar muito bem toda a repercussão negativa dos motins, em especial a antipatia e a revolta dos franceses dos extratos médios contra aqueles de origens imigrantes, por destruírem patrimônios privados e públicos. Para captar esse apoio dos franceses conservadores, o então Ministro do Interior colocou em ação um conjunto de medidas repressivas e punitivas, dirigidas diretamente àqueles de origens imigrantes, como expulsar todos “estrangeiros” envolvidos em motins, além de retirar os subsídios da bolsa para merenda escolar e da bolsa creche de famílias com jovens que participaram nos motins e incêndios.

O aumento da insegurança nos subúrbios, do desemprego entre os jovens e a invisibilidade social desses grupos contribuíram para que o discurso sarkozista encontrasse solo fértil para se desenvolver e seduzir esse eleitorado que cedia pouco a pouco ao discurso de extrema direita do partido *Front Nationale* do ultraconservador Jean Marie le Pen.

²⁷ Confrontos, motins ou revoltas.

²⁸ O governo reeditou uma lei de 1955, utilizada durante a guerra colonial contra a Argélia.

²⁹ Cargo equivalente a Ministro da Justiça no Brasil.

³⁰ Apesar dos confrontos entre polícia e jovens das periferias terem começado, na França, em meados da década de 1990 e continuarem ocorrendo, os distúrbios que começaram em Clichy-sous-Bois, em 2005, foram considerados um marco fundamental nas relações entre o Estado francês e a juventude periférica; ao mesmo tempo, foi um trunfo importante para a eleição do presidente Nicolas Sarkozy que, com declarações como essas, construiu uma imagem de político forte que não cede jamais.

Mas o efeito mais importante deveu-se a um conjunto de representações sobre as periferias urbanas francesas construídas a partir da difusão dos eventos de 2005. Os jornais, por exemplo, dependendo da orientação política, escolheram vocabulários específicos, como no caso do jornal *Libération*. De viés à esquerda, este tratou de afirmar que alguns desses bairros teriam sido abandonados e se transformado em zonas sem direito. Enquanto isso, jornais como *Le Figaro*, por exemplo, associaram os conflitos ao terrorismo, utilizando-se de expressões como “selvas urbanas” ou “células de extremistas islâmicos”.

No entanto é preciso levar em conta outras representações menos alarmistas sobre o ocorrido, sustentadas por membros de associações e educadores sociais que trabalham junto à população jovem, principalmente relativizando e suavizando os acontecimentos. Didier Fassin (2006), ao acompanhar e escutar os policiais em vários dias durante o evento, afirmou que estes manifestaram uma visão muito mais sombria sobre as periferias e a gravidade da delinquência entre os jovens.

A opinião pública, informada basicamente pela mídia, construiu também suas representações dos bairros tidos como problemáticos em geral, condenando a “violência” dos jovens e exigindo por parte do Estado francês medidas eficazes de contenção dos conflitos.

Entre os/as produtores/as de representações sobre os conflitos, é preciso não esquecer os/as pesquisadores/as que os investigaram. Eles/as também contribuíram para forjar determinadas representações, mesmo que tenham a seu favor o argumento da autoridade científica, fundada no rigor e na objetividade acadêmica. Contudo, na perspectiva teórica a que me filio, já explicitada desde o início desse texto, é impossível isolar o objeto que se estuda. Ou seja, as representações produzidas pelos/as pesquisadores/as são também circunscritas por suas próprias representações políticas. Uma das representações mais comuns coloca o acento nas elevadas taxas de desemprego e fracasso escolar. Essa representação, construída a partir de pesquisas numéricas, pode ser sintetizada na percepção de que os/as jovens desses bairros são vítimas e que, portanto, parece justo que eles se revoltam contra as injustiças a que são submetidos e que, em certas circunstâncias, podem chegar a atos violentos, o que seria perfeitamente justificado.

No sentido oposto à vitimização dos/as jovens, alguns pesquisadores entendem que é preciso proteger as vítimas dos delinquentes, bem como as propriedades privadas e públicas e propõem políticas repressivas e de reforço sistemático do controle de jovens de bairros difíceis. Desse ponto de vista, independentemente de idade, situação social e familiar, os jovens devem ser responsabilizados por seus atos delituosos.

Para Didier Fassin,

Devemos assim nos interrogar sobre a produção midiática e política do acontecimento, e, é claro, sobre seus efeitos em termos de construção dos medos e, mais amplamente, de representações do mundo social e da relação com o outro interior, ao mesmo tempo próximo e distante, familiar e inquietante, novo avatar das “classes perigosas” de outrora. (FASSIN, 2006, p. 187).

Entre as respostas do poder público francês, destaca-se a criação de uma polícia especial para os subúrbios, além do anúncio por parte dos ministérios da Educação e do Interior de uma reforma na lei do código penal de menores³¹. Talvez a mais espetacular resposta do governo francês tenha sido o anúncio do plano *Espoir Banlieues*, preparado pela atual Ministra do Interior Fadela Amara e apresentado pelo presidente francês em 22 de janeiro de 2008. O plano apoia-se na Agência Nacional de Renovação Urbana (ANRU) para obter os financiamentos necessários para sua plena implementação e faz parte das chamadas *Politiques de la ville* implementadas na França desde os anos 1980.

Diferentemente da cidade de Canoas, que durante décadas não teve nenhuma grande política social dirigida à população periférica (PENNA, 2000), *Grigny Centre* esteve pelo menos desde a década de 1950 incluída nas grandes ações de Estado dirigidas às periferias francesas (GIBLIN, 2008).

O plano denominado *Esperança para os Subúrbios*³² concentra suas atenções a quase uma centena de subúrbios considerados problemáticos. Entre eles *Grigny Centre*, que foi o lócus da minha pesquisa de campo na França.

Esse plano definiu como suas principais prioridades as áreas da inserção social pelo trabalho, da luta contra o insucesso escolar e o reforço dos transportes públicos e da segurança como formas de evitar o fenômeno apelidado de “guetização”, numa referência aos chamados guetos norte-americanos.

O plano anunciou ainda a criação de 45 mil novos empregos nos próximos três anos e um financiamento de um milhão de euros, tudo isso aliado à chamada Lei SRU (Solidariedade e Renovação Urbana), que contempla a necessidade de os municípios reservarem 20% de seus orçamentos para habitação social. Esse plano surge entre muitas críticas que têm sido feitas à dinâmica social das cidades francesas, entre aqueles que acreditam no plano e os que o interpretam como apenas mais um espetáculo eleitoral, numa fase em que as sondagens de

³¹ Explico do que se trata o novo código de menores francês no capítulo 4.

³² O Plano *Espoirs Banlieues* praticamente não teve suas ações implementadas até o momento, portanto ele não será objeto de minhas análises. Utilizo as informações para reforçar os argumentos em termos de resposta do Estado francês às revoltas urbanas, que combinam ações preventivas e repressivas.

opinião na França são desfavoráveis ao presidente Sarkozy, cuja popularidade diminui a cada mês.

“Vamos travar uma guerra sem piedade contra as drogas e traficantes de drogas”, disse Sarkozy, prometendo aumentar o efetivo em quatro mil novos policiais nos subúrbios, ao longo de três anos. O governo declarou, ainda, que estava trazendo de volta as unidades policiais de bairro para os subúrbios problemáticos, para combater os crimes locais e com unidades antimotim, retiradas há seis anos, quando Sarkozy era Ministro do Interior. O presidente também prometeu levar os serviços públicos para os subúrbios.

Apesar de não constituírem uma novidade, as ações de Estado após os motins de 2005 são entendidas por mim como semelhantes às políticas brasileiras porque intensificam e investem no governo das condutas de jovens das periferias urbanas, de acordo com Wacquant:

Mostrar a luta contra a delinquência das ruas como um permanente espetáculo moral permite aos dirigentes atuais (como aos anteriores) reafirmar simbolicamente a autoridade do Estado no momento exato em que se percebe sua impotência no campo econômico e social. Essa encenação de segurança também lhes dá a esperança de atrair uma camada de eleitores fascinados pelo programa autoritário e xenófobo do *Front National*. E quando os resultados das urnas decepcionam, como ocorreu com o governo da esquerda plural na eleição municipal de 2001 e com a direita majoritária nas eleições regionais do inverno de 2004, só resta intensificar a repressão penal, e subordinar mais estreitamente o funcionamento da administração penitenciária ao da Justiça, e a política judiciária ao ativismo desenfreado da polícia. (WACQUANT, 2004, p. 229).

Optei, então, pelo Pronasci, no âmbito do Estado brasileiro, e por um conjunto de ações de Estado na França (como as *politiques de la ville*, Contrato Local de Segurança, entre outros) porque ambos surgem temporalmente muito próximos, além de utilizarem estratégias parecidas como, por exemplo, o destaque dado aos municípios na administração dos programas, o que permite supor que há condições de possibilidade para que determinadas ações programáticas com objetivos semelhantes sejam viabilizadas em duas realidades distintas.

Tal fato leva-me a crer que há uma separação de dois estados do mundo social, entre um *antes* e um *depois*. “Se os conflitos urbanos do outono de 2005 constituem um acontecimento, é porque hoje não vemos mais a sociedade francesa exatamente da mesma forma, ou porque a sociedade francesa não se vê mais exatamente da mesma forma” (FASSIN, 2006, p. 185).

Os aparatos públicos e privados de segurança cresceram e sofisticaram-se. Aumentaram os contingentes policiais, aperfeiçoaram-se os equipamentos, ampliaram-se as atribuições de vigilância pública e privada. Ao mesmo tempo, endureceram as penas em quase

todo o mundo ocidental, com o consequente aumento da população encarcerada e da população submetida à tutela penal, ainda que não privada de liberdade. No caso dos países não desenvolvidos – onde os estados nunca conseguiram realizar uma política de bem-estar consistente, capaz de amenizar as desigualdades sociais presentes –, a administração dos conflitos que daí possam decorrer assume a forma mais explícita de uma presença polícial e repressora.

Esses novos contextos sugerem que os mecanismos duros de exercício do poder, como a prisão, ganharam fôlego extraordinário. Diferentemente do que Foucault imaginava, ao pensar a constituição da sociedade disciplinar, a prisão não foi sendo posta de lado por mecanismos mais sutis de normalização. No entanto é evidente que Foucault não estava equivocado quando observou que os mecanismos sutis de disciplinamento avançam e se colocam com mais frequência (c.f. MACÉ, 1999).

Para debater e problematizar as ações do Estado (governo dos outros) e os processos de subjetivação (governo de si), foi preciso assumir que tensões sociais, sejam elas quais forem, se resolvem de formas historicamente específicas e necessitam ser analisadas nas suas incorporações políticas particulares e não como escolhas morais unívocas. Assim, em um contexto em que a juventude – e, dentro dela, a juventude masculina – tem sido posicionada de forma múltipla, como potência e, sobretudo, como problema social relevante – seja pelos problemas com que nos confronta, seja por suas potencialidades presentes e futuras – torna-se interessante e necessário refletir sobre os desafios que se alinham em torno dessa problemática nas periferias urbanas.

Entendo que esta tese, ao seguir a problematização da governamentalidade de Michel Foucault, me permitiu acessar as racionalidades governamentais como campos de possibilidades plurais e imanentes entre si. E assim pude compreender que embora a governamentalidade tenha proporcionado uma modificação ou até mesmo uma fratura no interior da analítica do poder, em compensação ela facultou tratar num mesmo plano de imanência a genealogia da racionalidade política estatal moderna e a constituição ética do indivíduo, a macropolítica e a micropolítica, o governo dos outros e o governo de si mesmo.

Todo texto acadêmico delinea um tema, o trajeto argumentativo de sua enunciação e, também, uma (ou mais de uma) promessa. Dessa forma, e tendo em vista o contexto descrito e a potência reflexiva que nele vislumbrei, trabalhei com um conjunto de elementos organizados com o material empírico, que reuni, organizei e nomeei sob a capa da etnografia pós-moderna, ou seja, minhas incursões aos campos de pesquisa, as *falas* de jovens que ali cresceram e vivem, para discutir elementos que, desde sua própria capacidade de formulação,

e de maneira articulada, estão implicados com a produção de identidades juvenis de determinado tipo. Utilizei um conjunto de documentos de fontes distintas (oficiais, órgãos de imprensa e panfletos). A abordagem teórico-metodológica empregada constrói-se na interface dos estudos de gênero, dos estudos culturais e da antropologia política, em especial de estudos e autores/as que têm proposto uma aproximação crítica com a teorização foucaultiana.

Os textos gerados pelo trabalho de campo foram analisados, aqui, na perspectiva da análise cultural ancorada na teorização foucaultiana (FISCHER, 2001; MEYER et al., 2006) para descrever e problematizar discursos (FOUCAULT, 1987). Os elementos que compõem minha abordagem teórico-metodológica explicitada acima funcionam, entre outras coisas, para colocar sob rasura os tradicionais princípios da pesquisa científica e seus austeros cânones de neutralidade e objetividade.

Ou como diria ironicamente o doutor Simão Bacamarte, em *O Alienista* (1882): “Meus senhores, a ciência é coisa séria, e merece ser tratada com seriedade. Não dou razão dos meus atos de alienista a ninguém, salvo aos mestres e a Deus.” (ASSIS, 1979, p. 272). Machado de Assis utiliza a pretensão dos cientistas de se igualarem a Deus, para fazer uma crítica ao poder que a ciência passara a conferir a seus adeptos no período final do Império.

Entendo como relevante dizer que foram minhas múltiplas inserções³³ – que incluem ser pesquisador do Observatório Franco-Brasileiro de Cidades de Periferia³⁴, ser aluno do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação (PPGEDU) e ter contado com apoio financeiro da Capes (Ministério da Educação) por um ano – que me permitiram acessar uma diversidade de informações bibliográficas e empíricas durante todo o período do doutorado (2007-2010).

1.3 Dos fazeres e dos olhares da pesquisa

³³ Destaco ainda minha vinculação orgânica desde 2004 à linha de pesquisa *Educação, gênero e sexualidade* e ao atual projeto de pesquisa coordenado pela Prof.^a Dr.^a Dagmar intitulado *Vulnerabilidade, programas de inclusão social e práticas educativas: uma abordagem na perspectiva dos estudos de gênero e culturais*. Os trabalhos desenvolvidos por Dagmar Meyer e seus/suas orientandos/as, apoiados nos estudos de gêneros e culturais pós-estruturalistas, têm se dedicado a analisar uma série de processos e instâncias sociais, focalizando de forma importante políticas e programas públicos de inclusão social que estão implicados com a naturalização de determinados modos de ser homem e de ser mulher. Tais processos e instâncias consideram que as normas, as leis e os conhecimentos de uma sociedade são constituídos e atravessados por pressupostos de masculino e feminino, ao mesmo tempo em que se articulam com sua produção, manutenção e ressignificação.

³⁴ A participação no Observatório foi fundamental para que eu pudesse realizar a pesquisa de campo na cidade *Grigny Centre*.

Apoiado nos estudos feministas e de gênero, aportados em uma perspectiva pós-estruturalista, entendo que o/a pesquisador/a não consegue estar em uma posição distante ou neutra do objeto que está pesquisando. Desse modo, incluo na análise a minha participação na condução do processo metodológico, em que as opções teóricas e metodológicas não ficam escondidas ou subentendidas e, sim, explicitadas e implicadas no processo de realização do estudo. Nas palavras de Dagmar Meyer (2000), trata-se de

[...] uma abordagem que, mesmo pressupondo a produção discursiva do social e dos sujeitos, não implica a negação da existência material das pessoas, coisas e eventos, mas que sustenta que elas não têm, em si, significados fixos, uma vez que elas significam e se tornam verdadeiras somente dentro ou pela articulação de determinados discursos enraizados em contextos particulares, mas estão operando dentro dos regimes de verdade de um período e cultura particulares. (MEYER, 2000, p. 59).

A partir desse excerto, em que a autora delinea a pesquisa pós-estruturalista, pude pensar em uma metodologia que estivesse em acordo com tal abordagem.

Ao eleger a etnografia pós-moderna como o eixo articulador da narrativa que redigi, estou tomando uma atitude política que tem riscos, mas que parece coerente com a temática da governamentalidade, ou seja, ao estar atento e fazer emergir as diferentes vozes presentes no texto, os limites da autoridade científica e acadêmica serão colocados sob rasura, e nisso o modo como se constrói determinadas verdades sobre as juventudes das periferias urbanas, por exemplo.

Face ao estatuto político da ciência, ao seu caráter constituidor da *verdade* e às estreitas relações entre poder e saber, Michel Foucault propôs um papel muito mais modesto para os intelectuais, que os vincula a lutas cotidianas, ao que lhes afeta mais de perto, que os faz assumir posições políticas mais ligadas às suas condições de trabalho ou de vida, lutas pela solução de problemas específicos, e não universais.

É a partir de um papel mais modesto do intelectual/pesquisador que proponho articular as vozes dos/as jovens de periferias urbanas à minha voz como pesquisador (e todos autores e autoras que me acompanham) como uma metodologia dentro da metodologia, que busca fugir de uma certa armadilha que Deleuze qualificou como a “indignidade que é falar pelos outros” (DELEUZE, 1993). Foucault, ao fundar o Grupo de Informação das Prisões (GIP), buscou, na direção contrária, criar condições para que os presos pudessem falar por si mesmos. O autor esclarece:

[...] quando os prisioneiros começaram a falar, viu-se que eles tinham uma teoria da prisão, da penalidade, da justiça. Esta espécie de discurso contra o poder, esse contra

discurso expresso pelos prisioneiros, ou por aqueles que são chamados de delinquentes, é que é o fundamental, e não uma teoria sobre a delinquência. (FOUCAULT, 2002, p. 72).

Para Foucault, o intelectual dos nossos dias não é mais o portador de valores universais; ele é agora alguém que ocupa uma posição específica – eu diria também estratégica – na sociedade. Para o filósofo, não há espaço para exercícios utópicos em torno da verdade, pois ela não seria concebida sem um sistema de poder que a sustentasse: aquilo que Foucault chamou de regime da verdade.

Se, quando Michel Foucault estava vivo, suas tentativas de desviar-se das polêmicas tradicionais poderiam aparecer para alguns como sendo apenas uma forma de escapismo intelectual, hoje se percebe de forma mais nítida que ele buscava sobretudo deixar em aberto – para suas investigações e também para as pesquisas futuras – espaços de problematização, espaços de liberdade que permitissem viabilizar novas formas de reflexão e novas possibilidades de ação.

A participação de Foucault no GIP, não era a de estimular as revoltas, ela limitava-se justamente a ouvir as reivindicações que emergiam dessas sublevações, a chamar a atenção para a situação intolerável das condições de encarceramento então vigentes:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. (ibidem, p. 71).

Foucault, compreendia que as rebeliões dos presos não tinham por objetivo acabar com as prisões ou a fuga em massa, mas reivindicações bastante precisas, exigências básicas que incidiam principalmente sobre a rotina e as condições nas quais estavam detidos. Não se tratava, para ele, de um movimento revolucionário – tal como era interpretado na época pela esquerda tradicional – mas de uma sublevação, a partir da qual os presos se constituíam como uma força coletiva diante da administração das prisões. Ou seja, Foucault considerava que tal conjunto de acontecimentos não podia mais ser interpretado a partir da noção de revolução, mas pensado como uma nova subjetividade coletiva, que ao intelectual caberia identificar e diagnosticar, mas jamais liderar.

Mesmo que com a posterior autodissolução do GIP, Foucault conseguiu efetivar uma outra postura em termos de engajamento intelectual, um engajamento não mais em nome de verdades e valores universais, mas a partir da investigação das relações micropolíticas, ou seja, de práticas cotidianas de poder que precisam ser denunciadas como intoleráveis.

Nessa direção, o estudo foi desenvolvido a partir de uma combinação de metodologias e ferramentas de análise voltadas para, de um lado, compreender a intrincada rede discursiva em que Estado brasileiro e Estado francês produzem ações baseados no paradigma segurança/insegurança para as populações periféricas e, de outro lado, como os jovens significam seu cotidiano diante das ações de Estado a que eles estão constantemente expostos.

Retomo, aqui, o conceito de Foucault de governo, como uma estratégia articulatória à etnografia pós-moderna. Minha intenção ao abordar a temática das juventudes periféricas, numa pesquisa que se inspira na perspectiva foucaultiana, supõe tornar mais claras as relações juventudes/poder: o campo mais amplo da análise pós-estruturalista, ao qual a produção desse autor se associa, está centralmente envolvido em explicar os compromissos (das práticas) com o poder.

Assim, meu modo de ver o objeto de pesquisa conecta-se com o modo de narrar, isto é, aos procedimentos de investigação utilizados no trabalho de campo durante o qual o material empírico, aqui analisado, foi produzido.

São esses movimentos de ver e narrar que utilizo para pôr em dúvida uma série de estratégias que visam a *capturar* indivíduos e multiplicidades humanas. Para o filósofo, a ideia de governo diz respeito a como o poder se exerce: “É um modo de ação de alguns sobre outros”. E adverte: “o poder só existe em ato” (FOUCAULT, 1995, p. 242). “Aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes” (ibidem, p. 243). Para Foucault, então, exercer o poder é “conduzir condutas”, numa ação à distância para estruturar o possível campo de ação alheia. Mas tais relações não se encontram acima da sociedade ou fora dela; fazem parte das relações cotidianas, exercidas em rede, em vários pontos do espectro social.

É por essa razão que afirmo que as ações de Estado dirigidas às juventudes periféricas pobres estão firmemente associadas a uma racionalidade mais ampla de governo. Assim, com seu advento, as periferias urbanas, ao tornarem parte da população os/as jovens que lá habitam, passaram a ser medidas, calculadas, categorizadas, descritas, ordenadas e organizadas não só do ponto de vista estatístico, mas também pela produção crescente de conhecimento sobre elas e sobre os fenômenos de sua vida, o que é revelador de um fato: elas se tornaram, dessa forma, alvo de determinadas instituições e objetos de saber.

No âmbito do referencial teórico-metodológico em que me apoio, cinco pressupostos³⁵ constituem o que nomeio de *modos de ver e de narrar* nesta tese:

- O **primeiro** permite conceber cultura como um campo de luta e contestação em que se produzem tanto os sentidos quanto os sujeitos que constituem os diferentes grupos sociais em sua singularidade (SILVA, 1999; GILES; MIDLETTON, 1999).
- O **segundo** defende a centralidade da linguagem (em sentido amplo) nos processos de significação do mundo em que vivemos, para tratá-la como lócus de produção das relações que a cultura estabelece entre sujeito, conhecimento e poder (HALL, 1997).
- O **terceiro** entende educação como conjunto de processos pelos quais indivíduos são transformados, ou se transformam, em sujeitos de uma cultura. E tornar-se sujeito de uma cultura demanda um complexo de forças e de processos de aprendizagem que, nas sociedades contemporâneas, envolvem a família e a escola, mas vão muito além, incluindo, por exemplo, a mídia, os grupos de iguais e políticas e programas sociais (SHORE; WRIGHT, 1997; MEYER, 2005).
- O **quarto** supõe considerar que representação engloba práticas de significação linguística e cultural e sistemas simbólicos através dos quais os significados são construídos. Os sistemas de representação, ao construírem lugares que nos posicionam ou, ao proporcionarem respostas que nos possibilitam entender aquilo que somos, constroem posições de sujeito, produzem identidades. Silva (1999, p. 46) afirma que

[...] a identidade cultural ou social é o conjunto daquelas características pelas quais os grupos sociais se definem como grupos: aquilo que eles são. Aquilo que eles são, entretanto, é inseparável daquilo que eles não são, daquelas características que os fazem diferentes de outros grupos.

Nesse sentido, processos de produção linguística de identidades e diferenças, bem como processos de produção cultural e social de identidades e diferenças, estão estreitamente relacionados; e esta produção se dá, em grande parte, nos (e através dos) sistemas de representação social. Os sistemas de representação, em conexão com o poder que opera na linguagem, estão envolvidos, de forma fundamental, com aquilo que nos tornamos.

- O **quinto** pressuposto permite argumentar que gênero funciona como um organizador do social e da cultura e, nessa perspectiva, engloba todos os processos pelos quais a cultura constrói e distingue corpos e sujeitos femininos e masculinos. Dentre outras

³⁵ Essa abordagem teórica, e os conceitos que dela se desdobram, tem sido extensamente discutida em estudos do campo da educação brasileira contemporânea, de modo que apresento apenas em forma de pressupostos, buscando operar com e dentro dela ao longo de minha argumentação.

coisas, isso se operacionaliza pela articulação de gênero com outras *marcas* sociais, por exemplo, classe e raça/etnia, e cada uma dessas articulações produz modificações importantes nas formas pelas quais feminilidades e masculinidades são, ou podem ser, vividas e experienciadas por grupos diversos, dentro dos mesmos grupos ou, ainda, pelos mesmos indivíduos, em diferentes momentos de sua vida (NICHOLSON, 2000; LOURO, 2005; MEYER, 2004).

Esses cinco pressupostos são operacionalizados por mim no âmbito de uma analítica da governamentalidade como ferramenta conceitual que visa a problematizar as ações de Estado, desconstruindo suas várias práticas e elementos que constituem essas mesmas ações. Portanto não apresento a governamentalidade em forma de pressuposto, mas como a principal noção teórica que perpassa todo o texto da tese.

Na próxima seção, explicito a opção pelos estudos etnográficos pós-modernos e as incursões, interações e observações, enfim a escrita da tese, bem como as palavras significativas como forma de acessar os pensamentos de jovens.

1.3.1 Os estudos etnográficos pós-modernos

Uma das características centrais dos estudos pós-estruturalistas é a ênfase que neles é dada à linguagem. Afirma-se, nessa perspectiva, que os objetos do mundo social são construídos discursivamente. Para isso, recorreremos à linguagem falada ou escrita, mas utilizamos também sistemas de representação que nos permitem usar signos e símbolos para representar o que existe à nossa volta, seja um conceito, uma ideia ou imagem.

Foi a partir da década de 1980 que os antropólogos passaram a questionar sua própria autoridade em produzir representações válidas sobre o outro, questionamento que levou a insinuações de que a prática etnográfica tinha algo a ver com a escrita ficcional. O ponto de partida foi o texto *A interpretação das culturas*, de Clifford Geertz (1989), o qual afirma que o que o etnógrafo faz, basicamente, é escrever, e que a etnografia é uma ficção:

Os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição, somente um “nativo” faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura). Trata-se, portanto, de ficções: ficções no sentido de que são “algo construído”, “algo modelado” – o sentido original fictício – não que sejam falsas, são factuais ou apenas experimentos do pensamento. (GEERTZ, 1989, p. 11).

O reconhecimento do caráter discursivo da disciplina antropológica corresponde ao que considero uma virada pós-moderna na antropologia, uma vez que mantém a ênfase

estruturalista nos processos linguísticos e discursivos, ao mesmo tempo que radicaliza o descrédito em relação às metanarrativas, e aos significados universalizantes e transcendentais (MORICONI, 1994).

Assim, a antropologia interpretativa de Geertz reposiciona o sujeito que tinha sido apagado pelas *estruturas*, mas também não propõe a volta do sujeito ingênuo da hermenêutica clássica. Desse modo, a posição de Geertz busca produzir uma crítica aguda ao estruturalismo ao negar a existência de um núcleo de sentido e ao afirmar que o sentido se produz no jogo de interpretações, em que tanto sujeito como o objeto se modificam simultaneamente. Para Ítalo Moriconi, “Ao jogo de pensamento na modernidade, polarizado pela relação sujeito e objeto, propõe-se a alternativa do jogo pós-moderno de intersubjetividade, da relação entre eu e outro como parceiros no diálogo” (ibidem, p. 64).

É justamente nesse ponto que se dá o esgotamento da ilusão cientificista baseada em uma epistemologia fundada na nítida separação entre sujeito e objeto. A intersubjetividade será fundamental para a chamada antropologia pós-moderna, junto com aquelas filosofias da linguagem que consideram que o conhecimento sobre o mundo não é factual, mas de caráter linguístico, e assumem que este conhecimento forma os objetos que descreve, como diria Foucault.

Desse modo, a reflexão crescente sobre esses aspectos relacionados com as condições de produção da discursividade científica serviu de inspiração para delinear, no interior da antropologia, um conjunto de críticas relacionadas principalmente ao modo de construção textual e ao tipo de interlocução cultural estabelecidos pelas etnografias clássicas e interpretativas.

Os autores dessas críticas, antropólogos norte-americanos como James Clifford, George Marcus, Paul Rabinow designados de pós-modernos, foram inspirados pelas elaborações de pensadores europeus como Roland Barthes, Mikhail Bakhtin, Michel Foucault, Pierre Bourdieu e também receberam grande influência da vertente interpretativa da antropologia americana, desenvolvida principalmente por Clifford Geertz. A antropologia interpretativa surgiu como uma reação à capacidade explicativa dos modelos clássicos de representações culturais.

Clifford Geertz, por exemplo, passou a tratar a cultura como um texto, uma rede de significados elaborados socialmente pelos indivíduos e sua interpretação, como o ofício da antropologia. A interpretação antropológica configurava, assim, uma leitura de segunda ou terceira mão feita “por sobre os ombros do nativo”, o qual faz a leitura de primeira mão de sua

cultura. A análise cultural interpretativa afirmava explicitamente, no texto etnográfico, seus limites ou mesmo o caráter particular e muitas vezes provisório dos resultados da análise.

Segundo Vagner Silva:

Mas foi somente a partir do final dos anos 1970 que os horizontes dessa crítica antropológica foram redirecionados, possibilitando a reflexão dos antropólogos pós-modernos, os quais, acostumados a ver as culturas como texto e a antropologia como sua interpretação, passaram a tomar o próprio texto etnográfico como objeto de interpretação. Assim, observando os antropólogos em sua prática de pesquisa, as preocupações destes etnógrafos (ou *metaetnógrafos*) direcionaram-se para as questões relativas ao próprio processo de produção do conhecimento antropológico e para a autoria dos textos resultantes desse processo (1998, p. 36).

Nas críticas produzidas por vários autores, as consequências dessa espécie de convenção tácita que preside a atuação e inserção do antropólogo no campo de pesquisa, ainda não foi avaliada suficientemente.

James Clifford (1983) tem argumentado, por exemplo, como o estilo textual da etnografia clássica estabeleceu o princípio da autoridade do etnógrafo, cuja presença aparece na introdução do livro ou em notas ao pé da página – para valorizar sua experiência pessoal no terreno de pesquisa (a chamada imersão por longos períodos) e assegurar a veracidade das narrativas ou descrições –, mas que fica escondida estrategicamente na narrativa do corpo do texto, numa tentativa de manutenção de uma suposta neutralidade científica, através de artifícios textuais como o discurso indireto e a objetividade na narrativa.

Na ênfase dada por James Clifford, trata-se de trazer para dentro da narrativa do texto etnográfico a polifonia que marca as relações de poder desiguais e as condições sociais, políticas e de dominação que presidem as circunstâncias do diálogo estabelecido pelo encontro etnográfico, assim como manifestar aos interlocutores de carne e osso aos quais o texto se destina.

Reconheço, aqui, um ensinamento que aprendi nesses campos do pós-estruturalismo: é necessário problematizar nossos modos de conceber as coisas da realidade e, neste caso em especial, aquelas que se relacionam com a juventude, por exemplo. Se as verdades são coisas deste mundo, se elas são sempre provisórias e problemáticas, precisam ser constantemente inquiridas, submetidas a uma dúvida sistemática. O que é preciso pôr em questão são os regimes de verdade estabelecidos, os raciocínios amplamente aceitos, os modos de falar corriqueiros, tornando a linguagem um alvo de problematização.

Assim, o pressuposto de que a linguagem descreveria de forma objetiva as pessoas e as coisas do mundo é colocado sob rasura nas formulações contemporâneas. Nessa perspectiva, os significados de jovem e de juventude que dirigem os nossos atos cotidianos são constituídos em jogos de linguagem, e os vocabulários que utilizamos para expressá-los

não têm a capacidade de descrevê-los fiel e transparentemente. Foucault (1992, p. 306) diz que “se a linguagem exprime, não o faz na medida em que imite e reduplique as coisas mas na medida em que manifesta e traduz o querer fundamental daqueles que falam”.

Desse modo, as ideias que temos dos/as jovens não correspondem a uma verdade última que caracterizaria estas entidades; as palavras que usamos para descrevê-los/as, para atribuir-lhes um sentido, não passam de modos contingentes, arbitrários e históricos de nos referirmos a eles/elas. Sendo assim, a concepção de que existe um conhecimento objetivo, produto da investigação científica, que nos fornece explicações verdadeiras sobre fenômenos associados à juventude é tomada como um produto das relações entre verdade e poder. Nesse sentido, essa juventude de que tanto ouvimos falar é efeito dos discursos que se constituíram/constituem sobre a juventude e, segundo as formulações pós-estruturalistas, as verdades a seu respeito não correspondem a um ser abstrato e incorpóreo, ou a um sujeito epistêmico universal.

A antropologia pós-moderna, nessa mesma direção, entende que não existe o outro como tal, mas apenas sua representação. Ou seja, é o próprio conceito de representação que entra em crise, o que por consequência, acaba por liberar o pensar e o criar de sua relação com o real do positivismo lógico, do realismo naturalista, do estruturalismo e do historicismo do século XIX – formações discursivas segundo as quais a realidade possui uma ordem anterior, à qual estas formas só podem se ajustar. Para James Clifford, “a crítica ao colonialismo no período pós-guerra – um enfraquecimento da habilidade do Ocidente de representar outras sociedades – tem sido reforçada por um importante processo de teorização dos limites da própria representação” (CLIFFORD, 1986, p. 11). É nessa medida que se dá, na antropologia, a virada pós-moderna, a partir de uma posição autorreflexiva:

A etnografia a serviço da antropologia antigamente olhava para um outro claramente definido, categorizado como primitivo, tribal ou não-ocidental, ou pré-letrado, ou não-histórico [...]. Hoje a etnografia encontra outros em relação a si própria, enquanto se vê a si mesma como outra. (ibidem, p. 23).

O sujeito deixa de ser pensado como uma entidade prévia ao discurso, para ser tratado como o próprio efeito da discursividade (ou da atividade interpretativa). As formulações de Clifford Geertz podem ser consideradas como fundamentais, pois produziram um impacto no conjunto do pensamento social, ao pôr em questão a autoridade da antropologia que, desde Franz Boas e Malinowski, baseava-se na “experiência etnográfica” ou seja, na observação participante.

Após a publicação póstuma do *Diário* de Malinowski (1997), a imersão no campo de pesquisa como uma experiência asséptica e uma simples “coleta de dados” foi desmontada; o etnógrafo, ficou claro, também é modificado por ela, de maneira que cada versão do outro é também uma construção do eu.

A divulgação do *Diário* revelou-se de tal modo impactante no âmbito da antropologia, pois nele Malinowski se mostrava não como o observador participante dos *Argonautas*, tentando “aprender o ponto de vista do nativo”, dotado de alma magnânima, cuidadoso e de sentimentos nobres com o outro (CLIFFORD, 1986, p. 38), um tipo de intelectual recém chegado que terminaria com as deformações sobre os povos distantes (CANCLINI, 2004, p. 104).

O que fica nítido no *Diário* é que seu autor se mostra um homem imerso em sentimentos ambivalentes em relação aos nativos, numa combinação visceral de empatia e repulsa. Diz Malinowski, a certa altura do *Diário*: “Havia muitos momentos que eu me enfurecia com eles [...] meus sentimentos para com os nativos decididamente tendem para exterminar os brutos” (MALINOWSKI, 1997, p. 103).

É preciso lembrar que, para Malinowski, o *Diário*, do modo como havia escrito não fazia parte do exercício antropológico; o autor apenas registrou suas impressões sem intenção de que fosse publicado. O que torna ainda mais sólida a posição em relação ao modelo de ciência defendida por Malinowski, na medida em que mostra que considera necessário separar suas impressões e sentimentos no texto etnográfico.

Para a antropologia pós-moderna, porém, o que mais importa com relação ao *Diário* é de que a vivência etnográfica não só constrói o objeto, mas também o sujeito da etnografia, que se vê por ela transformado no confronto com o outro; Em virtude disso, James Clifford salienta a “tentação de propor que a compreensão etnográfica (uma posição coerente de simpatia e compromisso hermenêutico) se percebe melhor como uma criação da escrita etnográfica do que como qualidade consistente da própria experiência etnográfica” (CLIFFORD, 1986, p. 138).

Entendo que a chamada virada pós-moderna na etnografia coloca em relevo um modo de conceber a linguagem e o papel fundamental que esta desempenha na instituição dos sentidos que damos às coisas do mundo. Desse modo, a linguagem não faz a mediação entre o que vemos e o pensamento – ela constitui o próprio pensamento. Assim, “quando alguém ou algo é descrito, explicado, em uma narrativa ou discurso, temos a linguagem produzindo uma ‘realidade’, instituindo algo como existente de tal ou qual forma” (COSTA, 2000, p. 77).

Por essa razão, posso dizer que não usamos a linguagem apenas para descrever e interpretar o mundo; as linguagens que utilizamos estão profundamente implicadas na instituição de práticas e na constituição de identidades sociais. É talvez, por isso, que o regime de visibilidade a que as juventudes foram (e continuam sendo) submetidas nos últimos anos esteve (e está) associado à proliferação dos discursos, à intensificação da produção de narrativas sobre esse novo objeto, fazendo com que os fenômenos relacionados com a população jovem passem a ser descritos, ordenados, medidos, calculados, categorizados, tornando os/as jovens e a juventude alvos de determinadas instituições e foco de tecnologias de poder.

As estratégias da etnografia pós-moderna na qual me apoiei para escrever este trabalho podem ser resumidas em quatro movimentos de investigação e de análise no trabalho de campo que procurei seguir e mesclar, baseando-me na sugestão de Gottschalk, na etnografia que fez sobre a cidade norte-americana de Las Vegas (1998, p. 128):

Muitos autores interessados na virada pós-moderna recomendam uma variedade de estratégias de realização da etnografia, e, embora tais recomendações sejam sem dúvida úteis, [...] sugiro desenvolver estratégias que sejam práticas, em harmonia com o local e as pessoas com os quais se interaja, e que melhor habilitem o/a etnógrafo/a na prática de seu trabalho.

Assim, os movimentos que *escolhi* colocar em ação nesta tese são os seguintes³⁶:

(a) Considerar a presença do narrador (eu) na história, com base na autorreflexividade. Procurei autorrefletir sobre o relacionamento entre o pesquisador e o que está sendo pesquisado, dando ênfases aos meus sentimentos, incômodos e prazeres ao longo da investigação. Aí estão incluídos os questionamentos e as dúvidas sobre a escolha do lócus da pesquisa, os métodos de investigação, as estratégias textuais e as reivindicações de autoridade.

(b) Produzir evocação em vez de descrição; aqui se trata de voluntariamente utilizar as recordações de elementos da minha própria memória. Ao invés de tentar convencer o leitor da verdade de meus relatos, apelando para formas textuais em que a autoridade acadêmica se torne o critério de fidedignidade do texto, os etnógrafos pós-modernos tentam promover uma compreensão através de reconhecimento, identificação, experiências pessoais, emoção,

³⁶ Com relação aos compromissos éticos, os acordos não foram os mesmos em *Grigny* e no Guajuviras. Em *Grigny*, os grupos de discussão não foram gravados, por solicitação dos participantes, enquanto que as entrevistas individuais puderam ser gravadas a partir da compreensão das dificuldades que eu teria em anotar todas as respostas em francês. No entanto o acordo explícito, tanto com o coordenador da pesquisa Sylvain Lazarus como com os/as jovens, era de total fidelidade às palavras deles/as. No Guajuviras, os encontros grupais e as entrevistas puderam ser gravados sem restrições. Em ambos os lugares, reiterei o acordo de utilizar nomes fictícios.

discernimento e formas de comunicação que comprometam o/a leitor/a com planos outros que unicamente o racional.

(c) Utilizar-me de interrupções feitas por artefatos culturais; incluo textos culturais, tais como as mensagens nos panfletos de divulgação das ações do Estado, *outdoors*, cartazes de filmes, por exemplo. Essas mensagens tanto pontuam o texto quanto aparecem na forma de fotografias/figuras na etnografia.

(d) Tendo em vista o contexto descrito e a potência reflexiva que nele vislumbrei, trabalhei, aqui, com *falas* de jovens que cresceram e vivem no bairro Guajuviras e no subúrbio de *Grigny Centre*, para discutir elementos que, desde sua própria capacidade de formulação, e de forma articulada, estão implicados com a produção de identidades juvenis de determinado tipo, que chamei de palavras significativas. Analiso também um conjunto de entrevistas com jovens, que foram complementares aos grupos de discussão, e com pessoas que participam, de algum modo, das ações de Estado analisadas ao longo da tese, como educadores sociais, policiais militares, monitores/bolsistas.

Cabe ressaltar que textos e imagens gerados durante o trabalho de campo são analisados, aqui, na perspectiva da análise cultural ancorada na teorização foucaultiana (FISCHER, 2001; MEYER et al., 2006) para descrever e problematizar discursos (FOUCAULT, 1987) que, imbricados, permitem, por exemplo, aos/às jovens expressarem-se de um determinado modo e não de outro naquele contexto da pesquisa. Nessa direção, Beatriz Fischer (1997, p. 17) assinala que “nos discursos, existe um lugar determinado e vazio que pode ser ocupado por diferentes indivíduos”, e pode-se considerar que é desses lugares que indivíduos se tornam capazes de pensar, falar e agir, de determinados modos, em circunstâncias específicas. Com a análise cultural busquei, então, reconhecer e descrever algumas posições de sujeito que os/as jovens ocupam quando falam de si e de suas vidas, das relações que estabelecem entre si e com as instituições sociais e políticas com as quais interagem, bem como com as ações educativas que nelas vivenciam.

1.3.2 O trabalho de campo, o lugar e os sujeitos da pesquisa

O bairro Guajuviras e a *ville de Grigny Centre* são dois territórios muito diferentes em densidade populacional, do ponto de vista cultural e em muitos outros quesitos; no entanto ambos são narrados invariavelmente de forma negativa, em narrativas nas quais uma série de representações de violência, drogas, crimes, mortes, medos e problemas muito semelhantes são acionados.

Apesar das diferenças entre as duas realidades (brasileira e francesa³⁷), destaco que os/as jovens que habitam esses locais vêm sendo, de modo semelhante, invadidos no seu dia a dia por um conjunto de ações estatais que tomam como referência uma suposta crise das periferias e, conseqüentemente, a necessidade de solução dos problemas sociais lá localizados.

Hoje cheguei ao bairro Guajuviras por volta de 15h. Na Avenida Principal, em frente ao posto policial e à Praça da Brigada, ocorria uma blitz policial. Muitos policiais militares armados de fuzis, pistolas, seus coletes à prova de bala, abordando motoristas que passavam com seus automóveis na avenida. Ninguém cruzava a Avenida Principal sem antes passar pela revista policial. A abordagem era ríspida e intimidava as pessoas. Alguns pedestres que passavam pelo local ou estavam no ponto de ônibus próximo comentavam sobre a abordagem que estava sendo realizada pelos policiais. Alguns manifestavam descontentamento pelo modo ríspido e outros apoiavam a situação. Saindo dali, fui ao meu destino, que era acompanhar as atividades de futebol na Praça Ildo Meneghetti, que pertencente a um dos núcleos de esporte e lazer do PELC. Chegando lá por volta de 16h10min, estavam em atividade no campinho da praça 12 jovens e a bolsista que orientava o jogo de futebol. Fui até o centro do campinho, cumprimentei a bolsista e os jovens, que responderam da mesma forma. Nas ruas que ficam no entorno da praça, uma viatura da Brigada Militar (polícia) passava a todo instante com dois policiais, vigiando o grupo de jovens que se encontrava ali jogando futebol e os demais que se encontravam ali assistindo. [Recordações de campo, 12 mai. 2010].

O Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti, popularmente chamado de Guajuviras³⁸, é um bairro da cidade de Canoas – na região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul –, que se localiza na parte nordeste da cidade. Foi ocupado no dia 17 de abril de 1987. É o bairro de menor renda média do município, com uma população estimada em 80 mil habitantes. Foi o maior assentamento urbano da cidade de Canoas.

Esse conjunto habitacional³⁹ fez parte de programas que visavam ao assentamento de populações pobres na periferia dos grandes centros urbanos nos anos 1970 e 1980. A principal característica de tais programas foi sua preocupação higienista, típica das políticas desse período. As primeiras ocupações no bairro ocorreram nos apartamentos populares ao longo da Avenida Principal, ou Avenida 17 de Abril. As ocupações iniciais nos apartamentos populares foram realizadas por muitas pessoas que já tinham feito a inscrição para residir no local e que resolveram organizar a instalação devido ao retardamento constante na entrega das moradias

³⁷ Alguns autores (MACÉ, 1999; PERALVA, 2000; ADORNO, 2002) que comparam as formas de violência na França e no Brasil contemporâneos, defendem que, enquanto nas cidades francesas a violência tem um caráter anti-institucional (ela é violência contra o Estado), no Brasil a violência urbana está ligada a uma falta de regulação, por parte do Estado, das relações sociais, culturais e econômicas (ou seja, a violência se dá por ausência do Estado).

³⁸ Guajuviras ou Guaju é o nome de uma árvore nativa da região, presente nas áreas verdes que foram ocupadas.

³⁹ Onde hoje fica o bairro, existiu no passado uma fazenda, chamada *Fazenda Guajuviras*. Ela foi desapropriada em 1973 para a construção do conjunto habitacional (PENNA, 2000).

para residir no conjunto habitacional. Na ocasião da primeira ocupação, o conjunto habitacional contava com 5.974 unidades habitacionais.

Assim, o conjunto habitacional inicialmente foi ocupado por quem já aguardava liberação para residir. Posteriormente, as ocupações foram se realizando nas demais unidades habitacionais e nas áreas verdes localizadas no entorno da Avenida Principal, onde hoje estão localizadas as vilas que compõem o bairro.

O Guajuviras é dividido em setores (1, 2, 3, 4A, 4B, 5 e 6) e cada um é dividido em quadras (de A a Z). Existe uma numeração para as ruas, mas ela é ignorada pelos habitantes, já acostumados a setores e quadras. Dentro do bairro, ficam as avenidas *17 de Abril* (também conhecida como Principal ou Avenida Um) e *Esperança*. A avenida *Boqueirão*, uma das mais importantes da cidade, passa na entrada do bairro.

Em dias de chuva, a população sofre com os frequentes alagamentos das partes baixas, já que o sistema de esgoto, entupido com resíduos, derrama dejetos nas ruas. Uma grande área do bairro sofre com a falta de saneamento básico.

O Guajuviras é apresentado na mídia seguidamente por um conjunto de representações negativas: o lugar de invasores, de tráfico de drogas, de gangues e bandos de jovens, das mortes, das desavenças. Tais representações não são uma exclusividade do Guajuviras, uma vez que boa parte das periferias urbanas pobres no ocidente convive com essas representações cotidianamente. Nas palavras de Loïc Wacquant:

Quando esses “espaços penalizados” são, ou ameaçam tornar-se, componentes permanentes da paisagem urbana, os discursos de descrédito amplificam-se e aglomeram-se à sua volta, tanto “vindos de baixo”, nas interações banais da vida cotidiana, como “vindos de cima”, nos domínios jornalístico, político e burocrático (ou até, científico). Uma *mácula localizada* sobrepõe-se então aos estigmas já operantes, tradicionalmente ligados à pobreza e à pertença étnica ou ao estatuto de imigrante. (2008, p. 15).

Em cada metrópole, uma ou mais aglomerações, setores ou concentrações residenciais de habitação social são publicamente alardeados e reconhecidos como *infernos urbanos*, onde o perigo, o vício e o abandono fazem parte da ordem das coisas.

É justamente diante dessa apresentação negativa que o bairro Guajuviras está recebendo um conjunto de ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), agora rebatizado eufemisticamente de *Território de Paz*.

Cabe lembrar que essa pesquisa começa temporalmente ainda durante a administração do prefeito Marcos Antônio Ronchetti, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB),

reeleito em 2004. Em 2009, assume a prefeitura Jairo Jorge da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), que venceu o segundo turno das eleições no final de 2008.

Durante os períodos pré-eleitorais, Canoas transforma-se em um importante ponto de campanha para um grande número de candidatos a diversos cargos eletivos; inclusive candidatos à Presidência da República fazem campanha na cidade. Isso se dá, principalmente, devido à grande população do município e à sua importância dentro do estado⁴⁰.

Em 2006, Canoas foi determinante para a eleição dos deputados federais Luiz Carlos Busato (PTB) e Marco Maia (PT). O senador Paulo Paim (PT) também tem sua base política no município.

A eleição do prefeito Jairo Jorge da Silva foi fundamental para que o Pronasci viesse a ser implantado no município, por ser afilhado político do Ministro da Justiça do governo federal na época de sua eleição (Tarso Genro). Logo no início da gestão, Jairo Jorge nomeia como secretário de segurança do município Alberto Kopittke, que teria sido um dos elaboradores do Pronasci e responsável pela Conferência Nacional de Segurança Pública. De perfil técnico, Alberto apresentou-se desde o discurso inicial na sua posse como alguém que reunia capacidade de articulação, dinamismo e conhecimento acadêmico. Desse modo, as condições estavam dadas para que o Pronasci aterrissasse em terras canoenses, tendo como destino o bairro Guajuviras, face às representações argumentadas anteriormente.

No Brasil, o trabalho de campo no bairro Guajuviras aconteceu em dois momentos: o primeiro momento ocorreu entre os meses de abril e julho de 2007, quando realizei 12 encontros grupais com jovens divididos em dois grupos. Apoiado nas teorizações sobre grupos focais, contei com 20 participantes na primeira fase (em 2007), 10 homens jovens e 10 mulheres jovens. O segundo momento ocorreu quando eu já tinha voltado do estágio de doutorado *sanduíche*, quando realizei 10 reuniões de discussão em grupo, com dois grupos, entre os meses de março e maio de 2010. Nesses últimos encontros, procurei replicar a mesma estratégia metodológica realizada na França – ou seja, utilizando a perspectiva das palavras significativas –, além de realizar uma série de entrevistas individuais e complementares com roteiro elaborado em colaboração entre minha orientadora brasileira e meu orientador francês. Além dos grupos de discussão e das entrevistas, utilizo minhas incursões etnográficas no bairro Guajuviras e nas ações do Território de Paz.

⁴⁰ Canoas é o segundo maior PIB do estado do RS, ficando apenas atrás da capital Porto Alegre, e 31º no ranking do PIB nacional. Canoas, em 2008, contava com uma população de 329.903 habitantes, superando países como a Islândia e Belize, sendo o quarto maior município do estado e o 67º do Brasil em população. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/PIBMun_novaserie.pdf>. Acesso em 12 dez. 2010.

A composição dos grupos, nesse segundo momento, foi organizada por Cristiano Neves na medida em que ele mantinha contato com os/as jovens através de sua atuação no PELC/Pronasci. Conteí com 12 jovens (em 2010), sendo cinco mulheres e sete homens entre 14 e 26 anos.

Há alguns traços comuns entre os/as jovens selecionados/as para participar desta pesquisa. Todos os/as jovens participavam das atividades do PELC/Pronasci, do grupo de teatro ou de futebol.

Todos os/as jovens eram estudantes do ensino fundamental, com exceção de um deles, que tinha parado de estudar depois de concluído o ensino fundamental. Tal semelhança se justificou pelo fato de terem sido indicados por profissionais que atuavam como educadores nesse programa. Dois deles teriam cumprido medidas socioeducativas, e outro esteve envolvido com a *boca de fumo*, vendendo ou servindo de *aviãozinho* para o patrão.

Outro aspecto que chama a atenção na caracterização dos jovens é o fato de que parte deles estava ou esteve vinculada a programas e projetos desenvolvidos por ONGs ou a grupos juvenis de hip-hop, de comunicação ou de igreja.

Hoje fui a *Grigny* pela primeira vez. Tomo o RER na *Gare de Lyon* para uma viagem que leva cerca de 40 minutos. Ao longo do caminho, o trem passa por vários subúrbios. Pela janela, vejo alguns prédios com mais de 10 andares, edifícios degradados e outros parecendo pouco habitados, muitos jardins e pequenos bangalôs. Vejo, também, uma grande área industrial, com muitas fábricas que parecem desativadas. *Grigny* situa-se numa espécie de morro e, quando o trem se aproxima, de baixo para cima, vejo uma impressionante imagem diante de mim. Do lado esquerdo do trem, na encosta do morro, encontra-se um pequeno, simpático e típico subúrbio francês, como muitos outros que tenho visto por aqui. Do lado direito, vejo um conjunto de edifícios atrás de um muro enorme, no topo de uma colina. Quando chego à estação, tenho que subir uma escada muito alta para chegar à saída e outra para chegar até a rua... [Recordações de campo, 3 mai. 2009].

Em minha segunda visita, chego mais cedo do que o combinado com Amar2 para conhecer um pouco de *Grigny II*. A maioria dos prédios tem em torno de 11 andares, com antenas parabólicas presas às paredes e cordas nas varandas onde se penduram todos os tipos de coisas. Eles correspondem muito bem às imagens que tenho visto dos subúrbios parisienses na mídia. Para minha surpresa, quando saio da estação e olho para a direita em direção a *Grigny II*, vejo pelo menos 10 veículos grandes da polícia francesa, muitos policiais perfilados e bem armados, com equipamentos de proteção (ombreiras, joelheiras, cotoveleiras pretas) – um vestuário que, até agora, só tinha visto em filmes de ficção. Ao mesmo tempo, pessoas caminhavam tranquilamente, sozinhas ou em grupos, às vezes compostos por famílias numerosas com vários carrinhos para bebês. Não aguentei e perguntei para um garoto de 12 anos se tinha acontecido alguma coisa que justificasse a presença de tantos policiais, e ele me respondeu com muita tranquilidade que não, que aquilo era normal: *C'est normal*. [Recordações de campo, *Grigny Centre*, 7 mai. 2009].

A cidade de *Grigny Centre* divide-se em dois grandes conjuntos: *Grande Borne* e *Grigny II*. Há 50 anos, *Grigny* era apenas uma pequena vila, composta por casas agrupadas em torno de duas grandes fazendas. Os habitantes costumavam criar animais e plantar batatas até o período da grande industrialização da região, que trouxe novas possibilidades de

trabalho e de geração de renda, além de crescimento econômico e desenvolvimento, num contexto em que o incentivo à imigração contribuía para aumentar as chances de o país concorrer em igualdade de condições com as outras nações europeias (GIBLIN, 2008).



Figura 3 – Mapa de *Grigny Centre* e arredores com o título *Grigny uma cidade explosiva*

Os primeiros imigrantes que ali se instalaram, no início do século XX, eram diaristas italianos que vieram para trabalhar nas escavações de dois grandes lagos, perto do vilarejo que se transformou na atual *Grigny*. Esses lagos, que existem até hoje, desempenharam um papel importante na campanha de *marketing* para o residencial *Grigny II*, erguido junto à estação de trem dos dias atuais, pois promoviam a área como um lugar apazível para se viver (GIBLIN, 2008).

Os movimentos iniciais de transformação do vilarejo começaram em meados da década de 1950. Foi construída uma estrada ao lado da vila que, atualmente, divide o espaço de *Grigny* em duas partes: de um lado encontra-se *Grigny II*, e do outro lado está um grande, e agora degradado, residencial: *La Grande Borne*. Ao longo da rodovia, novas fábricas, dentre elas uma da Coca-Cola, foram construídas, sendo nelas que a população da área encontrava trabalho. *Grigny II* e *La Grande Borne* (criadas na década de 1960) resultaram de uma política governamental para a construção de novos bairros nos arredores de Paris (WACQUANT, 2008). Tal política foi motivada pela escassez de moradias e porque os imigrantes estavam vivendo em “favelas de lata” próximas a Paris.

A construção destes bairros levou a um rápido crescimento populacional em *Grigny Centre* que, em 1968, contava com 2.957 habitantes e em 1972 já tinha 21.655. Esse aumento acelerado, em apenas quatro anos, acentuou os problemas de infraestrutura, educação, saúde e trabalho que persistem até hoje.

Atualmente, o território que foi concebido para ser um bairro tranquilo e moderno é representado como uma das zonas mais pobres e mais difíceis dos subúrbios de Paris. *Grigny Centre* – segundo a mídia, o Estado francês e grande parte dos trabalhos acadêmicos (GIBLIN, 2008; SAUVADET, 2007; MUCHIELLI, 2009) que se ocupam de problemáticas que envolvem violência, migração e exclusão social – é um dos mais explosivos subúrbios franceses. A população apresenta muitas dificuldades socioeconômicas. A área tem cerca de 25 mil habitantes registrados, mas o número efetivo deve passar de 30 mil (conforme boletim da prefeitura), uma vez que há um grande número de pessoas sem documentos, que não responde aos recenseadores por medo das ameaças de expulsão do governo francês. A maioria dos habitantes acima dos 40 anos veio da região de Magrebe⁴¹ ou da África subsaariana⁴². Os mais jovens são, em grande parte, nascidos na França.

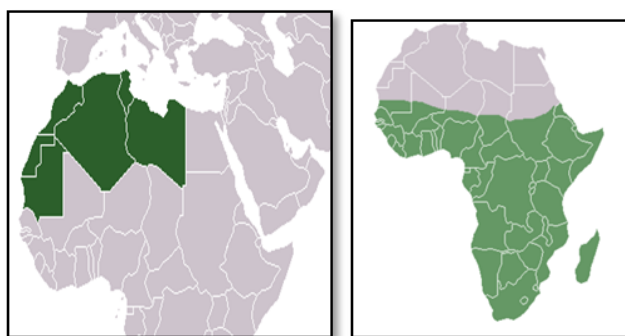


Figura 4 – Em verde, regiões conhecidas como Magrebe (E) e África subsaariana (D)

Além das habitações degradadas, em boa parte dos prédios os elevadores não funcionam, e são comuns casos de famílias com mais de 10 crianças que vivem em um apartamento de três quartos. A cidade tem uma das maiores taxas de desemprego de toda a França, chegando a quase 50% para jovens entre 15 e 24 anos. Para a população geral, essa taxa é de 30% (KOKOREFF⁴³, 2003).

Características como forte densidade populacional, concentração de população estrangeira, grande proporção de jovens com menos de 30 anos, taxas de desemprego maiores

⁴¹ Argélia, Tunísia, Líbia, Mauritânia, Saara Ocidental e Marrocos.

⁴² A cidade, segundo os próprios moradores, está dividida entre a população de origem africana, que vive em *La Grand Borne*, e a população de origem árabe, que vive em Grigny II.

⁴³ As traduções dos originais em francês e em inglês são de minha autoria.

do que a média nacional, altos índices de fracasso e evasão escolares, bem como a perceptível tensão entre diferentes grupos sociais, são utilizadas para nomear subúrbios parisienses como *sensíveis*, *desfavorecidos*, *difíceis* e *violentos*. O uso de tal terminologia não é fortuito e produz determinados efeitos classificatórios, que também variam segundo as circunstâncias, os contextos e os meios em que são empregados – políticas públicas, noticiários, estudos acadêmicos, pautas de políticos de diferentes partidos e/ou de grupos e movimentos sociais. Nesse sentido, pode-se dizer que existe uma rede de instituições e atores sociais (políticos eleitos, responsáveis por associações, educadores, pesquisadores e profissionais da mídia, por exemplo) implicada na produção de um conjunto de representações sobre a população que reside nesses territórios, com destaque para a população jovem que, no limite, opera tanto na direção de uma criminalização quanto de uma vitimização *a priori*.

O trabalho de campo foi realizado entre março de 2009 e janeiro de 2010, também utilizando a estratégia de reuniões, com discussões em grupo, uma vez por semana⁴⁴, com cerca de 10 jovens moradores, entre 17 e 30 anos. A maioria do grupo foi composta por jovens homens, mas pelo menos três mulheres também estiveram presentes. A composição do grupo nem sempre foi a mesma; era alterada quando alguém trazia um amigo ou amiga para conhecer o trabalho, ou quando alguém que tinha faltado à reunião anterior voltava na reunião seguinte.

Os componentes do grupo foram selecionados e convidados por Amar Henni⁴⁵, que, por conhecer muito bem as famílias que vivem em *Grigny*, pôde operacionalizar a heterogeneidade prevista no desenho metodológico prévio. O fato de o convite para participar ter partido de Amar também criou, desde o início, um clima de confiança e liberdade de expressão que dificilmente teria se instaurado em outras circunstâncias. Com exceção de duas meninas da área vizinha (*Ris Orangis*⁴⁶), os outros jovens viviam em *Grigny*, na *Grande Borne* e em *Grigny II*. Todos tinham origens imigrantes – Senegal, Mali, Argélia, Marrocos e Tunísia –, e a maioria estava estudando ou procurando um emprego ou um estágio. Pelo menos dois deles já tinham passado pela prisão.

⁴⁴ Não fizemos reuniões em alguns períodos, como nas férias de verão em julho, quando a maioria dos/das jovens viajava para visitar familiares que ficaram nos países de origem de seus familiares, e durante o *Ramadan*, em setembro, quando a cidade praticamente para por conta das obrigações religiosas.

⁴⁵ Amar Henni é estudante de doutorado sob a supervisão de Sylvain Lazarus (professor da Universidade de Paris 8) e ex-diretor do serviço de juventude em *Grigny*.

⁴⁶ *Ris Orangis* localiza-se ao lado de *Grigny*, e ambas fazem parte do departamento de *Essone*, da região da *Île de France*.

Inspirados pelos estudos que trabalham com a metodologia de Sylvain Lazarus⁴⁷, na primeira reunião do grupo pedimos⁴⁸ aos jovens para citar o que chamamos de palavras significativas (DAMICO; MEYER, 2010), ou seja, palavras que são importantes para entender e descrever suas vidas e como eles se veem. Em cada uma das reuniões seguintes discutiu-se o significado e o valor atribuído a algumas dessas palavras. Na sequência da reunião, essas palavras foram agrupadas em categorias que os jovens definiram como “nós” e “eles”, e são esses dois agrupamentos – constitutivos dos processos de diferenciação cultural – que resultam em produção de identidades e diferenças.

Três pesquisadores (Amar Henni, Sylvain Lazarus e eu, José Damico) participaram do grupo de discussão e, individualmente, fizeram anotações de cada reunião que constituíram um diário de campo; as anotações de cada reunião eram revistas e discutidas entre nós três e, a partir dessa discussão, organizávamos a reunião seguinte. Essas anotações também serviram como ponto de partida para algumas entrevistas individuais que julguei necessário fazer nos últimos dois meses de convivência com os/as jovens.

A complexidade das formulações de Sylvain Lazarus, bem como as dificuldades em combiná-las com as perspectivas pós-estruturalistas, exigiram certas modificações e adaptações ao desenho teórico-metodológico original, com relação às discussões grupais desenvolvidas no Brasil no segundo momento.

O filósofo Étienne Balibar enfatizou, em seu artigo *Uprisings in the banlieues* (*Revoltas nos subúrbios*, 2007), que é muito importante tomar conhecimento das palavras que são usadas para descrever a situação dos jovens nos subúrbios. As palavras são sempre influenciadas pela estrutura de poder em que são aplicadas e podem reforçar ou ampliar certos dispositivos de exclusão e marginalização que desempenham um papel importante na vida dos jovens nos subúrbios. Por exemplo, usar a palavra *insurreição*⁴⁹ para descrever tumultos nos *subúrbios*, implica um certo significado político dos acontecimentos que é negado pelo uso da palavra *violência urbana*.

Os participantes do grupo se envolvem muito seriamente na conversa. Ninguém perturba ou fica tirando sarro de alguém, todos/as escutam atentamente uns aos

⁴⁷ Desenvolvida no livro *Anthropologie du Nom* [Antropologia do nome], 1996.

⁴⁸ Utilizo os verbos na primeira pessoa do plural no caso do grupo de discussão em *Grigny Centre* em função do trabalho coletivo de investigação lá realizado.

⁴⁹ Em novembro de 2005, durante os famosos motins, o subúrbio de *Grigny Centre* não registrou grandes perturbações, se comparado aos subúrbios do norte de Paris, onde centenas de carros foram queimados. Mas incidentes como os de 2005 são uma parte da história familiar de Grigny, como me disse Malik. Nos anos anteriores e posteriores, vários conflitos entre a polícia e jovens dos subúrbios de Paris foram registrados, na maioria das vezes motivados por reações à violência policial.

outros e mostram muito respeito para com Sylvain, o que não quer dizer que tratam-no como um superior. Uma das meninas, por exemplo, faz uma crítica a Sylvain por não terminar as suas perguntas e por falar muito lentamente. Segundo ela, Sylvain faz com que seja difícil para ela entender suas ideias. Tenho a impressão de que todos se sentiam livres para dizer o que quisessem, mas alguns dos jovens se destacavam falando mais do que o restante do grupo. Em vários momentos, em virtude do nosso pedido de que eles/as citassem as palavras que são importantes e descrevessem o significado dessas palavras, a conversa se tornava bastante abstrata e longos silêncios se faziam presentes. Eu me senti muitas vezes desconfortável com a troca de ideias quase socrática de pensamento que estávamos tendo, na tentativa de descrever com precisão as diferentes camadas de significados que os jovens atribuem a uma determinada palavra, como *família* ou *traição*. [Recordações do primeiro dia de grupo em *Grigny Centre*, 13 abr. 2009].

Em *Grigny*, realizei 10 entrevistas com jovens, três mulheres e sete homens, para complementar as informações não tratadas nos grupos de discussões. Utilizo-as na escrita de minhas recordações das incursões no campo no subúrbio francês.

1.4 Olhares cruzados

O fato de a investigação ter sido realizada em dois contextos bastante distintos – um bairro periférico de uma cidade brasileira e uma pequena cidade na periferia de Paris –, ainda que tenham sido contingentes as experiências, oportunidades e possibilidades que a própria feitura da tese proporcionou, serve, a meu ver, ao propósito de debater a diversidade e as semelhanças das experiências de jovens de periferia⁵⁰ e, ao mesmo tempo, para entender as condições materiais e políticas que estão implicadas em produzir determinada realidade social.

Guajuviras e *Grigny Centre* – que geograficamente são consideradas como regiões periféricas de grandes centros urbanos como Porto Alegre e Paris, respectivamente – são representadas nos discursos públicos como sendo lugares ruins de se viver, que é melhor não passar por lá, que as pessoas que vivem lá são, na sua maioria, (i)migrantes, que as taxas de criminalidade são altíssimas, que o fracasso escolar é imenso e que, por conseguinte, essas regiões são perigosas.

Evidentemente, não se trata, aqui, de avaliar a veracidade e a correção de notícias e/ou imagens veiculadas pela mídia, nas análises e nos resultados de trabalhos acadêmicos, na posição externada por políticos, educadores e agentes de segurança, assim como nos textos

⁵⁰ Regina Novaes (2006, p. 116) lembra-nos que o uso da expressão *periferia* ultrapassa a localização geográfica: “Trata-se da nomeação de uma identidade construída nos últimos anos e que tem efeitos nos estilos, estéticas, vínculos sociais e laços afetivos das trajetórias de uma parcela de jovens que se apropriaram e deram um novo sentido à palavra periferia”.

programáticos das políticas que pretendem dar conta do que é nomeado e passa a ser abordado como problema social, no sentido de dizer que elas são falsas ou verdadeiras. Ou, ainda, não se busca dizer que elas desencadeiam os comportamentos considerados inadequados (e/ou ameaçadores da ordem instituída) dos jovens moradores dos subúrbios. Trata-se de considerar, seguindo Foucault (1987), que os discursos e as práticas a eles vinculadas, quando descrevem e nomeiam indivíduos, grupos, fatos e processos sociais, constroem um saber sobre eles e, portanto, implicam-se com sua produção num determinado sentido e direção. Ou seja, as palavras estão relacionadas à produção das coisas que elas nomeiam e tornam inteligíveis num determinado tempo, contexto e linguagem, e isso inclui a criminalização, a vitimização, a discriminação e a desigualdade social e cultural que, de forma articulada ou alternada, passam a ser *coladas* a essas populações e passam a distingui-las e a identificá-las como tal.

Assim, entendo que as descrições de *Grigny* e do Guajuviras, como territórios problemáticos, especialmente no que concerne a seus jovens habitantes, têm efeitos que dimensionam formas de ser e de viver nesse lugar e produzem modos de ser jovem e exercitar determinadas formas de masculinidade e feminilidade juvenis. Considero, também, que a discussão sobre a constituição dessas identidades, nesses lugares-tempos específicos, pode contribuir para a reflexão acerca de intervenções educativas propostas para dar conta da *problemática* da juventude urbana, com ênfase na juventude das periferias urbanas, no caso do Guajuviras e de *Grigny Centre*. Dentre outros aspectos, não podemos esquecer que grande parte das iniciativas de intervenção é apoiada ou financiada por organismos globais e se sustenta em pressupostos homogêneos e universais que acabam produzindo certa naturalização de representações que articulam juventude, masculinidade e pobreza com violência e criminalidade.

É diante desse quadro bastante genérico que a formação das periferias pobres no Brasil e na França, enquanto construídas como bairros problemáticos, tem pontos de contato. Tratarei abaixo de matizar um pouco mais as diferenças e as semelhanças entre as periferias brasileiras e francesas, que são o lócus desta pesquisa.

Meu esforço de inscrever este estudo do ponto de vista temporal – ou seja, as mutações nas formas de presença estatais na última década em determinado espaço (as periferias de regiões metropolitanas) – decorre de minha compreensão de que nesses lugares os sujeitos, além de participarem e se tornarem sujeitos de determinadas culturas, também experimentam a articulação de determinados discursos e práticas. É nessas relações que os

espaços funcionam como lócus carregados de significados que transmitem valores, impõem normas e hierarquias através de todo um aparato político, estético, ideológico e cultural.

De acordo com Foucault:

Seria preciso fazer uma história dos espaços – que seria ao mesmo tempo uma história dos poderes – que estudasse desde as estratégias da geopolítica até as nossas pequenas táticas do habitat, da arquitetura institucional da sala de aula ou da organização hospitalar, passando pelas implantações econômica e políticas. [...] É surpreendente ver como o problema dos espaços levou tanto tempo para aparecer como problema sociopolítico. A fixação espacial é uma forma que deve ser detalhadamente estudada. (FOUCAULT, 2002, p. 212).

Minha intenção é bem mais modesta do que o estudo detalhado a que o autor se refere, pois problematizo, simplesmente, como alguns dispositivos de segurança desenvolvem seu “esquema técnico”, como eles “trabalham, fabricam, organizam, administram certos espaços sociais” (FOUCAULT, 1987a, p. 22).

O que é característico dos dispositivos de segurança é que eles não trabalham com a exclusão pura e simples de certos indivíduos nem com a distribuição deles em um espaço previamente delimitado para tal, ainda que não excluam tais tipos de ações. A segurança não exclui a lei e a disciplina. O que caracteriza nossas sociedades é que, nelas, a segurança passa a ser o ponto de articulação tanto da lei quanto da disciplina; estas são dispostas em função da segurança, de seus imperativos, de sua lógica interna. Lei e disciplina atuam em função de uma organização ou reorganização social articulada pelos imperativos de segurança.

Desse modo, prevenir a desadaptação, o risco e trabalhar com os desajustados são tarefas que se tornaram globalizadas. Diretrizes, dispositivos, incentivos financeiros, prescrições morais, um arsenal de recursos estão, enfim, orientados para o controle dos pobres, em nome da segurança. Talvez por isso a questão da violência urbana esteja tão em evidência, na atualidade, em vários países ocidentais.

No Brasil, a violência urbana é entendida por alguns estudiosos (ADORNO, 2002; PERALVA, 1998) como uma falta de regulação no seio de uma sociedade que está em processo de abertura política, econômica e cultural. Na França, a violência urbana aparece como a revolta de uma parte crescente da população relegada às periferias urbanas, sociais e culturais frente à mutação econômica e à crise das representações da nação.

Segundo Stuart Hall (2000), uma identidade cultural enfatiza aspectos relacionados à nossa pertença a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, regionais e/ou nacionais. Ao analisar a questão, esse autor focaliza particularmente as identidades culturais referenciadas às culturas nacionais. Para ele, a nação, além de uma entidade política (o Estado), é um sistema

de representação cultural. Noutros termos, a nação é composta de representações e símbolos que fundamentam a constituição de uma dada identidade nacional. De acordo com Hall (2000, p. 50), “as culturas nacionais produzem sentidos com os quais podemos nos identificar e constroem, assim, suas identidades. Esses sentidos estão contidos em estórias, memórias e imagens que servem de referências, de nexos para a constituição de uma identidade da nação”.

Entretanto, ainda conforme Hall (ibidem), vivemos atualmente numa “crise de identidade” que é decorrente do amplo processo de mudanças ocorridas nas sociedades modernas. Tais mudanças se caracterizam pelo deslocamento das estruturas e dos processos centrais dessas sociedades, abalando os antigos quadros de referência que proporcionavam aos indivíduos uma estabilidade no mundo social. A modernidade propicia a fragmentação da identidade. Segundo o autor, as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade não mais fornecem “sólidas localizações” para os indivíduos. O que existe agora é descentramento, deslocamentos e ausência de referentes fixos ou sólidos para as identidades, inclusive as que se baseiam numa ideia de nação.

Na França, são as rebeliões nos subúrbios – o confronto entre jovens que se rebelam e as forças policiais – com carros incendiados, coquetéis *molotov* e gás lacrimogêneo, e isso praticamente sem derramamento de sangue. Sem dúvida, as condições de tais rebeliões não estão reunidas no Brasil, pelo menos por três razões: a relação com o Estado, a configuração social dos bairros periféricos e a organização da polícia.

A ausência de revoltas no Brasil em que jovens são protagonistas está, provavelmente, ligada aos métodos policiais de gestão da ordem pública. O que permite os *éméutes* na França⁵¹ é a convenção tácita entre os revoltosos e as forças da ordem a respeito da não utilização de armas de fogo. Nesse contexto, os ferimentos graves e as mortes são considerados *abusos* ou *derrapagens* inaceitáveis e gravíssimas, diretamente ligadas a injunções políticas, judiciárias e às responsabilidades do Estado. Essa convenção permite regular a expressão de um confronto físico, violento, espetacular, mas que atua (salvo exceções dramáticas) com meios não mortais – diferentemente do Brasil, a posse de armas de fogo é controlada e cada vez mais severamente regulamentada na França.

A gestão do controle da violência urbana no Brasil se faz de modo militar, ou seja, por meio de uma polícia militar armada, sem controle efetivo por parte da justiça ou do conjunto

⁵¹ Alain Bertho, em seu livro *Le temps des émeutes*, em que acompanha as revoltas urbanas onde quer aconteça, comenta a ausência desse tipo de revolta no Brasil (BERTHO, 2009).

aparelho político democrático⁵², e nesse processo se considera as periferias e as favelas como *zonas de guerra*⁵³, justificando assim os métodos de intervenção frequentemente invasivos e indiscriminados. Por essa razão, todo movimento de rebelião urbana no Brasil terminaria em um confronto direto com a polícia, com um nível bélico comparável ou até superior aos dos conflitos ligados aos movimentos pela reforma agrária, nos quais comumente vários dos seus militantes saem feridos ou mortos.

Mesmo que as formas de violência policial não sejam da mesma natureza na França e no Brasil, as polícias dos dois países têm em comum uma representação da violência urbana: a de uma defesa da sociedade da ordem contra uma violência avaliada menos em termos sociais e políticos do que em termos morais e éticos.

A principal forma de violência urbana brasileira é o homicídio, sobretudo nos bairros da periferia, com taxas consideradas pelos organismos de direitos humanos nacionais e internacionais como altíssimas, entre 45 e 60 para cada cem mil. Na França, as taxas não ultrapassam sete para cada cem mil. Tal nível de violência recobre, contudo, pelo menos duas realidades sociais diferentes: de um lado, as violências interpessoais, de outro, a violência instrumental.

Na França, as revoltas urbanas como o ápice da violência urbana são, antes de tudo, uma violência contra o Estado, um Estado que não cumpre suas promessas de integração social e nacional. Para Eric Macé (1999, p. 181):

A maior parte das situações de violência (revoltas, violência nas escolas, degradações, agressões dos agentes de serviço público) são o produto da relação que os serviços públicos em crise mantêm com seus públicos populares: uma escola que não assegura mais a igualdade de oportunidades, transportes públicos muito caros, uma polícia repressiva, trabalhadores sociais sem autonomia, serviços municipais inadequados. É assim que, a partir de pesquisas feitas sobre a violência urbana na França, mostrei que as análises da insegurança nos bairros populares em termos de *desordem*, se, de um lado, podiam encontrar material para numerosas ilustrações empíricas, de outro, não permitiam dar conta da relação entre os serviços públicos e seus usuários da periferia, e que, freqüentemente, era conveniente considerar a insegurança em termos de *co-produção*, no encontro entre dois meios em tensão: o dos serviços públicos (serviços sociais, transportes, municipalidades) e instituições (polícia, escola, justiça), e o dos meios populares da periferia.

O contraste, aliás, é grande entre a onipresença do tema da violência (na mídia, nos dispositivos privados de segurança, no sentimento de insegurança expresso por todos os brasileiros, qualquer que seja sua classe social ou lugar de residência) e o fato de que ela não é assumida política e publicamente, a não ser pelos meios policiais e militares. Sem dúvida, é

⁵² Vide caso da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) das Milícias.

⁵³ Como nos episódios de invasão das favelas cariocas, nos últimos três anos.

porque essa violência se apresenta sob aspectos imediatamente delinquentes e criminais que é difícil interpretá-la em termos de relações sociais e de conjuntura democrática nacional pós-autoritária.

Contudo, antes mesmo do problema das desigualdades sociais, é mais frequentemente o problema de polícia que aparece nas análises dos pesquisadores brasileiros que dizem respeito à violência. Não somente para denunciar a parte de responsabilidade da polícia militar nos atos de violência nas periferias pobres, mas para fazer dela uma ilustração mais geral das dificuldades da sociedade brasileira para se definir democraticamente. Na opinião de Angelina Peralva (1998, p. 212):

Com efeito, empreender uma reflexão sobre o papel da polícia no regime democrático, além do fato desta reflexão ser um convite para contestar a militarização desta polícia, conduz a colocar a questão mais geral do papel do Estado e dos serviços públicos na regulação das relações sociais e econômicas. Isto leva também a pensar que a questão da violência criminal não está ligada a particularismos culturais (étnicos ou de classe) próprios das periferias, mas que ela está diretamente associada às formas de compromissos sociais e de políticas públicas assumidos – ou não – pelo Estado.

Assim, a situação da violência urbana e da segurança é deslocada de um contexto da ordem social e do desvio para integrar-se numa situação das formas políticas de regulação das relações sociais e dos projetos pessoais. O que leva a crer que os intelectuais brasileiros são “confrontados com essas dificuldades conceituais da definição da violência e da insegurança, tanto é forte no Brasil a impregnação ideológica e midiática da representação de uma violência desregrada, dessocializada e estranha ao *mundo* da classe média”(MACÉ, 1999, p.182).

A seguir, passo a discutir alguns aspectos que considere fundamentais das teorizações foucaultianas, principalmente aqueles aspectos relacionados às elaborações do autor sobre as tendências de que os novos mecanismos de segurança seriam substituídos por outros menos duros. Também discuto de modo mais aprofundado as noções de governamentalidade como guias de enfoque das mutações atuais das práticas estatais.

2 GOVERNAMENTO E EXPANSÃO PUNITIVA

A meu ver, o que tem uma importância política atual é determinar que regime de verificação foi instaurado num determinado momento [...]. É precisamente esse o ponto em que a análise histórica pode ter um alcance político. (FOUCAULT, 2008, p. 50).

2.1 Conexões foucaultianas

Início este capítulo solicitando ao leitor que antes de seguir leia o texto no quadro abaixo, não pela sua originalidade – uma vez que ele é bastante conhecido por abrir o livro *Vigiar e punir* (1987a), de Michel Foucault – mas pela força e crueza da descrição do esquartejamento de Damiens, espetáculo punitivo e capital. Ele serve de mote para que Michel Foucault apresente o que era um fato corriqueiro no século XVIII.

[Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na praça de Grève, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento.

Ao seu costume, ao fazer essa descrição, o autor não estava censurando ou julgando os horrores de uma época que já estavam naturalizados quer pelas autoridades encarregadas de vingar o poder real, quer pelos súditos convocados para presenciar o show público do suplício. Foucault, com essa narrativa inicial, não objetivava dar as costas para as brutalidades daquele período, mas anunciar as mudanças no espetáculo punitivo, nos meios e nos modos de manipular o corpo na emergente sociedade moderna europeia do século XIX. Em uma nova economia punitiva que evitasse os inconvenientes da punição arbitrária e que investisse sobre o corpo, não mais para supliciá-lo, mas para adestrá-lo, para exercitá-lo, para retirar-lhe o máximo de forças e reduzir-lhe a capacidade de revolta e resistência.

Convém ressaltar que, na passagem do final do século XVIII pós-revolucionário para o século XIX liberal, transitou-se do espetáculo punitivo para a era ortopédica das disciplinas. No entanto essa transição não significou o fim do espetáculo punitivo, mas sim sua retração. Foucault é sutil a esse respeito. A dor e o sofrimento não desaparecem, porém também

retraem para dentro das prisões e dos espaços de enclausuramento, onde as disciplinas encontram seu lugar por excelência.

Para Foucault, é na prisão que o exercício do poder disciplinar tem sua expressão terminal. A prisão seria o lugar em que a disciplina não se mascara e atua em sua máxima amplitude. Todavia, antes de um indivíduo chegar à prisão, uma série de instituições de adestramento atuou para produzir o indivíduo normal; se ele vai para prisão, é porque as instituições falharam. Assim, constituía-se a legitimidade do poder de punir, que aponta para o apenado como o que fracassou na escola, no exército, na fábrica etc., e por esse fracasso deve se submeter a um tratamento/cura enquanto permanece enclausurado e sob cuidados especiais, direcionados ao seu corpo e à sua alma de desviado reconhecido.

Ao descrever o abandono do espetáculo público do suplício, que por seu excesso dava provas do poder régio, Foucault chama a atenção que as práticas de confinamento, decorrentes do encarceramento como forma universal da penalidade moderna, não se restringem à prisão. A característica desse poder individualizado moderno é precisamente, o combate, que se trava na, pela e em torno da prisão, e que é ativado por meio de múltiplos dispositivos de enclausuramento que vão da escola à prisão, da família à prisão, da fábrica à prisão, do quartel à prisão, do hospício à prisão, das ruas, direto para à prisão. A cidade, essa que também é uma criação moderna, passa a ser a cidade carcerária. É no entrocamento entre as diversas instituições que compõem a cidade e no *continuum* dos indivíduos que passam de uma instituição a outra que se desenrolam as batalhas e compõe-se a “repartição estratégica de elementos de diferentes naturezas e níveis” (FOUCAULT, 1987a, p. 254).

Os perigosos que vagam pela cidade carcerária, identificados pelo saber das ciências como a criança indisciplinada ou o jovem operário rebelde, o louco ou o delinquente, devem passar de um espaço fechado para outro; eles são, a um só tempo, o produto e o alvo das técnicas disciplinares.

O poder que tinha o soberano de expor o corpo do infrator aos suplícios, e o espetáculo das mil mortes, passa por uma metamorfose com o advento das técnicas disciplinares que fazem da pena do encarceramento a nova universalidade do poder de punir. Na sociedade de soberania, cabia ao soberano causar a morte dos que infringiam a lei, entendida como expressão de sua vontade. Se o modelo normativo, constituído ao redor das disciplinas, alojou-se em torno da prisão, da fábrica, do hospital e da escola, algumas incivilidades que até fins do século XIX eram toleradas como as referências aos *ilegalismos* das classes populares – rapinagens, pilhagens, roubos de mercadorias – passaram a ser criminalizadas com base no argumento do comportamento desviante.

Agora, transforma-se em criminoso o infrator que lesa o soberano, o que deve ser corrigido para que a sociedade seja defendida, mas ele permanece administrado no interior do regime dos ilegalismos, gerando positivities e lucratividades para o regime dos castigos e a economia política da pena.

Essa metamorfose não marca apenas o aparecimento de uma nova tecnologia de poder. Ela está no exercício do poder de punir acoplada a uma série de transformações históricas, na Europa, que podem ser indicadas, em linhas gerais, como a expansão mercantilista, o surgimento das cidades, os efeitos de hegemonia da burguesia, a ascensão do princípio de igualdade jurídico-política. São mudanças que marcam um novo objeto e um novo exercício de poder: não mais uma soberania sobre o território, não mais uma sociedade de confisco, mas do sequestro, um poder que se interessa pela vida – a vida de cada corpo a ser disciplinado e a vida de um novo objeto de governo, a população, a ser tratada como corpo-espécie.

Foucault, no curso de suas pesquisas, produziu os conceitos de biopoder e biopolítica ao vislumbrar o aparecimento – ao longo do século XVIII e, sobretudo, na virada para o século XIX – de um poder disciplinador e normalizador que já não se exercia sobre os corpos individualizados nem se encontrava disseminado no tecido institucional da sociedade. Antes, concentrava-se na figura do Estado soberano e se exercia a título de política estatal que pretendia administrar a vida e o corpo da população. Como resumiu Foucault, “a vida agora se tornou objeto do poder” (2008b, p. 210).

Essa forma de política focaliza o corpo-espécie e atua como suporte dos processos biológicos: proliferação, nascimentos e mortalidade, nível de saúde, duração da vida e longevidade. Tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores que configuram uma biopolítica da população.

Por conseguinte, as disciplinas do corpo (anátomo-política) e as regulações da população (biopolítica das populações) constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização sobre a vida. Nesse aspecto, a biopolítica retoma a disciplina, integra-a, engloba-a, ressignifica-a:

Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. Essa nova técnica disciplinar não suprime a técnica disciplinar porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes. (FOUCAULT, 1999, p. 288-289).

A partir do século XIX já não importava apenas disciplinar as condutas individuais, mas, sobretudo, implantar um gerenciamento planejado da vida das populações. Assim, o que se produzia por meio da atuação específica do biopoder não era mais o indivíduo dócil e útil apenas, e sim a própria gestão da vida do corpo social.

Foucault demonstra essa importante transformação que afetou a forma de atuação do poder soberano no capítulo final da *História da Sexualidade*. Sua tese era a de que, a partir da virada para o século XIX, deu-se um importante deslocamento na forma de exercício do poder soberano, que não passou mais a se afirmar como um poder de matar a vida, mas como um “poder que gere a vida” (FOUCAULT, 1993, p. 127). Agora, interessava ao poder estatal estabelecer políticas públicas por meio das quais se poderia sanear o corpo da população, depurando-o de suas infecções internas.

[...] de maneira cada vez mais insistente tem em vista menos a defesa geral da sociedade que o controle e a reforma psicológica e moral das atitudes e do comportamento dos indivíduos. [...] Toda a penalidade do século XIX passa a se constituir como um controle, não tanto sobre se o que fizeram os indivíduos está em conformidade ou não com a lei, mas ao nível do que podem fazer, do que são capazes de fazer, do que estão sujeitos a fazer, do que estão na iminência de fazer. [...] Assim, a grande noção da criminologia e das políticas penais em fins do século XIX foi a escandalosa noção, em termos de teoria penal, de *periculosidade*. Ela significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam. (ibidem, p. 78).

Retomando os argumentos foucaultianos de *Em defesa da sociedade*, Rabinow e Rose (2006) também propõem articular a biopolítica a uma tanatopolítica. Isto porque, embora na racionalidade do biopoder o objeto seja a vida e suas estratégias a regulação e a disciplina, articulam-se aí poder sobre a vida e sobre a morte, pois a agenda de prolongar a vida traz correlata a possibilidade de igualmente *desabilitá-la*. Para tanto, seria decisivo uma “atenção meticulosa aos detalhes das práticas de vida e morte que construímos, incorporamos e contestamos” (RABINOW; ROSE, 2006, p. 25).

É nesses termos que entendo ser necessária uma discussão sobre a violência; faço-o empurrado pelas contingências e pela centralidade que a temática da violência assumiu contemporaneamente, a ponto de afetar amplamente os modos de vida e as relações pessoais. Foucault alertou-nos há pelo menos três décadas sobre o conceito de guerra permanente. De modo irônico, ele disse que “os massacres se tornaram vitais” (FOUCAULT, 1993, p. 131).

Se antes (fins do século XVIII e início do século XIX) o Estado percebeu a necessidade de aperfeiçoar o processo de disciplinarização, entra em cena outro aspecto dessa

sociedade que, em conjunto com o trabalho sobre o corpo individual, constituirá toda uma incidência tecnológica sobre a vida. Se a questão estava invertida (não mais o direito de fazer morrer e deixar viver, mas fazer viver e deixar morrer), com interesses declaradamente econômico-políticos, a razão do Estado se voltará agora para o *homem-espécie*. A categorização da população, da higiene, da saúde pública, da segurança (com o seu mais fiel instrumento e que tanto continua a normalizar o corpo: a polícia), farão parte desta nova forma de exercício do poder: a biopolítica. Nas palavras de Michel Foucault (2002, p. 12):

Com os investimentos de poder centrados no homem-espécie, a vida passou a ser administrada e regrada pelo Estado. Em nome da proteção das condições de vida da população, preserva-se a vida de uns, enquanto autoriza-se a morte de outros tantos. Se o poder soberano já expunha a vida humana individual à morte, ainda que de maneira limitada, o biopoder expõe a vida de populações e grupos inteiros.

Nesse ponto, Foucault faz referência ao racismo, o qual, diferentemente do ódio mortal entre diferentes raças e/ou etnias, surge como uma tecnologia de recorte biológico, que separa os que devem ser defendidos dos que devem ser eliminados, entregues à morte. Por isso, também não se trata de uma prática exclusivamente estatal, mas de um modo específico de relação entre indivíduos ou entre grupos, que atuam segundo uma lógica específica, ou melhor, uma racionalidade específica.

Sob as condições impostas pelo exercício do biopoder, o incremento da vida da população não se separa da produção contínua da morte, no interior e no exterior da comunidade entendida como entidade biologicamente homogênea: “São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (idem, 1993, p. 130).

Na próxima seção, examino mais detidamente as noções de governamentalidade desenvolvidas por Michel Foucault.

2.2 Governamentalidade em Foucault

O que está em jogo no deslocamento operado por Foucault, quando leva a linguagem da guerra para o governo, é precisamente a operacionalização da sua análise em termos de governamentalidade.

[...] se inscreve nos corpos individuais, produzindo sujeitos, moldando-os, guiando e afetando a conduta das crianças (e de seus familiares) de maneira que elas se tornem indivíduos de um certo tipo (ideal, saudável), formando suas próprias identidades de

maneira que elas possam ou devam ser sujeitos de um dado discurso. (FOUCAULT, 2002, p. 148).

Se o acontecimento que a genealogia faz emergir é menos da ordem da batalha do que das relações de força, a governamentalidade, por sua vez, designa “um campo estratégico de relações de poder no que ele tem de móvel, de transformável e de reversível” (idem, 2002, p. 247). Uma análise da governamentalidade designa, portanto, “uma análise do poder como conjunto de relações reversíveis” (ibidem, p. 247) e procura desinstitucionalizar as relações de poder para apreendê-lo na sua formação, nas suas conexões, nos seus desenvolvimentos e nos modos como ele se multiplica e se transforma mediante a ação de inúmeros fatores.

De um modo geral, a *governamentalidade* em Foucault envolve o problema da gestão das pessoas, o problema do governo entendido num sentido de condução; sentido este colocado de forma bem clara e direta nesta outra definição:

O conjunto das práticas através das quais é possível construir, definir, organizar e instrumentalizar as estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter uns em relação aos outros. São indivíduos livres que tentam controlar, determinar, delimitar a liberdade dos outros e, para fazê-lo, dispõem de certos instrumentos, certas técnicas de governo que possibilitem governar os outros de acordo com parâmetros específicos. Isso se fundamenta então na liberdade, na relação de si consigo mesmo e na relação com o outro. (idem, 2010, p. 149).

Resumidamente, o conceito de governamentalidade diz respeito às diferentes maneiras através das quais o poder político ocidental foi progressivamente assumindo a tarefa de governamentalizar as relações dos homens entre si e entre a produção material. Tomando como referência fundamental para a noção de *artes de governar* a ideia de que aquilo que se governa não é propriamente um território, nem uma estrutura política, e sim as coisas (bens materiais) e as pessoas – ou seja, partindo da noção de que o objeto do *governo* são os homens em suas relações entre si e em suas relações com as coisas –, Foucault diz que não é na cultura grega que se deve procurar conceito semelhante de *governo*, contrariando alguns teóricos da política moderna que insistiam na retomada daquele pensamento como forma de diferenciação do exercício do poder nos Estados absolutistas para o moderno (representado pelas *artes de governar*). A ideia de um governo que teria como objeto imediato a conduta dos homens deve ser buscada no pensamento religioso pré-cristão e cristão. É no seio da pastoral cristã, mais precisamente, que se encontra o sentido do *governar* presente nas formas políticas de governamentalidade que Foucault pretende analisar (FONSECA, 2002, p. 218-219).

Minha decisão de localizar a temática da tese dentro do quadro da governamentalidade deve-se à ideia de Michel Foucault (2008), de que determinados modos de governo formam um conjunto de práticas racionais de governo de si e dos outros. Foi nessa direção que passei a entender as ações do Estado, na última década, no Brasil e na França dirigidas, em especial, às periferias pobres urbanas “enquanto ferramenta ou guia de enfoque de análise no elo entre as formas de governo e as racionalidades ou modos de pensamento (sobre o governar)” que justificam, legitimam e exercitam a presença estatal articulada à racionalidade num determinado estágio do capitalismo (FIMYAR, 2009, p. 37).

Nessas diferentes designações, o termo *governamentalidade*⁵⁴ tem um sentido eminentemente político (FOUCAULT, 2010, p. 374). Foucault quer mostrar que, no ocidente, não foi a sociedade que paulatinamente passou a ser estatizada; pelo contrário, o Estado é que cada vez mais se tornou governamentalizado.

As políticas sociais atuais, sejam elas de segurança pública ou de redução da pobreza, são exemplos de como o Estado passou a ser governamentalizado, uma vez que tais políticas fazem parte de recomendações vindas do mercado (FMI, Banco Mundial etc.) e de seus mecanismos de produção de conhecimento e verdade através de várias formas de racionalidade e cálculo. Portanto a conduta do Estado é ela também governamentalizada.

Se, na analítica microfísica do poder, Foucault era acusado de prescindir do Estado, a partir dos cursos proferidos pelo autor na metade final da década de 1970, no entanto ele o problematiza como uma das possibilidades das múltiplas técnicas de governo.

Os cursos *Segurança, Território e População* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979) – que Michel Foucault ministrou no Collège de France e que abordam o liberalismo (ordoliberalismo alemão) e o neoliberalismo (norte-americano) – vêm à tona num momento de transformação histórica que está associado às mudanças estruturais e supraestruturais do pós-guerra, a saber, os trinta gloriosos, a derrocada do socialismo real e a reestruturação do próprio capitalismo.

Foucault formula uma crítica da modernidade cujas raízes se encontram nas teses de Nietzsche sobre a natureza da razão ocidental e sobre o caráter ficcional da linguagem. Como se sabe, o autor intervém na história da filosofia moderna com uma elaboração que representa uma ruptura em relação à confiança ingênua no potencial de emancipação dos novos tempos,

⁵⁴ Veiga-Neto, em sua pesquisa sobre os conceitos de governo na língua portuguesa, procurou palavras capazes de melhor expressar o campo semântico relacionado aos estudos de Foucault e Deleuze, o que lhe permitiu assumir a seguinte tradução: *gouverner* como governo e *gouvernementalité* como governamentalidade. O autor justifica que seu objetivo não foi complicar ainda mais a terminologia foucaultiana, “mas tão somente argumentar a favor de vocábulos ou expressões capazes de dar conta de modo mais rigoroso, agudo e matizado de noções, conceitos e teorizações nesse campo” (VEIGA-NETO, 2005, p. 115).

centrado na liberdade subjetiva, no espírito crítico desassombrado, na emancipação em relação às tradições, na reconstrução racional das instituições etc.

A cada momento, são as táticas de governo que permitem definir o que é da competência do Estado e o que permanece fora dela, o que é público e o que é privado, o que é estático e o que é não-estático. Assim [...], só é possível compreender a sobrevivência e os limites do Estado levando em conta as táticas gerais da governamentalidade. (FOUCAULT, 2010, p. 112).

A concepção de governo em Foucault, diferentemente daquela mais comumente adotada na ciência política, não é exclusivamente a do governo de Estado, mas corresponde a uma perspectiva de práticas múltiplas, na medida em que muita gente pode governar: o professor em relação aos alunos, o gerente de uma empresa em relação aos empregados, o pai em relação aos filhos etc. Governo, na perspectiva foucaultiana, refere-se à instituição e aos dispositivos que a sociedade dispõe para governar.

A análise elaborada por Foucault a respeito do neoliberalismo contemporâneo⁵⁵ é significativa em pelo menos dois aspectos: primeiro, porque, tomado desde a perspectiva de seu *modus operandi* e não de uma representação de governo ou ideologia, o neoliberalismo para ele tem exercido uma função crítica singular ao Estado intervencionista; ela se materializa na denúncia contínua dos excessos do governo político e é um dos mecanismos mais eficazes de resistência em face do excessivo intervencionismo estatal nas questões econômicas. E nesse aspecto é elogiado o ordoliberalismo alemão. Mas, num segundo aspecto, é preciso lembrar que não foi esse neoliberalismo que triunfou e se espalhou mais tarde nas nações liberais e até mesmo nos antigos países socialistas.

Predominou o neoliberalismo da Escola de Chicago, cujas características eram perceptíveis há aproximadamente 30 anos por Foucault com uma acuidade e previsibilidade impressionantes. Principalmente, porque o mercado competitivo passou a ser a nova referência não somente da economia, mas de todas as demais instâncias sociais, e, além delas, da própria existência individual. A atualização permanente do capital humano e a condução de si mesmo no competitivo mercado de trabalho e de capitais estimularam uma nova forma de subjetivação, pela qual o indivíduo não passa de agente econômico. Ao constituir-se em

⁵⁵ Foucault menciona que tanto o ordoliberalismo como o neoliberalismo compartilham da crítica do keynesianismo, da social-democracia e do socialismo, em suma, de todas as formas de governança que se caracterizam ordinariamente por um intervencionismo estatal que contraria as tendências supostamente espontâneas da “economia de mercado”. Ou seja, de todas as formas de administração social e econômica que visam a constranger, regular e modificar os modos de funcionamento do modo capitalista de produção com propósitos distributivos e/ou de planejamento central. Foucault aponta, então, a variedade germânica com a mais importante teoricamente para o melhor entendimento desse novo modo de governar.

referência quase exclusiva, o mercado produz individualizações vulneráveis e suscetíveis a seus apelos e estímulos incessantes.

Os anos 1980 marcam a ruptura com o paradigma do Estado-providência como função dos serviços públicos. O Estado-providência é visto de forma negativa como pesado, seus gastos sociais representam uma carga para a economia, os gastos do Estado minam a competitividade internacional dos países avançados, o Estado fica com uma fração inaceitável da riqueza. A opção é a adoção de um modelo residual e liberal do Estado-providência. Forja-se um novo consenso fundado na crítica ao modelo anterior de políticas sociais e na preconização das milagrosas receitas neoliberais.

O programa neoliberal foi elaborado por economistas da Escola de Chicago que produziram críticas detalhadas ao *welfare state* e às políticas sociais, bem como um conjunto de propostas: a rejeição do direito à assistência (programas como *Ajuda à família com crianças pobres*, nos EUA); a superioridade dos arranjos voluntários (voluntariado) sobre os arranjos coletivos (*welfarism*); a necessidade de diminuir o nível de intervencionismo estatal e restaurar o voluntariado; a ineficiência e ineficácia de regimes públicos de saúde e aposentadoria; para a aposentadoria, preconizam um regime de capitalização (fundos de previdência concorrentes, como foi feito no Chile na época do Pinochet).

O neoliberalismo veio à tona para reagir a uma situação histórica bem diversa daquela encontrada pelo liberalismo clássico. Este encontrara um Estado já constituído enquanto tal e procurara mostrar, frente a ele, a necessidade de respeitar a autonomia do sistema econômico porque este, nas palavras de Adam Smith, promovia a riqueza das nações. O outro que agora se discute emergiu para enfrentar um Estado intervencionista que viera se formando, pouco a pouco, no enfrentamento das lutas sociais e das crises do sistema, durante todo um século.

Para os teóricos neoliberais, o problema central, para o capitalismo contemporâneo, estava em como repor a lógica própria dos funcionamentos mercantis e da acumulação de capital frente à necessidade de respeitar sempre que possível os processos eleitorais e de formação da opinião, ou seja, as democracias de massa que estavam garantindo legitimidade aos governos, principalmente nos países em que o capitalismo se mostrara estável e bem-sucedido. Nas palavras de Foucault, “em vez de aceitar uma liberdade de mercado definida pelo Estado e mantida de certo modo sob vigilância estatal [...] é preciso [...] adotar a liberdade de mercado como princípio organizador e regulador do Estado” (FOUCAULT, 2008b, p. 158).

Para chegar a essa tese, a qual se transformou, depois dos anos 1980, em pensamento social hegemônico, os neoliberais mudaram o modo de encarar a concorrência. O liberalismo

clássico vira na concorrência posta pela *sociedade comercial* um mecanismo natural cujo funcionamento tendia espontaneamente para o equilíbrio e que, assim, regulava a formação de preços, a boa alocação de recursos e o correto movimento dos capitais, promovendo o crescimento econômico e o fortalecimento do Estado. O neoliberalismo enxerga na concorrência um processo socialmente instituído, constituído como tal por regras informais, por normas originadas evolucionariamente, que trabalha desequilibradamente, gera desigualdades, produz eventualmente crises, mas que vem a ser ao fim e ao cabo uma ordem social e moral, uma ordem virtuosa que é preciso manter, alimentar e fazer crescer. Para tanto, advoga que os mecanismos da concorrência têm de penetrar no próprio modo de funcionamento do Estado, transformando-se no princípio orientador da técnica de governar. Na visão neoliberal, acentua Foucault, “é necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (2008b, p. 165).

Com o crescente aumento da dívida externa, os países da América Latina, bem como os países da Europa central e do leste, depois do fim do comunismo, sofreram pressões para reformar seus sistemas econômicos para o mercado. A crença nas virtudes do mercado e, ao mesmo tempo, o deslocamento da centralidade do Estado para exercer um papel residual nas políticas sociais confirmaram as previsões de Foucault.

No âmbito da proteção social, o programa neoliberal preconiza estratégias de privatização, individualização, contratualização e focalização de políticas sociais residuais. Para Foucault, o neoliberalismo consiste em uma prática de governança que quer “regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado” (ibidem, p. 181).

Assim, as políticas sociais buscam transformar os indivíduos em empresários do próprio *capital humano*. A meta desses indivíduos conformados, pragmáticos e utilitaristas consiste, então, em buscar o próprio crescimento econômico, pois este vem a ser também a meta primeira e superior da sociedade. Ademais, a política neoliberal confia na indústria cultural que faz cabeças, introjetando nas pessoas os valores competitivos e a cultura da moderna empresa capitalista.

O otimismo missionário do neoliberalismo começou a declinar nesse período, os resultados da ofensiva neoliberal foram *très mitigés*⁵⁶. Nos países do norte, a agenda neoliberal tornou-se impopular e impraticável. Na América Latina e no leste europeu, o saldo mostrou-se desastroso no campo social: forte aumento da pobreza e das desigualdades sociais,

⁵⁶ Mascarados.

queda da esperança de vida ao nascer, aumento da taxa de doenças, baixa no consumo de cuidados, queda na cobertura social. A crise monetária, econômica e social de 1997 na Ásia foi um golpe fatal para desacreditar o neoliberalismo puro e duro.

Diversas conferências⁵⁷ e acordos internacionais no final da década de 1990 marcaram uma virada na maneira de conceber as políticas sociais e a prioridade que deve ser dada ao próprio social. Embora possa ter havido variações substanciais de país para país, há fortes indicações de que as modalidades, os alvos e a capacidade de intervenção estatal sofreram mudanças importantes, a partir dos anos 1970, onde reina o capitalismo.

Houve uma ampla diversidade de acordos que incluem leis, normas, acordos informais e autorregulação privada. Em alguns casos, interlocutores privados, como as agências de classificação de risco, criaram normas que governos e mercados levam em consideração.

O social reencontrou um lugar de proeminência, mas incrustado nas políticas econômicas de mercado. Para Merrien, “As novas soluções que emergem na virada do século retêm certos pontos fortes do programa neoliberal, mas idéias novas se impõem” (2008, p. 327). O autor segue afirmando que “a proteção social passa a ser repensada num quadro de análise que privilegia arranjos fundados em três pilares: a responsabilidade individual, a importância do mercado e o papel protetor do Estado” (ibidem, p. 327). A imposição pela força de políticas (característica do período anterior) cede lugar a um modo distinto de ação: o paradigma da governança social; esse novo paradigma substitui pouco a pouco o neoliberalismo duro.

A proteção social, antes tida como antieconômica, tornou-se a condição para a coesão social e para o crescimento (idem). O papel do Estado foi reabilitado e os fracassos do mercado foram reconhecidos. Essa mutação não significou o retorno do Estado-providência. A palavra de ordem é a governança: “A nova concepção afirma que a (boa) governança é aquela na qual o Estado se retrai, perde sua força, se torna modesto e trabalha em rede com interesses e grupos privados, na qualidade de parceiro apenas superior aos outros” (MERRIEN, 2008, p. 317). A proteção social deve ser calibrada para ser compatível e favorável ao mercado.

Nessa perspectiva, a agenda neoliberal de reforma das políticas sociais efetivou-se apenas num reduzido número de países e, além disso, sofreu mutações que alteraram

⁵⁷ Acordo Multilateral de Investimentos (1996), Rodada do Milênio (1999) e, principalmente, o Consenso de Washington – que é um conjunto de medidas de ajustes econômicos formulados em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos –, que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser *receitado* para promover o *ajustamento macroeconômico* dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

completamente sua lógica. Os novos liberalismos em voga no século XXI são bem diferentes daquele neoliberalismo dos anos 1980. A base intelectual, no século XXI, é a nova gestão pública e o neoinstitucionalismo econômico⁵⁸ e menos o monetarismo e a teoria da escolha pública⁵⁹.

No conjunto dos países ocidentais, não houve adesão em massa aos valores do neoliberalismo em razão de uma oposição geral ao dismantelamento das instituições do Estado-providência, e isso a despeito da deterioração dos serviços públicos devido à redução dos orçamentos e à desvalorização dos *status* dos beneficiários. Isso é ainda mais verdadeiro no caso francês, em relação ao qual se pode falar de um verdadeiro enraizamento dos direitos sociais na opinião pública (JOBERT, 1995).

A analítica do poder foucaultiana apresenta o liberalismo não como uma teoria coesa, mas como uma técnica de governar polimorfa. Diversos autores (WACQUANT, 2007; LOPES, 2009; VEIGA-NETO, 2009; COSTA, 2009) têm interpretado boa parte das ações de Estado dirigidas às populações pobres como fazendo parte de políticas neoliberais. Ao compreender, com Foucault, que estamos diante de múltiplas formas de governo, discordo dos autores acima e sugiro a expressão *novos liberalismos*, por entender que vivemos hoje, em relação às ações de Estado, estágios de capitalismo diferentes entre si e que ao mesmo tempo se combinam, tornando-se híbridos.

Para Jobert (1995, p. 327), “a proteção social é repensada num quadro de análise que privilegia arranjos fundados em três pilares: a responsabilidade individual, a importância do mercado e o papel protetor do Estado”. A imposição pela força de políticas (característica do período anterior) cede lugar a um modo distinto de ação: o paradigma da governança social. Esse novo paradigma substitui pouco a pouco o neoliberalismo puro e duro.

Se Karl Marx (1978) havia enfatizado o papel do exército de reserva no controle dos trabalhadores, não só de seus salários, mas também de suas consciências, Foucault ressalta que esse tipo de governança se nutre fundamentalmente do risco da pobreza, do medo do desemprego, dos perigos da violência para poder dominar o mais amplamente possível, sem

⁵⁸ A nova economia institucional representa uma ruptura com o neoliberalismo econômico. Propõem instituições de controle mútuo e de coerção nas sociedades, para constranger os agentes a respeitar suas obrigações e compromissos, reduzir as incertezas ligadas às interações sociais e limitar os custos de transação (MERRIEN, 2008).

⁵⁹ A nova gestão pública apresenta uma agenda de reformas: prioridade aos resultados; distinção de missões e objetivos de curto prazo; avaliação; ação em rede. Defende uma cultura gerencialista, dando prioridade às demandas do cidadão ou do consumidor e pregando a responsabilização dos agentes diante dos resultados. Sua orientação em favor do mercado e da eficiência aparece também quando acentua a prioridade aos serviços privados para a oferta de serviços e a prioridade do alcance de alvos específicos. A nova gestão pública, contudo, não visa a chegar a um “Estado mínimo”, mas construir uma nova forma de Estado regulador, protetor e trabalhando em rede com o setor privado e a sociedade civil (MERRIEN, 2008).

se identificar. Para que a vida cotidiana ocorra sob constante risco, ele cuida diuturnamente – por meio da polícia, da imprensa etc. – para que um ambiente cheio de ameaças envolva todas as pessoas que labutam na sociedade. Eis que “o medo do perigo... é de certo modo o correlato psicológico e cultural interno do liberalismo” (FOUCAULT, 2008a, p. 91).

A governança liberal encontra-se obrigada, mesmo nos limites das práticas mercantis, a somente pesar até que ponto o interesse individual não prejudica o interesse coletivo e até que ponto o interesse comum não sabota a iniciativa individual. Ainda dentro desses limites, ela tem de medir até que ponto, por exemplo, a liberdade dos trabalhadores de defender os seus interesses não afronta a liberdade das empresas de garantir o lucro. Fora desse limites, ela tem de decidir, por exemplo, se tolera ou reprime – e com que intensidade – as transgressões à ordem vigente que privilegia uns em detrimento de outros, dependendo de suas posições na estrutura social. Há, pois, segundo Foucault, uma economia do poder que é própria do liberalismo.

O novo capitalismo articula, enquanto práticas de governo, a submissão ao livre mercado e a celebração da responsabilidade individual em todos os domínios e, do outro lado, o desenvolvimento de políticas de segurança ativas e punitivas, centradas na delinquência de rua e na criminalização, em especial da juventude pobre.

É nesse sentido que a implementação de políticas sociais articuladas a políticas de segurança ativas passam a dominar as práticas governamentais e se alinham a um projeto ideológico calcado no atual estágio do capitalismo que celebra o mercado e a responsabilidade individual.

Para Foucault, como o liberalismo é fundamentalmente uma arte de governar que manipula os interesses, para conseguir fazê-lo, para ser bem sucedido, ele não pode deixar de manejar os riscos, de administrar os medos e de produzir perigos. Isso não significa necessariamente que o intervencionismo estatal tenha diminuído; de modo geral, inclusive, em algumas áreas parece ter aumentado.

Para as sociedades contemporâneas, como argumenta Claus Offe (1999, p. 124), os modelos tradicionais de provisão de recursos centrados no Estado ou nos mercados do século XX estariam cedendo espaço para alternativas mais híbridas desde a crise multifacetada – que se abateu sobre as bases institucionais das sociedades ocidentais em seu processo – para uma ordem progressivamente mais pós-moderna e democrática, em contexto permanente de expansão de demandas e crise fiscal. Uma das características centrais dos novos modelos é a tentativa de introduzir desenhos institucionais capazes de permitir múltiplas combinações entre a sociedade civil, o Estado e o mercado. Em consequência, os modelos tradicionais da

interferência do Estado na área social passaram a ser vigorosamente repensados. O novo papel do Estado, na esfera da proteção social, aparece como marca registrada dessa nova ordem e tem sido alvo de profundas metamorfoses nas diversas sociedades contemporâneas. Em sua reflexão sobre os elementos que devem compor os modelos institucionais híbridos para a produção da ordem social, Offe (1999) argumenta que os Estados têm procurado encontrar alternativas que integrem as diferentes racionalidades e potenciais dos modelos tradicionais.

François-Xavier Merrien (2008), na direção apontada por Offe, divide as propostas de políticas atuais e do próprio papel do Estado e do mercado em dois conjuntos: (1) a emergência e a propagação de um paradigma neoliberal de proteção social, que é concomitante ao enfraquecimento do paradigma⁶⁰ solidarista do *welfare state*; (2) o esgotamento do modelo duro do neoliberalismo, os contornos do novo liberalismo e sua agenda em matéria de política social. Para ele, os dois regimes discursivos têm uma ambição global, quer dizer, serem válidos para qualquer tipo de país. Para Merrien (2008) as bases para o atual modelo capitalista são: a nova economia institucional e a nova gestão pública.

Para o autor (ibidem, p. 329), ambas – nova economia institucional e nova gestão pública – “fornecem o quadro ontológico, analítico e normativo da implementação das novas políticas sociais. A avaliação, a premiação, o ‘*social learning*’ e a palavra dada às associações da sociedade civil são os métodos preconizados para favorecer a melhoria das performances”.

Para os países desenvolvidos aparece um discurso contemplando, ao mesmo tempo: a defesa do social e a necessidade de reformas pró-mercado, mas em favor dos pobres; a redefinição do papel do Estado social, a diminuição de certas prestações julgadas excessivas e uma melhoria da proteção direcionada aos grupos mais vulneráveis; a insistência de muitos documentos e propostas de passar de um Estado social passivo (que favorece as alocações de recursos a indivíduos ou famílias) a um Estado social ativo (favorece a integração no emprego). Os *experts* acentuam que devem ser feitos esforços na luta contra a exclusão e a pobreza, dando-se grande atenção às crianças e às famílias monoparentais, bem como a medidas que favoreçam a equidade.

Com relação aos países periféricos, o modelo chileno passou a ser questionado. No campo das aposentadorias, a virada é mais marcante. O Banco Mundial (BM) não recomenda mais a passagem a regimes de aposentadorias individualizadas e totalmente capitalizadas; ao contrário, sublinha a experiência brasileira de reforma paramétrica (o Banco Mundial, por

⁶⁰ Lembro que, para o autor, “paradigma” diz respeito a referenciais, representações.

exemplo, tem agora uma visão muito positiva do regime de aposentadoria universal brasileiro, e antes o criticava muito).

Os programas de transferência de dinheiro (como o Bolsa Família no Brasil e o Progres-a-oportunidades no México) representam, ao mesmo tempo, uma ruptura com o Estado-providência corporativo tradicional e um abandono da confiança no mercado como mecanismo de redução da pobreza.

O novo quadro conceitual para as políticas sociais do Banco Mundial está pautado na gestão estratégica de riscos. Coloca acento na vulnerabilidade, principalmente dos mais pobres, frente aos riscos e na necessidade de promover um conjunto de ações para permitir às populações vulneráveis que se previnam dos riscos, façam frente a eles e reduzam os riscos da existência. Isso leva à proposta de gestão do risco e promoção de arranjos flexíveis e específicos entre o Estado, o mercado, a iniciativa privada e a sociedade civil, no fio do paradigma da governança.

As políticas de ajuste macroeconômico não seriam possíveis sem a prévia definição de uma territorialização da pobreza, a partir da definição de que as favelas e as áreas de maior concentração de habitações populares fossem conceituadas como territórios fragmentados e delimitadas por fronteiras invisíveis, mas, ao mesmo tempo, reais (LEHER, 2008). Invisíveis porque oficialmente pertencem e estão integradas à cidade; reais porque são alvos de uma política de duplo movimento que combina abandono e esquecimento de uma efetiva intervenção do Estado com a incursão sucessiva de aparatos policial-militares amparada no combate ao crime organizado. São usualmente designadas como *complexos* ou *comunidades*.

De acordo com Merrien,

A lógica da governança equivale à vontade de despolitizar o debate sobre as políticas sociais e de integrar os diferentes atores na constituição e na implementação de novas políticas sociais e de luta contra a pobreza. [...] as novas políticas sociais se integram no quadro econômico liberal e procuram reforçar seu funcionamento. (2008, p. 333).

A ideia de crise faz-se presente, na atualidade, na retórica da *crise* de intelectuais e pesquisadores das ciências sociais: crise da governabilidade das democracias, crise do Estado-providência, crise da cidadania, crise do Estado-nação, crise da representação e até mesmo crise das periferias. A banalização do termo *crise* parece indicar uma desorientação que marca as análises político-econômicas na primeira década do século XXI.

Para Olena Fimyar a ferramenta da governamentalidade tem como função o diagnóstico das formações discursivas pelas quais a “verdade” é produzida nas esferas social,

cultural e política. Portanto o papel da analítica de governo é o de diagnóstico. A autora acrescenta:

De maneira ainda mais importante, os estudos sobre a governamentalidade mostram que as práticas de governo poderiam ser feitas de modo diferente, livrando-se do caráter natural e inquestionável de tais práticas. Dessa forma, usar a governamentalidade como ferramenta conceitual implica problematizar os relatos aceitos normativamente do Estado e desconstruir suas várias práticas e elementos que o constituem e que são inconsistentes. (FIMYAR, 2009, p. 37).

Diante do argumento da autora, é possível afirmar que as racionalidades em torno do paradigma segurança/insegurança são acionadas a partir da naturalização de determinados atributos que associam periferia, pobreza e juventude com delinquência.

É no contexto mais amplo desses cenários que a construção desta investigação faz sentido quando pretende compreender como os/as jovens das periferias urbanas (brasileiras e francesas) se tornaram problemas tão inquietantes; como as periferias são representadas; que atores estão envolvidos na formulação dessas representações; como os/as jovens das periferias se tornaram um tema central na vida política dos dois países e um território estratégico para as administrações dos presidentes Luis Inácio Lula da Silva e Nikolas Sarkozy, a ponto de se tornarem importantes capitais eleitorais e terem sido produzidas ações de Estado dirigidas para essas periferias.

Para Jorge Ramos do Ó (2005, p. 24), isso significa pensar o governo sempre como confrontado a uma realidade que lhe escapa e que as tecnologias de governo se ampliam frente a novos domínios engendrados: “A ordem e a administração não se exercem nunca capazmente. A intervenção do poder [...] produz problemas em vez de solucioná-los, mas que, por isso mesmo, exigem cada vez mais novas e novas medidas”.

Esse aspecto é importante para pensar as políticas de segurança dirigidas às juventudes periféricas. A incorporação da periculosidade da vida juvenil no âmbito da política pública parece responder ao esforço de aumento da potência do Estado, ao alargamento do conhecimento possível sobre o jovem, a uma espécie de angústia relacionada a certos fenômenos da vida juvenil que tentam escapar às tentativas de governo e ordenamento na vida social.

As razões dessa angústia podem ser variadas: seja porque a condição da juventude está irremediavelmente relacionada a uma dimensão de experimentação das possibilidades; seja porque a fabricação da juventude delinquente, consumista e revolucionária implica no contínuo tensionamento do funcionamento social; seja porque no âmbito da regulação

biológica da vida a combinação juventude e drogas, sexualidade e violência ocasionará inevitavelmente desconcertos na ordem dos controles de Estado.

O que busco fazer neste trabalho é um uso específico dos estudos em governamentalidade. Nesse sentido autorizei-me a realizar dois caminhos no que se refere às análises presentes nesta tese: (1) Tomar o atual estágio do capitalismo e as consequentes ações de Estado com relação às periferias urbanas e em especial aos/às jovens, homens e mulheres, que lá habitam, a partir da análise da governamentalidade, mas efetuando um giro que entende que essas formas de governo fazem parte de um referencial de mercado (não necessariamente neoliberal); (2) Tomar como central o pensamento (o saber, a intelectualidade, a inteligência) dos/das jovens sobre cada uma dessas questões e muitas outras que foram se desdobrando no processo de pesquisa.

2.3 Em manchete, a palavra do Estado

“A violência dos jovens não cessa de aumentar, e nós precisamos endurecer.”

A frase acima, pronunciada por uma ministra francesa⁶¹ em 2007, poderia ser reconhecida como uma formulação de algumas autoridades brasileiras envolvidas com segurança pública. Entretanto – como vivemos em tempos e contextos caracterizados como de mudança ou, ainda, como pós-modernos, pós-capitalistas, líquidos, globalizados etc., e que nos confrontam com crises sociais profundas e complexas – poderia ser útil experimentar outros olhares e formas de apreensão, descrição e interpretação da multiplicidade de sujeitos e grupos que se enredam nesses *cenários* contemporâneos. Michel Foucault chama atenção para o fato de que “não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade” (2002, p. 28-29).

Assim, pode-se dizer que boa parte dos estudos sobre juventudes e sobre periferias urbanas, mesmo aqueles que assumem posições comprometidas com maior equidade e justiça social, acaba se apoiando num conjunto de pressupostos científica e politicamente legitimados, que definem a juventude como “um problema” a ser enfrentado⁶². De forma intencional ou não, essa *economia de discursos* tem contribuído, dentre outras coisas, para

⁶¹ Afirmação é de Rachida Dati, ministra do Interior na França, em 2007 (MUCHIELLI, 2008, p. 23). O Ministério do Interior na França corresponde, no Brasil, ao Ministério da Justiça.

⁶² Ver, por exemplo, revisões de Spósito (1997; 2002) sobre o tema.

naturalizar a relação entre criminalidade, violência e pobreza nas periferias urbanas e, nesse processo de naturalização, jovens do sexo masculino têm sido, usualmente, representados como perigosos e/ou como vítimas. A força desses discursos age no sentido de nos *fazer ver* tanto as periferias das cidades quanto a juventude que as habita como se fossem homogêneas, com uma visão que oblitera (tanto dentro, quanto entre) suas especificidades constitutivas.

O problema da juventude – com ênfase especial na juventude que vive em periferias urbanas –, quando colocado na perspectiva da criminalização e/ou da vitimização, é uma construção discursiva (científica, midiática e política). Essa afirmação não significa deixar de reconhecer que existem comportamentos e situações violentas cujos autores são jovens, e que estes podem ser mais ou menos numerosos segundo os diferentes momentos e territórios. Estou apenas dizendo que, qualquer que seja o modo como eventos relacionados a esses grupos se desenvolvam, eles – sobretudo os homens jovens – são representados e/ou assumidos como problemáticos nos discursos públicos, que posicionam determinados sujeitos, de determinados extratos sociais e de determinados territórios, como ameaças (e/ou como vítimas) potenciais à ordem instituída.

Contudo, quando questionamos, por exemplo, sobre o que tem sido apresentado como elementos desencadeadores da (ou que explicam à) violência juvenil, encontramos na mídia e em boa parte da literatura biopsicológica termos e pressupostos como: adolescência como fase naturalmente problemática em função de intensas transformações físicas e psíquicas; famílias desestruturadas; falta de limites; distúrbios afetivos e emocionais; uso de drogas; incitação ao consumo; falta de projetos de vida; fracasso e evasão escolar; desenraizamento cultural; maior tendência de homens para o envolvimento com atos violentos em função de sua constituição biológica (notadamente, da ação da testosterona) ou de seu pertencimento religioso, étnico etc. Ou seja, noções que instituem esses e outros atos como traços de individualidade. José Machado Pais (2008, p. 14) pondera:

Frequentemente, dos “atos” passa-se às “maneiras de ser” e estas são mostradas como não sendo outra coisa que os próprios atos de violência. Implicitamente, surge o reconhecimento de que um ato de violência cometido por um jovem negro ou cigano resulta da maneira de ser das suas etnias de pertença. Nesse julgamento, o que se pune não é o ato de violência em si, mas a imagem preconcebida do jovem delinquente: ou porque usa brinco na orelha, ou porque tem um corte de cabelo exótico, ou porque exhibe uma tatuagem, ou pela simples cor da pele.

Assim, muitas das políticas e dos programas direcionados à juventude, tanto na França quanto no contexto brasileiro, acabam por assumir e reiterar uma equação que relaciona determinados problemas (violência, infrações diversas, uso abusivo de álcool e substâncias

psicoativas etc.) a uma essência que, de certa forma, *aprisiona* e reduz a composição complexa e multifacetada de identidades juvenis masculinas, mas também femininas, de periferias urbanas. Ao operar dessa forma, funcionam estrategicamente como modalidades de governo de determinadas práticas sociais, no sentido que lhes é dado por Foucault, e que envolvem “não apenas as estruturas políticas e a gestão dos Estados, mas a maneira de dirigir a conduta⁶³ dos indivíduos ou dos grupos” (FOUCAULT, 1999, p. 244).

Apesar das diferenças nacionais e de pequenas variações institucionais, as políticas de segurança pública têm traços comuns principalmente, como no caso deste estudo, aquelas direcionadas às juventudes moradoras das periferias urbanas pobres.

Trata-se de uma espécie de *guerra ao crime*, com o propósito de governar adequadamente a população. Para tanto, é preciso que a racionalidade governamental enxergue a segurança do desenvolvimento socioeconômico da população como base da prosperidade do Estado. Para atingir determinados patamares, “o Estado enquadra sua população nos aparatos de segurança – de um lado, o exército, a polícia e os serviços de inteligência; de outro, a educação, a saúde e o bem-estar” (FYMIAR, 2009, p. 40).

A sociedade de controle convive com uma imensa gramática da guerra, haja vista a *guerra ao narcotráfico*, a *guerra ao terror*, o combate à impunidade e o combate à imigração ilegal que buscam identificar inimigos reais ou virtuais, contingentes do qual precisam se defender sob o peso da potencialização do perigo à vida.

De fato, o endurecimento citado pela ministra francesa, que abre esta seção, funciona como uma palavra de ordem e refere-se a uma generalização das políticas policiais, judiciárias e penitenciárias em boa parte dos países de capitalismo avançado. E parece ser uma resposta racional às desordens geradas pela difusão de uma insegurança social, ou seja, o desemprego estruturante, a descrença na melhoria de vida através da educação e a instabilidade e flexibilização das relações de trabalho e renda daqueles que porventura tenham emprego.

O que vemos na análise do trabalho como comportamento humano é que a economia passa a ser uma programação estratégica da atividade dos indivíduos.

O problema da reintrodução do trabalho no campo da análise econômica não consiste em se perguntar a quanto se compra o trabalho, ou o que é que ele produz tecnicamente, ou qual o valor que o trabalho acrescenta. O problema fundamental, essencial, em todo caso primeiro, que se colocará a partir do momento que se pretenderá fazer a análise do trabalho em termos econômicos, será saber como quem trabalha utiliza os recursos de que dispõe. Ou seja, será necessário, para introduzir o

⁶³ Foucault concebe o termo numa dupla acepção: por um lado é o próprio ato de conduzir os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e por outro a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades (1999, p. 243-244).

trabalho no campo da análise econômica, situar-se do ponto de vista de quem trabalha; será preciso estudar o trabalho como conduta econômica, como conduta econômica aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha. O que é trabalhar, para quem trabalha, e a que sistema de opção, a que sistema de racionalidade essa atividade de trabalho obedece? E, com isso, se poderá ver, a partir dessa grade que projeta sobre a atividade de trabalho um princípio de racionalidade estratégica, em que e como as diferenças qualitativas de trabalho podem ter um efeito de tipo econômico. (FOUCAULT, 2008b, p. 307).

Essa nova abordagem do trabalho na economia coloca o trabalhador como um sujeito econômico ativo, já que o trabalho é visto como uma conduta econômica. O que é essa conduta econômica? Pois bem, o trabalho garante um salário. O salário equivale a uma renda. O salário não é a venda de sua força de trabalho, mas aquilo que assegurará ao trabalhador uma renda. Renda é o produto ou rendimento de um capital. Assim, capital será tudo o que poderá ser uma fonte de renda. Então, seguindo o questionamento de Foucault, qual será o capital de que o salário é a renda? É o conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam uma pessoa capaz de ganhar este ou aquele salário, em suma, uma determinada aptidão (ibidem, p. 308).

Essa concepção de governo mostra que, para que o exercício do poder se faça de modo econômico, com o menor dispêndio de energia e o máximo de produtividade, é preciso fazer entrar em cena as *disciplinas* – do corpo e do saber –, o *biopoder* e as *tecnologias da experiência de si*. Todos esses aspectos envolvem um conhecimento da coisa a ser governada, mas supõem igualmente o desenvolvimento de estratégias de intervenção: uma *racionalidade governamental* – uma maquinaria para tornar a realidade “pensável” de modo a que possa ser submetida à programação política (ROSE, 1998).

[O governo] depende do conhecimento. Para se governar uma população é necessário isolá-la como um setor da realidade, identificar certas características e processos próprios dela, fazer com que seus traços se tornem observáveis, dizíveis, escrevíveis, explicá-los de acordo com certos esquemas explicativos. O governo depende, pois, de verdades que encarnam aquilo que deve ser governado, que o tornam pensável, calculável e praticável. (ROSE, 1998, p. 37).

Considerando que nas sociedades do chamado capitalismo avançado, e particularmente com relação às periferias das grandes cidades, a presença e a vitalidade da população jovem são problematizadas. Sobretudo de forma segmentada e mediante as noções de (des)ordem urbana e segurança pública, as atribuições identitárias prestam-se a uma política de localização, fixação, punição e controle. Foi o propósito deste estudo discutir como a governamentalização das periferias urbanas pobres, alcançadas através de determinadas

ações de Estado, consiste em uma inescapável questão, no debate atual, sobre o que está reservado à juventude periférica hoje.

As ações de Estado, cada vez mais presentes nas periferias urbanas, podem ser definidas como formas de governo contemporâneas, baseado tanto no envolvimento de todos/as – delinquentes ou não, perigosos ou não – quanto na utilização de dispositivos eletrônicos, de projetos de urbanização e de policiamento ostensivo, de ações repressivas e de verificação de documentos, entre outros; nesses programas, lideranças comunitárias, educadores sociais, universidades, escolas públicas, igrejas, ONGs, famílias e mulheres-mães são chamados a participar em nome da produção de uma suposta paz social.

Nos países ocidentais – incluindo o Brasil e a França, focos deste estudo –, tem se investido no incremento de um aparato jurídico-policial que tem como foco a infância e, principalmente, a juventude, objetivando a contenção e a ressocialização daqueles que se desviam e que são reconhecidos como ameaça à ordem social estabelecida (FONSECA, 2004). Utilizando as palavras de Foucault, temos uma inflação legal, ou seja, segundo o autor, “todo o conjunto da legislação que vai dizer respeito não apenas ao roubo, mas ao roubo cometido pelas crianças, às responsabilidades por razões mentais, todo o conjunto legislativo que diz respeito às medidas de segurança e à vigilância dos indivíduos” (FOUCAULT, 2008b, p. 11).

Portanto a mudança política e institucional da natureza do Estado e do paradigma de segurança pública que nele se instaura não é simplesmente uma queixa dos jovens habitantes das periferias urbanas que são revistados, filmados e muitas vezes agredidos física e moralmente. Trata-se de uma forma de governo que permite criminalizar as periferias e aqueles que as habitam, em um processo em que castigo e punição passam a ser significados como um princípio político.

A utilidade das atuais políticas de segurança pública está diretamente associada ao que Deleuze alertava:

O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado. É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas. (DELEUZE, 1993, p. 51).

Um exemplo de como a atual sociedade de controle reage às instabilidades econômicas e sociais ocorreu na França em setembro de 2010, quando o governo francês se dedicou a expulsar determinados grupos ou etnias imigrantes com e sem documentos, ou

impor sanções a outras minorias como os muçulmanos⁶⁴. Na revista *Carta Capital*, a manchete da matéria é bastante elucidativa: “Nada como um bode expiatório, ante a crise econômica e a queda na popularidade, Sarkozy mira os ciganos” (2010, p. 58):

Apesar de acusado por um comitê das Nações Unidas de tratar os “roma” (ciganos) de forma racista e xenófoba, o governo francês permanece firme em sua posição de até o final de 2010 expulsar 700 ciganos para seus países de origem como Romênia e Bulgária. Trezentos acampamentos foram fechados porque segundo o governo são centro de tráfico de drogas, prostituição, abusos de crianças e mulheres. A União Europeia (UE) investiga a legalidade das expulsões. Romenos e búlgaros são cidadãos europeus e desde o ingresso de seus países, em 2007, na UE, podem entrar livremente na França. Ao cabo de três meses precisam, porém, ter emprego ou justificar meios financeiros para permanecer no país. Só podem ser expulsos ao cometer um crime, ou um caso de abuso do sistema de assistência social. Os expulsos simplesmente por não ter emprego desfrutam do direito, sendo cidadãos da UE, de voltar para a França.

Inseridos no âmbito da governamentalidade liberal, os mecanismos de poder destinados a organizar a multiplicidade de interesses dentro de uma população não podem ser confundidos com mecanismos de instauração de uma ordem pacificadora da lei, mas entendidos como a matriz de relações sociais que se configuram basicamente como relações *de guerra*. Ou seja, relações que – por assumirem o objetivo não de instaurar e preservar a ordem, mas de gerir a desordem referente aos processos inerentes a uma população – se utilizam da guerra como artifício principal para o exercício dessa governamentalidade.

É impossível não fazer uma analogia entre as expulsões de imigrantes que vêm ocorrendo na França nos últimos anos com a exclusão dos leprosos na Idade Média estudada por Foucault. Segundo o autor, a exclusão dos leprosos acontecia mediante um conjunto jurídico de leis e regulamentos, um conjunto religioso de rituais que introduziam uma participação binária, entre um que era leproso e outro que não era. A partir dos séculos XVI e XVII, as formas de controle da peste tornaram-se diferentes, com o esquadrinhamento das regiões, das cidades em que há atingidos, com normas que indicam às pessoas quando podem sair, a que horas, o que devem fazer em suas casas.

No século XVIII as práticas de inoculação colocaram o problema fundamental do número de pessoas vitimadas, qual a taxa de mortalidade, quais lesões, quais sequelas, que riscos, qual a probabilidade de uma pessoa morrer ao se contagiar, ou seja, os efeitos estatísticos sobre a população em geral. Logo, tratava-se de segurança, do funcionamento e da

⁶⁴ O Estado francês, através do Ministério da Imigração, criou uma extensa campanha contra o uso da burca, até aprovar sua proibição através de lei.

aplicação de cálculos de custo e médias aceitáveis. Tratava-se do surgimento de tecnologias de segurança dentro de mecanismos que são efetivamente de controle social.

As expulsões dos ciganos na França e os argumentos utilizados para justificá-la colocam como central o *perigo potencial* de determinados grupos ou pessoas, e assim reativam o racismo de Estado que age pela eliminação, confinamento ou exclusão com base no combate à criminalidade como dispositivo estratégico do equilíbrio dos medos.

Segundo a matéria do jornal francês *Libération* (2 jul. 2009), a política de expulsão dos imigrantes na França, que passam num primeiro momento pelos centros de detenção, tem sido mais dispendiosa do que se os imigrantes fossem mantidos na França.



Figura 5 – Imagem de um centro de detenção temporária. Numa tradução livre, o título da matéria seria Os custos extravagantes da detenção

Para Foucault, a questão passa essencialmente por uma questão econômica:

É certo que a evolução contemporânea, não apenas da problemática, da maneira como se reflete a penalidade, mas igualmente da maneira que se pratica a penalidade [...], se coloca essencialmente em termos de segurança. No fundo, a economia e a relação econômica entre o custo da repressão e o custo da delinquência é a questão fundamental. (FOUCAULT, 2008b, p. 12).

Assim, o problema do crime e da penalidade, do ponto de vista do novo capitalismo, está estreitamente relacionado a uma análise do comportamento econômico. O aparato jurídico-penal ocupar-se-á de uma conduta ou de uma série de condutas que produzem ações das quais os *autores* dessas mesmas condutas esperam tirar proveito, um lucro, efeito de um risco que não é simplesmente a perda econômica, mas o risco penal. Por conseguinte, o alvo do aparato jurídico-penal serão as pessoas que produzem esse tipo de ação.

Em uma de suas obras, Giorgio Agamben (2002) teoriza em torno do *homo sacer*, figura do direito romano arcaico que designa o indivíduo cuja vida (separada do resto das vidas da *polis*) não pode ser “sacrificada” (no sentido religioso ou ritualístico). O que se permite ao *homo sacer* – porque a lei não o contempla – é ser assassinado, sem que esse assassinato constitua delito. Essa figura reaparece no século XX com os campos de concentração ou de extermínio. Agamben desenvolve sua teoria convencido de que são esses campos (e não a cidade) que constituem o paradigma de nossos dias. A “vida nua” é a existência despojada de todo valor político e de todo sentido cidadão. O campo de concentração ou de extermínio é o espaço mais radical (mas não o único) onde se executam as biopolíticas⁶⁵ contemporâneas; onde a vida, privada de todos os direitos, pode ser objeto de todos os experimentos.

Agamben não se limita a lamentar a existência dos campos de concentração. Diz-nos que é necessário

[...] pensar as causas e mutações desse espaço fundante da lei moderna. A mera condenação da barbárie e da carnificina é somente uma forma de hipostasiar o mal como conceito aistórico e, portanto, de perpetuá-lo. É preciso construir uma teoria política sobre o campo, porque esse espaço é o que limita nossa experiência do presente. (2002, p. 30).

O filósofo chama a atenção para os que são chamados “centros de permanência temporária ou de retenção”. Esses espaços de transição antes da expulsão encontram-se em geral em áreas semiabandonadas. Ali estão recolhidos imigrantes ilegais, indivíduos a serem deportados e/ou suspeitos de pertencerem a grupos terroristas, em um local cercado por arames farpados, barreiras e grades, em condições precárias, inclusive do ponto de vista

⁶⁵ Márcio Alves da Fonseca, ao comentar Foucault, afirma que, “nos procedimentos da biopolítica, não se trata apenas de distribuir, vigiar e adestrar os indivíduos dentro de espaços determinados, mas de dar conta dos fenômenos amplos da vida biológica. Trata-se de atuar sobre os fenômenos que se manifestam numa determinada população” (FONSECA, 2005, p. 57).

material. Na França, os números de imigrantes retidos têm aumentado de 24 mil, em 2002, para 34 mil, em 2008.

Para Foucault, uma vez que os conflitos políticos do presente visam à preservação e à potencialização da vida do vencedor, os inimigos deixam de ser adversários políticos para serem tomados como instâncias biológicas. Não se trata mais de serem superados na esfera política, mas eliminados, já que constituem ameaça à comunidade e à nação. Nas suas palavras: “A morte do outro não é simplesmente a minha vida na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior, é o que vai deixar a vida em geral mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 1999, p. 304).

A interpretação que os liberais fizeram da criminalidade é, para Foucault, um retorno aos reformadores do século XVIII, a Beccaria e, sobretudo, Bentham. Uma vez que temas do domínio da economia política ou sobre o exercício do poder são novamente retomados. As manobras permitiriam o cálculo econômico ou em nome de uma lógica econômica, o funcionamento da justiça penal, o custo da prática judiciária, o custo da delinquência e do próprio funcionamento da instituição judiciária.

Nesta perspectiva Michel Foucault entendeu que o mecanismo da lei no fim do século XVIII, teria retornado como princípio econômico. O homem que passível de ser penalizado, o homem que se expõe à lei e que pode ser punido por ela (*homo penalis*), é ao mesmo tempo também calculável, rentável ou deficitário (*homo economicus*). A base de sustentação no caso da lei penal, além da óbvia função de punir, tem a ver com as diferentes medidas da pena, ou seja, a pena está sujeitada a um determinado cálculo de medida.

Foucault ainda chamou atenção para uma outra transformação ocorrida ao longo do século XIX, – a passagem do *homo penalis* para o *homo criminalis* –, em que se dá a emergência da criminologia enquanto ciência, aquilo que o autor vai chamar de inflação em vários domínios que vão funcionar em termos da norma.

O *homo penalis* é retomado assim, através de toda uma antropologia do crime, que substitui, logicamente, a rigorosa e muito econômica mecânica da lei, toda uma inflação: uma inflação de saber, uma inflação de conhecimentos, uma inflação de discursos, uma multiplicação de instâncias, das instituições dos elementos de decisão e tudo que interfere na sentença, em nome da lei, e, pelas medidas individualistas em termos de norma. (FOUCAULT, 2008b, p. 255).

Trata-se aqui de entender como tecnologias típicas da sociedade disciplinar funcionam e se reatualizam na sociedade de controle. São tecnologias de governo móveis que não

foram substituídas umas pelas outras, mas que se espacializam de outro jeito, com outras seduções e sutilezas, e que têm em comum o abrigo da norma.

Toda e qualquer norma traz consigo a necessidade de classificação, de ordenamento e de hierarquização. Como uma medida e um princípio de comparabilidade, a norma opera no sentido de incluir todos, segundo determinados critérios que são construídos no interior e a partir dos grupos sociais. Prescritivamente, ela age na definição de um modelo geral prévio frente ao qual todos devem ser referidos. (LOPES, 2009, p. 159).

No que se refere às estratégias de normalização relacionadas às juventudes periféricas identificadas como as principais vítimas e agentes da violência urbana, elas objetivam trazer os potenciais criminosos para a curva da normalidade; ao mesmo tempo em que estes não aceitam se normalizar, passam a fazer parte das exceções que confirmam a regra. Assim, o Estado lança mão de um conjunto de tecnologias de governo “que visam à normalização das irregularidades presentes na população.” (ibidem, p. 160).

Entre as irregularidades que precisam ser assimiladas está a do indivíduo perigoso. Em decorrência das ameaças advindas dessa figura, surgem as políticas sociais criadas para contenção/correção ou, no último caso, punição do desviante. No curso *Os Anormais*, Michel Foucault (2001) descreve como uma série de práticas produzem a figura do indivíduo perigoso, ao mesmo tempo em que são formuladas teorias que expliquem o que o difere dos indivíduos normais.

Foucault anunciou que a sociedade disciplinar é o que estamos deixando para trás. Deleuze acrescentaria, “é o que já não somos”. A passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle é definida por Deleuze como um “regime”, mas, sobretudo, como o “funcionamento” do controle contínuo e da comunicação instantânea. Para o autor:

Isto se vê claramente na questão dos salários: a fábrica era um corpo que levava suas forças internas a um ponto de equilíbrio, o mais alto possível para a produção, o mais baixo possível para os salários; mas numa sociedade de controle a empresa substituiu a fábrica, e a empresa é uma alma, um gás. Sem dúvida a fábrica já conhecia o sistema de prêmios mas a empresa se esforça mais profundamente em impor uma modulação para cada salário, num estado de perpétua metaestabilidade, que passa por desafios, concursos e colóquios extremamente cômicos. Se os jogos de televisão mais idiotas têm tanto sucesso é porque exprimem adequadamente a situação de empresa. A fábrica constituía os indivíduos em um só corpo, para a dupla vantagem do patronato que vigiava cada elemento na massa, e dos sindicatos que mobilizavam uma massa de resistência; mas a empresa introduz o tempo todo uma rivalidade inextinguível como são emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo. (DELEUZE, 1993, p. 221).

Foucault, ao tentar responder a pergunta “O que podemos entender por segurança?” (2008a, p. 15), apoia-se num quadro histórico dividido em três momentos. Coloca assim em evidência um arranjo histórico, cujo primeiro plano é concernente ao exercício penal antigo – o suplício –, que dominou da Idade Média até o século XVII. O segundo plano é relativo aos mecanismos disciplinares (hospital, caserna, fábrica etc). E num terceiro plano, baseia-se nos dispositivos de segurança e se estrutura, de acordo com Foucault (ibidem), “em torno das novas formas de penalidade advindas do liberalismo norte-americano”. Esses planos não representam um esquema histórico em que os elementos se sucedem uns aos outros e ou provocam o desaparecimento dos precedentes, mas para o autor há uma série de racionalidades complexas que se incidiram reciprocamente.

O sistema atual de técnicas de diferentes formas de penalidade e do cálculo do custo de penalidades contemporâneas é tributário do modelo norte-americano. De certo modo, a internacionalização da *guerra ao crime* é tributária desse mesmo modelo estadunidense neoconservador, que passou a ser importado para vários países do mundo e que vem sendo assimilado por partidos políticos de direita e de esquerda quando estes estão no governo, como nos casos brasileiro e francês.

A inovação das políticas de segurança pública norte-americana esteve ligada à disseminação da mensagem de recuo da delinquência como consequência da ativação de políticas policiais, sociais, judiciárias e penitenciárias incisivas:

Foi nos Estados Unidos que, dando as costas para toda e qualquer “complacência sociológica”, a criminologia teria demonstrado que a causa do crime é a irresponsabilidade e a imoralidade pessoais do criminoso, e que a sanção implacável das “incivilidades” e de toda uma gama de desordens de pequena monta é o meio mais seguro para deter as infrações violentas. (WACQUANT, 2007, p. 13).

O controle contínuo inerente à supervisibilidade da questão do crime, evidenciada nas experiências internacionais, conforme Wacquant (2001), amplia os impactos dos conjuntos de práticas, instituições e discursos relacionados à pena, sobretudo à pena criminal, mais sedutores e funestos quando voltados a “países atingidos por fortes desigualdades de condições de oportunidade e desprovidos de tradição democrática e de instituições capazes de amortecer os choques causados pela mutação do trabalho (ibidem, p. 7).

Desde a década de 1960, nos Estados Unidos, e 20 anos depois na Europa, até chegar aos últimos 10 anos na América Latina, temos a emergência de um paradigma calcado nas ações de segurança pública. Concorro com Wacquant:

Não foi tanto a criminalidade que mudou no momento atual, mas sim o olhar que a sociedade dirige para certas perturbações da via pública, isto é, em última instância, para as populações despossuídas e desonradas (pelo seu estatuto e por sua origem) que são os seus supostos executores, para o local que elas ocupam na cidade e para os usos aos quais essas populações podem ser submetidas nos campos político e jornalístico (2007, p. 29).

É nessa perspectiva que a irradiação de uma vasta constelação discursiva de conceitos e teses – que alteraram o objeto e a missão do Estado – provenientes dos Estados Unidos, sobre o crime, a violência, a justiça, a responsabilidade individual, foram incorporadas por muitos países como uma “abordagem expansiva, que abrace de uma só vez o conjunto das ações por meio das quais o Estado visa a modelar, classificar, controlar as populações julgadas desviantes, dependentes e perigosas, assentadas em seu território” (ibidem, p. 47).

As atuais políticas sociais ou as polícias sociais formuladas e implementadas no Brasil e na França são baseadas na combinação de duas teorias criminais: a teoria da ecologia criminal e a teoria da janela quebrada.

A característica central da ecologia criminal é que os mecanismos de controle social informal seriam mais eficazes para a redução da criminalidade do que o sistema penal estrito senso. Foi no âmbito da Escola de Chicago que essa perspectiva surgiu e se desenvolveu nas primeiras décadas do século XX.

Nesse contexto, Hermann Mannheim refere-se à ecologia criminal dizendo que “trata-se da importância de certos aspectos da ecologia humana ou social como a densidade e mobilidade populacional, em particular as migrações, a urbanização e o urbanismo, e o problema da área delincente” (1985, p. 812).

A função que os estudiosos ligados a essa corrente atribuíram a si mesmos foi a de elaborar “tecnologias sociais”, capazes de resolver os fenômenos ligados à marginalidade, à criminalidade e à segregação social.

Opondo-se às propostas de tratamento individual adotadas em boa parte da Europa no século XIX, a Escola de Chicago produziu uma teorização chamada *ecologia criminal* e desenvolveu o *Chicago Area Projects* nas primeiras décadas do século XX. A ideia central era estabelecer uma política criminal ao nível da comunidade local, visando a mobilizar as instituições sociais locais (vizinhança, igreja, escola, grupos esportivos etc.) para reconstituir a solidariedade social e controlar os delinquentes em potencial.

A cidade é vista como unidade ecológica, dentro da qual poderiam ser identificadas as zonas ou áreas onde se concentra a criminalidade (*delinquency areas*). O efeito criminógeno dos aglomerados urbanos é explicado pelos conceitos de desorganização e contágio, bem

como pelo debilitamento do controle social nesses centros. A deterioração dos “grupos primários” (família), a modificação qualitativa das relações interpessoais, que se tornam superficiais, a alta mobilidade e a consequente perda de raízes no lugar de residência, a crise dos valores tradicionais e familiares, a superpopulação, a tentadora proximidade às áreas comerciais e industriais onde se acumula a riqueza criam um meio desorganizado e criminógeno, no qual se enfraquecem os mecanismos de controle social.

Fazendo a análise da implementação dos *Chicago Area Projects*, Davi Tangerino (2005, p. 115) destaca os princípios elaborados pela Escola de Chicago para o enfrentamento dos problemas sociais, deste modo:

(1) Necessidade do desenvolvimento da comunidade como um todo e não apenas de um determinado grupo social. A ideia central é que as vizinhanças encerram em si todos os elementos necessários para exercer o controle social informal, que a intervenção, no sentido de prevenir ou tratar um problema social, deve ser feita envolvendo a comunidade como um todo;

(2) Ênfase no treinamento e na utilização de líderes locais, da vizinhança;

(3) Utilização ao máximo das instituições já localmente constituídas, particularmente daqueles grupos sociais locais tais como igrejas, associações e clubes;

(4) As atividades do programa devem ser entendidas primariamente como um pretexto para alistar a participação efetiva dos moradores locais em um esforço comunitário construtivo, criando e cristalizando um sentimento de vizinhança em relação à tarefa de promover o bem-estar e a melhoria social e física da comunidade.

A ecologia criminal busca a tolerância urbana, capaz de viabilizar a convivência em um mesmo espaço territorial e a valorização da realidade local. A adoção de políticas sociais, socioeducativas e profissionalizantes, a recuperação do espaço urbano degradado e o investimento na capacitação de policiais, por exemplo, são medidas fundamentais para a lógica da contenção da degradação social.

Outra importante teoria criminológica, exportada pelos Estados Unidos para outros países, foi a teoria da vidraça quebrada⁶⁶. Ela teve origem na década de 1980, e foi apresentada pela primeira vez pelos cientistas políticos norte-americanos James Wilson e George Kelling. Adaptada do ditado popular “quem rouba um ovo, rouba um boi”, propagou a ideia de que a perseguição dos chamados *pequenos delitos cotidianos* produz a coibição de *grandes patologias criminais* – sob a chancela do *Manhattan Institute*. Nesse enfoque,

⁶⁶ Broken Windows Theory

prender os pequenos infratores serviria como um fator inibidor de infrações de maior gravidade.

Inspirada nas ideias de Wilson e Kelling, a tolerância zero foi assumida como política ostensiva pelo prefeito de Nova Iorque Rudolph Giuliani (na década de 1990). Materializando a teoria da vidraça quebrada, essa estratégia baseia-se na punição rigorosa das condutas tidas como antissociais em suas menores manifestações, visando a evitar que se elevem até o nível de crimes mais graves. Além da polícia, a política de tolerância zero envolve todos os órgãos do sistema de justiça penal, defendendo que todas as condutas consideradas ilícitas, por mais irrelevantes que sejam, devem ser objeto de apenamento, e que as penas devem ser mais longas, os regimes prisionais mais rígidos e os benefícios de redução de penas cada vez menores. Wacquant explica que o objetivo dessa reorganização

[...] é refrear o medo das classes médias e superiores – as que votam – por meio da perseguição permanente dos pobres nos espaços públicos (ruas, parques, estações ferroviárias, ônibus e metrô etc.). Usam para isso três meios: aumento em dez vezes dos efetivos e dos equipamentos das brigadas, restituição das responsabilidades operacionais aos comissários de bairro com obrigação quantitativa de resultados, e um sistema de radar informatizado (com arquivo central sinalético e cartográfico) consultável em micro-computadores a bordo dos carros de patrulha) que permite a redistribuição contínua e a intervenção quase instantânea das forças da ordem, desembocando em uma aplicação inflexível da lei sobre delitos menores, tais como a embriaguez, a jogatina, a mendicância, os atentados aos costumes, simples ameaças e outros comportamentos anti-sociais associados aos sem-teto. (WACQUANT, 2001, p. 24-26).

Da teoria da vidraça quebrada à disseminação da política de tolerância zero – vinculada ao aumento de prisões ou conjugada ao crescimento do regime de liberdade assistida –, reescreve-se a continuidade do sistema penal disposto na novidade da política de controle e na originalidade que ele intensifica. Os dispositivos de inclusão disponíveis estreitam meios de consumo e segurança condicionados à premissa do inventário cotidiano de cada pessoa. Trata-se da grande utopia da representação democrática. A inclusão universal. Existir no controle corroborando com a política da ordem pressupõe estar disponível para ser localizado e apanhado pelo poder a qualquer momento.

No Brasil, o primeiro a anunciar a adoção da política de tolerância zero foi o então governador de Brasília, em 1999, após a visita de dois altos funcionários da polícia de Nova Iorque (WACQUANT, 2001). Procurando manter-se a par das correntes internacionais, o discurso da tolerância zero espalhou-se pelo país rapidamente, seja como política explícita ou como princípio ideológico, encontrando nos governantes e nas elites nacionais eco às suas preocupações com a insubordinação dos pobres nas mais diversas esferas. Eis o primeiro

tempo da pobreza, sua criminalização, fenômeno produzido e mantido de longa data em nossa trajetória histórica, cada vez mais legitimado pelos discursos dominantes.

A essa realidade podemos adicionar nossa desigualdade social abismal, os serviços públicos deficientes ou inexistentes, a repressão policial que só faz aumentar a violência e insegurança, o estado pavoroso das prisões no país e o extremo desemprego e subemprego “no contexto de uma economia urbana polarizante e de um sistema de justiça corrupto” (WACQUANT, 2001, p. 200) e teremos um verdadeiro campo de concentração massivo e constante para os despossuídos (AGAMBEN, 2002). A aplicação das ideias trazidas do exterior para lidar com as questões sociais promete produzir, no Brasil, uma catástrofe ainda maior que nos países onde tais ideias foram gestadas. A afirmação feita por Wacquant deveria servir como alerta preocupante:

Eu acho que a periferia do capitalismo é a verdade das tendências do capitalismo do centro. **O Brasil mostra a direção dos Estados Unidos** por exemplo no que se refere à prisão, a tendência de **militarizar** a contenção punitiva dos pobres nas favelas **é o futuro** dos Estados Unidos e não o contrário. (WACQUANT, 2001, p. 202 – grifos meus).

As duas políticas criminais que discuti anteriormente – tanto a ecologia criminal como a tolerância zero – penetraram amplamente nos países europeus principalmente na Inglaterra e na França, e na última década foram reatualizadas nas experiências de Bogotá na Colômbia, e no Brasil a partir da implantação do Pronasci.

Ambas as políticas articuladas, adaptadas e reatualizadas miram áreas tidas como de risco ou vulnerabilidade social, com projetos de urbanização de favelas, policiamento de proximidade junto à comunidade e ações repressivas. No interior dessas políticas de combate à criminalidade estão as políticas sociais de intervenção no espaço que opera o chamado combate à violência urbana. As intervenções espaciais privilegiam uma ação local que parta, sobretudo, de crianças e jovens no interior da comunidade como maneira de envolvê-los em políticas sociais antes que se desviem em condutas delituosas.

Os efeitos produzidos pela implementação da combinação das duas políticas criminais em voga na França e no Brasil assumem desdobramentos múltiplos e diferenciados. Ainda que as análises de tais políticas sejam precoces, algumas de suas consequências podem ser sentidas nas suas práticas altamente moralizadoras e de cunho terapêutico. Com efeito, posso afirmar que há uma nova política de verdade em jogo.

No próximo capítulo, busco examinar essa nova política de verdade a partir da análise do Pronasci (Território de Paz) no bairro Guajuviras.

3 OUVIR O RONCO SURDO DAS BATALHAS

Educar, curar, reformar e punir constituem velhos imperativos: [...] os novos vocabulários fornecidos pelas ciências da psique possibilitaram que as aspirações do governo fossem articuladas em termos de uma administração das profundezas da alma humana que estivesse baseada em seu conhecimento. (ROSE, 1998, p. 38).

No final do livro *Vigiar e Punir*, Michel Foucault (1989, p. 269) enuncia a frase acima, que abre esta seção. Trata-se de um alerta do autor, dirigido, naquele contexto, para os efeitos e instrumentos complexos das relações de poder que estão presentes nas estratégias de encarceramentos. Eu utilizo essa frase para aliar-me àqueles e àquelas que têm se esforçado para compreender e escutar os ruídos produzidos pelas atuais ações de Estado que bradam em nome da segurança dos cidadãos, e que são propagadas envoltas numa aura de unanimidade pelos meios midiáticos como modelo de administração governamental das incivildades.

Nesse sentido, ouvir os roncões das batalhas implica ainda desnaturalizar as ações de Estado como o Pronasci, no Brasil, e as *Politiques de la ville*, na França, que tomamos como uma necessidade dada e que considera principalmente os jovens homens moradores das periferias como violentos, que precisam ser vigiados, controlados e afastados de possíveis desvios. Envolve também desconstruir determinados processos e identidades que constituem e posicionam os jovens de determinado jeito.

Tomei como pressuposto o entendimento de que as ações de Estado são formulações datadas, constituídas e constituintes do social, e nisso os dois programas tornaram-se peças-chave a serem examinadas. Entretanto não tive a intenção de avaliar a eficácia dessas ações políticas, tampouco negar um possível impacto no que se refere à diminuição da criminalidade ou da sensação de insegurança, ou ainda à ampliação de acesso a alguns equipamentos públicos e de participação social. Meu propósito foi pensar nos efeitos que determinadas ações de Estado, como dispositivos pedagógicos, instituem ao atuar na produção de formas específicas de governar os indivíduos, incluindo, normalizando, enfim governando determinados modos de ser jovem.

Ações de Estado como o Pronasci e as *Politiques de la ville* funcionam como verdadeiras artes de governar, em que uma complexa rede de saberes é ativada para fornecer as condições necessárias para sua eficácia: estudos estatísticos em determinados bairros, combinação de diversas teorias, estudo e contratação de *experts*, ampla divulgação da mídia.

No final da primeira década do século XXI, quase todas as esferas da vida social, íntimas ou públicas, foram investidas e pensadas tendo como foco as questões de segurança.

A segurança está na ordem do dia em termos de preocupações de qualquer cidade, em qualquer quadrante do mundo ocidental. A novidade parece residir no arcabouço metodológico que, no caso brasileiro, combina um conjunto de teorizações que vão desde elementos da ecologia criminal, elementos da política de tolerância zero até as experiências de policiamento de proximidade de Medellín, na Colômbia, como demonstra a nova metodologia híbrida chamada de *Espaços Urbanos Seguros*, que está sendo silenciosamente incorporada em planos e intervenções sobre aqueles espaços considerados como de alto risco em termos de violência urbana.

Em 20 de agosto de 2007, o governo federal brasileiro lançou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), pela Medida Provisória 384, comprometendo-se a investir R\$ 6,707 bilhões até o fim de 2012, em um conjunto de 94 ações que envolvem 19 ministérios, em intervenções articuladas entre estados e municípios.

Do ponto de vista dos princípios matriciais, o Pronasci reitera o Plano Nacional de Segurança Pública do primeiro mandato do presidente Lula, o qual, por sua vez, incorporava, sistematizava e explicitava o que já estava, embrionária ou tacitamente, presente no Plano Nacional Segurança Pública⁶⁷ (PNSP, 2000) do governo Fernando Henrique Cardoso. Isso demonstra existir mais continuidade do que descontinuidade entre governos que, teoricamente, pertencem a correntes ideológicas distintas.

Desde 2000, passou a preponderar o argumento de que a qualidade das políticas e dos programas de prevenção ao crime e à violência, além da melhoria da segurança pública, dependeriam sobremaneira da existência de uma base de informações e dados sobre os principais crimes e violências que se deseja prevenir, bem como sobre as características do meio ambiente físico e/ou social nos quais esses crimes e violências acontecem, dos grupos em situações de risco e/ou vulnerabilidade, e das pessoas que efetivamente praticam e/ou são vítimas de crimes e violências.

Ao longo de 2001, sob a coordenação de Antonio Carlos Biscaias, Benedito Mariano, Luis Eduardo Soares e Roberto Aguiar, a ONG Instituto Cidadania, então presidida por Luis Inácio Lula da Silva, desenvolvia o Projeto Segurança Pública para o Brasil. Era uma proposta de política nacional de segurança que propunha um conjunto sistêmico de políticas preventivas e voltadas principalmente para a juventude, além de reformas profundas nas instituições de segurança pública, particularmente nas polícias, com a criação do Sistema

⁶⁷ O PNSP é considerado a primeira política nacional de segurança pública. Investe no aperfeiçoamento do sistema de segurança pública através da integração de políticas de segurança, sociais e ações comunitárias, pela qual se pretende a definição de uma nova segurança pública.

Único de Segurança Pública, o SUSP, que se tornou bandeira da candidatura de Lula à presidência.

Segundo o programa de governo, o combate à violência, ao narcotráfico e ao crime organizado supunha uma nova concepção de segurança pública, planejamento, definição de metas e estratégias:

Diante do crescimento assustador da violência, que tem levado à consolidação, no cotidiano da população, da banalização da vida e da arquitetura do medo, o país necessita mais do que nunca, de uma política nacional de segurança pública, priorizando a segurança da cidadania na qualidade de direito. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002).

Implementado em 2003 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, depois da posse do Presidente Lula, o Programa Nacional de Segurança Pública (PNSP), segundo um dos seus formuladores, afirma:

Qualquer que seja o diagnóstico local sobre a dinâmica da criminalidade, será sempre indispensável reconhecer a multiplicidade de dimensões envolvidas: desde a economia à saúde, da estrutura familiar às escolas, do cenário urbano à disponibilidade de transporte, das condições habitacionais ao acesso ao lazer, das oportunidades de emprego às relações comunitárias, do perfil psicológico predominante, em cada situação típica, ao potencial cultural presente nos movimentos musicais ou estéticos da juventude. Nada disso deve ser examinado de uma perspectiva genérica e abstrata, mas de modo bem concreto, segundo as manifestações específicas do território em questão – e de seus habitantes. (SOARES, 2006, p. 7).

Assim, o PNSP investiu numa retórica de valorização do direito à segurança, com programas de orientação a setores sociais percebidos como mais vulneráveis e vitimizados, programas de proteção para testemunhas, aproximação da polícia em relação à comunidade colocou também as políticas de prevenção ao delito no lugar da repressão, e propôs uma atuação mais efetiva dos mecanismos de controle estatais sobre determinadas esferas da criminalidade, como a ambiental, a doméstica, a de *colarinho branco*, e os delitos cometidos por organizações criminosas compõem o quadro geral preconizado pelo Estado brasileiro e tudo isso guarda estreita relação com o recomendado pela ecologia criminal.

A ideia central foi a de que, através de informações mais precisas, seria possível administrar corretamente as intervenções, os diagnósticos das dinâmicas criminais e os fatores de riscos, podendo gerar, ainda, formulação de prioridades, seleção de recursos e estipulação de metas, implementação, avaliação e monitoramento.

Nesse sentido, a correção das informações dependeria dos registros das denúncias efetuadas pela população, quando esta estabelecer uma relação de confiança com a autoridade policial. Ou seja, a política de segurança precisaria adaptar-se às peculiaridades dos contextos sociais que superariam o âmbito específico da criminalidade.

Outro aspecto que posso depreender do PNSP, e que anos depois redundou nas ações do Pronasci, refere-se à necessidade de modificar a percepção das pessoas em relação ao senso de justiça no Brasil, a partir do entendimento de que a violência é potencializada em contextos de ausências, de falta de informação, falta de confiança e falta de investigação.

Para eficácia do Plano, segundo seus formuladores seria preciso conhecer a realidade, apropriando-se de dados locais como diagnóstico da realidade criminal, dados econômicos, demográficos, urbanísticos, bem como sobre a infraestrutura de serviços públicos disponibilizados à população e sobre o nível de participação e organização da sociedade.

Um fator não menos importante estaria pautado na presença do governo local, com função integradora das ações de diferentes áreas (educação, cultura, habitação e planejamento urbano, saúde, bem-estar social, além da segurança), promovendo a participação social e o envolvimento das redes de atores sociais ligados à dinâmica social e à política local.

Na implementação do Pronasci no bairro Guajuviras, as três esferas de governo – federal, estadual e municipal – são envolvidas. Enquanto as duas primeiras responsabilizam-se pela concepção, pelo monitoramento, pela assessoria e pela avaliação, a esfera municipal realiza a execução, diretamente ou por meio de parcerias com universidades ou organizações não governamentais. A garantia dos recursos é de responsabilidade do governo federal, contando com a participação das duas outras esferas e de parcerias com a iniciativa privada.

A suposição do PNSP é que, para um correto diagnóstico sobre a extensão dos problemas, o Estado deveria mergulhar na vida de cada uma das comunidades, aplicando-se a metodologia de mapeamento interativo e participativo dos problemas e das prioridades. A comunidade ajuda a acumular informações quando participa no planejamento, na fiscalização e na correção das atividades de segurança.

A doutrina dos *Espacos Urbanos Seguros* passa a ser adotada no Brasil de modo mais efetivo a partir da Lei Federal nº 11530, de 24 de outubro de 2007, que instituiu o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci. Esse programa surge, de um lado, pelo anseio e pela necessidade de revisão das políticas de segurança pública, cobrada pela sociedade, e de outro, por força do alinhamento às políticas modelizadas pelas agências internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BIRD).

A formulação e implementação do Pronasci foi precedida por uma parceria formada no ano de 2003 entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp – Ministério da Justiça) e o PNUD para a instituição do *Projeto Segurança Cidadã*, visando a “uma série de ações para amenizar a situação da violência no Brasil”, com base no princípio de que a segurança não se limita à ação policial, mas significa “poder andar em *espaços urbanos seguros*, resolver conflitos de forma pacífica, integrar as comunidades para evitar conflitos, entre outras coisas” (PROJETO SEGURANÇA CIDADÃ, 2007). No mesmo documento⁶⁸, o BIRD declara seu empenho em apoiar iniciativas de segurança cidadã na América Latina e no Caribe, canalizando recursos superiores a 200 milhões de dólares para implementação deste projeto em diferentes países do continente.

3.1 Doutrinas criminais e o Pronasci

O Território de Paz (Pronasci), implementado no bairro Guajuviras, em Canoas, parte da doutrina apelidada de Espaços Urbanos Seguros, que vincula configurações espaciais e ocorrência de delitos, aperfeiçoada no meio acadêmico, no âmbito de órgãos governamentais afins, entre profissionais e políticos, e que se transformou ao longo dos anos em metodologia de leitura e proposição de requalificação do espaço público em áreas residenciais, na busca de maior controle sobre as condições de segurança.

Analiso algumas ações já postas em prática no Território da Paz do Bairro Guajuviras a partir de documentação oficial do Pronasci, que conta com um conjunto de duas medidas provisórias, duas leis e quatro decretos. Para isso, valho-me também de um portal do Programa na internet⁶⁹, constantemente atualizado com informações de todo o país (inclusive com *clippings* de matérias da imprensa), e uma farta produção de materiais que estão relacionados com a execução dessas ações. Utilizo ainda recordações do campo de pesquisa, excertos de literatura, propagandas publicitárias e filmes.

Na documentação oficial, consta que o projeto articula políticas de segurança a ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública. O público-alvo é formado por: jovens homens na faixa etária entre 15 e 30 anos, faixa que concentra a maioria dos delinquentes, segundo as estatísticas oficiais; as mulheres, maiores vítimas da violência; e a

⁶⁸ Retirado do texto *Projeto Segurança Cidadã*, datado de 4 set. 2007, publicado no Portal Segurança com Cidadania, disponível em: <<http://www.seguranacacidade.org.br>>. Acesso em 16 set. 2009.

⁶⁹ Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/pronasci>>. Acesso em: 25 dez. 2010.

população predominantemente negra. As ações previstas visam prioritariamente a preservar tais grupos, na tentativa de evitar que se deixem seduzir pelo *caminho do crime* ou sofram como vítimas dele.

O chamado Território de Paz no bairro Guajuviras, em Canoas, tem 13 ações ou subprojetos implantados até o momento da escrita deste texto. A previsão, conforme informações do Ministério da Justiça, é de que nos próximos dois anos serão postos em prática mais 11 projetos. Logo abaixo, apresento um quadro dos repasses do governo federal, especificamente do Ministério da Justiça, como investimentos diretos para o Pronasci em Canoas. Tais informações demonstram os vínculos políticos entre a administração municipal de Canoas com o Ministério da Justiça, bem como a vontade política da administração capitaneada pelo prefeito Jairo Jorge em adotar a bandeira da redução da criminalidade como marca de sua gestão.

Quadro 1 - Investimentos diretos do Governo Federal para o Pronasci/Guajuviras

Objeto	Órgão do governo	Valor do repasse (em R\$)	Data da liberação
Sistema de Audiomonitoramento de Detecção de Disparos de Armas de Fogo	Ministério da Justiça	1.888.109,00	09/07/2010
Casa Abrigo para Mulheres Vitimadas pela Violência	Ministério da Justiça	374.911,00	17/03/2010
Observatório de Comunicação Cidadã no Bairro Guajuviras	Ministério da Justiça	709.827,00	04/03/2010
Observatório de Segurança Pública de Canoas	Ministério da Justiça	815.075,00	04/03/2010
Mulheres da Paz	Ministério da Justiça	752.017,00	29/12/2009
Centro Integrado Móvel de Policiamento Comunitário	Ministério da Justiça	179.148,00	29/12/2009
PROTEJO	Ministério da Justiça	1.516.576,00	29/12/2009
Núcleo de Justiça Comunitária	Ministério da Justiça	458.617,00	16/11/2009
Mediação de Conflitos	Ministério da Justiça	99.879,00	16/11/2009
Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC/PRONASCI)	Ministério da Justiça	281.690,00	05/03/2009
Geração Consciente	Ministério da Justiça	119.848,00	13/11/2009
Aquisição de Sistema de Videomonitoramento	Ministério da Justiça	942.793,64	04/07/2008
Praça da Juventude	Ministério do Esporte	1.657.500,00	Ainda não liberado
Total em valores liberados		8.138.490,00	

Fonte: <http://www.portaldatransparencia.gov.br>

No estado do Rio Grande do Sul, outros três municípios receberam o Pronasci: Alvorada, Guaíba e São Leopoldo. O município de Alvorada recebeu, de 2008 a 2010,

repasse no valor total de R\$ 1.920.236 para três projetos ligados ao Pronasci. Cabe lembrar mais uma vez que Alvorada há vários anos lidera os índices de violência no estado.

O Territórios de Paz é um programa com forte apelo midiático, como pode ser verificado pela intensa presença nos meios de comunicação e por algumas de suas ações tidas como espetaculares⁷⁰, e é formado por um conjunto de iniciativas que pretendem instalar a “paz na comunidade”. Dentre as medidas de gestão comunitária da segurança⁷¹, o programa prevê ações de reorganização dos espaços urbanos e recuperação de equipamentos públicos.



Figura 6 – Cartaz de divulgação nacional do Território de Paz

A viabilização dos *programas locais* articula a participação dos ministérios da Educação, da Cultura e das Cidades, sendo que no âmbito deste último propõe-se a recuperação dos espaços urbanos e de áreas degradadas em comunidades carentes, incluindo melhoria de infraestrutura, preservação ambiental, erradicação de palafitas e ampliação do sistema de abastecimento de água, com investimentos previstos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

O Território de Paz foi implementado nos chamados bolsões de pobreza das cidades metropolitanas do país, aquelas onde os níveis de criminalidade atingem as mais destacadas posições no território nacional. Ao cabo destes poucos anos de vigência, teve um papel importante, em termos eleitorais, principalmente durante a última campanha para a presidência em 2010. Os resultados do Pronasci bem como os planos de sua continuidade

⁷⁰ Como as ações de invasão a morros e favelas do Rio de Janeiro, ou as aquisições de dispositivos tecnológicos sofisticados.

⁷¹ A instalação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), do Conselho Comunitário de Segurança Pública.

foram exaltados tanto pela então candidata à Presidência Dilma Rousseff como pelo candidato a governador do Rio Grande do Sul Tarso Genro. Como se sabe, ambos saíram vitoriosos.

Em termos gerais, as mudanças de orientação nas políticas sociais e, conseqüentemente, nas políticas de segurança têm foco nas camadas mais pobres, com a ideia de desenvolvimento econômico agregado ao desenvolvimento social local. Para tanto, é necessária a atuação incisiva das instituições públicas, ampliada com o envolvimento da *sociedade civil* e a participação dos próprios pobres na solução de problemas mais prementes. O envolvimento do maior número de indivíduos é a base para implementar uma política de administração da pobreza.

A generalização da forma econômica do mercado funciona como princípio de inteligibilidade, de cálculo das conseqüências sociais dos comportamentos individuais. Tudo pode ser compreendido como um investimento a ser medido: dinheiro, tempo, educação, tecnologia etc.

Trata-se de filtrar toda ação do Estado em termos de relação de oferta e demanda, em termos de eficácia sobre os domínios desse jogo, em termos de custo implicado por essa intervenção da autoridade no campo do mercado. Trata-se, em suma, de constituir em relação a governamentalidade efetivamente exercitada, uma crítica que não seja simplesmente política ou simplesmente jurídica. É uma crítica econômica oposta à autoridade do Estado (FOUCAULT, 2008a, p. 252).

Contudo a manifestação mais alardeada sobre as comunidades periféricas é a de que elas são celeiros do crime organizado, que disseminam a alarmante situação da violência urbana. Se, por um lado, os veículos de comunicação divulgam uma verdadeira *pedagogia do medo*, a resposta impingida pelas autoridades locais tem sido uma política de segurança pública com alto grau de letalidade nas suas *megaoperações*. Sob o manto da *guerra contra as drogas*, tem-se empreendido, em larga escala, a criminalização das populações que habitam as periferias urbanas pobres, identificadas como principal foco do tráfico de drogas e da difusão da violência. Dessa forma, o combate ao tráfico tem servido como pretexto para ações que atentam contra os direitos humanos⁷².

O exemplo que mais chama a atenção na mídia tem sido a atuação do Pronasci nas favelas do Rio de Janeiro, onde tropas do exército, em colaboração com as tropas de elite da polícia militar, têm realizado operações de tomada das favelas e implantado postos avançados

⁷² O Brasil tem sido criticado pelas suas práticas policiais. No estado do Rio de Janeiro, a polícia foi responsável por 505 mortes só no primeiro semestre de 2010. De acordo com o Human Rights Watch (HRW), a polícia insiste que essas mortes aconteceram em atos de resistência armada, o que dificulta a investigação. Disponível em: <<http://www.hrw.org/en/world-report-2011/brasil-0>>. Acesso em: 25 dez. 2010.

das chamadas polícias pacificadoras. Todavia os dados referentes às mortes⁷³ nessas operações não são divulgados.

O governador Sérgio Cabral, maior autoridade do estado do Rio de Janeiro, declarou que o objetivo das operações policiais não seria acabar com o tráfico, mas deixar a cidade com níveis *civilizatórios* de criminalidade. Nesse caso, as ações letais das forças policiais seriam um mal necessário para se chegar a esse patamar (RIBEIRO; DIAS; CARVALHO, 2008).



Figura 7 – Portal colocado na rótula principal de acesso ao bairro Guajuviras, em Canoas-RS

A fotografia acima foi feita por mim logo depois deste pórtico ter sido inaugurado⁷⁴. Ele está situado na entrada do bairro Guajuviras, em Canoas, uma alusão às mensagens de boas vindas que estão na entrada das cidades. Minha intenção com essa imagem é afirmar que as ações de Estado são produtoras de sentidos. Tais sentidos são plurais e diferentes para cada um e, portanto, também para os/as jovens que aderem aos vários projetos que integram e produzem esse *território*.

Ao explicitar o mecanismo *panóptico* contido na proposta de organização espacial racionalizada por Bentham, Foucault não apenas desvendou estratégias de controle de muitos por poucos (através do desenho de certos espaços e mecanismos) como, ao fazê-lo, revelou a existência de uma dimensão de poder necessariamente incorporada às formas e aos formatos dos espaços da vida cotidiana, abrindo necessariamente a possibilidade de utilizar essa

⁷³ ADORNO, 2002; MACHADO; NORONHA, 2002.

⁷⁴ O pórtico foi inaugurado em 28 de setembro de 2010.

potencialidade prospectivamente, através de desenhos projetivos do espaço. Partindo da desconstrução da arquitetura da torre *panóptica*, revelam-se *agenciamentos* de qualidade *panóptica* associados à vigilância e ao controle de pessoas, no limiar de sociedades marcadas pela desigualdade e pela injustiça social, mediante determinadas configurações espaciais.

As formulações que sustentam o repertório de procedimentos destinados a concretizar as arrojadas metas traçadas combinam um conjunto de elementos, reunidos em torno da denominada *teoria da oportunidade*, constituída assim: um infrator potencial, uma vítima ocasional, e um delito que se materializa a partir de oportunidade criada por determinadas condições ambientais.

Surge deste modo a noção de Espaços Urbanos Seguros (EUS), um conjunto de procedimentos aplicados a certas áreas da cidade tidas como de risco, que “buscam promover a vigilância natural da comunidade local sobre seu meio ambiente com estratégias de dominação territorial, controle natural de acessos, manutenção ambiental e participação comunitária” (DIAS NETO, 2006, p. 387).

Em termos de “controle natural dos acessos” a doutrina dos “EUS” sugere um território demarcado, com limites físicos (muros, grades etc.) e passagens reduzidas e estreitas. Ao mesmo tempo, essa nova prevenção, como também é conhecida, recomenda a permeabilidade do tecido, entendida como ampliação da acessibilidade, supostamente desde que confinada em seu interior. É um formato que contém a população no seu interior, que se assemelha aos condomínios residenciais.

No que se refere ao redesenho do espaço público e privado, o primeiro passo consiste em leituras das configurações existentes, nas quais o levantamento deve se apoiar em um *checklist* focado em quatro elementos: (1) edificações; (2) espaço de transição-jardim; (3) limites; (4) espaços públicos e elementos urbanos.

Com relação às *edificações*, deve-se examinar as situações das janelas e portas, em acordo com sua capacidade *panóptica* de permitir uma vigilância indeterminada e, por isso, permanente. As orientações são no sentido de aumento do número de janelas e que estas estejam posicionadas em espaços estratégicos para cumprimento das metas de observação constante. Outra condição é a de que as moradias, bem como todos os espaços públicos, devem priorizar a limpeza e o asseio, o propósito é de não permitir que se instale uma aparência de abandono, que despertaria atos infracionais, como é também preconizado na teoria da *janela quebrada* (ibidem).

É possível pensar que não foi aleatória a colocação do pórtico do Território de Paz justamente na rótula de entrada principal do bairro, uma vez que produz sentidos de boas

vindas. Sugere algo como: *entrando aqui você vai se deparar com a intervenção do Estado*. É justamente nesses locais que se recomenda especial atenção à localização e ao tratamento das esquinas e circulações verticais e horizontais, dada a potencialidade natural como campos de visão privilegiados.

Ainda sobre o pórtico, esse equipamento tem em letras garrafais o nome dado ao conjunto de ações do Pronasci em uma dada comunidade, chamado então de Território da Paz, associando o sentido do termo *paz* ao de ordem amenizadora do grau de conflito local. Parte-se do questionamento sobre os sentidos do termo *paz* em locais onde reina grande desassossego e do princípio de que os conflitos expressam relações sociais pautadas pela injustiça social.

A noção de território de paz, em que o Pronasci se apoia, entende que o Estado democrático opõe-se à violência e opera no espaço público, para que as pessoas possam exercer sua capacidade de diálogo e ação, o que é nomeado de cidadania ativa numa oposição ao que seria um território de violência⁷⁵. Embora tal noção possa, num primeiro momento, parecer o que a sociedade espera, ela parte de um consenso em torno de uma guerra ao crime, não importando os meios a serem empregados. A imposição de um pensamento único que confere ao Estado o dever/direito de ocupar as periferias urbanas e colonizar o máximo de pessoas em torno de uma suposta paz social é contrária a uma corrente do pensamento político contemporâneo, principalmente o de Hanna Arendt (2003), que defende a ideia de que a violência é a supressão do espaço público, da palavra plural e da própria capacidade de ação preconizada pelas ações do Pronasci.

Michel Foucault, ao definir território, diz:

Ele é um conjunto de dados naturais e dados artificiais. Dele fazem parte condições geográficas, climáticas, mas também certo número de efeitos de massa causados pelos residentes desse espaço, efeitos esses que se tornam causas de modificações dessa mesma massa. Daí o meio tornar-se campo de intervenção política, onde a multiplicidade de indivíduos existe de uma maneira muito peculiar, como “profundamente, essencialmente, biologicamente ligada à materialidade no interior da qual eles existem”. (FOUCAULT, 2008a, p. 23).

É interessante que, em vários dos pronunciamentos de gestores do Pronasci ou de políticos que o apoiam, não é rara a afirmação de uma guerra à criminalidade. Tais posições sobre oposição e, ao mesmo tempo, proximidade entre guerra e paz fazem sentido quando algumas palavras são utilizadas para definir objetos e ações do Pronasci. Só para citar

⁷⁵ Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages.htm>>.

algumas: território conflagrado, áreas de risco, força de segurança nacional e polícia pacificadora, por exemplo.

A retórica militar da guerra ao crime, ativada, segundo Wacquant (2004), pela penalidade capitalista, pretende efetuar uma reorganização que depende da perseguição permanente dos pobres no espaço público, convivendo com a democracia e com o espaço de direito.

Logo abaixo das letras garrafais em branco com a inscrição *Território de Paz*, há uma pequena placa da empresa que doou o pórtico:



Figura 8 – Placa fixada no pórtico do Território de Paz, no Guajuviras (Canoas-RS)

A empresa Walmart, que nos seus primórdios era apenas um pequeno varejo do estado norte-americano do Arkansas, transformou-se na maior corporação do planeta. Suas estratégias, mesmo que longe das grandes mídias, foram frequentemente objeto de críticas e contestações: “a Walmart tem o poder de reduzir o máximo as margens de lucro dos seus fornecedores, ampliando prazos e exigindo a diminuição dos lucros. Para sobreviver, os fabricantes fecham suas fábricas e terceirizam do outro lado do mundo” (LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2007, p. 23)

Uma das suas principais armas da empresa é marketing em torno do “preço baixo”, em média 14% abaixo do mercado. Para que os preços da Walmart e de seus terceirizados sejam sempre os mais baixos, é preciso também que as condições sociais se degradem à sua volta (LUPPE, 2008).

A empresa vangloria-se dos “2.329 dólares por ano” que as famílias consumidoras economizam; afirma ter aumentado em 401 dólares (a poupança) de cada norte-americano em 2004 e, no mesmo ano, ter permitido a criação direta ou indireta de 210 mil empregos. Esses cálculos omitem que o dinheiro economizado por seus clientes afetou outros consumos e, portanto, deprimiu a atividade econômica em outros lugares. Os preços baixos explicam-se

também pela redução de até 5% em média dos trabalhadores em cada um dos territórios onde a multinacional foi instalada (LUPPE, 2008, p. 291).

Apenas em 2002, ano em que importou 291 mil contêineres de bens de consumo, a empresa foi objeto de seis mil ações na justiça por suas práticas econômicas e trabalhistas. A maior parte dessas ações atesta uma “walmartização do planeta”. O sindicato mundial das profissões do comércio afirma que essa expressão “pode se tornar cada vez mais familiar como o símbolo de *dumping* social e antissindicalismo”. Além de praticamente obrigar empresas menores a decretarem falência, baixando seus valores, que depois são adquiridos pela megacorporação, proíbe seus funcionários de se sindicalizarem (LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2007, p. 25).

Sob pesadas críticas, a Walmart lançou em 2005 uma ampla operação de comunicação destinada a responder a essas críticas com uma campanha de marketing considerada uma das mais caras e sofisticadas que se tem notícia. A operação consistia em relativizar os fatos e em exhibir a suposta consciência social da empresa.

A empresa tem seis lojas em Canoas, com 770 postos de trabalho, a Wal-Mart Brasil reforçou na manhã desta segunda-feira (25/10) seu vínculo com a comunidade canoense. A varejista é apoiadora do Território da Paz, conjunto de ações do Pronasci e Ministério da Justiça que visam a diminuir a violência e gerar oportunidade de ensino, trabalho e lazer para o bairro Guajuviras. “Já geramos emprego e proporcionamos economia para a população. Também queremos contribuir para a segurança do bairro”, destacou Marcos Rosa, diretor de operações, presente na solenidade. (Agência da Boa Notícia, 25 out. 2010).

A doação do portal, colocado estrategicamente no limite de acesso ao bairro Guajuviras em Canoas, faz parte de um conjunto de iniciativas orquestradas e que vêm dando reconhecimento a uma dada vocação social e de interesse pelos mais pobres. Luis Eduardo Thomassim explica essa tendência:

Este discurso também expressa uma relação crescente entre o Estado e as organizações da sociedade civil. Palavras como *parcerias*, *voluntariado*, *responsabilidade social* passam a compor o vocabulário dominante no campo das políticas sociais. Através do conceito de terceiro setor, sustenta-se uma perspectiva que concebe as atividades (“sociais”) desenvolvidas pela sociedade civil como um todo orgânico, relativamente homogêneo, dirigido ao mesmo fim: o bem comum, a participação cidadã, alinhando num *mesmo rumo* iniciativas com origens em campos sociais distintos: movimentos sociais e governos, empresários e trabalhadores, esquerda e direita. (THOMASSIM, 2009, p. 46).

É possível compreender a articulação entre diferentes atores que tomam como base o ideal de *desenvolvimento social* e que, ao mesmo tempo, alimentam o crescimento de muitos

negócios no campo da ação social. Num livro que ensina como gerenciar imagem, questões públicas, comunicação simbólica e crises empresariais, Castro Neves dá a receita para o marketing cultural:

Muitas empresas que tinham uma imagem horrível no meio de formadores de opinião, tão logo passaram a investir nesse tipo de marketing [cultural], viram perdoados seus “crimes” cometidos no passado. Perdoados e esquecidos. E com crédito para o futuro. Marketing cultural funciona como sedativo e como vacina. (CASTRO NEVES, 2002, p. 134 – grifo do autor).

Investir nas chamadas *minorias*, em tempos de capitalismo híbrido, é a aposta na garantia de lucros para as empresas ditas socialmente responsáveis – enquadradas na chamada responsabilidade social corporativa (RSC). Trata-se de uma estratégia empresarial que credencia as empresas no momento de estabelecer parcerias com organismos como o UNICEF ou UNESCO, por exemplo, que são reconhecidas amplamente como referência na área da infância e da juventude.

3.2 Tentáculos informáticos no Guajuviras

Na tarde da última terça-feira de setembro, Guilherme Alves de Almeida, de 24 anos, começou a atirar com sua pistola 765 mm no meio da Rua Francisco Gomes, no bairro de Guajuviras, em Canoas (RS). Não havia policiais nas proximidades, mas depois de sete minutos, sem receber nenhuma denúncia do ocorrido, uma viatura da Brigada Militar chegou ao local e prendeu o jovem em flagrante. A agilidade na operação se deu por conta da mais nova arma da polícia canoense, o SDD (Sistema de Detecção de Disparos de Armas de Fogo), que detecta onde, quando e até quantos disparos com arma de fogo foram feitos. É a primeira cidade da América Latina a receber a tecnologia.

“Se não houvesse o sistema, a polícia ficaria sequer sabendo dos disparos”, afirmou o secretário de Segurança Pública e Cidadania de Canoas Alberto Kopittke. “A criminalidade aqui é tão séria quanto em qualquer cidade do Brasil. O índice de homicídios era extremamente alto e o poder público tinha que fazer algo.”

[*Diário de Canoas*, 28 nov. 2010].

A ampliação do uso das tecnologias da informação em todos os âmbitos da vida contemporânea tem sido traduzida e incorporada aos domínios de segurança pública e privada e no combate à criminalidade.

A ampliação de fontes eletrônicas e de dados digitais, por exemplo, leva-me a seguir Löic Wacquant (2001) que acredita que vivemos um tempo de verdadeiros tentáculos informáticos ligados às centrais de inteligência e às *networks* de servidores e computadores. Segundo Wacquant, os tentáculos informáticos aperfeiçoam o escopo da vigilância e

produzem novas e organizadas taxonomias das populações que permitem inibir ou identificar zonas com forte concentração de infrações, crimes ou pequenas incivildades urbanas.

Destacarei em seguida três ações que foram implementadas nos dois últimos anos que, combinadas, formam o aparato tecnológico à disposição do Território de Paz no bairro Guajuviras: o sistema de detecção de tiros; equipamentos de videomonitoramento e equipamentos de análise facial.

Logo à direita do pórtico do Território da Paz, encontra-se o totem que foi colocado em solenidade no dia 27 de setembro de 2010. Com a placa, foi celebrada a inauguração do sistema de detecção de disparos de armas de fogo, conhecido como *ShotSpotter*, nome dado pela empresa norte-americana responsável pela produção do equipamento.

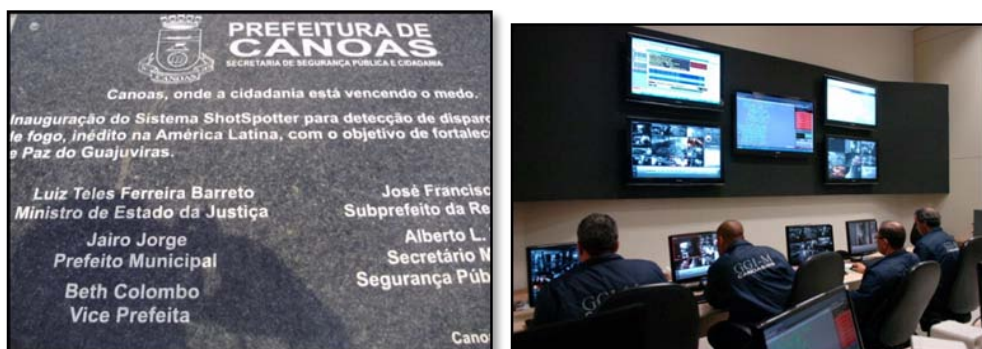


Figura 9 – Placa comemorativa de inauguração do sistema de detecção de tiros (E) e sala de controle na sede da Secretaria de Segurança e Cidadania de Canoas-RS (D)

A tecnologia funciona com a instalação de sensores nas ruas que captam os ruídos do ambiente e, ao identificar um barulho de caráter explosivo, analisa se partiu de uma arma de fogo. Comprovando-se a hipótese do tiroteio, uma gravação que dura desde os cinco segundos anteriores ao primeiro tiro até os cinco segundos posteriores ao último tiro é enviada a uma central de monitoramento.

As notícias de sua instalação correram o Brasil como um grande avanço no combate à criminalidade, e o Território de Paz do Guajuviras ganhou as manchetes das principais redes de notícias do país. Em síntese, as reportagens eram unânimes em ressaltar a evolução tecnológica e o pioneirismo da administração canoense:

O bairro Guajuviras em Canoas, no Rio Grande do Sul, é o primeiro do mundo, fora dos Estados Unidos, a implantar o sistema de detecção de tiros. O lançamento aconteceu na manhã desta segunda-feira com a presença do Ministro da Justiça, Luiz Barreto, do prefeito Jairo Jorge, representantes da empresa norte-americana responsável pelo audiomonitoramento e autoridades municipais e estaduais. O

equipamento representa um passo em direção ao futuro, que vai inibir e também permitir que o poder público diminua os índices de violência do bairro. [Diário de Canoas, 28 out. 2010].

É possível pensar que equipamentos como o *ShotSpotter* até muito pouco tempo atrás estariam restritos às séries policiais norte-americanas como CSI⁷⁶ ou a forças militares de combate das grandes potências mundiais. Wacquant (2001, p. 30), a esse respeito diz tratar-se de uma tecnologia neoliberal que propagou transnacionalmente a retórica militar da *guerra ao crime*, e, conseqüentemente, da reconquista do espaço público, caracterizando os delinquentes como invasores estrangeiros.

A polícia compõe um novo sistema, cujas funções não são mais exclusivas do poder público, uma vez que as grandes corporações privadas estão interessadas em vender seus produtos para um público cada vez mais amplo. Empresas especializadas em sonares, como esse implantando em Canoas, fazem parte de um amplo mercado de vigilância, que inclui, por exemplo, dispositivos eletrônicos como braçadeiras e braceletes com rastreamento por satélite.

A existência dessas formas de controle social, que monitoram sistematicamente a vida de determinados grupos de pessoas, tem suscitado o debate sobre o vigor das análises de Foucault, em particular as noções de panoptismo e de sociedade de controle (Deleuze). A passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle é localizada por Deleuze como regime e, sobretudo, como um sistema de controle contínuo e da comunicação instantânea.

Para Luis Antônio de Souza:

O tema do controle do crime entrou nos debates políticos e no processo eleitoral, aumentando o populismo com que os políticos ofereciam soluções fáceis para o problema, dando espaço para as inquietações e receios da população no processo de formulação de políticas criminais. Essa é a era em que a crise instala-se de modo permanente, justificando a percepção de que, em matéria penal, nada funciona. Para muitos, portanto, não restava outra coisa a fazer senão ampliar e fortalecer a área penal. Ao mesmo tempo, ocorre um enorme investimento na infra-estrutura de controle do crime e na segurança da comunidade. O controle do crime torna-se um enorme negócio privado a produzir lucros inauditos. Esse é o novo senso-comum das políticas de controle do crime, a sua nova gramática. (2002, p. 163).

⁷⁶ *Crime Scene Investigation* (CSI) é o nome de uma série centrada nas investigações do grupo de cientistas forenses do departamento de criminalística das polícias de diversas cidades dos Estados Unidos: Las Vegas, Miami e Nova Iorque. Esses cientistas desvendam crimes e mortes em circunstâncias misteriosas e pouco comuns, utilizando recursos tecnológicos avançados.

A prefeitura de Canoas implantou também um sistema de videomonitoramento para aumentar a segurança na cidade. Com investimento de R\$ 3,8 milhões, o projeto inclui a adoção de 149 câmeras, gerenciadas pela plataforma Cisco VSM (*Video Surveillance Manager*). A implantação foi realizada pela Mersh Automação & Sistemas, parceira Premier da Cisco, que foi selecionada via licitação pública⁷⁷.

A monitoração intermitente, que é intrínseco à onipresença da questão da violência, amplifica os impactos da série de dispositivos computo-informacionais que estão em voga, mas estes dispositivos ao mesmo tempo que são atraentes e encantadores não são menos nefastos e perigosos, quando acionados em “países ao mesmo tempo atingidos por fortes desigualdades de condições e de oportunidade de vida e desprovidos de tradição democrática e de instituições capazes de amortecer os choques causados pela mutação do trabalho” (WACQUANT, 2001, p. 7).



Figura 10 – Câmera localizada na avenida principal do bairro Guajuviras (E) e sala de operações do equipamento (D), em que cada guarda municipal é responsável por monitorar um certo número de câmeras

Conforme Alberto Kopittke, secretário de Segurança Pública e Cidadania da cidade gaúcha, as imagens serão monitoradas por uma central com capacidade de 30 Terabytes, o equivalente a cerca de seis meses de armazenamento. “Os novos pontos de vigilância fortalecerão o trabalho integrado das polícias de Canoas, utilizando a mais moderna sala de videomonitoramento do Estado”, completa o prefeito Jairo Jorge. Já Ricardo Ribeiro Aguilar, diretor Comercial da Mersh, explica que a solução da Cisco tem arquitetura aberta e interoperável, o que permite, por exemplo, a comunicação entre câmeras de diferentes fabricantes. “Esta arquitetura responde às necessidades de flexibilidade e convergência de muitas empresas e governos brasileiros”, avalia. [Zero Hora, 6 ago. 2010].

De acordo com Mark Poster (2005), os bancos de dados são a versão ciberespacial atualizada do panóptico. A sociedade de controle ativa, por sua vez, uma midiaticização do

⁷⁷ Disponível em: <<http://www.baguete.com.br/noticias/telecom/21/01/2010/canoas-ti-para-aumentar-seguranca>>. Acesso em: 3 jan. 2011.

fluxo de informações do cotidiano. A versão ciberespacial atualizada do panóptico não está sozinha; funde-se à versão sinóptica na infovia, na sociedade de controle. Milhares de informações utilizáveis podem ser sequestradas de cada um e situadas em bancos de dados eletrônicos. De outra maneira, acessar informação na sociedade de controle tem como complemento produzir informação. O fluxo informacional é controlado, quadriculado, escandido e observado, gerando informação ininterruptamente. Para Edson Passeti:

A base de dados virou matéria-prima da vida social contemporânea, um dispositivo de segurança e, sobretudo, um método versátil e discreto de controle social. A coleta e o tratamento de informações são os tradutores atuais dos estilos de vida, das subjetividades capturadas. Dissolvidos enquanto informações digitais, os indivíduos se tornam divisíveis; e as massas amostras. (PASSETI, 2003).

A nova configuração tecnológica dos mecanismos de observação, monitoramento e fiscalização deu motivo para que Gilles Deleuze definisse a sociedade atual como sendo pós-disciplinar, uma verdadeira sociedade do controle; na trilha aberta por Deleuze, Richard Jones concebe uma sociedade da *digital rule*⁷⁸, cujos controles estão baseados numa rede virtual, na qual a tecnologia ocupa o lugar antes privilegiado dos funcionários da fiscalização (DELEUZE, 1993; JONES, 2000).

A particularidade do controle digital seria o monitoramento eletrônico a distância. Esse monitoramento não somente amplia a capacidade do sistema em controlar um número maior de indivíduos (decodificados como informações digitais) como também de produzir conhecimento sobre eles (saber-poder) sem que haja rastro visível da centralidade desse controle, dentro de uma estratégia política de longa duração sobre a massa. Seria, assim, uma verdadeira revolução no processo de tomada de decisões que se daria, agora de forma objetiva, sem demandar tempo ou sem demandar contatos não virtuais de qualquer tipo.

Fiquei ali sentado com o grupo na beira do campinho conversando, e minutos depois Nathan puxou meu casaco e disse apontando para um poste de iluminação que fica localizado quase em frente à praça: “Olha ali professor, tu já viu aquilo!” “O quê?” Perguntei a ele. “A câmera que colocaram ali. Bah, colocaram bem de frente pra praça. Vão colocar até detector de tiro. O Guaju tá ficando sinistro”, disse Nathan. Após Nathan ter me chamado a atenção em relação à câmera de segurança que havia sido instalada, foi só aí que percebi que a câmera estava posicionada exatamente de frente para a praça onde ocorrem as atividades do PELC. Continuamos conversando mais sobre o assunto e Nathan me contou como ocorreu a inauguração do sistema no local. Disse ele: “Agora tá sinistro, o Guaju tá cheio de câmera. Tu tinha que ver no dia que instalaram essa câmera aí, foi na segunda-feira de tarde. Só para colocar aquela porra ali tinha um batalhão de polícia e guarda municipal aqui, eu nunca vi tanta polícia. Os caras chegavam a se revezar... tinha até uma pick up aqui uma hora

⁷⁸ Em uma tradução literal, “regra digital”.

e depois eles trocaram por um corsinha. Tinha tanto polícia que eu acho que até quem não era polícia botou uma farda para fazer guarda aqui [risos]. Os caras ficam colocando câmera, vão colocar detector de tiros, nem precisava isso, até a polícia que nunca entrava na vila (Vila São João) agora está entrando toda hora. Ao invés deles gastarem um monte fazendo isso eles poderiam arrumar a Vila lá que está precisando, colocar um asfalto, a vila lá precisa de um montão de coisas. Isso aí não precisa. Mas não dá nada, a maconha vai continuar liberada aqui na praça [risos]”. E enquanto conversávamos, alguns dos jovens, pouco se importando com a câmera, fumavam maconha e assistiam ao grupo que jogava no campinho e faziam piadas tirando sarro da qualidade do jogo. [Recordações do campo, Guajuviras, 3 out. 2010].

Assim, se o governmentamento aponta para o processo de controle das condutas da população jovem pelos dispositivos de segurança, tecnológicos ou não, por outro lado, a noção torna evidente que as subjetividades, os modos como os jovens se constituem na relação consigo mesmos e com os outros, podem se constituir, na contemporaneidade, como o lugar de emergência de contrapoderes. As reações dos jovens que descrevo acima podem ser consideradas, em outras palavras, como formas de resistência que só podem ocorrer dentro da rede mesma do poder.

Desse modo, o tema das nossas reflexões precisaria se deslocar do âmbito estrito da violência juvenil (sem, obviamente, desconsiderar essa possibilidade) para os modos como a juventude vem sendo investida enquanto um problema social. Não se trata também de tomar a juventude como dado e descrever sua evolução, mas observar como se estabeleceram as relações com esse problema que são os jovens.

Dagmar Meyer, com relação à violência, diz:

O que fica claro, de saída, é que não é possível referir-se a ela, no singular, sem inscrevê-la em um dado contexto sócio-histórico e cultural que lhe dê significação. Quando concordamos com essa perspectiva estamos, então, assumindo que aquilo que se entende, se nomeia, se pratica e se sofre como violência muda ao longo do tempo, e também no mesmo tempo, nas diferentes sociedades e grupos culturais; ou seja, ela é um construto cultural e linguístico que requer abordagens que busquem compreendê-la nas suas especificidades institucionais, de classe, gênero, raça/etnia, geração, religião e nacionalidade, para ficar nas mais comentadas. (2009, p. 215).

Entendo que a citação acima funciona como um alerta para que, ao examinarmos as condutas rotuladas como violentas, possamos estar atentos às discursividades que a constituem, para que possamos ao mesmo tempo visibilizar aquelas que são tão sutis que nos passam despercebidas nos cotidianos urbanos e que são fundamentais para as condições de manutenção do Império⁷⁹.

⁷⁹ Michael Hardt e Antônio Negri definem Império a partir da compreensão de que a lógica moderna está sendo substituída por uma nova lógica de dominação, semelhante àquela praticada pelo Império Romano, na

Mais uma novidade tecnológica que se alia ao sistema de inteligência da secretaria de Segurança Pública e Cidadania de Canoas é o leitor de biometria facial para encontrar foragidos. Câmeras instaladas no interior de duas estações da Trensurb⁸⁰ repassarão as imagens para um computador das salas de monitoramento da prefeitura e da Brigada Militar. Um *software* reconhecerá o rosto das pessoas e fará a comparação com o banco de dados da polícia civil, que tem cadastrado 250 fotos de criminosos, armazenadas no sistema. Em uma tela, o operador controla a porcentagem de probabilidade de reconhecimento⁸¹.

Canoas é a primeira cidade brasileira a ter um leitor facial em vias públicas:

O sistema tem capacidade de reconhecimento a uma distância de 5 m. De acordo com o secretário de segurança Alberto Kopittke, a partir de janeiro será discutida a integração do sistema para incluir, por exemplo, o banco de dados de Porto Alegre. O investimento foi de R\$ 100 mil, considerado um custo viável pela capacidade de resposta. O leitor de biometria facial foi criado há oito anos na Rússia para espionagem. De lá pra cá o sistema foi extremamente qualificado, segundo o técnico da empresa ISS, Alexandre Martins, que comercializa o software e está ajudando na implantação em Canoas.

“A grande maioria dos crimes nas grandes cidades envolve tentativas de fuga utilizando motos ou carros”, afirma Alexandre Nastro, diretor da ISS. “Os municípios estão percebendo que é possível coibir essas ações e, na ocorrência de um crime, surpreender os suspeitos com uma barreira policial, por exemplo”, observa Nastro. [Correio do Povo, 3 jan. 2011].

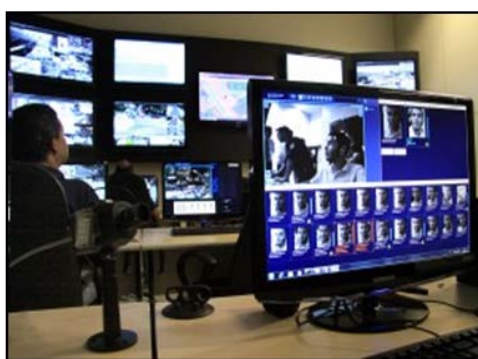


Figura 11 – Sala de operações do sistema de reconhecimento facial

Concordo com Fredric Jameson (1994, p. 1) que os filmes são uma experiência física. Acrescento que alguns são até mesmo viscerais; eu atesto quando diversas vezes, sentado na poltrona do cinema, meu corpo teima em se movimentar. Podemos sentir as vertiginosas

Antiguidade. Os autores argumentam que a crescente imaterialidade do trabalho está conduzindo ao enfraquecimento da soberania do Estado-nação.

⁸⁰ Trensurb é a empresa que dá nome ao transporte de trens de superfície que liga Porto Alegre a Novo Hamburgo, passando por Canoas.

⁸¹ Disponível em: <<http://acessoeponto.mixlog.com.br/seguranca/canoas-implanta-leitor-biometria-facial-encontrar-foragidos>>. Acesso em: 21 jan. 2011.

aventuras, a ficção científica, o romantismo, a vida como ela é, a história e as experiências científicas. Somos levados a nos comunicar com as diferentes e múltiplas experiências fílmicas que já tivemos, mescladas com aquelas da vida real. Essas vivências vão produzindo a familiarização com a linguagem cinematográfica e nos posicionam como mais ou menos aptos para a leitura e entendimento de cada cena e história que os filmes colocam em circulação.

No filme de ficção científica *Minority Report* que se passa na Washington de 2054, a divisão pré-crime conseguiu acabar com os assassinatos. Nesse setor da polícia o futuro é visualizado antecipadamente por paranormais, os precogs, e o culpado é punido antes que o crime seja cometido. Os três precogs só trabalham juntos e flutuam conectados em um tanque de fluido nutriente. Quando eles têm uma visão, o nome da vítima aparece escrito em uma pequena esfera e em outra esfera está o nome do culpado. Também surgem imagens do crime e a hora exata em que acontecerá. Estas informações são fornecidas para uma elite de policiais, que tentam descobrir onde será o assassinato, mas há um dilema: se alguém é preso antes de cometer o crime pode esta pessoa ser acusada de assassinato, pois o que motivou sua prisão nunca aconteceu? Parece que não estamos nada distantes da ficção científica.⁸²

Quando fui me dando conta da invasão tecnológica no Guajuviras, lembrei-me de vários filmes como *Blade Runner*, *O vingador do futuro* e de *Minority Report*, filmes de ficção científica adaptados de contos do americano Philip K. Dick. São todos ótimos exemplos da habilidade singular do escritor para tocar em temas que, pouco a pouco, começam a ganhar de fato a relevância que atribuíra a eles em seu futuro imaginário. Um dos temas levantados em *Minority Report* é sobre ser ou não admissível que se faça qualquer coisa que funcione na prevenção do crime, ou se algumas coisas são inaceitáveis mesmo que sejam eficazes. Em outras palavras, se a eficácia é a única questão a ser considerada ou se existem limites éticos que devem ser defendidos como fundamentais ao estado de direito. A questão está, obviamente, no cerne do debate sobre ser admissível ao projeto *Pré-crime* aprisionar alguém que não tenha verdadeiramente cometido um crime.

A outra questão, concernente aos limites das estratégias de prevenção do crime eticamente admissíveis, vincula-se às condições de vida dos três *precogs*. Eles são humanos, mas não têm qualidade de vida reconhecidamente humana. São mantidos numa piscina com nutrientes que os mantêm vivos e que estimulam suas visões.

No caso de *Minority Report* – rodado antes dos atentados de 11 de setembro –, são quase sinistras as associações com a última campanha presidencial norte-americana para

⁸² Disponível em: <<http://www.filmesadvanced.com/minority-report-a-nova-lei-dublado>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

limitar as liberdades civis em troca de maior agilidade para prender suspeitos de terrorismo. Dick era ele próprio uma espécie de *precog*: alguém capaz de antever aquilo que de pior o futuro pode reservar.

Do ponto de vista do combate à violência, o pré-crime do filme parece ser um avanço sem precedentes, para uma sociedade com mania de segurança. No entanto ele contém questões espinhosas, como em nome da segurança abrir mão da privacidade e da liberdade em níveis estarrecedores. Nesse mundo criado por Dick e Spielberg, todos os cidadãos estão sujeitos a *scanners* de retina a cada passo. Os *outdoors* mandam mensagens personalizadas aos passantes, as lojas cumprimentam os fregueses pelo nome e sugerem itens do seu agrado, os carros sabem quem os está dirigindo e, em caso de violação de alguma regra, tomam a iniciativa de conduzir o motorista à polícia. Mais assustador ainda é o fato de o Estado se outorgar o direito de prender uma pessoa e neutralizá-la intelectualmente sem que ela tenha, de fato, cometido seu crime

Edson Passeti esclarece:

Nos últimos tempos, quando se investe em disseminação de direitos, estes efeitos têm aumentado independentemente dos programas de diversificação das penas, refletindo o ajuste entre a reclusão prisional, a reforma eletrônica das prisões e a aparição das chamadas políticas de tolerância zero – respostas conservadoras de segurança que propugnam maior eficiência burocrática por meio do policiamento da sociedade e do Estado. Quer nos fazer crer que chegará o momento em que toda infração será comunicada à autoridade policial, que imediatamente acionará o encaminhamento ao Judiciário, o qual, por sua vez, será capaz de julgar e penalizar o criminoso, em tempo *record*, pela informatização da polícia, do Judiciário, das ruas, casas, escolas, empresas, conectadas a fluxos de policiamentos de indivíduos controlados por bancos de dados. (PASSETI, 1999, p. 63).

O que a atual sociedade de controle não reconhece ou não leva em conta é a diferença entre infrações denunciadas na polícia e aquelas efetivamente julgadas pelo direito penal, “porque boa parte das infrações é equacionada pelos envolvidos, às vezes de forma pacífica e outras de forma violenta, como as que se dão entre policiais e suspeitos, no interior da economia do narcotráfico ou no intenso percurso de realização do lucro” (ibidem, p. 64). Também não se considera os erros das máquinas cibernéticas ou de seus operadores humanos, como o que ocorreu em Canoas no início de janeiro de 2011.



Figura 12 – Matéria do jornal Zero Hora sobre a falha no sistema de detecção de tiros no bairro Guajuviras

Quando questões relacionadas a direitos humanos ou a liberdades civis são suscitadas, com relação a algumas das estratégias de prevenção do crime que estão sendo utilizadas ao redor do mundo, uma resposta comum é que “os inocentes nada têm a temer”.

Em vários países, tem havido uma discussão sobre a invasão de privacidade com o uso amplo de câmeras de circuito fechado de TV em nossas cidades, *shopping centers* e outros lugares supostamente públicos; sobre a tomada de impressões digitais de suspeitos bem como daqueles que são condenados por crimes, mantendo tais impressões em arquivo; sobre a construção de coordenados bancos de dados, que interligam todos os departamentos governamentais; sobre o caráter intrusivo de muitas das recentes medidas de prevenção das fraudes e dos furtos a lojas e residências.

Somente aqueles com algo a esconder têm com o que se preocupar – é a resposta usual dos críticos. E o público clama por mais – não por menos – formas de vigiar e fichar indivíduos. Somente alguns poucos ativistas e advogados de direitos humanos fazem objeção à rápida difusão de invasivas técnicas de vigilância.

Os equipamentos de prevenção do crime são geralmente de uso indiscriminado: eles têm por alvo qualquer pessoa de determinada área da cidade; qualquer pessoa com certa identidade racial ou religiosa; qualquer pessoa que seja um estranho. A ideia de que somente os culpados tenham algo a temer não é tão verdadeira como muitos de nós gostaríamos de acreditar.

Como nos descreve André Lemos (2005, p. 114), a cidade digital é cercada por três tradições que constituem nossa vocação utópica: a utopia urbana, a utopia política e a utopia cibernética, que seriam os modelos idealizados de cada uma destas perspectivas e falam do arquétipo da vivência humana idealizada, da cidadania na sua realização mais democrática e

da comunicação no sentido de inclusão e compartilhamento absolutos. Lembrando Donna Haraway, “A tecnologia não é neutra. Estamos no interior do que fazemos e o que fazemos está dentro de nós. Vivemos num mundo de conexões – e é importante saber quem é feito e que é desfeito” (HARAWAY, 2000, p. 36).

A cidade de Canoas, principalmente no bairro Guajuviras, em apenas dois anos tornou-se uma cidade monitorada, caracterizada pela disseminação e diversificação de aparatos de proteção e controle, tanto em espaços públicos quanto em espaços privados: as câmeras de vídeo são apenas o exemplo mais conhecido. Todo esse aparato, que na visão de seus formuladores traria a paz, a partir do controle e inibição de condutas delinquentes, atuaria, na opinião de Jorge Ramos do Ó (2003), com efeitos instáveis de governamentalidade:

As soluções encontradas para um segmento da realidade tendem a se tornar dificuldades para outro. O conhecimento acumulado sobre as coisas, as pessoas e os acontecimentos não evita, bem pelo contrário, que eles respondam de forma diferente da esperada. A tese da imperfeição permanente justifica que a acção do poder se amplie. (2003, p. 34-35).

Uma das engenhosidades das sociedades de controle é a de justamente operar por um tipo de controle que nunca destrói as coisas completamente mas, ao contrário, não as deixa jamais terminar. É o que Deleuze (1993) chama de um poder de modulação contínua. Pois se nas sociedades disciplinares o empenho se dirigia para moldar os corpos a determinados modelos e verdades, nas sociedades de controle os moldes não chegam nunca a se constituir totalmente. Transformam-se contínua e rapidamente em outros moldes, impedindo a identificação dos modelos de moldagem.

Os tentáculos informáticos e “sinistros”, nas palavras de Nathan, ao se constituírem em uma ameaça à liberdade e à espontaneidade, acionam o governo típico de nossos tempos, que de modo simultâneo e complementar produz resistência e insubordinação: “No centro da relação de poder, provocando-a incessantemente, encontra-se a recalcitrância do querer e a intransigência da liberdade (FOUCAULT, 1995, p. 245).

3.3 Governo da aprendizagem e prevenção à criminalidade

No folder explicativo que convida as mulheres do bairro Guajuviras a participar do programa Mulheres da Paz, consta o seguinte texto:

Em comunidades dominadas pelo tráfico e pela violência, um dos projetos desenvolvidos será o Mulheres da Paz, que capacitará lideranças femininas para se aproximar de jovens em situação de risco infracional ou criminal e encaminhá-los aos programas sociais e educacionais do Pronasci, como o Protejo, o Reservista-cidadão, entre outros. As lideranças serão identificadas em cada comunidade por assistentes sociais ligados ao Pronasci. Cerca de 5,3 mil mulheres serão formadas até 2011 no curso de Promotoras Legais Populares, que envolverá temas como direitos humanos, mediação de conflitos e cidadania. Cada uma receberá uma bolsa de R\$ 190 reais.



Figura 13 – Divulgação do programa Mulheres da Paz, no bairro Guajuviras

Segundo o site do Ministério da Justiça brasileiro, que abriga as informações do Pronasci, duas ações fazem parte diretamente do eixo *Integração do jovem e da família*: as Mulheres da Paz (MP) e o Protejo. É de fato muito interessante e não por acaso que ações de Estado gestadas no âmbito da segurança pública contemporaneamente coincidam com a arte de governar descrita por Michel Foucault há pelo menos 30 anos. O autor destaca que a qualidade fundamental ao bom governo é, justamente, a maneira de conduzir corretamente os indivíduos no interior das famílias:

Enquanto a finalidade da soberania é ela mesma, e seus instrumentos têm a forma da lei, a finalidade do governo está nas coisas que ele dirige, deve ser procurada na perfeição, na intensificação dos processos que ele dirige e os instrumentos do governo, em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas. (FOUCAULT, 2002, p. 284).

Cabe destacar que o programa, no âmbito do governo federal, é chamado de dois modos: Mulheres ou Mães⁸³ da Paz (MP). Nessa direção, entendo as Mulheres/Mães da Paz como um investimento que busca educar e posicionar mulheres pobres como mães zelosas e cuidadoras, especialmente através da constituição de uma dada feminilidade que é comum a

⁸³ Aliás, quando o então presidente Lula começou a chamar a atenção sobre Dilma Rousseff como uma possível candidata para sua sucessão, chamou-a de “Mãe do PAC”. Numa alusão à ministra ter “gestado” o plano.

todas as mulheres. Nesta feminilidade, as diferenças são apagadas, reduzem-se a multiplicidade, a especificidade e o conflito, e a maternidade passa a ser acionada como uma identidade coletiva (SCOTT, 2002).

Carin Klein, ao discutir essa tendência no programa Bolsa Escola, esclarece:

A partir dessa perspectiva, podem-se tomar as estratégias discursivas de “valorização da mulher”, utilizadas no âmbito do Programa, para ampliar e/ou resgatar sua “auto-estima”. Esses movimentos buscam tanto tomar/tornar mulher = mãe, quanto família = mãe, o que se efetiva, por exemplo, pelo pagamento do benefício e da re/colocação da mulher no centro das políticas públicas, fazendo com que funcione o cumprimento/posicionamento de alguns indivíduos em algumas funções e lugares específicos, dentre outras questões. (KLEIN, 2003, p. 103).

Entre as táticas do bom governo está a família, que passa de modelo a instrumento da arte de governo, já que ela é a via de acesso aos problemas da população. É pela regulamentação moral da vida das famílias e suas condições materiais de existência e transmissão, em especial no ensino das crianças, que se pode governar a população.

De acordo com Barreira:

O discurso sobre família como célula central da sociedade – célula mater – átomo em torno do qual se agrupam as relações sociais dos grupos humanos, é bem anterior às reflexões sociológicas e fez derramar suor e tinta por parte de teólogos, filósofos, literatos e outros pensadores, das épocas clássicas até nossa contemporaneidade, passando evidentemente pelas reflexões do homem comum em sua vida cotidiana. O discurso sobre família é, pois, sobredeterminado: quando pensamos sobre tal temática, o fazemos dentro de um campo de significados já estabelecidos. (BARREIRA, 2003, p. 51).

As mulheres-mães mobilizam as noções de responsabilidade e de “compromisso com a comunidade”, envolvendo-se na tarefa de aconselhar e educar proposta pelo Pronasci:

“No início, assusta um pouco.” **O que assusta?** “A responsabilidade, mas nós estamos descobrindo que, unidas, vamos conseguir. A união faz a força, e a nossa união vai mudar a realidade da Contel”. “É um grande privilégio ser uma Mulher da Paz. Estamos contribuindo para trazer tranquilidade para nosso bairro” [Entrevista, Silvana, 12 out. 2010].

No caso das MP, são as mulheres-mães que, através de cursos de capacitação – que são baseados em formulações de teóricos como Paulo Freire, por exemplo, e em noções por ele desenvolvidas como método dialógico, *empowerment*, educação popular –, são acionadas para que mulheres que fazem parte delas se ocupem de guiar os/as jovens para o *caminho do bem*.

A racionalidade estatal para as Mulheres da Paz é a de co-participação entre a sociedade civil e o Estado. Na opinião de Eudaguiar Viriato (2004, p. 9), “É nesse marco legal e histórico que as políticas sociais públicas estão sendo filantropizadas”. Constata-se que o lema presente no discurso estatal é implantar políticas de *bom sentimento*, uma vez que o Estado se utiliza da solidariedade dos cidadãos para desenvolver as políticas sociais. A mesma autora acrescenta:

[...] por trás da transferência de responsabilidade está o esvaziamento dos direitos dos cidadãos; a criação da cultura da responsabilização do indivíduo por sua situação ou condição social, e uma nova forma de enfrentar os problemas: a solidariedade e o voluntariado, ou seja, o processo de redefinição do espaço público estatal e sua “publicização” ganham sustentação com o denominado terceiro setor. (ibidem, p. 6).

De imediato, algumas questões chamam a atenção. A relação com os/as jovens público-alvo que, em outros projetos/programas, seria mediada por especialistas como psicólogos, psiquiatras e pedagogos é feita num primeiro momento pela assistente social que busca, identifica e convence as mulheres de sua responsabilidade e importância na solução dos problemas de sua comunidade. Só depois, num segundo tempo, essas mulheres, já capacitadas e envolvidas, podem ir ao encontro dos/das jovens. A ideia parece ser produzir um efeito normalizador em que mulheres/mães passariam a ser referências para jovens de famílias tidas como desestruturadas, que muito provavelmente têm problemas de indisciplina na escola e que fazem uso de drogas ilícitas.

No caso das Mulheres da Paz, o efeito não é diferente: uma oportunidade de trabalho, acréscimo de renda e proximidade de sua casa, além da valorização pessoal que as atividades missionárias que lhe são delegadas produzem.

“O que é pra você ser uma das Mulheres da Paz do Guajuviras?” “É uma chance de cuidar das crianças da minha comunidade. É poder mudar a realidade delas. Cada criança e jovem que conseguimos tirar do tráfico é uma alegria muito grande.” [Entrevista, Saioanara, 14 out. 2010].

Desse modo, o poder de normalização atua a partir de formas suavizadas e moduladas, conta com a participação *voluntária* e com a dispensa da autoridade de especialistas para certas tarefas. Não se opera mais sob a referência de modelos exteriores, mas por modulações entre seus semelhantes. A função de integração permanece a mesma das instituições disciplinares anteriores, diferenciada pela nomenclatura e pela ampliação do espaço de vigilância da instituição para a participação pela inclusão.

Dagmar Meyer, ao refletir sobre a participação das mulheres-mães nas políticas de inclusão, avalia:

[...] as mulheres tem sido interpeladas, cada vez mais incisivamente, como ‘produtoras’ de educação e de saúde [...]. Os serviços e os profissionais que implementam essas ações programáticas [...] não só aceitem com ‘naturalidade’ essa expansão da responsabilidade das mulheres, como agem na direção de desenvolver capacidades, que passam pela educação de seus corpos, para que elas o façam, cada vez mais e melhor. (MEYER, 2009, p. 19).

As Mulheres da Paz, empoderadas e capacitadas, devem contribuir para a vontade de aprendizado da comunidade local, exercendo suas habilidades para que os/as jovens e as famílias resolvam seus conflitos, corrijam suas condutas de um modo mais informal pelo controle social em nível local.

Tanto os medos da desintegração moral e da instabilidade social projetadas nas qualidades psicológicas da aprendizagem, quanto a resolução de problemas e a autoestima se sobrepuseram às narrativas sociais sobre a desintegração moral da comunidade, da família e do ambiente. Os últimos medos são os pais solteiros, as mães adolescentes e os reincidentes. As categorias desses tipos humanos relacionam-se a outras distinções que funcionam ao mesmo tempo como símbolos do desvio e alvos de resgate. (POPKEWITZ et al., 2009, p. 90).

A solução de conflitos, no entanto, só pode ser constituída por intermédio de uma articulação da racionalidade com noções de agenciamento, progresso, estabilidade e consenso como princípios de governo da ação e da reflexão. O agente comunitário atual é o indivíduo da deliberação; ele é tomado como um empoderado, aquele que tem voz e é responsável por si mesmo em produzir processos de mudança.

“Viramos verdadeiras conselheiras na comunidade” **“Como assim?”** Hoje, qualquer coisa que acontece na comunidade mandam chamar a Dona Silvia. Se houve uma briga na família, se o jovem está com alguma dificuldade, se o pai perdeu o emprego, sempre mandam me chamar.” [Entrevista, Lurdes, 14 out. 2010].

“No meio do ano tivemos que resgatar três jovens que depois passaram por umas entrevistas. Os meninos que passaram fizeram as oficinas do Protejo. A menina que eu escolhi acabou largando o curso porque conseguiu um emprego de doméstica que paga mais que a bolsa. Mas o que aprendeu foi bom para ela eu tenho certeza.” [Entrevista, Odete, 12 out. 2010].

“Como é pra você participar do projeto?” “Ah pra mim é a oportunidade de ajudar aqueles que vivem ao meu redor, né. A violência pode estar escondida. Meu trabalho é procurar a fundo, orientar e ajudar a resolver os problemas, pois muitas mulheres vítimas de violência não conhecem as leis e os direitos que têm. É

gratificante saber que posso ajudá-las porque quando elas passam a saber, elas mudam.” [Entrevista, Lurdes, 14 out. 2010].

As Mulheres da Paz precisam encarnar a ideia de que as mutações presentes na virada do século XX para o XXI não são mais dirigidas somente por obrigações morais e sociais advindas do exterior, como acontecia antes. A obrigação daquele a quem a oportunidade é ofertada é a de aprender a ler, fazer escolhas e se autorresponsabilizar, e por isso deve ser a de se proteger frente à mudança, à contingência e à incerteza da vida cotidiana. A contingência é domesticada por meio de regras e padrões racionais que situam o/a jovem e a mulher/mãe (como agente de resolução de problemas) e sua participação em espaços cada vez mais definidos como uma infinita escola:

O paradoxo envolvido na Sociedade da Aprendizagem move-se entre algumas tendências mais amplas, que compreenderiam a sociedade como uma escola, e outras tendências que restringiriam a escola a uma questão de encargo individual – frequentemente expressa, por exemplo, em termos de aprendizagem por toda a vida e em situações extraclasse, autorregulação e empoderamento –, parecendo caracterizar as condições de governo no início do século XXI. O governo da sociedade, da nação e do futuro parece fazer esse desvio pelo tema do sujeito (educável). [...] A colaboração e a resolução de problemas dão flexibilidade para a aprendizagem de como apreciar toda a glória desta já dada realidade. (POPKEWITZ et al., 2009, p. 86).

Trata-se da disseminação do pensamento educacional que invade todas as esferas sociais e tende a assumir, cada vez mais, o controle de espaços em nome de um futuro sem violência e do indivíduo esclarecido. “A prevenção à criminalidade, a saúde física e mental de uma pessoa e o cidadão do futuro estão todos nas mãos da pedagogia. Todavia, a sociedade da aprendizagem desse cosmopolita inacabado tem seus encarceramentos e internamentos” (ibidem, p. 87).

Carin Klein, ao analisar as posições ocupadas pelas mulheres-mães no âmbito do Programa Primeira Infância Melhor (PIM), em Canoas, afirma:

Prevalcia, entre elas, um modo de narrar-se que destacava ações, comportamentos e sentimentos comuns, as atividades tomadas como marcadamente femininas, fazendo circular sentidos e a necessidade de agregar-se a outras posições: da “mulher-visitadora abnegada”, “engajada”, “voluntária”, “comprometida”, “criativa”, “afetuosa”, “atenciosa”, “que educa”. A invisibilidade ou a ausência dos homens nesse contexto não indicava apenas um distanciamento deles das funções relacionadas ao desenvolvimento infantil e ao cuidado, mas a própria condição em que se estruturavam as relações (que incluíam as formas de ensinar e de conhecer) em torno da constituição do PIM. (KLEIN, 2010, p. 80).

As noções de emancipação e de empoderamento funcionam como condição *sine qua non* para que os indivíduos possam exercer suas habilidades individuais e suas capacidades públicas. Ao mesmo tempo, outras posições são conectadas, como comprometida, criativa, afetuosa etc. O futuro funciona como uma prática de governo. Esse futuro não é algo decretado pelo destino e alheio às nossas próprias atividades, tampouco é um futuro de espaços estranhos ou inesperados contra os quais deveríamos lutar. É um futuro mobilizado para a formação das pessoas no presente.

No que se refere ao Protejo, as Mulheres da Paz no Guajuviras foram muito exigidas, uma vez que a casa que abrigaria o projeto demorou além do esperado para ficar pronta. Nisso, a montagem, a contratação da equipe e a organização do programa de atividades também sofreram atrasos, tendo contribuído para que boa parte dos jovens cadastrados desistisse de iniciar as atividades. Outro problema foi-me relatado por um dos jovens que evadiu do Protejo:

“Quando comecei a frequentar o Protejo, várias atividades ainda não funcionavam. Ficávamos às vezes sem fazer nada e depois tínhamos que cumprir horário; e aí eu larguei. Era pior que a escola.” [Entrevista, Josias, 22 mai. 2010].

Como Josias, todos/as jovens inseridos no Protejo devem cumprir 20 horas semanais e participar de todas as atividades propostas para receber a bolsa-auxílio. No desenho original do programa, esses/as jovens seriam aqueles que cumpriam medidas socioeducativas. Conforme documento do Pronas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008, p. 22):

Projeto de proteção dos jovens em território vulnerável (Protejo) prestará assistência, por meio de programas de formação e inclusão social, a jovens adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana ou que vivam nas ruas. O trabalho terá duração de um ano prorrogável por mais um, e terá como foco a formação da cidadania desses jovens por meio de atividades culturais, esportivas e educacionais que visem a resgatar a autoestima e permitir que eles disseminem uma cultura da paz em suas comunidades.

O foco do Protejo é a formação cidadã dos jovens por meio da inclusão digital, de práticas esportivas, culturais e educacionais, visando a elevar a autoestima dos mesmos e a estruturação dos seus percursos socioformativos. No entanto, apesar do acesso ao banco de dados que continha as informações referentes a esses jovens, eles/as não compareceram, o que parece não ter sido um problema que inviabilizasse o programa. Rapidamente, os gestores da

Secretaria da Segurança e do Pronasci em Canoas decidiram efetuar uma ampliação de seu público para incluir todos/as jovens que habitam o Guajuviras.

Essa universalização do programa é coerente com o pressuposto de que todos/as jovens de um território *conflagrado* são potencialmente desviantes, ao mesmo tempo em que podem ser disseminadores da mensagem do programa quando incluídos. É nos/as jovens que se buscam *desmedidas* e transgressões para instalar o governo. É nos/as jovens que se experimentam as novas políticas de penalizações, e é neles, também, que se objetiva edificar as práticas de governo, a necessidade de controle e de autocontrole, para que nada saia dos trilhos, dos fluxos.

Foi justamente com a desistência de alguns que as MP tiveram sua primeira e importante missão: buscá-los de volta, segundo uma das pessoas da equipe me disse.

“Elas, as mulheres da paz, fizeram um ótimo trabalho, daqueles que haviam desistido elas conseguiram resgatar mais de 12%” **Quanto mesmo?** “Ah, isso, uns 12%.” [Recordações de campo, Livia, oficinaira, 23 out. 2010].

O percentual é considerado alto por essa oficinaira e muito provavelmente pela equipe, mas significa que a cada dez evadidos um foi resgatado. Ou seja, além de não parecer muito, também indica um clima de otimismo entre as pessoas que trabalham no projeto, uma espécie de palavra oficial dada a alguém como eu, que estava ali perguntando.

A oficinaira, ao incorporar uma linguagem estatística, assume um discurso científico articulado com o léxico científico que perpassa todo o Território de Paz. Ao mesmo tempo, a disposição para um comprometimento pessoal diante dos novos desafios que as ações do Estado propõem é parte significativa do governo contemporâneo das pessoas que atuam nas comunidades periféricas, independentemente de quem seja seu empregador, o próprio Estado ou uma organização não governamental (ONG).

Uma das principais capacitações oferecidas às Mulheres da Paz é o curso de Promotoras Legais Populares, ministrado pela ONG Themis, pioneira no Brasil nesse tipo de formação. Em linhas gerais, o objetivo central dos cursos de formação é capacitar mulheres em noções de Direito, no funcionamento do Estado, na organização das leis, na compreensão da construção social da exclusão e discriminação das mulheres, a fim de que elas criem uma consciência de seus direitos e passem a lutar por sua efetivação.

A atuação das ONGs no atual mercado das políticas sociais pode ser caracterizada por três funções: as assistenciais, as desenvolvimentistas e as relativas às cidadanias. Nessa perspectiva, as ONGs no Brasil atuam como “[...] um tipo peculiar de organização da

sociedade. Trata-se de um agrupamento de pessoas, organizado sob a forma de uma instituição da sociedade civil, que se declara sem fins lucrativos, com o objetivo de lutar e/ou apoiar causas coletivas” (GOHN, 1997, p. 60).

Para efetivar a parceria com a máquina governamental, as ONGs utilizam-se de estratégias de educação não formal, seguindo alguns princípios como: apresentar caráter voluntário, proporcionar elemento para a socialização e a solidariedade, visar ao desenvolvimento social. Percebemos que a tendência da educação não formal, junto ao terceiro setor, é *convidar* a sociedade a participar das responsabilidades sociais. Dessa forma, encontramos a campanha dos *amigos da escola*, campanha do *adote um aluno*, *seja solidário*, *venha, participe, faça a sua parte!*

Uma das características das novas governamentalidades das periferias urbanas é a participação de todos/as; aquelas/es que possuem determinados conhecimentos podem rapidamente se tornar aptos a fazer a inclusão dos outros/as.

Tirar os jovens das ruas, resolver conflitos, conhecer a realidade e falar que nem os outros são expressões que se repetiram quando me aproximei de gestores, dos/das jovens ou das Mulheres da Paz, e que tornam a retórica das políticas voltadas à prevenção e ao combate da criminalidade uma forma de mobilização cotidiana com foco numa cidadania ativa, participativa e responsável. O objetivo disso é uma sociedade futura cada vez mais inclusiva.

Essa inclusão acontece a partir de um conjunto de mecanismos educadores. Maura Lopes explica da seguinte forma:

Os *mecanismos educadores* integram maquinarias diferenciadas, não possuem necessariamente uma relação entre mecanismos, mas obrigatoriamente possuem ligação com a forma de vida que os criam como uma necessidade na educação das pessoas. É fundamental que aprendamos nesses movimentos o necessário para que possamos garantir, por nós mesmos, as condições para estarmos e para permanecermos dentro de redes produtivas que se mantêm sob uma base de trabalho seja material, seja imaterial. (LOPES, 2009, p. 156).

Ao perguntar a uma das Mulheres da Paz sobre seu aprendizado, Jocélia responde assim:

O que você aprendeu no curso? “Aprendi muito sobre direitos e dicas que podemos dar para as pessoas em situação de vulnerabilidade. É muito bom poder entrar em contato com os jovens, que são o futuro da nossa comunidade.” [Entrevista, Jocélia, Mulheres da Paz, 14 out. 2010].

Valéria chama atenção para diferentes aspectos da condição das MP para que possam realizar suas intervenções:

Uma das gestoras do programa Mulheres da Paz me disse muito afirmativamente: “Aqui todas as mulheres que participam das ações são moradoras do Guajuviras, conhecem a realidade das comunidades e falam a mesma língua das pessoas. São mulheres cuidadoras. Elas fazem intervenções e encaminhamentos de jovens em situação de vulnerabilidade social. Todas as ações do programa têm fundamentação pedagógica.” [Recordações de campo, Valéria, gestora, 3 nov. 2010].

Ressalto as representações relacionadas com o aprendizado como a atenção às responsabilidades e compromissos, mas sem esquecer qualidades emocionais e pessoais como afetivas, protetoras e participativas, características “inerentes e/ou naturais à maternidade que as legitimam como *cuidadoras*”. De acordo com Carin Klein: “Às formas de representar a maternidade, articulam-se as formas de apresentar, descrever, conhecer e delegar, a esse sujeito mãe, atributos e características tidas como as mais verdadeiras.” (2007, p. 342).

Outro aspecto que esse programa aciona tem a ver com aquilo que Foucault (2008b) indica, ou seja, que o eixo de articulação existente entre o econômico e o social é a regra da não exclusão. Assim, permite-se pensar que as políticas sociais visam à inclusão para que todos permaneçam nas redes do mercado.

Daí advêm as diversas medidas que reforçam o espectro das intervenções morais ou de segurança. Doravante, não apenas a polícia e a justiça são chamadas a regular condutas e comportamentos, mas também a *autoridade parental* tornou-se objeto de política pública e da economia política. Dos conselhos sobre os direitos e deveres das famílias, os compromissos das prestações sociais através dos programas Bolsa Família e Bolsa Escola, por exemplo, o objetivo é de levar e até mesmo coagir as famílias a participar, a serem incluídos. Trata-se de um processo sobretudo pedagógico, na medida em que promove comportamentos e interfere nas escolhas individuais, informando os perigos da ociosidade, da vagabundagem e dos delitos.

Conforme Alfredo Veiga-Neto:

Ao querer naturalizar as relações sociais e econômicas (“a mão invisível de Deus”), o liberalismo deixa ao Estado, no máximo, a tarefa de ajustar socialmente o que já estaria impresso na natureza humana. Trata-se de uma lógica que entende a sociedade como um todo que deve ser harmônico pela combinação complementar de seus indivíduos, cada um funcionando como um átomo indivisível, centrado e estável, que é, em si mesmo e ao mesmo tempo, réu e juiz, ovelha e pastor. Assim, o liberalismo ocupa-se do “governo da sociedade”; uma sociedade formada por sujeitos que são, cada um e ao mesmo tempo, objeto (governado de fora) e parceiro

(sujeito auto-governado) do governo. Em outras palavras, um sujeito com deveres e direitos, um sujeito cidadão, um *sujeito-parceiro*. (VEIGA-NETO, 2000, p. 187).

Desse modo, os dispositivos de segurança têm uma tendência à expansão e à integração de novos elementos, como no caso das Mulheres da Paz, através de seus comportamentos, exemplos e conselhos. O sujeito-parceiro ao qual Veiga-Neto se refere funciona como ponto de apoio e instrumento para que se alcancem efeitos entre a população. A paz representa um tema redentor no envolvimento e no empoderamento, em que a resolução de problemas produz uma cidadania responsável. As redes de comunicação são meios que propiciam a harmonia, isto é, fazemos a paz na medida em que falamos com o outro e nos reconciliamos com o outro ao dizer a *verdade* sobre nós mesmos.

A prevenção contemporânea à criminalidade, ao delito ou o mau comportamento reinscreve noções de comunidade como uma prática de governo ou, na metáfora utilizada por Foucault, é como governar um navio: “É se ocupar dos marinheiros, da nau e da carga; governar um navio é também prestar atenção aos ventos, aos recifes, às tempestades, às intempéries etc.” (FOUCAULT, 2002, p. 283). Assim, o desvio deve ser corrigido e inibido no nível local. Nesse contexto, o Estado governa dispondo cada um no seu lugar devido. A mãe, a oficina e o/a jovem infrator permanecem no jogo porque as táticas que os conduzem são específicas para cada posição de sujeito ocupada.

Nessa interface entre os dois programas (Mulheres da Paz e Protejo), dedicar-me-ei, no trecho que segue, a dar atenção ao segundo. Uma das questões que perpassa o Território de Paz do Guajuviras são os investimentos nas diferentes formas de comunicação visual que o programa utiliza. No caso específico do Protejo, a casa que é sede das oficinas e atividades tem o sugestivo nome *Casa das Juventudes* como é mostrado nas fotografias abaixo:



Figura 14 – Prédio da *Casa das Juventudes*, sede do Protejo (E) e banner de divulgação (D)

O uso plural do termo *juventude* parece indicar que a comunicação, nesse caso, não tem o objetivo de interpelar os/as jovens do Guajuviras, mas demonstrar o quanto os programas do Pronasci estão conectados e atentos ao universo acadêmico. A intenção parece ser indicar que a noção destacada por muitos autores (BOURDIEU, 1983; MARGULIS; URRESTI; 1996; REGUILLO, 2002) – de que não existe uma única juventude, que ela se desdobra em múltiplos grupos juvenis, que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e que estão imersos em diferentes relações de poder nas sociedades – é incorporada pelo programa.

A utilização do termo *juventudes* (introduzido na cena política na primeira metade dos anos 1990) possibilita o destravamento de uma série de dispositivos de governo das condutas dos jovens, todos eles trazendo a educação (o retorno à escola, a conclusão do nível básico ou médio de ensino etc.) como principal articulador discursivo. Surge aqui algo como uma necessidade de debater a situação de risco e vulnerabilidade dos/as jovens, já que a ideia de *situação* indica o modo como a condição juvenil é vivida, a forma como os/as jovens reagem à sua condição (ABRAMO; BRANCO, 2005, p. 42).

Ao incorporar a definição de que juventude seria uma construção social – ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os/as jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. –, o Protejo enverniza sua porta de entrada com uma visão aparentemente progressista que reconhece a existência de múltiplas culturas juvenis, formadas a partir de diferentes interesses e inserções na sociedade (situação socioeconômica, oportunidades, capital cultural etc.), e define a juventude para muito além de um bloco único, no qual a idade seria o fator predominante. Por essa linha, vem se tornando cada vez mais corriqueiro o emprego do termo *juventudes*, no plural, primeiro nos trabalhos acadêmicos e, agora, nas ações do Estado.

José Machado Pais (2002) alerta que, embora possa significar um avanço, dependendo do enfoque, a juventude pode se apresentar tanto como um grupo aparentemente homogêneo quanto heterogêneo. No primeiro caso, por exemplo, quando a comparamos com outras gerações; na segunda hipótese, quando é analisada como um conjunto social detentor de atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros.

A maior parte dos investimentos em prevenção à criminalidade não tem como alvo o criminoso, mas jovens potencialmente criminosos. A lógica é muito clara: a criança e o jovem devem ser salvos antes que eles cruzem a linha que leva à prisão, desde

que a prisão deixou de oferecer as *habilidades* de salvamento com a mesma eficiência com que oferece habilidades para o desenvolvimento de uma carreira criminal. O criminoso potencial limita a possibilidade da aprendizagem de transformá-lo num cidadão de fato. O criminoso potencial, os criminosos e os reincidentes compartilham um mesmo histórico familiar social e psicológico em termos de baixa escolarização, abuso de drogas, desemprego e assim por diante. As mesmas características podem ser notadas quando se busca identificar aqueles que podem e aqueles que não podem aprender no contexto da justiça restaurativa. Ao delinquente e aos delinquentes em situação de risco é oferecida a chance de serem resgatados, incluídos e integrados a uma comunidade, de serem educados de acordo com a maneira cívica; mas se ele ou ela não aceita a oferta, o outro lado da moeda é óbvio: dá-se a exclusão. (PAIS, 2002, p. 54).

O Protejo, no meu entendimento, apesar de dialogar com uma série de elementos culturais distintos, considera ao fim e ao cabo a juventude como um grupo social homogêneo, composto por indivíduos cuja característica mais importante é estarem vivendo certa fase da vida, isto é, pertencerem a um dado grupo etário. Nessa linha, a prioridade é conferida à análise daqueles aspectos tidos como mais uniformes e constantes de tal etapa da existência.

Pais (ibidem, p. 29) acrescenta que, embora a segmentação de certos cursos de vida em fases seja produto de um processo de construção social bastante complexo, “determinadas fases da vida apenas são reconhecidas, enquanto tal, em determinados períodos históricos, isto é, em períodos nos quais essas fases da vida são socialmente vistas como geradoras de problemas sociais”.

Sandra Andrade vai na mesma direção:

A pulverização, dispersão e multiplicidade dos ditos em torno da noção de juventude produz, também nos jovens ao dizerem de si, diferenças, ambiguidades e diferentes possibilidades. Talvez seja isto mesmo o caráter polifônico do termo. A mídia, a pedagogia, a psicologia, a política, a publicidade etc. transformaram a juventude num artefato (pedagógico/político/social/cultural). A juventude, enquanto construído, é constantemente (re)construída nessas discursividades que buscam dizer *a verdade* sobre ela. Adquire uma materialidade que é, ao mesmo tempo, produto do poder e gera poder e divisões sociais ancorados em marcadores identitários como classe e gênero, por exemplo. A inserção da juventude nessa rede de saberes que dizem sobre ela estabelece, sempre, outras e novas relações de poder. (2009, p. 92).

Ainda no terreno das representações acionadas sobre os jovens, é possível perceber que a maior parte delas operou com a imagem de uma juventude perigosa, potencialmente violenta, que precisa de uma intervenção intensa da sociedade para que sua passagem para a vida adulta possa ser segura. Nessa direção é possível apontar que as políticas dirigidas à juventude são normativas: “prescrevem ou enfatizam normas, significados ou conteúdos simbólicos que incidem sobre expectativas de disseminação de condutas juvenis consideradas

adequadas para um determinado tempo e espaço” (SPÓSITO; CORROCHANO, 2005, p. 152).

É nessa medida que a centralização do foco punitivo ou corretivo de programas como o Protejo atua na direção de uma espécie de assepsia social, e se apresenta como um movimento conectado à produção científica. De acordo com Gonçalves (2005), tal focalização também se deve às ciências, cujo resultado contribui para expandir ainda mais o espectro da culpabilização juvenil. A autora ressalta o caráter atemporal e dinâmico de tal espectro, capaz que é de se adequar, conforme a época, aos problemas de seu respectivo tempo:

Os excessos juvenis, tomados como impulso da desordem urbana, colocaram em movimento esforços de disciplinarização. Associadas aos comportamentos disfuncionais, as pulsões da juventude tornaram-se foco da assepsia social que queria o controle e a correção dos vícios, e nesse percurso as ciências reforçaram ao longo dos anos a percepção de que boa parte das mazelas sociais poderia ser creditada na conta da juventude e de seus anseios de diferenciação. Firmou-se no imaginário social a associação entre a juventude e as grandes questões de cada tempo: no século XXI, quando grassam as preocupações com o individualismo exacerbado e a criminalidade crescente, o jovem emerge como individualista e responsável, em grande parte, pela criminalidade urbana. (ibidem, p. 2).

As estratégias eleitorais, em particular, e as estratégias políticas, em geral, passaram a supor um ambiente de recepção da política centrada no consumo de imagens públicas. Com isso, os procedimentos de produção e circulação de imagens e de disputa pela imposição das imagens predominantes deslocam-se em direção ao centro da atividade estratégica da política (GOMES, 1999).

No caso do Protejo, as estratégias de interpelação do público-alvo operam principalmente por estratégia de adesão a uma dada mensagem ou imagem.



Figura 15 – Cartazes de divulgação do Protejo

A incorporação de elementos da chamada cultura *hip-hop* – como o grafite nas letras que formam a palavra *protejo*, o *break* no giro de cabeça para baixo e um típico *rapper* com moleto, boné e os gestos das mãos – faz parte do novo *marketing* político-institucional que produz efeitos sobre a esfera política: de um lado, parte da energia dedicada às atividades tradicionais da política passou a ser empregada na produção de uma comunicação política eficaz; de outro, formaram-se, no interior da esfera política, verdadeiras colônias de profissionais de comunicação e gestão política, cuja assimilação ao tecido político não se dá sem conflitos, rearranjos e rejeições.

Assim, o discurso político reformata-se segundo a gramática do audiovisual, de acordo com as fórmulas de exibição e narração próprias do universo da comunicação de massa e conforme as demandas de entretenimento próprias da instância da clientela dos serviços industriais da comunicação e da cultura (BARNEY, 2001). No extremo dessa conversão, o discurso político passa a considerar a centralidade de estratégias voltadas para a produção e a administração de afetos e emoções, para a conversão de eventos e ideias em narrativas.

No caso em questão, o que até alguns anos atrás foi símbolo de resistência política e cultural dos/as jovens de periferias passa a ser assimilado e usado como instrumento de sedução para adesão ao projeto/programa. Nas palavras de Regina Novaes, essa conexão entre uma política pública e o movimento *hip-hop* não é fortuita:

Sabe-se que nos EUA há grupos violentos, financiados pelos traficantes. Mas também os grupos de caráter pacífico que se propõem a substituir a violência das brigas entre grupos pela competição na música, na dança e no grafite. No Brasil os grupos que se tornaram conhecidos são contra as drogas e pregam a paz. Essa postura favorece conexões entre os grupos do movimento *hip-hop* com instâncias governamentais, organizações não-governamentais e igrejas. (NOVAES, 2002, p. 112).

Fica nítido que conexões como essa buscam que os/as jovens se encantem com algo que é próximo de suas preferências, tornando-os mais permeáveis à mensagem do programa. Um dos principais parceiros do Território de Paz em Canoas é o *rapper*, agora ator⁸⁴ e ativista social MV Bill⁸⁵, anunciado no mesmo cartaz para o lançamento do *Protejo* no Guajuviras. Não é de hoje que os *rappers* são considerados como cronistas da periferia, e eles mesmos se declaram contra o sistema, mas também se movem dentro dele. Criticam a grande mídia, atribuem a ela a responsabilidade por boa parte das agruras do mundo atual, mas adoram estar nela (NOVAES, 2002).

⁸⁴ MV Bill faz um papel de um professor de matemática na novela *teen* *Malhação*.

⁸⁵ MV Bill é presidente da Central Única das Favelas (CUFA).

As críticas aos principais ídolos do rap nacional afirmam que, apesar de terem como endereço a periferia, não estão mais lá. Não admitem, mas são produtos da indústria cultural. Até há alguns anos, MV Bill e Mano Brown e outros astros do hip-hop, apesar de terem ganhado vários prêmios nacionais da emissora MTV e concorrido a prêmios internacionais, diziam manter uma postura de escolher em quais veículos da mídia se apresentariam ou dariam entrevistas: “Não vamos vender nosso som para estes caras. Não somos produto, somos artistas”, declarou Edy Rock dos *Racionais MC's* (*Jornal da Tarde*, 4/ ago. 1998).

Para Regina Novaes, “os grupos de rap se vêm com uma missão. Há um mal a combater. Para os Racionais o mal é localizado nas garotas rebolando no Gugu, no alcoolismo, no fato de o ser humano ser descartável no Brasil. Mas, para todos, no geral, o mal está sobretudo nas drogas” (2002, p. 93).

Se Mano Brown, líder dos *Racionais Mc's*, fugia dos grandes veículos midiáticos, MV Bill, ao contrário, parece não se incomodar com eles. “*Saber circular por vários meios e não deixar de ser eu mesmo. Eu posso ampliar meu ângulo de amizades e meu quadro de comunicação*”, é o que diz, mas nem todo mundo vê com bons olhos essa amplitude de seus relacionamentos comerciais. Não faltaram críticas ao lançamento de um de seus livros na Daslu, loja considerada catedral do consumo e da parceria de sua ONG, a Central Única das Favelas (CUFA) com a Rede Globo.

No entanto não é só para o mercado ou para a mídia que a imagem desses *mensageiros* ou *missionários* pode ser vendida. Abaixo, além da foto de um dos shows de MV Bill, reproduzo a matéria feita quando do lançamento do *Protejo*:



Figura 16 – Show de MV Bill no lançamento da *Casa das Juventudes*

A grande atração da tarde, MV Bill, diz não ser a favor de discursos políticos, mas na situação do bairro Guajuviras ele muda de ideia em relação ao poder público: “sempre critiquei a falta desse tipo de trabalho, que representa a transformação e a virada do bairro, anteriormente marcado pela violência e repressão”. Entusiasmado com o projeto, MV Bill diz ainda, “que é dessa forma que o povo quer ser tratado com dignidade. Esse é só o início. Tem ainda muita coisa a fazer. O jovem tem que transformar a Casa das Juventudes em sua segunda casa, aponta Bill. [ABNG – Agência da Boa Notícia Guajuviras, 27 jun. 2010].

A intenção dos gestores do Pronasci em Canoas, ao associar suas ações a uma figura que reúne em torno de si tantos atributos sintetizados na ideia de um porta-voz da periferia, permite que se possa governar a partir da instituição de verdades ditas por alguém que é seu duplo, que veio do mesmo lugar e que venceu, mas que de vez em quando pode criticar o sistema.

Nessa mesma linha, grandes empresas multinacionais têm contratado artistas do *hip-hop* para ampliar sua rede de consumidores principalmente entre as camadas de rendas mais baixas que pelo aumento do poder de compra, passaram a fazer parte dos *targets* de um mercado em expansão. Nessa direção a Nextel (empresa no ramo de telefonia) contratou MV Bill, entre outros artistas conhecidos, e a Nike (de artigos esportivos) contratou os *Racionais MC's*, e em especial o vocalista e líder Mano Brown, para serem seus garotos-propaganda.

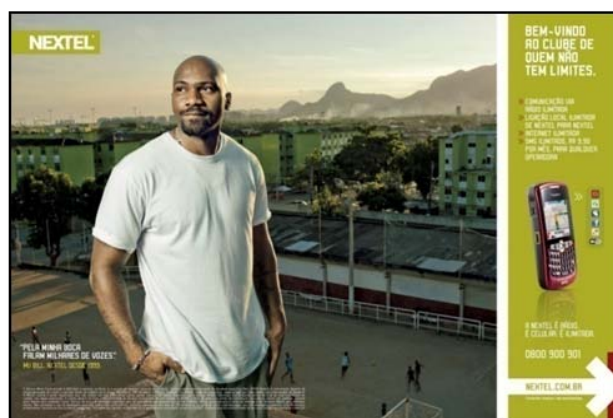


Figura 17 – Peça publicitária da Nextel com MV Bill, diante da Cidade de Deus

Ricardo Cruz pergunta: Você conseguiu, Brown, fazer uma revolução interna no seu jeito de ser, de pensar? Você conseguiu lutar contra os seus, suas próprias contradições, seus próprios medos? Você consegue isso hoje?

Resposta de Mano Brown: Na verdade, as contradições só acabam quando morre, né? Tipo, eu era um cara, hoje eu estou de Nike no pé, mas eu já xinguei a Nike muito por aí. Entendeu? Mas eu descobri também que a Adidas não me dá nada se ficar falando mal da Nike. Eu derrubo uma e levanto a outra. A Adidas é dos alemães, não são nada. Estou de Nike, o KL Jay não usa Nike, vai ver o Nike que o Blue tá no pé? Entendeu? É contradição, Racionais é isso, é quatro caras, quatro

mentes, quatro ideias, entendeu, meu? Eu sou o mais confuso dos quatro, sou eu mesmo.

Em 2007, durante entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, Mano Brown travou um interessante diálogo com Ricardo Cruz, o editor da revista *Rolling Stone*, no qual reconhece que, para ele mesmo e para seus fãs, soa estranho utilizar roupas e tênis do fabricante norte-americano.

Não se trata aqui de julgar as decisões individuais dos artistas citados em aceitar ou não contratos lucrativos, que associem suas imagens a determinados produtos e mensagens, seja por parte das grandes corporações ou do Estado, mas de compreender o papel decisivo dessas empresas na sociedade contemporânea. Para Saraiva e Veiga-Neto, “a empresa é a catalisadora da inovação, da invenção. É justamente por isso que entre as atividades mais importantes e características da empresa destacam-se a pesquisa e o desenvolvimento, a comunicação e o *marketing*, a concepção e o *design*” (2009, p. 187).

Exemplo disso é a entrevista concedida por um dos diretores da Nextel:

“MV Bill é uma personalidade completamente diferente. Ele é ilimitado. Ele é cantor, músico, compositor, diretor de cinema, pensador e, acima de tudo, um líder social, que pensa como pode influenciar a mudança na vida das pessoas”, diz Gustavo Diamant, vice-presidente de Marketing da Nextel. **Sobre os resultados da campanha Diamant explica** que houve uma valorização de marca de 80% em 2008 e 30% em 2009, “esperamos muito mais além disso nesse ano, porque continuamos reforçando a natureza de ‘clube’ mas com um conceito forte de um clube que não tem limites”, completa. (PORTAL DA PROPAGANDA, 2009).

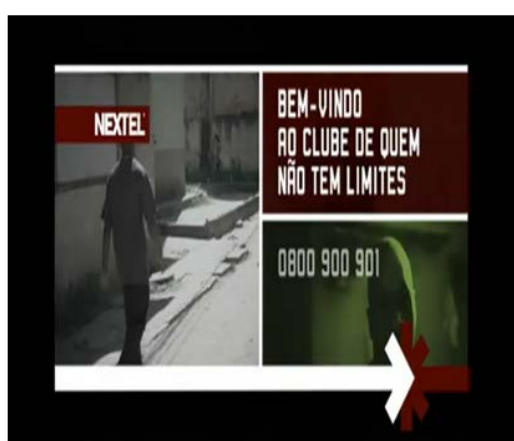


Figura 18 – Peça publicitária da Nextel: *Bem-vindo ao clube de quem não tem limites*

É possível perceber as conexões entre as ideias básicas da campanha publicitária da Nextel, tanto com a figura de MV Bill quanto com o Protejo. Primeiro, o texto da campanha promove um convite para que as pessoas façam parte do clube Nextel/Território da Paz. O

segundo relaciona diretamente a grande corporação com o Protejo, trazendo a ideia do *Caminho do Bem* nas duas mensagens.

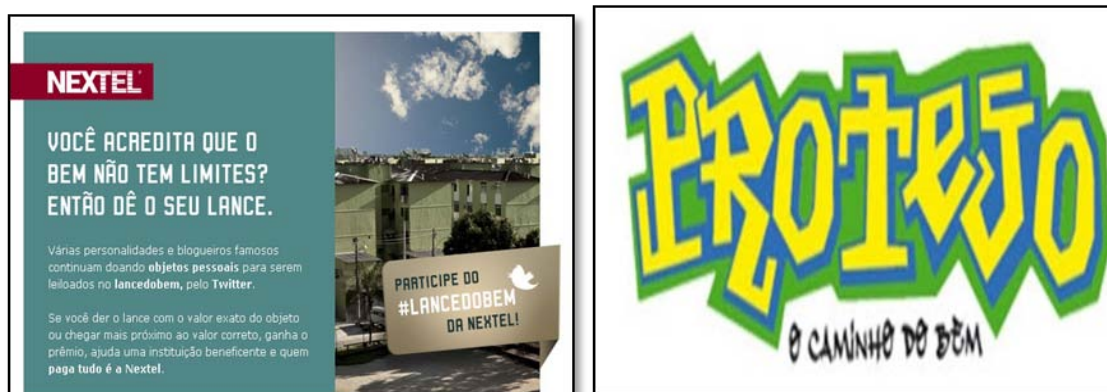


Figura 19 – Campanha da Nextel (E) e marca do Protejo (D) enfatizam o *bem*

O modo como se organizam os enunciados nessas duas instâncias conforma um aparato pedagógico que, ao focalizar o *bem* contra o *mal*, busca instituir formas de controle e governo dos/as jovens e suas famílias: como eles/as devem ser e fazer, que rumo devem tomar, que o outro caminho é errado.

Cada um desses artefatos é visto como disposição moral insalubre e concorre, ademais e simultaneamente, para uma degeneração física que tem impacto não só sobre os outros, mas também sobre o eu individual. O cidadão saudável sente e age com responsabilidade por sua mais abrangente e imediata comunidade como uma obrigação pessoal para com o futuro e para com a sociedade em seu todo.

De modo geral, posso afirmar que as inquietações são redobradas no que concerne à prevenção à criminalidade e ao campo da saúde. De um lado, parafraseando Rose (1993), trata-se do medo de governar demais, o que não é, em nome de um modo liberal de legislar, a maneira mais adequada de projetar, empoderar e ordenar o modo de vida autônomo cosmopolita. De outro lado, trata-se, também, do medo de governar de menos, que é o medo de não obter sucesso ao preparar e ordenar todos os indivíduos e os grupos (ainda não incluídos) em uma sociedade em nome da aprendizagem, do agenciamento e da participação comunitária. Esses estilos de governar de dois gumes nem sempre operam opondo-se um ao outro, mas de maneira a se retroalimentarem. Guilherme Castelo Branco sintetiza com precisão esse processo:

O resultado desse processo de controle nada mais é do que o sujeito assujeitado a normas e padrões de constituição de sua subjetividade e autoidentificado através de

regras previamente perpetradas de conduta. Trata-se, nesse caso, do indivíduo condicionado e autocondicionado, do bom-moço instituído nos padrões individualistas do modo de vida, para dar um exemplo ocidental, regido pela moralidade, capitalista e seu paradigma do modo de ser burguês. (BRANCO, 2002, p. 182).

Entendo que esses discursos são também pedagógicos, e que estão associados, ainda, ao discurso moral, que nesses contextos busca formular normas de comportamentos através da qualificação avaliativa das pessoas e de suas condutas (LARROSA, 1996).

Foram criados vários filmes publicitários para a campanha da Nextel. Em um deles, Bill percorre as ruas da Cidade de Deus, dizendo entre outras coisas “que quase acreditou que para se dar bem, tinha que virar bandido”. Ele fala dos seus projetos, de suas conquistas e completa dizendo que muitas de suas histórias não caberiam em apenas 30 segundos. Na sequência, ele convida o telespectador a acessar o endereço www.naofoiaparaoar.com.br, apresentando outros vídeos em que conta histórias sobre os limites que teve de superar em sua vida na favela.



Figura 20 – Peças publicitárias convidando o público para acessar os filmetes publicitários que não foram ao ar

Edson Passeti alerta:

No interior da sociedade de controle contínuo, os lugares são redefinidos por fluxos. O investimento não é mais o corpo propriamente dito; interessa, agora, extrair o máximo de energias inteligentes, fazer participar, criar condições para cada um sentir-se atuando e decidindo no interior das políticas de governos, em organizações não-governamentais e na construção de uma economia eletrônica. (PASSETI, 2002, p. 134).

É nessa medida que as mensagens enunciadas por MV Bill, sua imagem de superação e os convites/convocações aos/às jovens se articulam na ideia de que se o artista não precisou virar bandido para ter sucesso e ser reconhecido, você também não precisa. Ao Estado interessa que você seja integrado e incluído. O Estado, então, “existe como agenciador

produtivo ao lado das empresas e organizações não-governamentais para a administração de indivíduos desnecessários, trazendo para o centro das controvérsias a ética da fraternidade” (ibidem, p. 136).

O estatuto pedagógico da mídia (FISCHER, 1997), bem como aquele desenvolvido de maneira mais formal pela escola, assume na contemporaneidade uma força sincronizada para colocar em ação a Razão de Estado, ou seja, contribui de forma decisiva para a organização e a manutenção do Estado moderno. Entendo que esse lugar principal da escola esteja sendo minado pela força da mídia, que também funciona como um importante dispositivo da governamentalidade neoliberal (GERZON, 2007).

Para Maurizio Lazzarato:

No atual sistema, a multiplicação do capital está muito mais relacionada com a criação, com a geração de idéias. Contudo, a criação nunca está circunscrita à empresa. A criação nunca é criação de um sujeito, pois aquele que estaria desempenhando a função de autor é apenas um ponto de catalisação dos diversos fluxos que nele se cruzam. Conhecimentos, opiniões, idéias circulam pela sociedade e são a matéria-prima da criação. A empresa apropria-se de bens comuns, de bens intangíveis, de bens inconsumíveis que são uma produção do social. (LAZZARATO, 2006, p. 118).

Talvez seja por isso que as tentativas de insurgência/resistência são rapidamente abafadas e que pelo menos algumas das manifestações que fogem do que é ditado pelo mercado são, no outro momento, capturadas pela chamada indústria cultural. É o reino do espetáculo, da produção de imagens efêmeras, para o público em geral, através da valorização de imagens estáveis cercadas de autoridade e poder. Manipula-se o gosto e as opiniões através da construção e da veiculação instantânea de sistemas de signos e imagens.

Rosa Fischer, ao analisar a televisão como um dos aparatos centrais na constituição do sujeito contemporâneo, comenta:

Pode-se dizer que a TV, ou seja, todo esse complexo aparato cultural e econômico – de produção, veiculação e consumo de imagens e sons, informação, publicidade e divertimento, com uma linguagem própria – é parte integrante e fundamental de processos de produção de significados e sentidos, os quais por sua vez estão relacionados a modos de ser, pensar, a modos de conhecer o mundo, de se relacionar com a vida. (FISCHER, 2001b, p. 15).

Tanto do ponto de vista do Protejo como da Campanha da Nextel, o que está em jogo, e é comum a esses dois olhares, são os usos e as derivações do poder, custodiando e vigiando as juventudes em seu cotidiano. Tanto a primeira posição quanto a segunda, pelo forte apelo dramático que carregam, escamoteiam uma crise estrutural e institucional cuja face mais

perversa talvez seja o fato de depositar no próprio jovem a total responsabilidade de construir-se como *cidadão de bem*.

Em um tempo de incertezas, em que o medo e o sentimento de insegurança circundam a vida, parece ser tentador oferecer, às pessoas ávidas por certezas, respostas que aparentemente diminuiriam o impacto dos riscos aos quais todos nós estamos submetidos. Trata-se de conformar-se, nas práticas cotidianas, ao que os especialistas narram, descrevem, julgam, esperam, com o objetivo de alcançar certo modo de ser. Desse modo, autoriza-se e até mesmo prescreve-se uma modificação na relação consigo mesmo e com o outro, mediante mecanismos que põem em ação certo número de operações sobre o corpo e a alma, pensamentos, condutas ou qualquer forma de ser, obtendo, assim, “uma transformação de si mesmo [...] não apenas no sentido mais evidente de aquisição de certas habilidades, mas também no sentido de aquisição de certas atitudes” (FOUCAULT, 1990, p. 48).

A publicidade televisiva e programas como o Protejo, num bairro já penalizado pela infâmia urbana, atuam sobre os/as jovens como um tipo de pedagogia capaz de orientar/ensinar modos específicos de pensar, agir, consumir e relacionar-se no e com o mundo. Assim, tais instâncias veiculam e instituem conhecimentos “de acordo com critérios que se conjugam a processos de valoração, hierarquização e seleção, tornando-se um mecanismo hábil para conduzir, organizar e regular o funcionamento dos espaços, instituições e/ou a conduta dos indivíduos” (KLEIN, 2007, p. 343).

Para além do uso político no sentido amplo da cultura *hip-hop*, contudo, o Protejo utiliza o *hip-hop* enquanto conteúdo educativo e de formação profissional de uma de suas oficinas. É interessante observar que em boa parte dos projetos sociais no Brasil as oficinas de *hip-hop* são uma constante; é provável, como argumentam Jailson Silva e Jorge Barbosa (2005), que se trate de um discurso da ausência. Uma vez que os parâmetros tradicionalmente utilizados na definição dos conteúdos e na relação com as comunidades populares e seus moradores estão centrados em referências de outros setores sociais, em particular os setores médios, esses parâmetros vão constituindo uma relação com os territórios populares baseada na definição do que a favela não teria: “Favela é aquele lugar que não tem acesso a serviços básicos, asfalto, escolas, postos de saúde, creches, educação, não tem regras, não tem leis, não tem cidadania!” (ibidem, p. 38).

Essa perspectiva da ausência, no caso da juventude moradora do Guajuviras, é impressionante. Em um estudo de um colega do grupo de pesquisa⁸⁶, ele havia catalogado

⁸⁶ Refiro-me ao Nupé da Cidade: Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas da Cidade.

mais de 200 grupos musicais no bairro, sendo que quase a metade era de grupos de hip-hop (SANTOS, 2006). Durante outra pesquisa do grupo (GASTALDO et al., 2007), nas praças públicas de Canoas, conhecemos vários grupos de *rap*. O mesmo ocorreu nos grupos de discussão que realizei para esta pesquisa, em que vários jovens eram músicos, dançavam etc.

No caso da oficina do Protejo, vários jovens desejavam ingressar no mercado formal de trabalho, no entanto o compromisso em permanecer um total de 20 horas realizando as atividades fazia com que alguns saíssem, quando uma oportunidade melhor aparecia. Embora as oficinas oferecidas possam contribuir, num futuro longínquo, para alguma inserção no mundo do trabalho, esse não é objetivo central, que está ligado à cidadania e a elevar a chamada autoestima⁸⁷. Existe a preocupação de oferecer formações que possibilitem a constituição de habilidades para novas profissões, como montagem e desmontagem de equipamento de som, oficinas de informática ou grafiteagem, entre outras, sem que necessariamente sejam desenvolvidas estratégias que tornem possível a geração de renda e de trabalho a partir dessa capacitação. Outro aspecto que parece incomodar os jovens é que eles não podem escolher as oficinas de que querem participar.

Para finalizar uma alusão à relação *hip-hop* e dispositivos do Território de Paz do Guajuviras, quero lembrar que no início de 2010 as atividades do Fórum Social Mundial foram descentralizadas, cabendo a Canoas sediar várias atividades. Dentre elas, destaco um *show* com várias atrações nacionais e, num palco secundário, apresentações de grupos locais de Canoas e de grupos do PELC e do Protejo de teatro e dança. O evento ocorreu no Parque Eduardo Gomes. Segue abaixo um trecho da entrevista com Silvano, relativo ao evento⁸⁸:

Silvano: Algumas semanas antes do Fórum ali em Canoas e do show dos Racionais e de outros grupos, havia muita preocupação nas reuniões do comitê gestor do Território de Paz com a questão da segurança, até pelo fato de ser show do Racionais, show de rap, que já tem uma imagem estigmatizada: “olha, show de rap, vai dar tumulto, vai dar conflito, então é o seguinte ó”... Então havia uma preocupação grande com a segurança, uma preocupação em manter a ordem, de não deixar os conflitos se proliferarem. Então... claro... parece que a polícia já foi condicionada, já foi para lá condicionada a isto, pra já pra... pra prevenir, sabe? Não pra... pra prevenir, não pra solucionar...

Damico: E o aparato de segurança nesse show, tinha muitos policiais, não?

Silvano: Muitos, polícia, guarda municipal, muita segurança mesmo. E no meio do show eu comecei a ver muita confusão, a polícia fazendo pressão, a polícia retirando a rapazeada, do meio da galera, do palco ali, sabe? E houve um momento em que um dos rappers, um rapper muito famoso de Brasília, o GOG, ele estava lá com o público, ele tava lá em baixo com a galera e ele subiu pegou o microfone e pediu para falar e falou, “É o seguinte ó, isso aí é palhaçada que a polícia está fazendo, entendeu, a polícia não pode fazer isto... Ficar batendo na galera aí e... E não pode

⁸⁷ Aliás, os jovens com que conversei não se percebem com baixa autoestima.

⁸⁸ Entrevista, Silvano, bolsista, 29 jun. 2010.

ficar dando choque na galera aí, e seguinte ó, seguinte ó, alguém vai ter que dar conta disto aí, isto aí não pode acontecer”, então ele fez uma crítica à segurança que estava ali e a polícia parou.

Damico: O que é que acontecia? Por que é que eles iam lá? A gurizada estava brigando?

Silvano: Sim, acontecia por vezes, sempre acontece um desentendimento, um bate boca, às vezes acontece mesmo... um empurra-empurra acontece, acontece, isto é comum, é comum, mas nada assim sabe, que fosse acabar com o evento, entendeu? Então, é claro, houve um exagero por parte da polícia, do tipo: vamos cortar o mal pela raiz, já vamos dar um choque em todo mundo aqui para eles verem que aqui não é bem assim, então foi isso que aconteceu, sabe? Então vamos já... vamos tirar alguns como exemplo aqui... pro pessoal se conter.

É interessante que uma prática cultural como o *hip-hop* possa ser utilizada na formação para cidadania, autoestima etc. e, ao mesmo tempo, na manifestação de conagração, de festa, possa ser reprimida do modo como foi.

3.4 A gestão da vida a partir do esporte e do lazer

Início esta seção explicando-me, pois entendo que em função de minha atuação profissional como professor universitário em faculdades de educação física, militante e pesquisador da área era de se esperar que minha tese, se não versasse sobre o esporte e o lazer, ao menos desse um destaque especial ao tópico que abordasse essa temática. No entanto entendo que o que prometi, ao analisar cada uma das ações, foi apresentar no final da tese aos/às leitores/as a produção de sentidos em que as formas de governo voltadas para as periferias urbanas pobres estão implicadas.

Por essa razão, o que discuto nesta seção e nas próximas – as ações de esporte e lazer, policiamento comunitário, Agência da Boa Notícia e os presídios – não ganham uma ênfase maior do que as Mulheres da Paz e o Protejo, uma vez que os sentidos são produzidos também em seu conjunto.

Vivemos em um mundo onde circulam discursos antigos. Constituímo-nos em meio a esses mesmos discursos. As formas como pensamos, julgamos, falamos, nos comportamos estão alinhadas ao sistema representativo de uma época e de uma linguagem que, mesmo não sendo rígido, marca as especificidades de tempos e espaços nos quais nos inscrevemos.

Um desses discursos que desde muito tempo permeia a área da educação física é o que se refere às qualidades do esporte e do lazer em termos de salvar⁸⁹ aqueles que incorporam essas práticas em seu cotidiano. Para Luis Eduardo Thomassin:

A utilização social do esporte e do lazer como meio para atenuar problemas sociais vividos por crianças e jovens pobres tem sido amplamente proposta nos meios de comunicação, nas chamadas ações de responsabilidade social das empresas, nas políticas sociais dos governos e nas práticas voltadas à cidadania fomentadas pelas ONGs e organismos internacionais como a Unesco [e o Unicef]. (THOMASSIM, 2010, p. 262).

Aliás, é preciso dizer que essa amplitude dos projetos sociais de esporte e lazer na agenda pública é tributária da própria inclusão da juventude enquanto problema, importância adquirida na política brasileira a partir da última década. Prova disso é a crescente tematização da juventude no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais, bem como a enorme gama de projetos e ações focadas especificamente nesse segmento, culminando com a fixação definitiva do tema na agenda pública através de uma *Política Nacional de Juventude*. Nessa perspectiva, no final da década de 1990 ocorreu um *boom* discursivo nas produções acadêmicas sobre a temática juvenil, financiadas em grande medida por fundações privadas, pelo próprio governo e por agências internacionais:

A visibilidade da categoria juventude com alvo da ação pública é recente no país, ocorrendo, para tanto, os desdobramentos da conjuntura econômica e social e episódios de natureza violenta envolvendo jovens. Mas os segmentos juvenis adquirem relevância no debate, por outro lado, em função da intervenção na cena pública de agências multilaterais ao lado de organizações não-governamentais que elegeram o jovem como alvo de suas ações nos últimos anos. (SPOSITO, 2007, p. 7).

A discursividade referida acima contribui em grande medida para veicular uma imagem da juventude diretamente ligada aos problemas da violência, das drogas, da gravidez indesejada, do vandalismo, do analfabetismo e da morbidade. A partir de 1997, quando as “políticas dirigidas à juventude” não passavam de um lamento de certos grupos no debate político, a Unesco divulgava uma pesquisa em nível nacional descrevendo a situação de vulnerabilidade e risco da juventude e a necessidade de se pensar políticas focadas diretamente nessa faixa etária (UNESCO, 1997).

⁸⁹ Boa parte dos projetos sociais de esporte e lazer atua no enfrentamento do que se convencionou chamar de desvios sociais: repetência, evasão escolar, envolvimento de jovens em atos infracionais, prostituição, trabalho infantil e consumo de drogas (MELO, 2005, p. 144).

A Unicef, em seu relatório anual logo após a virada do século, também teve um papel central ao afirmar que a inclusão de atividades de esporte, cultura e lazer nas políticas públicas de atenção ao jovem representam espaços privilegiados de evasão das energias positivas, mas também para canalizar impulsos destrutivos, angústias, depressão, insegurança e mesmo o desespero que por vezes assalta seus corações e suas mentes. A carga impulsiva, o turbilhão de sentimentos e ideias que afloram nesse momento da vida do ser humano representam ao mesmo tempo sua potencialidade e seu risco (UNICEF, 2002, p. 41).

Cabe lembrar que a focalização no tema juventude surge imbricada com a questão da violência na medida em que o debate sobre o aumento da sensação de insegurança se tornou uma das questões sociais mais problematizadas nos últimos 10 anos.

Michel Foucault (2008a), ao analisar a racionalidade política moderna, defende que a disseminação do sentimento difuso de insegurança é um catalisador fundamental das ações de governo e produz uma responsabilização individual por problemas sistêmicos, ao mesmo tempo em que faz proliferar dispositivos de segurança contra os *grupos perigosos* da sociedade. Esses dispositivos efetivam-se a partir do que o autor denomina, em termos biopolíticos, de “racismo de Estado”.

Com isso, a criminalização torna-se um meio racional e eficaz para ordenar a sociedade. Essa racionalidade governamental, a fim de garantir a contenção das desordens geradas pelo acirramento da exclusão social e pela retração da proteção social, utiliza-se amplamente da estratégia de criminalização dos grupos considerados potencialmente perigosos (WACQUANT, 2002).

Os dispositivos de segurança têm produzido, historicamente, práticas de intervenção no cotidiano. Desde a Idade Média, as técnicas jurídico-legais e as técnicas disciplinares, particularmente, tinham como procedimento de segurança separar os leprosos dos não leprosos. Um mecanismo de exclusão que não ocorreu no caso da peste, pelo contrário, *modernizou-se*, pois não era mais interessante excluir e sim separar os sadios dos doentes para que não houvesse contaminação de toda a população. Portanto a política de separação de corpos, mantendo-os próximos e não isolados, pode ser entendida como de inclusão. Incluir para melhor controlar e disciplinar, desta feita, em nome da segurança da população. Estar juntos, próximos, mas não misturados, implica em um exercício de autocontrole, ordenamento e normalização intensos, permanentes. É dessa forma que entendo que o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) sofreu uma mutação importante.

O PELC, que até o ano de 2008 era gerido pelo Ministério do Esporte, passou em 2009 a fazer parte do conjunto de ações de segurança pública do Pronasci, gerenciado pelo

Ministério da Justiça. O programa tem como meta atender 1,6 mil jovens com idades entre 15 e 29 anos, com o principal objetivo de reduzir os índices de violência e a sensação de insegurança dos moradores, promovendo o esporte e lazer. Foram implantados no Território de Paz do Guajuviras quatro núcleos e quatro subnúcleos no bairro, quatro escolas municipais, complementados por um campo de futebol, duas praças, um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e uma associação comunitária. As atividades oferecidas pelos núcleos – ginástica, atletismo, basquetebol, futsal, futebol, handebol, voleibol, *taekwondo*, dança e teatro – estão sob orientação e condução de um coordenador e seis bolsistas por núcleo.

A grande novidade da nova modalidade de ação pública do PELC/Pronasci não está colocada na utilização do esporte e do lazer para enfrentar os males da violência e de uma vida pouco saudável, uma vez que isso já tem uma longa tradição e goza de certa unanimidade. A transformação é de um programa que tinha certas características e que passou a ser assumido como um dispositivo de enfrentamento da violência.

As mudanças na natureza do papel político de diversos organismos tradicionais na sociedade civil – como partidos, sindicatos, escolas, universidades, associações de moradores, entidades científicas, entre outros – e a criação e/ou surgimento de novos organismos manifestam-se como a expressão cotidiana da nova hegemonia do bloco no poder (MELO, 2005).

Do ponto de vista teórico, a implantação do PELC/Pronasci no Território de Paz do bairro Guajuviras é compreendida por mim como uma estratégia de governo da juventude de periferia pobre.

O tipo de análise que estou propondo me possibilita assumir que as políticas sociais, de uma forma geral – e da juventude, especificamente –, têm um caráter de ordenamento e normalização, fundando-se em estratégias de segurança pública. Prova disso é o fato de que a maioria das ações propõe como um dos seus objetivos a diminuição da violência.

Além disso, a grande preocupação é a de tirar o jovem⁹⁰ de determinado *lugar* e localizá-lo em outro, considerado mais adequado (definido pela própria política e nunca pelos sujeitos), reforçando as ideias de ordenamento e purificação social. Não casualmente, a escola figura como o local privilegiado para a *captura*, ou seja, para a inclusão social desses jovens.

⁹⁰ As mulheres-jovens no Pelc/Pronasci não aparecem referenciadas em nenhum documento como público alvo, no entanto, em conversas informais com gestores/as e operadores/as a posição esperada das mulheres jovens na sua inserção nas atividades culturais e esportivas, parece ser a de através de sua participação, fazer com que os jovens homens participem e se acalmem, além de reforçar as mensagens de integração, convivência e paz. O fato das mulheres jovens serem sub-representadas produz uma série de efeitos, alguns inclusive “positivados” no sentido de que são menos vigiadas, menos revistadas ou menos agredidas pelos aparatos policiais.

3.4.1 Entre tensões e imposições na implementação do PELC/Pronasci

A implementação do PELC/Pronasci no bairro Guajuviras exigiu muitas negociações por parte de seus colaboradores e das escolas da rede municipal de Canoas onde as atividades estavam previstas para ocorrer. Reproduzo abaixo um diálogo que tive um dos coordenadores de núcleo do PELC/Pronasci⁹¹:

Damico: Deixa eu te perguntar, Pedro. Eu fiquei sabendo que não foi fácil conseguir os espaços das escolas. Quais foram as dificuldades? Por que é que escolheram estas escolas?

Pedro: Porque eram escolas municipais, simplesmente por isto, e como a gestão municipal solicitou recursos para desenvolver o PELC/Pronasci no bairro Guajuviras, que é o foco, onde as coisas teriam que dar certo mesmo era no bairro Guajuviras, porque o bairro que é o Território de Paz...

Damico: Sim mas... Quem que dizia que teria que dar certo? Aonde que tu ouviu isso?

Pedro: Eu estou dizendo, porque nas reuniões na Secretaria de Justiça se dava muita ênfase ao Guajuviras, porque no bairro Mathias Velho tem somente o PELC, mas aqui no Guajuviras tem o PELC e todas as outras ações do Pronasci.

Damico: Então vamos voltar a essa questão da implementação... Eu me lembro que essas escolas municipais tinham outras atividades, ou não?

Pedro: Sim, tinha o programa do Ministério da Educação, que era o Mais Educação e as demais atividades da própria escola que os professores vão criando e desenvolvendo com seus alunos. Porque não tinha espaço para comportar tantos projetos, tantos programas e particularmente eu, como já conhecia o bairro Guajuviras, já tinha frequentado o bairro, conhecia algumas diretoras, e ainda assim foi difícil, mas eu consegui negociar alguns espaços... A direção da escola alegava que não havia possibilidade de comportar tantos projetos assim, não tinha espaço físico que comportasse isso, então como fazer? Elas diziam: Como a gente vai atender o PELC, o Mais Educação e as demais atividades que já estão no cronograma da escola? Não há espaço físico para comportar tanta coisa...

Damico: E como é que fizeram então?

Pedro: Se negociou na base do bom-senso, mas nas escolas em que as diretoras eram menos flexíveis o prefeito mandava recados. E aí aquelas que não tinham cedido acabaram cedendo. A gente negociou horários. Nós, do PELC, tivemos que colocar algumas atividades em horários que nós não tínhamos pensado num primeiro momento. Os horários que nós organizamos para desenvolver atividades nas escolas, a ideia era oferecer horários nos três turnos, mas não foi o que aconteceu porque não havia espaço para fazer tudo isto, então a gente teve que negociar. Então, por exemplo, no núcleo aonde eu... diretamente estava coordenando, eu não tinha nenhuma atividade no turno da manhã, não tinha como, porque tinha as atividades do Mais Educação. Durante a tarde também não. As atividades que eu tinha no núcleo que eu diretamente coordenava eram das 18 horas em diante, de segunda a quinta-feira...

Na atual governamentalidade, a gestão das políticas sociais é acionada por meio de uma série de mecanismos e discursos, tendo como palavras de ordem *negociar*, *mediar* e

⁹¹ Recordações de campo, 20 dez. 2010.

comunicar. As instituições disciplinares de outrora, como a escola, funcionam para além de suas funções tradicionais e tornam-se equipamentos sociais fundamentais. São equipamentos sociais que, embora sempre centrais ao controle dos corpos, na atualidade operam de forma articulada com outros instrumentos reguladores da população, mais difusos e dispersos.

É nessa medida que a escola abre suas portas à comunidade, aos *amigos da escola*, ao *Mais Educação*, aos *sem* emprego, que não mais vão às ruas para brigar por trabalho, pois são socialmente dispostos como voluntariado. A escola, como equipamento social privilegiado, tornou-se o lócus predileto das ações estatais ou paraestatais.

Os organismos multilaterais internacionais, aliás, tiveram um papel fundamental na ocupação do espaço escolar. A Unesco vem há algum tempo propondo políticas sociais que posicionam a escola como amenizadora dos problemas estruturais da sociedade. O Programa Escola Aberta foi uma iniciativa da Unesco no Brasil, com o objetivo de abertura das escolas públicas nos fins de semana para que a comunidade identificasse na instituição um espaço de sociabilidade, em especial para os jovens, para que estes canalizassem seus sentimentos de indignação, protesto, revolta e afirmação de identidades pela construção de modos que não operem por meio da violência e da criminalidade. Esse programa foi levado adiante após a verificação de que a maior parte das mortes violentas de jovens ocorre nos fins de semana, decorrentes de acidentes de trânsito, brigas entre gangues rivais e homicídios relacionados ao tráfico de entorpecentes (UNESCO, 2001).

As estratégias dos programas e projetos sociais que têm invadido as escolas buscam favorecer o estímulo às atividades culturais para integração dos segmentos sociais considerados excluídos do funcionamento básico da sociedade, especialmente os jovens, aqueles mais afetados pela retração do mercado de trabalho. Por isso, aumenta a demanda pela expansão de espaços culturais no intuito de que esses jovens possam se expressar lúdica, esportiva e culturalmente de proporcionar a essa população sentimentos de pertencimento e crescimento pessoal e, ainda, fomentar um resgate de valores comunitários e vínculos com as instituições tradicionais, tidas como fragilizadas nos últimos tempos, como a família e a escola.

Todavia essas atividades oferecidas nas escolas manifestam um conjunto de precarizações. Muitas delas têm melhores equipamentos e materiais que a educação formal, concorrendo e desvalorizando a própria escola há muito sucateada. Outra precarização importante refere-se à remuneração baixa e à ausência de condições trabalhistas para aqueles que atuam nos programas/projetos.

Segundo Eloá Rossoni, a precariedade do trabalho envolve três conceitos:

1) Situação de déficit ou ausência de direitos de proteção social; 2) instabilidade do vínculo, do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores/as; 3) está associada a condições de trabalho de determinados setores da economia que criam vulnerabilidade social para os trabalhadores neles inseridos. (ROSSONI, 2009, p. 98).

A situação de precariedade no trabalho a que são relegadas as pessoas que atuam nas políticas sociais de inclusão tem se mostrado não como exceção, mas como regra. No âmbito de uma série de investigações desenvolvidas ou orientadas por Dagmar Meyer (MEYER, 2008; ROSSONI, 2009; KLEIN 2010), são unânimes em apontar que a racionalidade envolvida em tais práticas estatais tem optado pela informalidade como estratégia de redução dos custos sociais.

Marília Spósito e Maria Corrochano tratam da inserção precária de profissionais – designados estagiários, animadores culturais, educadores sociais ou oficinairos – em projetos do seguinte modo:

São modos de recrutamento vinculados às atividades de estágio e prestação de serviços, bastante marcados por certa informalidade, que em sua grande maioria atraem jovens, muitos de origem popular e que conseguiram prosseguir em seus estudos e ingressar no ensino superior sem emprego definido, ou que apresentam uma história de engajamento em ações coletivas de natureza sociocultural em seus bairros. (SPÓSITO; CORROCHANO, 2005, p. 147).

Ao examinar o Mais Educação (2008) e o PELC (2007), também pude verificar que as denominações dos colaboradores são bolsistas, monitores e oficinairos. Ou seja, nessas práticas há um apagamento da denominação professor-trabalhador, mesmo que muitos desses *parceiros* sejam professores formados em cursos de licenciatura e que aceitam atuar quase que filantropicamente por uma série de motivos. Destaco abaixo a conversa que tive com a oficinaira de teatro do PELC/Pronasci⁹²:

Damico: Oi Paula, eu queria saber: como tu vieste parar aqui no Guajuviras?

Paula: Eu fiquei sabendo de um edital que estava selecionando oficinairos e me interessei pela proposta.

Damico: E quais são tuas maiores dificuldades?

Paula: Principalmente a remuneração. Eu moro em Viamão e demoro quase duas horas para chegar. Pego dois ou três ônibus num trajeto e o dinheiro vai pra isso quase: pagar o transporte e comer um lanche.

Damico: Mas por que segues atuando no PELC?

⁹² Recordações de campo, 18 nov. 2010.

Paula: Porque acho que tenho que dar minha contribuição, levar algo de bom para esses jovens que já têm uma vida tão difícil.

A partir do excerto acima, é possível perceber que a relação que se visualiza nas atuais formas de governo é a da co-participação entre a sociedade civil e o Estado. De acordo com Viriato (2004, p. 9), “É nesse marco legal e histórico que as políticas sociais públicas estão sendo ‘filantropizadas’”. Constata-se que o lema presente no discurso estatal é de implantar políticas de *bom sentimento*, uma vez que o Estado se utiliza da solidariedade dos cidadãos para desenvolver suas políticas sociais.

As ações de Estado dirigidas à juventude criam alternativas de ocupação para setores mais escolarizados, tanto de segmentos médios como populares, que desenvolveriam ações cujo alvo seria também os jovens, porém aqueles mais prejudicados pelos processos de exclusão. Nesse ponto de vista é que a terceira condição⁹³ (desejar permanecer no jogo) das políticas de inclusão discutidas por Maura Lopes é acionada. Nas suas palavras:

Desejar permanecer no jogo. Essa é a terceira condição de participação. É o desejo que faz com que ninguém fique de fora; é ele que mobiliza os jogadores a quererem que seus pares continuem jogando. Não se trata de preocupação, de qualificação e de cuidado com o outro; trata-se, sim, da necessidade da permanência do outro. Para que a permanência do outro se mantenha, até mesmo para sustentar as redes de trabalho, a capacidade de consumir deve estar instalada. Para isso, as ações do Estado, quando esse opera em consonância com uma lógica de mercado, devem ser desencadeadas para que mesmo aqueles que não possuem formas de gerar seu próprio sustento consigam recursos para girar, mínima e localmente, uma rede de consumo. (2009, p. 156).

Como se depreende, com essa nova lógica instaurada há um estreitamento da esfera pública, dando lugar à esfera privada, apoiado no discurso de crise e fracasso na escola pública, valorizando os métodos e as iniciativas culturais, esportivas e de lazer. As políticas educacionais (e principalmente as de segurança) vêm reforçar essa ordem estabelecida pelos *novos liberais*. O Mais Educação e o Pelc, por exemplo, entram em cena como modalidades de ensino não formal por excelência, operando com a lógica da inclusão de todos nas redes de mercado.

Von Simson afirma que a educação não formal no Brasil está “voltada para as camadas mais pobres da população, sendo algumas promovidas pelo setor público e outras idealizadas por diferentes segmentos da sociedade civil, desde ONGs a grupos religiosos e instituições que mantêm parcerias com empresas” (2001, p. 12). Assim, essa modalidade de

⁹³ As duas primeiras condições de participação são: ser educado em direção a entrar no jogo e permanecer no jogo (LOPES, 2009, p. 154).

ensino desenvolve-se junto ao terceiro setor, no contexto de fragilidade dos direitos sociais. O autor (ibidem, p. 11) aponta ainda que “os espaços de educação não formal deverão ser desenvolvidos seguindo alguns princípios como: apresentar caráter voluntário, proporcionar elemento para a socialização e a solidariedade e visar ao desenvolvimento social”.

Para Veiga-Neto e Maura Lopes: “As campanhas públicas funcionam como pedagogias culturais e, por isso, buscam o governo sobretudo pelo discurso; elas pretendem ensinar o melhor comportamento e o que é melhor ou mais correto fazer, usar etc.” (2007, p. 258). É nessa direção que as atividades dirigidas aos/às jovens das periferias urbanas buscam *convidar* a sociedade a participar das responsabilidades sociais. Desse modo, as campanhas que penetram na escola convidam os *amigos da escola, adote um aluno, seja solidário, venha, participe, faça a sua parte!*

3.4.2 Precisamos cumprir as metas

No PELC/Pronasci no bairro Guajuviras e em boa parte dos programas e projetos sociais de lazer, uma das questões mais problemáticas parece ser o cumprimento das metas em termos de dados numéricos relativos aos atendimentos contratados com seus parceiros institucionais; no caso, o Ministério da Justiça e seus órgãos fiscalizadores como o Tribunal de Contas da União (TCU). Ocorre que na visão dos gestores a juventude periférica não tem nada para fazer e, por isso, vão aderir imediatamente à boa vontade do Estado.

A estratégia de ocupação dos espaços das escolas municipais – para além do fato de seus equipamentos físicos terem um pouco mais de condições de abrigar as atividades do que os outros espaços do bairro – também permite ou tenta garantir uma frequência maior do público-alvo, por serem próximas do cotidiano dos/as jovens e porque podem, através da direção e dos/as professores/as, mobilizar jovens para ampliar sua participação.

Mas não são raras as vezes em que as metas são inatingíveis, como no caso do PELC do Guajuviras. Ao entrevistar um membro atuante do comitê gestor entre a Secretaria da Justiça e Secretaria dos Esportes, ele me disse⁹⁴:

Damico: Qual é a grande preocupação de vocês, enquanto gestores do PELC/Pronasci?

Silvano: A grande preocupação era com números, números. Pois é, então eu vou te explicar como isto funciona. O que é que acabou sendo feito: no meu núcleo tem 250 jovens que participam efetivamente das atividades do PELC. No outro núcleo tem mais 400, e no líder comunitário tem mais 500, e no outro núcleo que é na

⁹⁴ Entrevista, Silvano, bolsista, 11 dez. 2010.

Escola Guajuviras tinha mais uns 100. O que acontece? Só que, deixa eu te dar só um exemplo do núcleo... do Marco Antônio e do meu que eram os núcleos mais próximos, o que acontece? Aproximadamente 120, 130 jovens que participavam das atividades do meu núcleo eram os mesmos que participavam das atividades no núcleo do Marco Antônio, está entendendo? É isso, sabe?

Damico: E quem fazia esta operação? Da maquiagem?

Silvano: A gente... É claro que a gente sabe, até porque... A gente troca ideia, a gente interage, que parcela significativa dos jovens que participam de um núcleo, que participam da atividade de um núcleo, participam noutro também, sabe? Então o que acontece? Como que eram entregues os relatórios mês, com dados atualizados... Ia lá, o coordenador, “está aqui”, “nós temos neste mês... 250 jovens”, como há essa variedade de atividades, de horários, então os jovens podem circular e muitos fazem isso.

Damico: Ok, mas se meu cálculo não está errado, tu me falaste de 1.250 jovens. É isso? E qual era a meta?

Silvano: É isso mesmo, uns 1.200 no máximo 1.300, quando na verdade seriam uns 500 [risos]. E o pior nem te conto: a meta era de 1.400 jovens. Quando eles contrataram isso estavam loucos, por isso todo mês nós levávamos uma carraspana e dê-lhe pressão. “Vocês são incompetentes, não têm iniciativa” e uma porção de coisas desse tipo.

Trata-se de uma espécie de *multiplicação de pães*. Marcelo de Paula Melo (2005, p. 148) cunhou o termo “hiperplasia do quantitativo”, referindo-se ao que acontecia no Projeto Vila Olímpica da Maré (VOM), em termos do preenchimento dos relatórios que não condiziam nem de perto com o que ele observou em sua investigação.

A função dos coordenadores de núcleo do PELC/Pronasci é resolver os problemas, seja com os/as jovens, seja com os espaços ou com os relatórios. Popkewitz e outros esclarecem:

A autonomia do agente de resolução de problemas é dada por um domicílio e por um sentido de pertencimento, ao conectar psicologias da aprendizagem com práticas de comunicação e de interação que estão incorporadas na noção de *comunidade*. O agente de resolução de problemas aprende ao participar em sala de aula de uma comunidade: uma comunidade de discursos; uma comunidade de aprendentes; uma comunidade de matemáticos. (2009, p. 92).

Diante da necessidade de agentes de resolução de problemas, e mesmo diante da precariedade de espaços qualificados, cabe pensar por que o PELC/Pronasci não é tão atraente para a juventude do Guajuviras como os seus gestores esperavam? Como já frisei em outros momentos ao longo desta tese, minhas análises são provisórias, uma vez que as ações do Território de Paz no Guajuviras são bastante recentes. No entanto é possível levantar alguns fatores que concorrem para o alegado desinteresse em aderir às atividades propostas.

O primeiro aspecto para o qual chamo a atenção é em relação à dimensão pedagógica do PELC/Pronasci, conforme respostas de Davi, que é bolsista do PELC/Pronasci⁹⁵:

Damico: Tá, mas e baseado em que elementos ou teorias da educação física as atividades eram planejadas? Qual a lógica que presidia as atividades esportivistas, desenvolvimentistas, lúdicas, dentro das metodologias de ensino da educação física?

Davi: Era que o jovem participasse das atividades...

Damico: Mas como elas eram dirigidas? Elas eram atividades mais técnicas, atividades mais livres?

Davi: Lúdicas, para que o jovem tivesse o prazer de participar das atividades, não importa se ele era um... Se o próprio jovem era um pouco mais técnico ou não, ele tinha que estar incluído, tinha que estar participando. Mas o que acontece, claro que... Como haviam só no Guajuviras cinco coordenadores, alguns coordenadores eram um pouco mais lúdicos e outros prezavam mais pela técnica. Então, inclusive nós temos um coordenador que ele é ex-jogador de futebol, e então pelo fato de ter sido ex-jogador de futebol ele cobrava muito dos seus bolsistas. Ele mesmo muitas vezes fez isso. Ele mesmo atuava ali, ele era coordenador, mas atuava ali, ele... Os trabalhos que ele desenvolvia naquele núcleo com o pessoal do futebol de campo e do futsal, eram atividades buscando mesmo o rendimento, bem técnicas mesmo.

Damico: Como que os jovens recebiam isto?

Davi: Eles gostavam, boa parte gostava até porque... Eu entendo que eles estavam gostando porque eles nunca deixaram de participar, pelo menos a turma do futebol foi a turma que menos evadiu. Inclusive a turma que estava com este coordenador, que foi ex-jogador de futebol, foi a turma que menos evadiu, então eles gostavam.

Sem querer entrar no mérito da capacitação dos bolsistas – se seguiam ou não a orientação recebida na formação –, chama a atenção que o grupo do futebol coordenado por alguém formado em educação física, mas principalmente por ter sido um ex-jogador de futebol do Grêmio⁹⁶ é o que menos teve problemas de evasão, segundo afirmação de um dos bolsistas e também do que pude verificar *in loco*, nas minhas visitas às atividades dos núcleos. A legitimidade de ex-atleta de alto rendimento, somada às atividades muito parecidas com o que se fazia antigamente nos clubes de futebol, aliadas a todo repertório de histórias e lembranças do tempo de jogador – sem esquecer-se de um linguajar típico do mundo da bola – faziam deste coordenador o que mais obtinha sucesso entre os jovens que frequentavam o PELC/Pronasci.

A despeito de toda uma discussão da área que confronta a excessiva esportivização das práticas corporais e a elevação da técnica em detrimento de outras qualidades, a experiência do Guajuviras permite que pelo menos se demonstre uma disjunção entre o que o mundo acadêmico preconiza e o que os jovens querem.

⁹⁵ Entrevista, Davi, 10 dez. 2010.

⁹⁶ Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, fundado em 1903, é uma equipe importante do cenário futebolístico brasileiro, inclusive com títulos de destaque internacional.

Ao perguntar para alguns jovens o que eles achavam das atividades que Claudio (ex-jogador) desenvolvia, eles me responderam assim:

Bill: Ah... Com o Claudio a gente treina de verdade, com ele não tem sacanagem e frescura. É exercício puxado mesmo.

Claiton: No meu caso eu sempre fico na esperança que ele me leve para um clube, tá certo que eu já tô um pouco passado de idade, mas quem sabe.

Osni: Acho porque é pegado mesmo, e assim o Claudio é boleiro, ele sabe como xingar, ele fala tua língua.

De fato, as expectativas geradas por um modelo que simula um treinamento podem também ser motivos de frustração⁹⁷, mas minha sensação, apoiada no estudo de Thomassim (2010), indica que é pouco provável que os jovens se levem a sério nessa pretensão.

Outro fato que considerei relevante foram outras formas de participação que não necessariamente aquelas esperadas pelos gestores do PELC/Pronasci. Apresento abaixo um excerto de minhas recordações do campo de pesquisa e depois minha conversa com um dos bolsistas⁹⁸:

Há um grupo que está inscrito para atuar no grupo de futebol da praça, mas que eu sabia que quase nunca joga, e hoje lá estava o grupo sentado ao lado do campinho conversando. Fui ao encontro deles, cumprimentei a todos e me sentei com eles. Eles davam muitas gargalhadas dos erros nas jogadas: “Olha só que perna de pau”, “Larga que tu é muito ruim”, “Tu vai aparecer no Esporte Espetacular no Bola Murcha”. Riam dentro do jogo. Em tom de brincadeira, perguntei para Nathan se eles iriam deixar a preguiça de lado e jogar junto ou se continuariam ali sacaneando a galera que jogava. Nathan, assim como os demais, no primeiro momento só deu gargalhadas, mas logo Nathan respondeu: “Não era, esse joguinho não era. Eu estava jogando um pouco antes de tu chegar mas eu cansei... Está mais divertido aqui.” [Recordações de campo, 23 out. 2009].

Damico: Silvano, me diz uma coisa: como esses jovens fazem para ter dinheiro?

Silvano: Muitos trabalham... A maioria... Te digo assim, que parcela significativa deles, boa parte deles, assim, se vira... Pra suprir as suas necessidades imediatas.

Damico: Mas faltam também porque, pelo menos o que eu acompanhei mais o grupo da escola, eles faltam porque muitos têm que trabalhar...

Silvano: Vão vender doce com a família, trabalham com o pai na obra, vão fazer panfletagem. Alguns trabalham até formalmente mesmo, mas conseguem dentro de seu horário de trabalho ir participar das atividades, mas tantos outros trabalham informalmente...

Damico: Então não se pode dizer que eles estão vadiando?

Silvano: Não, claro que não, porque a partir do momento que... Eles, por exemplo, ficam duas, três semanas lá em atividade com a gente, somem uma semana porque

⁹⁷ Arlei Damo (2007), em seu extenso estudo sobre a formação de atletas profissionais de futebol, demonstra o alto grau de concorrência na carreira e as dificuldades para alcançar uma equipe profissional.

⁹⁸ Entrevista, Silvano, bolsista, 20 dez. 2010.

vão atrás do dinheiro e voltam. Isto aí pra mim não é vadiagem, então eles esperam aparecer oportunidade pra conseguirem uma grana.

Damico: Se não tivesse o PELC a vida deles continuaria normal?

Silvano: Continuaria. Eles também continuariam correndo atrás de dinheiro.

Damico: Iam jogar futebol também de vez em quando?

Silvano: Pois é, mas eles jogam, eles nunca precisaram do PELC pra jogar futebol, eles sempre jogaram futebol. Sabe, na minha opinião, eles nunca precisaram do PELC. O PELC está ali pra estabelecer regras, regras de conduta, como que eles devem se comportar, mantê-los ali...

Damico: Mas eles obedecem as regras?

Silvano: Algumas vezes sim, outras não, tanto que eles... A maioria dos jovens que participam principalmente do grupo de futebol, a maioria sempre jogou futebol sem o PELC lá. Eles mesmo se organizam, fazem seus campeonatos, seus torneios, jogam na praça no final de semana, eles mesmo diziam para mim: “Bah Silvano... a gente cansa de vir aqui jogar de madrugada, de noite, às vezes a gente se reúne aqui, a gente pega uma bola e vem jogar, faz nosso futebol aqui”. Tinha vezes que não tinha atividades do PELC no final de semana e nós, segunda-feira, quando nos encontrávamos de novo, eles vinham relatar de torneios de futebol que eles participaram, que eles organizaram um timezinho ali e participaram.

Os excertos acima indicam que os jovens qualificados como vulneráveis, que são público-alvo do PELC/Pronasci no Guajuviras, não são simplesmente sujeitos passivos diante das ofertas que lhes são oferecidas. Ao mesmo tempo, esses programas partem de um desconhecimento do universo da periferia e de suas necessidades. As formas de *se virar* para conseguir dinheiro para qualquer uma das necessidades que possamos imaginar sobrepujam qualquer compromisso definido pela agenda estatal.

Entretanto aqueles jovens que participam sem participar, ou seja, estão inscritos mas ficam do lado de fora, acabam por colaborar com a avaliação do PELC/Pronasci, uma vez que esta se reduz ao número de participantes.

Importa, nesse caso, criar sinergias em torno da coesão dos participantes de um grupo ou coletividade em prol de um objetivo comum – o combate à criminalidade – através de uma política de inclusão. Alfredo Veiga-Neto e Maura Lopes esclarecem:

Em suma, toda a discursividade *das e em torno das* políticas públicas pode ser compreendida como estratégica para o governo das populações. Mas, se nas campanhas públicas o acento se coloca no discurso, nas políticas de inclusão o acento é colocado na própria materialidade dos corpos. E, ainda que o discurso tenha sua própria materialidade, a sua volatilidade contrasta com a forte densidade dos corpos mobilizados pelas políticas de inclusão. Tal mobilização que elas buscam promover tem por objetivo colocar todos “sob um mesmo teto”. Quando se fala em mobilização e em “sob o mesmo teto”, está-se referindo tanto a um espaço físico – seja ele *stricto sensu* institucional (escola, empresa etc.), familiar etc. – quanto a espaços simbólicos – cultura, identidade, classificação diagnóstica. (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 258).

Outro aspecto dos processos de governamentalização é de que eles se constituíram na articulação das tecnologias de si e de dominação sobre os outros. A mobilidade dessa dobra conceitual evidencia-se, por exemplo, na síntese foucaultiana de que o poder se exerce como condução de condutas: “A ‘conduta’ é, ao mesmo tempo, o ato de ‘conduzir’ os outros [...] e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade” (FOUCAULT, 1995, p. 243-244).

No caso das pequenas resistências ou escapes dos jovens, estariam localizados no âmbito de um campo de probabilidades de conduta entre as quais está o reconhecimento da liberdade. Assim, poder e liberdade não se definem por uma relação de exclusão, segundo a qual o exercício do poder implicaria a neutralização ou o desaparecimento da liberdade. Ao contrário, nesse jogo a liberdade aparecerá como condição de existência do poder (FOUCAULT, 1995, p. 244).

A correspondência mútua entre poder e liberdade constitui os dispositivos de gestão da vida e das políticas de segurança, através de processos de governamentalização.

Entendo que é justamente esse jogo de certos limites à dominação que força a necessidade de o poder ativar movimentos permanentes de regulação, em uma espécie de inacabamento compulsório das relações de poder e, ao mesmo tempo, da vitalidade que as caracteriza.

3.5 Fechando o cerco

O aumento no número de pessoas presas tem sido considerado um dos fenômenos mais desconcertantes em boa parte dos países ocidentais. O próprio Michel Foucault previa que aconteceria o contrário, ou seja, que os mecanismos punitivos seriam suavizados e, nesse sentido, a prisão deixaria de ser o espaço terminal do poder. Ocorreu que, apesar de terem sido criados outros tantos dispositivos de segurança mais sutis, a prisão se reatualiza sobre a base de interesses comerciais, pela pressão da mídia e de *experts* que defendem que o problema da criminalidade do Brasil é a falta de vagas nos presídios.

Nesta seção, abordo de modo sintético algo que ainda não aconteceu, mas que vem sendo objeto de discussão: a instalação de um presídio no *Território de Paz* do bairro Guajuviras.



Figura 21 – A governadora Yeda Crusius e o prefeito Jairo Jorge discutem o local a ser instalado um novo presídio no Guajuviras

Loïc Wacquant, em seu modo sempre contudente, explica as razões para a vontade dos governos em aumentar o número de presos:

[...] expandir o Estado penal lhes permite, em primeiro lugar, abafar e conter as desordens urbanas geradas nas camadas inferiores da estrutura social pela simultânea desregulamentação do mercado de trabalho e decomposição da rede de segurança social. Também permite que os eleitos para cargos majoritários contenham seu déficit de legitimidade política com a confirmação da autoridade estatal nessa limitada área de ação, em um momento no qual têm pouco mais a oferecer a seus eleitores. (2001, p. 203).

Frustrando as expectativas daqueles que como Foucault acreditavam na racionalização e na suavização do sistema penal, por meio de um Estado tutelar em que as instituições de controle do crime tornar-se-iam centros abertos de tratamento, testemunhamos o retorno de práticas criminais centradas na figura do Estado punitivo, caracterizado por práticas penais violentas e discriminatórias.

Para David Garland (2001), o Estado busca combater os inimigos do território e para tanto aplica uma tecnologia de controle altamente moderna e cara. A punição exemplar e severa une-se à tecnologia eletrônica de vigilância – essa é a tendência que parece consolidar-se. Zygmunt Bauman (1999) também considera, nessa mesma direção, que a globalização provoca a mobilização em massa de capital, de informação, de tecnologia e de pessoas com a mesma intensidade com que mobiliza importantes parcelas da população, por meio do encarceramento e da exclusão social.

Quando começaram a pipocar as notícias sobre o presídio no Guajuviras, fiquei me perguntando: Como se conectaria a prisão com os outros dispositivos de segurança que vêm sendo implementados no Guajuviras? Que crença o prefeito e seu secretário de segurança colocam em um presídio? Qual a reação da população diante dessa notícia? Que efeitos de verdade estarão sendo produzidos? Certamente não poderei responder a todas essas questões, mas ficam aí para refletirmos.

Trarei algumas considerações para efeito de discussão: Em que se sustenta a confiança do sistema prisional para controlar as sequelas da marginalidade e da desordem urbana brasileira, uma vez que o estado das cadeias do país está bem longe da imagem de instituições judiciais voltadas a alguma proposta de reabilitação do apenado?

Num dos encontros do grupo focal que realizei em 2007 no Guajuviras, as jovens participantes disseram assim:

Damico: Vocês falam de várias pessoas que vocês conhecem que já estão presas, vocês tem medo de serem presas também?

Vanessa: Não porque a gente já está. Inclusive no portão da nossa escola está escrito “Carandiru”.

Damico: Como assim? Por que Carandiru?

Vanessa: Sei lá. Acho que é mais no corredor das oitavas ali, que é fechado com grades.

Ana Paula: Porque vive fechado. Quando a gente sai para o recreio e quer voltar não pode, eles fecham as grades.

Damico: O que vocês sabem do Carandiru?

Franciele: Carandiru foi o nome dado a uma prisão, se não me engano em São Paulo ou no Rio de Janeiro. Que daí ela foi-se, quando terminou a prisão foi feito um filme.

Tatiane: Teve uma revolução lá dentro e mataram bastante pessoas e poucas saíram vivas e depois explodiram o Carandiru.

Damico: E pelo o que vocês sabem do Carandiru, o que aqui na escola se aproximaria do Carandiru e o que vocês acham que tá distante do Carandiru?

Franciele: Pra mim, que tá igual, o muro que foi colocado e as grades. E nos somos parecidos, porque nós somos uns terrores.

Damico: Então quando, retomando aquela pichação da escola, então quando teve essa pichação Carandiru?

Vanessa: Nenhuma, porque antes mesmo de picharem ali na frente, as pessoas já disseram quando foram feitos os muros e a grade, esse aqui é o novo Carandiru, todo mundo vai ficar preso no colégio. A saída única é o muro. Aqueles que não querem estudar ou têm um professor que eles não gostam, a primeira coisa que eles fazem é pular o muro, que é o que eles teriam que levantar. No caso, não podem nem entrar e nem saírem por lá.

As jovens participantes chamam a atenção para uma comparação feita pelos/as estudantes, relacionando a escola ao presídio do Carandiru, um lugar onde os “terrores” devem ficar gradeados e murados, ao mesmo tempo em que a única saída é o próprio muro ou a morte dos presos. O sistema penitenciário brasileiro, pelos padrões ocidentais contemporâneos, tem o que de pior se pode esperar. As prisões no Brasil padecem de doenças que lembram os calabouços feudais. Seus prédios são tipicamente decrepitos e insalubres, com concreto desmoronando por toda parte, pintura descascando, encanamento deficiente e instalações elétricas defeituosas, com água de esgoto correndo pelo chão ou caindo pelas paredes. A ruína física e a grotesca superlotação criam condições de vida abomináveis e uma situação catastrófica em termos de higiene, diante da total falta de espaço, ar, luz, água e muitas vezes comida.

Entre as várias contribuições que a obra *Vigiar e Punir* deixou, uma das mais inovadoras, embora menos controversas, foi a forma pela qual Foucault tentou explicar o papel da prisão na sociedade moderna. Ao invés de se prender às justificativas que o próprio discurso jurídico cria em relação à prisão (correção do criminoso e reintegração social, contenção do crime etc.), Foucault atribui à prisão a função de produzir a própria delinquência, que por sua vez tem uma utilidade que é tanto econômica como política.

Reproduzo, abaixo, uma matéria jornalística com as posições dos principais atores que propõem a nova prisão no Guajuviras⁹⁹.

PRESÍDIO EM CANOAS É DEBATIDO NA CICS

Ana Pellini e Alberto Kopittke abordaram o modelo de PPP

Canoas/RS – A instalação de um moderno presídio em Canoas, através de uma Parceria Público Privada, a chamada PPP, e seus diferenciais em relação ao atual sistema prisional, foi o tema abordado durante reunião-almoço promovida nesta terça-feira (20) pela CICS - Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas, e que contou com as palestras da Secretária Geral de Governo do Rio Grande do Sul, Ana Pellini, e do Secretário Municipal de Segurança Pública e Cidadania de Canoas, Alberto Kopittke.

“Estamos propondo uma mudança de paradigmas. Não mudar apenas os prédios, mas também a maneira como estas casas prisionais serão operadas. Serão presídios que trarão mais segurança para as cidades, e serão operados dentro de um sistema totalmente tecnológico”, ressaltou Ana Pellini.

O setor privado irá contribuir na administração e na conservação do sistema, seja com a formação profissional dos detentos, até a recolocação no mercado de trabalho dos mesmos. “A concessão dos serviços será de 27 anos para as empresas interessadas, que terão vantagens fiscais para aderir à PPP. Além do mais, haverá um incentivo às empresas que quiserem se instalar no Distrito Industrial Guajuviras, e diferenciais para aqueles que usarem a mão de obra dos apenados”, explicou Ana.

⁹⁹ Artigo de 21 abr. 2010, disponível em: <<http://www.jornalnh.com.br/site/noticias/policia,canal-8,ed-6,ct-502,cd-255144.htm>>. Acesso em: 28 set. 2010.

SEGURANÇA COM DESENVOLVIMENTO - Kopittke destacou a intenção do município em realizar um trabalho que sirva de modelo com a instalação do novo presídio, trazendo este novo conceito de segurança aliada ao desenvolvimento para a pauta dos debates. “Desde o início de nosso governo assumimos este compromisso de enfrentar os problemas e contribuir para suas soluções. Neste momento temos que deixar de lado as disputas partidárias e pensar naquilo que é melhor para o município e para o Estado”, disse Kopittke.

O secretário destacou que a questão do sistema prisional deve ser avaliada pelos municípios, pois são neles que vivem os presos e suas famílias. Canoas tem, hoje, uma população carcerária de aproximadamente 1.140 pessoas em vários presídios. Kopittke afirmou que, além de trazer estes detentos para mais próximo de suas famílias, a criação do espaço ajudará a viabilizar o Parque Industrial da Guajuviras. “Os empresários se beneficiarão desta parceria através de isenções e descontos no ICMS, podendo contratar os detentos pagando um salário mínimo mais 10% para um fundo penitenciário. E também será bom para todos os canoenses, pois receberemos R\$ 18 milhões em contrapartida”, ressaltou Kopittke.

NOVO MODELO – Presente à reunião, o prefeito de Canoas Jairo Jorge disse ter certeza que o projeto será salutar para Canoas e que, através destas parcerias entre município, Estado e iniciativa privada, se inicia um novo modelo para todos, observando-se sempre os pontos de convergência, e não apenas as diferenças. “Infelizmente, ainda temos esta visão, que é a de muitos prefeitos, de não querer os presídios, de dizer que isto é problema do Estado. Vejo como uma hipocrisia pedir mais segurança, mais policiamento, e não querer assumir esta parte de dar um lugar para onde estas pessoas possam cumprir suas penas. Canoas aproveitou esta oportunidade dada pelo governo do Estado para se beneficiar, e criar aqui um modelo mais digno para todos os cidadãos, estejam eles presos ou não”, complementou Jairo Jorge.

O ideário da ressocialização do criminoso, de um tratamento humanista do condenado, perdeu terreno e vem se tornando cada vez mais formalista. Esse conceito pode estar contemplado nas legislações, mas é sistematicamente corroído pelas práticas institucionais. É cada vez mais evidente que a gestão da pena de prisão tornou-se um problema de custos e de manutenção interna dos estabelecimentos de encarceramento, o que fez crescer de modo contundente as práticas punitivas no interior das prisões. De um lado, isso se expressa na transformação dos condenados em seres que não podem onerar a vida do contribuinte, devem se tornar úteis, pagar seu tempo de prisão, não para que se tornem virtuosos e regressem para a vida em sociedade como trabalhadores – como rezava a antiga cartilha do tratamento penitenciário –, mas simplesmente para tornar a máquina da administração penitenciária um fardo mais leve para o cidadão que paga impostos. Essa perspectiva utilitarista do preso como responsável pela amortização dos custos que ele representa abriu espaço para que a iniciativa privada avançasse nesse setor, tanto na construção como na gestão direta das prisões.

De acordo com Foucault, projetos de reforma sempre acompanharam a prisão desde que se tornou local destinado à correção dos criminosos. Para ele, tais projetos se constituem parte da própria dinâmica da existência da prisão e algo que explica até sua longevidade, desde que se tornou a forma predominante de pena nas sociedades modernas. Qualquer

projeto de reforma da prisão nada mais faz do que revitalizar a prisão como arquétipo da sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1987).

Vários autores (CHRISTIE, 1998; LINS E SILVA, 1991; PASSETI, 1999) entendem que a história do sistema prisional se confunde com as injustiças contra presos, dos erros judiciários, do cálculo das penas, da tortura nos interrogatórios, e das múltiplas revisões das penas. O desrespeito contra os direitos humanos dos presos é acompanhado por quase que total desatenção com as vítimas. Uma vez que não se investe em processos que o Estado assuma alguma indenização, mas na manutenção de um sistema de vinganças, transformando-a em um declarante a justiça, como fração do inquérito que nutre um sistema punitivo de alto custo e em crescente ampliação.

Conforme Edson Paseti:

O sistema penal contemporâneo dirige-se para o controle dos diferentes, produto de uma sociabilidade autoritária capitalista ou socialista, sob a democracia ou fascismo, que não suporta aqueles que pretendem interceptar e que anunciam, segundo Antonin Artaud, verdades que são insuportáveis para a sociedade. São loucos, miseráveis, pobres, prostitutas, homossexuais, crianças e jovens infratores, grupos religiosos, raças, etnias e até populações (1999, p.62).

A proposta da implantação de uma prisão no Guajuviras, articulada a todos os outros dispositivos de segurança já em ação, funcionará no sentido de produzir o medo que falta, ou seja, o Estado te oportuniza várias possibilidades para que você possa ser um cidadão integrado, participativo, enfim *do bem*. A prisão, entre outras funções inerentes a ela mesma, cumpre o papel de manter os cidadãos de bem resignados e inibe atitudes consideradas desviantes.

Num cenário de hegemonia dos discursos de aumento das penas, de expansão do sistema carcerário, de uso de tecnologias para vigiar os presos em regime semiaberto, surge a alternativa dos abolicionistas penais. Nas palavras de Edson Paseti:

A abolição da punição é vista na sociedade disciplinar e de controle como utopia, uma bela utopia a ser compartilhada, e é desta mesma maneira que muitos tratam o fim da penalização, como algo nobre que anuncia o futuro, mas que deve ficar para este mesmo futuro. Alguns dizem que será no interior da utopia igualitária totalizadora que as crianças deixarão de ser propriedade dos pais, que o pátrio-poder se dissolverá em nome da responsabilidade social e que, portanto, poderemos educá-las com vista à realização do talento de cada uma. Outros, como Richard Rorty, têm a esperança de que os cidadãos não façam mal aos necessitados utilizando privadamente os recursos a eles destinados. Espera-se uma solidariedade criativa, uma sensibilidade que não marginalize os diferentes e que encontre um *metavocabulário* que englobe todos os vocabulários, todas as maneiras de julgar e sentir. Entretanto, não esquecendo que o novo encontra-se no interior de uma ordem, devemos lembrar que muito do que se afirma socialmente independe das supostas determinações ou esforços reformadores. Para nós, que sabemos que os efeitos de dominação são unilaterais e que as relações de poder são reversíveis, importa

investir na invenção de uma micropolítica que não subestime a política do Estado. (PASSETI, 1999, p. 59).

Os/as jovens que moram no Guajuviras são habitantes da prisão a céu aberto, mas também podem ser pensados como habitantes da cidade invisível de Anastácia, o personagem de um maravilhoso texto de Ítalo Calvino:

A três dias de distância, caminhando em direção ao sul, concentra-se Anastácia, cidade banhada por canais concêntricos e sobrevoada por pipas. Eu deveria enumerar as mercadorias que aqui se compram a preços vantajosos: ágata ônix crisópaso e outras variedades de calcedônias; deveria louvar a carne do faisão dourado que aqui se cozinha na lenha seca da cerejeira e se salpica com muito orégano; falar das mulheres que vi tomar banho no tanque de um jardim e que às vezes convidam – diz-se – o viajante a despir-se com elas e persegui-las dentro da água. Mas com essas notícias não falaria da verdadeira essência da cidade: porque, enquanto a descrição de Anastácia desperta uma série de desejos que deverão ser reprimidos, quem se encontra, uma manhã, no centro de Anastácia será circundado por desejos que se despertam simultaneamente. A cidade aparece com um todo no qual nenhum desejo é desperdiçado e do qual você faz parte, e uma vez que aqui se goza tudo o que não se goza em outros lugares, não resta nada além de residir nesse desejo e se satisfazer. Anastácia, cidade enganosa, tem um poder que às vezes se diz maligno e outras vezes benigno: se você trabalha oito horas por dia como minerador de ágata ônix crisópasos, a fadiga que dá forma aos seus desejos toma dos desejos a sua forma, e você acha que está se divertindo em Anastácia quando não passa de seu escravo. (CALVINO, 2007, p. 16).

Encerro esse capítulo – enquanto o desejo abolicionista não chega – avaliando que o que ocorre no Guajuviras é resultado de uma “obsessão securitária” que está expressa claramente no aumento dos contingentes policiais, no crescimento da população carcerária, na maior sofisticação dos equipamentos eletrônicos, numa ampliação dos poderes dos órgãos de controle e na disseminação de mecanismos de vigilância (SALLA, 2001).

Talvez aqueles que planejam o novo presídio devessem ouvir o que um dos jovens do grupo de discussão no Guajuviras disse sobre a possibilidade de um presídio ser instalado no Guajuviras:

Fabiano: Eu não sei pra que prisão no Guajuviras, basta cercar o bairro! (Grupo de discussão, Guajuviras, 9 out. 2010).

4 (DES)GOVERNANDO A VIOLÊNCIA EM GRIGNY CENTRE

Pode-se afirmar que, quando trocamos de cidade, nós nos encontramos na situação de um ator que, ao trocar de personagem, troca de iluminação, de cenário, de roteiro, de figurino, de idioma, de maneira de impostar a voz e, certamente, troca de público também. Ir viver em uma outra cidade significa sentir novos odores, adaptar-se a uma alimentação diferente, aprender a apreciar sabores desconhecidos, sentir mais ou menos frio, habituar-se a novos ruídos, redefinir a distância física em relação às outras pessoas, caminhar em outro ritmo, e, sobretudo, mudar sua maneira de olhar o mundo, a duração desse olhar, sua direção, profundidade e passar a ser olhado diferentemente. Habitar uma nova cidade, um outro país é como cumprir um ritual para passar de uma cultura a outra, de um idioma a outro. (ACHUTTI, 1997, p. 86).

Para garantir a segurança da população, tal como o liberalismo a formulou desde o século XVIII, faz-se necessário eliminar os riscos ou pensar formas de prevenir os riscos, o vir a ser, em nome da liberdade. Para Foucault (2008), liberdade e segurança estão no âmago dessa nova razão governamental. Pensar nas classes perigosas sem pensar em uma paz perpétua, ou ainda, sem pensar no que se denomina liberdade é, no mínimo, “perigoso”. Para o autor, o incentivo ao medo do perigo “é de certo modo a condição, o correlato psicológico e cultural interno do liberalismo”. E é categórico: “não há liberalismo sem cultura do perigo” (idem, 2008b, p. 91).

É a partir do alerta de Foucault que entendo a ênfase dos discursos trágicos sobre a violência urbana, tanto no Brasil como na França. Esses discursos são mantidos numa combinação da produção do medo (do sentimento de insegurança) e do *marketing* político da tolerância zero, que necessitam nutrir-se constantemente para se alimentar. Assim, declarar a guerra ao crime é um dos discursos políticos mais constantes e, sem dúvida, mais rentáveis eleitoralmente. Desse ponto de vista, é claro que a insegurança é menos um problema que uma solução, no sentido que ela faz bem para certas políticas ou certos mercados que se beneficiam da sensação de insegurança.

Como exemplo disso, vivenciei, quase dois meses depois de minha chegada à Paris, o lançamento, pelo presidente da França e alguns dos seus ministros (Educação, Interior e Justiça), de uma nova ofensiva sobre o tema da violência dos jovens (18 de maio de 2009). Eles prometeram um novo código penal de menores, uma nova lei para criminalizar as *bandas*¹⁰⁰ de jovens e a formação de unidades policiais para intervir nos meios escolares (*Le Parisien*, 2009).

¹⁰⁰ No Brasil de hoje, as *bandas* são conhecidas como *bondes*: grupos de jovens que se reúnem para cometer vandalismos, pequenos roubos e brigas com outros jovens.

As ofensivas do governo Sarkozy, em relação ao combate à violência dos jovens, ocorrem invariavelmente em momentos políticos determinados: a queda do governo na avaliação de sua popularidade ou próximo de eleições regionais e para o parlamento europeu (KOKOREFF, 2003).

Contudo, muito provavelmente, são as revoltas urbanas (os *eméutes*, como são conhecidos) que provocam grande apelo midiático e têm mais contribuído para produzir as diferentes ondas securitárias que ocorrem desde a década de 1980 na França.



Figura 22 – Confrontos com a polícia em *Grigny Centre*

As revoltas urbanas protagonizadas por jovens moradores das periferias na França têm diferentes dimensões, mas pode-se considerar que a principal é uma atitude política, dirigida a um adversário específico que tenha praticado injustiça ou discriminação: contra uma decisão da justiça ou contra comportamentos policiais ou institucionais, ou seja, em geral, contra o Estado e seus representantes, ou pessoas consideradas como tais.

A crise europeia dos dispositivos de redistribuição de renda, somada às discriminações étnico-raciais, fez com que uma parte crescente das periferias pobres urbanas desenvolvesse uma frustração que pode conduzir seja a comportamentos de reclusão, seja a comportamentos de agressividade em relação às instituições: escola, polícia, municipalidades e serviços públicos (WIEVIORKA, 1992).

Com relação a um tipo de violência que ocorria na sociedade industrial, essa se expressava nas relações sociais de exploração e nos confrontos entre operários e as forças (militares) de repressão. Agora, se exprime na violência das relações sociais de exclusão que confinam e classificam os grupos mais rejeitados pelo mercado e, ao mesmo tempo, pelo trabalho (os jovens oriundos dos meios populares) e pelo imaginário nacional sobre os jovens oriundos da imigração (DUBET, 1987). As revoltas urbanas, desse modo, têm na França uma dupla dimensão social (frustração, marginalização) e étnica (discriminação, rejeição), que

têm como alvo privilegiado o Estado e seus representantes. Busca-se menos contestar sua autoridade do que denunciar sua incapacidade de garantir para todos uma mesma participação social, econômica e simbolicamente prometida pela república francesa: cantada em verso e prosa no trinômio liberdade, igualdade e fraternidade.

Na França, os bairros periféricos visibilizam o abandono e a marginalização de uma população que se vê *impedida*, ou bem *excluída* de um modo de vida próximo dos padrões da classe média, que é apresentado como acessível a todos pela comunicação de massa, e de fato culturalmente desejado pela maioria da população (DUBET, 1992; CASTEL, 2008).

Nas palavras de François Dubet (2003, p. 36), “a França habituou-se às revoltas urbanas, às violências escolares e ao desemprego endêmico; a imagem da classe operária apagou-se por trás daquela de novas ‘classes perigosas’, encarnadas pelos ‘jovens das cidades’ [*cit  *]¹⁰¹”.

As revoltas de jovens ocorrem na maior parte das vezes após intervenções policiais (WIEVIORKA, 1999, p. 31). As frequentes abordagens de jovens ou as intervenções policiais que resultam na morte de um jovem desencadeiam atos de protesto ou de rebeldia, que podem resultar em outros delitos. São as abordagens repetidas, em um contexto de repressão aos pequenos conflitos causados por grupos de jovens, que provocam os atos de rebeldia, que por sua vez resultam em um delito que não existia anteriormente – frutos de um cotidiano de agressividade, racismo, provocações e rejeições (BONELLI, 2003, p. 3-4).

Sobre as revoltas urbanas, Silvie Tissot chama a atenção para o frequente deslocamento do foco do problema – a relação difícil entre polícia e jovens – para a questão social da periferia, dos bairros problemáticos. “Tudo passa-se finalmente como se a emergência do problema dos bairros [tidos como problemáticos] se operasse sobre a base de um esquecimento, ou melhor, de um recalcam  to: aquele do acontecimento desencadeador das revoltas, a morte de um jovem” (TISSOT, 2004, p. 64).

Enfim, tem-se como pano de fundo das revoltas urbanas a precariedade social e a falta de perspectiva de oportunidades equânimes para os jovens habitantes das áreas periféricas, como também o sentimento de injustiça face às experiências negativas com a polícia, de modo que as instituições também geram problemas de insegurança ao reproduzirem ações discriminatórias.

Sentimentos de exclusão e de injustiça, necessidade de expressar demandas sociais e cívicas em um contexto de desigualdade de condições e de tratamento institucional

¹⁰¹ O tradutor optou pelo termo cidade, no entanto coloquei entre colchetes *cit  * em função do sentido dado por Dubet na frase, que se refere aos grandes conjuntos habitacionais pobres localizados nas periferias francesas.

discriminatório parecem estar na origem das revoltas dos jovens na França (BODYGENDROT; DUPREZ, 2001, p. 384).

Conversando com um dos jovens sobre os motins, perguntei a ele:

Damico: Que uso poderia ter um motim no bairro?

Dayo: pode ser útil para certas coisas, se você queimar carros ou causar um tumulto no bairro, em relação à municipalidade... Eles vão dar alguns subsídios, para acalmar os mais jovens, vão oferecer-lhes uma mesa de biliar ou algum material para o centro de juventude... Você bate em cima da mesa e diz “Voilà, nós existimos”. Eles acreditam que ela é a única maneira de ser ouvido. Eles vivem num mundo de reuniões onde o *Maire* e os eleitos e de todos aqueles que têm voz. Quando os jovens estão irritados eles querem que algo seja feito para eles, uma viagem no verão ou outra coisa, por exemplo. [Recordações de campo, 12 jun. 2009].

O fragmento da fala de Dayo demonstra que os tumultos urbanos são, algumas vezes, tomados como possibilidade de obter e/ou reivindicar as coisas que eles teriam por direito. Entretanto, ainda que os jovens possam conseguir a curto prazo alguns pequenos ganhos, as medidas repressivas e punitivas não têm cessado de aumentar. Alguns autores franceses (FERRET; MOUHANNA, 2005; WACQUANT, 2008) acreditam também que a ampliação dos mecanismos jurídicos que tem ocorrido na França seria uma espécie de “populismo punitivo”.

Diante desse quadro, é possível pensar que as incivildades¹⁰² ou os pequenos conflitos entendidos como violência urbana, a partir de uma leitura *criminal*, possam produzir consequências sobre o próprio comportamento das populações atingidas pela repressão policial, por causa da possibilidade de alimentar frequentemente a espiral repressiva, criminal e revoltosa, particularmente dirigida aos jovens negros e árabes (PERALVA, 1998).

O modo como a maior parte da mídia divulga as situações, sejam elas de precariedade ou de conflito dos jovens habitantes das periferias, também contribui na construção das representações sobre todos os jovens como perigosos, revoltados, desrespeitosos e não integrados à cultura francesa.

Diversos autores (CASTEL, 2008; DUBET, 2003; BALIBAR, 2002) têm defendido que essas representações dos jovens periféricos como violentos, machistas, islâmicos radicais entre tantas outras, difundidas pelo Estado francês e pela mídia, fazem parte de uma construção cultural que interessa tanto ao mercado da segurança como ao mercado político eleitoral.

¹⁰² O termo incivildade é utilizado, principalmente na literatura francófona, como sinônimo de desordens, vandalismos, veículos queimados etc. (ROCHÉ, 2000). No Brasil, esse termo tem um uso mais restrito, ligado aos vandalismos como são consideradas as pichações.



Figura 23 – Capa da revista francesa *Paris Match*, com o título *A república em estado de urgência*, traz imagem de um confronto com a polícia em *Grigny Centre*

Para exemplificar alguns dos títulos das matérias da imprensa: *Bandas: o novo mal da cites; Jovens das cités, conhecidos por sua selvageria e sua religião - o islam; Os jovens e a ultraviolência; Hoje se mata por nada; Atos próximos da selvageria; Bandos: a espiral da ultraviolência.* [ver bibliografia].

As mídias, como instâncias pedagógicas, cada vez mais desempenham um papel importante nas estratégias de governo, entrando em conexão ou em choque com o poder estatal. Segundo Paul Rabinow e Nicolas Rose (2006, p. 29), trata-se de verificar a existência de “um ou mais discursos de verdade sobre o caráter ‘vital’ dos seres humanos, e um conjunto de autoridades consideradas competentes para falar aquela verdade; estratégias de intervenção sobre a existência coletiva em nome da vida e da morte” que não necessariamente se vinculam à presença do Estado.

O consenso criado na mídia e no seio do Estado francês não parece fazer sentido se confrontado com dados quantitativos que demonstram quase não existir crescimento nas taxas de delinquência constatadas nos registros oficiais e praticada geralmente por um público jovem. O que de fato cresceu assustadoramente foi a taxa de encarceramento na última década¹⁰³.

Na matéria abaixo, a socióloga Véronique Le Gouaziou defende que as estatísticas, ao invés de refletirem um aumento da delinquência, apontam sobretudo para uma ampliação do escopo judiciário. Diz a pesquisadora que em 1945, entre os jovens de 13 a 18 anos, 1 sobre 170 era objeto de inquérito, enquanto hoje é 1 sobre 30. Isso se deve à maior criminalização do código penal. **Mas as taxas aumentaram entre os jovens?** Segundo as estatísticas policiais, o número de jovens com problemas policiais passou de 80 mil na década de 1970 a 200 mil nos dias de hoje. Mas esse crescimento é absolutamente proporcional ao crescimento de delitos dos adultos.

¹⁰³ Ver seção 4.3 desta tese.

Então a lei cria o delito? O código penal é como uma comunidade, ele responde a um dado momento e define o que ele considera insuportável. A partir dos anos 1990 na França os poderes públicos engendraram um processo de judicialização da violência juvenil. [Journal Libération, 2009].



Figura 24 – Matéria do jornal *Libération*

Frente ao aumento do sentimento de insegurança e da emergência das revoltas nas periferias das grandes cidades, que ganharam grande repercussão nos meios de comunicação, a questão da insegurança ganhou relevância política e provocou o desenvolvimento de políticas locais de prevenção voltadas à segurança pública (SINNA, 2002, p. 61).

Cabe observar que, quando se trata de políticas de prevenção e segurança na França, tem-se um espectro que vai da abordagem social à abordagem securitária (repressiva) do problema da insegurança: são as políticas de prevenção social geral, que visam às causas da delinquência; as de prevenção social focalizada, que são orientadas para um público-alvo considerado de risco em relação à delinquência; e as de prevenção situacional, no cenário menos repressivo, que visam a dissuadir a delinquência e a proteger as vítimas por meio da vigilância do espaço.

As políticas de prevenção social na França elencadas acima representam, a partir dos anos 1980, muito mais uma continuidade do que uma ruptura. No entanto, desde que a questão da criminalidade invadiu o campo de intervenção, as atividades socioculturais vêm cedendo espaço para uma relação de maior repressão por parte do Estado francês. Assim, na última década, atos comuns entre os jovens periféricos, como as pichações, por exemplo,

foram sendo paulatinamente criminalizados, enquanto anteriormente eram da responsabilidade dos educadores sociais (LE GOAZIOU, 2004).

O tratamento dos pequenos delitos como assunto de segurança nacional, e de seus autores como inimigos de guerra, se faz notar especialmente sobre a juventude marginalizada, autuada sem ressalvas tanto nas ações dos *agentes da lei* como pelo sistema judiciário e pelos centros de internação.

O objetivo das seções que seguem é analisar as políticas de segurança em ação em *Grigny Centre*, desde aquelas a *céu aberto* – que são acionadas para educar, coibir, constranger e até mesmo provocar os jovens e suas possíveis insurgências – até as que são acionadas no âmbito das instituições que têm como função julgar e/ou aprisionar.

4.1 Politiques de la ville

As políticas contemporâneas de prevenção na França iniciam no final da década de 1970, a partir do relatório do procurador-geral da República, Alain Peyrefitte, intitulado *Respostas à violência*, sendo considerado o primeiro passo para a definição de uma agenda de segurança pública na França. Esse relatório sugere que é necessário lidar com a insegurança e com o forte sentimento de insegurança (MACÉ, 2002).

O documento é a constatação de um agravamento do sentimento de insegurança, ligado a um suposto aumento da criminalidade. Consta no relatório, ainda, que a repressão policial é cara e ineficiente, recomendando-se, portanto, outros métodos, como prevenção social e prevenção da criminalidade. A combinação de todos os intervenientes no domínio da segurança deve ajudar a promover uma nova solidariedade social. Enquanto a segurança continua a ser de responsabilidade do Estado, os municípios devem trabalhar juntos na prevenção do crime, coordenando as intervenções de todos os interessados. O território torna-se um conceito fundamental: a abordagem da segurança não pode ser dissociada do movimento de reestruturação territorial. A política pública é, portanto, caracterizada por *três Ps*: prevenção, parceria e proximidade (ROCHÉ, 2000, p. 101).

Durante a década de 1980, as políticas de segurança francesa estiveram estruturadas em torno da ideia de prevenção ao crime. Caracterizaram-se predominantemente pela abordagem local e sociopreventiva dos problemas de delinquência.

As ações de prevenção da delinquência estavam situadas num conjunto de políticas sociais globais da cidade (*politique de la ville*) num esforço contra a deterioração das

condições de vida dos bairros populares¹⁰⁴. O modelo de prevenção dos anos 1980 pode ser entendido como uma política de discriminação positiva em favor dos bairros desfavorecidos, com o objetivo de melhorar globalmente as condições de vida nos bairros periféricos e agir indiretamente sobre a delinquência – diferentemente do modelo de prevenção situacional anglo-americano, que busca dissuadir os delinquentes de seus intuitos, multiplicando-lhes os obstáculos (BODY-GENDROT; DUPREZ, 2001; CASTEL, 2007).

O objetivo foi consolidar em uma única estrutura as três áreas: habitação e ambiente, prevenção do crime e projetos de arquitetura. A institucionalização da *politique de la ville*, a partir de 1988, significou que a administração do Estado estava implicada em uma política de prevenção da criminalidade, mas que fosse orientada pelas autoridades locais.

A segunda fase da política francesa de prevenção da criminalidade começou na virada da década de 1990. A política de *prevenção da criminalidade* foi progressivamente integrada à *politique de la ville*¹⁰⁵.

A *politique de la ville* é um dispositivo que objetivou propor ações em diversos domínios, tais como a renovação das habitações, a melhoria dos espaços públicos e o desenvolvimento das atividades para ocupar os jovens com o esporte e o lazer. Essa política da cidade pode ser caracterizada como um conjunto de ações governamentais que objetivou modernizar os subúrbios urbanos e reduzir as desigualdades entre as regiões. Incluiu mudanças legislativas e planejamento urbano, em parceria com as autoridades locais, muitas vezes baseado em um contrato entre o Estado francês, o departamento¹⁰⁶ e o município.

A ideia de desenvolvimento local baseava-se em uma abordagem pró-ativa num processo de transformação que acompanharia a melhoria das condições locais, a longo prazo. Ele levava em conta as condições econômicas, sociais e culturais. O local de execução das políticas públicas depende da divisão administrativa, por vezes, sem correspondência com a *geografia humana*, pertencente à identidade e aos conflitos que possam surgir.

O território da cidade é fortemente marcado por uma diferenciação ou segregação, cujos marcadores caracterizam os bairros tendo conotações elitistas ou populares, pacíficos ou violentos, de boa ou de má reputação (DONZELOT, 2006). Com a *politique de la ville*, os bairros das periferias pobres urbanas na França transformaram-se e foram chamados de

¹⁰⁴ Segundo certos críticos, a *politique de la ville* perdia sua especificidade – ou seja, seu foco na questão da delinquência – ao ser uma política de prevenção da delinquência marcada por ações socioculturais conduzidas pelas estruturas municipais de animação e inserção social (SINNA, 2002, p. 84-86).

¹⁰⁵ Política da cidade.

¹⁰⁶ No caso de *Grigny Centre*, o departamento é *Essone*.

bairros em zonas sensíveis, bairros em dificuldade ou bairros difíceis, ou seja, foram transformados em uma categoria de ação pública:

Mesmo se o vocabulário da administração nunca foi plenamente estabelecido, esses bairros se tornaram uma categoria de apreensão dos problemas sociais, uma espécie de resumo e símbolo ao mesmo tempo de uma questão social, frequentemente evocada hoje através de um referencial urbanista. (TISSOT, 2007, p. 12).

Sendo assim, a captura da política urbana por uma lógica da segurança como ordenadora do espaço – em que figura centralmente a tese de que a boa cidade é a cidade segura e que, conseqüentemente, o urbanismo fornece suas ferramentas metodológicas para a segurança pública – foi uma tradição da política francesa pelo menos desde Le Corbusier¹⁰⁷ (*Carta de Atenas*, FREITAG, 2006). Cabe lembrar que isso não quer dizer que o urbanismo não contenha desde a origem a disciplina do corpo como uma de suas estratégias, mas sim que essa dimensão passa ao plano principal de intervenção e da própria narrativa.

Foucault toma o exemplo da reorganização da cidade de Nantes, no século XVIII, para analisar um dos traços dos dispositivos de segurança: sua relação com o espaço. O principal problema não é estabelecer o lugar específico de cada um ou onde cada um pode estar, mas a circulação. Garantir a boa circulação e reduzir os males que inevitavelmente a acompanham. São necessárias ruas largas atravessando os eixos da cidade para assegurar o comércio interno, articular as ruas com as rotas externas à cidade, permitir a vigilância, uma vez que, com o fim das cidades muradas, toda sorte de mendigos e criminosos começa a transitar pelas cidades, e também assegurar a higiene. Razões econômicas, políticas, sanitárias. E nisso é importante notar que saberes como a biologia e a economia se tornam necessários e requisitados para orientar a ação, nessa organização do espaço. As ruas começam a ganhar a importância que têm hoje, e seu simbolismo se deve muito à sua importância como campo de atuação de saberes e poderes que buscam assegurar e organizar a circulação dentro e fora das cidades (FOUCAULT, 2008a).

Se consideramos que tanto no século XVIII como hoje, excetuando desvios patológicos, a violência urbana expressa em grande parte os conflitos sociais latentes, compreende-se que o urbanismo traga para si a tarefa de combater a violência enveredando num esforço de propor *requalificações do espaço urbano* para banir a manifestação mais radical do caos e que contenha a intenção *apaziguadora* em seus objetivos. Assim fazendo, o urbanismo promove uma espécie de *despolitização da violência*, associando-a a fatores de

¹⁰⁷ Le Corbusier (1887-1965) foi um arquiteto e urbanista suíço, autor da Carta de Atenas, que continha uma série de princípios urbanistas desenvolvidos ao longo do século XX (FREITAG, 2006).

configuração ambiental e, com isso, dando a falsa esperança de que bastam soluções *urbanísticas* para resolver conflitos *sociais*.

Em *Grigny Centre*, e em outros tantos *banlieues* franceses, o que se observou foi que os sucessivos planos de *melhorias* urbanísticas terminaram por “produzir um processo de separação espacial que conduz as diferentes categorias sociais a viver – obrigadas ou livremente segundo os recursos de que dispõem – entre si (DONZELOT, 2006). Ou seja, é desse modo que houve uma evasão das categorias sociais economicamente em melhores condições e uma fixação daqueles grupos mais pobres (CASTEL, 2008). Sem contar os lucros das empreiteiras e dos bancos envolvidos nas estratégias de renovação urbana.

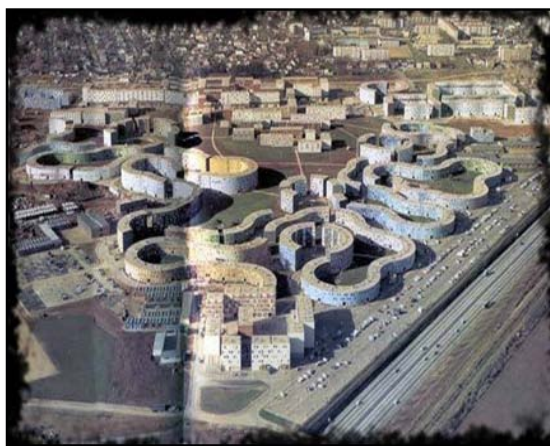


Figura 25 – Imagem aérea do bairro de *La Grande Borne* (*Grigny Centre*)

Várias intervenções urbanísticas em *Grigny Centre* foram baseadas num primeiro momento na ideia do *controle natural dos acessos*, que propunha um território claramente delimitado, com fronteiras embarreiradas (muros, grades etc.) e acessos reduzidos e estrangulados. Entretanto o urbanismo também modifica seus preceitos, como exemplifico através da minha recordação de campo.

Numa das muitas incursões que fiz ao lado de Amar Henni para encontrar ou buscar um jovem para o grupo, estávamos passando atrás do conjunto residencial de *La Grande Borne*, quando avistei algumas máquinas e tratores, perguntei a Amar: **O que será construído ali?** Ele me disse: *Damico, aqui vai ser construída uma escola.* Eu, ingenuamente, com aquela visão missionária da escola, disse: **que ótimo pelo que sei é bem importante para os jovens daqui.** Amar: *Tu nem imaginas o que foi essa negociação, a construção da escola ficou condicionada a que o Maire aprove abertura daquela ruela ali. Como assim? É por aquele pequeno beco que quando tem confronto com a polícia os jovens fogem!* Restou-me ficar calado e pensativo. [Recordações de campo, 14 nov. 2009].

As intervenções de desenho urbano incidem como modos de governamento sobre os territórios e as populações, promovendo formatos de território do tipo cidadela, fortemente delimitados e territorializados, com estrangulamento e limite de acessos fortemente vigiados.

Outra *politique de la ville* criada pelo Estado francês, como políticas de prevenção e segurança, foram as Zonas de Educação Prioritárias¹⁰⁸ (ZEP), com objetivo de superar as desvantagens educativas de crianças e jovens residentes em bairros sensíveis e as taxas massivas de fracasso escolar.

Alguns estabelecimentos escolares situados em bairros *sensíveis* como os de *Grigny Centre* receberam apoio financeiro e horas suplementares para os/as professores/as realizarem tarefas no contraturno escolar. No entanto, o fato de essas escolas serem nomeadas como especiais e serem destinadas para aqueles com maior fracasso escolar fez com que diminuísse as matrículas nas escolas ZEP, uma vez que boa parte das famílias buscava estratégias de evitar tais escolas. Alguns estudos, segundo Giblin (2008, p. 426), “demonstraram que estudantes escolarizados no ZEP tiveram desempenho pior em francês e matemática do que estudantes de escolas não zoneadas”.

De fato, a escola é considerada como um calcanhar de Aquiles nas relações dos jovens dos subúrbios, com as chamadas instituições republicanas francesas. De acordo com Robert Castel (2008, p. 50):

A escola republicana não exclui: ela acolhe sem distinção todos os alunos. Porém se ela não exclui, ela expulsa os que ela não conseguem integrar. E aqui a triagem não é feita aleatoriamente. Deste modo, dentre os alunos que abandonaram a escola sem nenhum diploma, 43% tinham os pais de origem magrebina.

A escola continua reivindicando seu funcionamento sob o princípio republicano da igualdade de chances e da promoção pelo mérito, mas mostra-se incapaz de garantir a paridade dos grupos sociais e de poder efetivamente realizar esse ideal. Dessa forma, a escola tem todas as chances de decepcionar até aqueles que creem nela.

Uma das situações mais impressionantes que experimentei no trabalho de campo tinha justamente essa combinação entre um jovem do subúrbio e uma escola republicana francesa:

¹⁰⁸ As ZEP foram criticadas por reunirem em torno de si o estigma de escolas para alunos problemáticos. Para o restante do sistema de ensino público francês, os/as estudantes são divididos pela Carta Escolar, que é o instrumento de zoneamento para distribuição dos/das estudantes nas escolas. Nesse zoneamento, as melhores escolas são aquelas que estão nos melhores bairros. Em Paris, seriam as escolas dos 7º e 8º *arrondissement* (região da cidade).

Nós estávamos perto do final do grupo de discussão. Quando Kalil entrou na sala, eu não estranhei muito porque não era a primeira vez que ele chegava tarde. Ao mesmo tempo, sempre ficávamos contentes – Amar, Sylvain e eu –, porque, mesmo chegando depois, ele sempre ficava muito sério e compenetrado. Só me chamou a atenção que ele estava com as feições muito tensas. Logo que o grupo acabou, ele se aproximou de Amar e pediu que eles conversassem em particular. Sylvain também acabou entrando junto na sala. Eu fiquei arrumando a sala me despedindo dos outros, mas curioso. Quase uma hora depois, Amar me chamou e Kalil contou o que tinha se passado, mais ou menos assim: *Eu estava com meus colegas na aula de informática e ao mesmo tempo chateando com um amigo no Skype. Esse amigo me perguntou o que eu faria se ganhasse na loteria, eu respondi que compraria uma bomba e explodiria a escola e todos que estavam ali, e caímos na risada. O professor que estava com a gente ouviu o que eu disse me chamou para fora da sala e me mandou falar com a direção. Logo depois, o conselho de disciplina foi convocado e hoje fui expulso, isso só faz uma semana, e faltam dois meses para eu concluir os exames e terminar o ensino médio.* Sylvain deu algumas sugestões e Amar disse que conseguiria outra escola para Kalil terminar seus estudos. [Recordações de campo, 18 dez. 2009].

A vigilância banaliza-se, torna-se hábito, passa a ser exercida pela coletividade integrando-se ao seu cotidiano, integrando aquilo que Wacquant (2008) chamou de *panóptico social*, percebendo esta como tendência generalizada. Quanto a esse aspecto, pode-se supor algum risco: a corresponsabilização pelo controle da segurança atribuída ao professor, por exemplo, se não for mantida dentro de níveis compatíveis com as relações de confiança no plano da vizinhança, pode incorrer no seu inverso: a desconfiança. Sendo ela associada à multiplicação e à dispersão da vigilância, o grau de desconfiança pode gerar um movimento persecutório muito perigoso para a vida social. Considerando que as relações sociais, e por conseguinte as relações escolares, consistem em complexas operações que agregam muitos fatores e valores, pode-se esperar que assuntos de diversas naturezas sejam misturados numa perigosa alquimia, na qual não mais se distinguirá o que é uma brincadeira do que é um assunto de segurança que mereça a punição exemplar, ou seja, a expulsão da escola.

Alfredo Veiga-Neto e Maura Lopes podem ajudar a esclarecer o jogo da educação francesa em relação aos jovens do subúrbio. Os autores alertam para a noção de que exclusão/inclusão fazem parte de um mesmo sistema:

[...] as instituições que garantem o acesso e o atendimento a todos são, por princípio, includentes, mesmo que, no decurso dos processos de comparação e classificação, elas venham a manter alguns desses “todos” (ou muitos deles...) em situação de exclusão. Isso significa que o mesmo espaço considerado de inclusão pode ser considerado um espaço de exclusão. Conclui-se que a igualdade de acesso não garante a inclusão e, na mesma medida, não afasta a sombra da exclusão. (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 958).

O que apavora um jovem como Kalil, que segundo os amigos do grupo tem ótimas notas e, talvez, possa chegar à educação universitária, é que, caso não consiga seguir estudando, seu futuro muito provavelmente será o desemprego, o qual começa em geral com a saída da escola, a menos que estes jovens não desistam de procurar empregos aleatórios e pouco atrativos e não optem pelo setor da economia informal ou da delinquência (CASTEL, 2008).

Quero ilustrar essa discussão com um trecho de um filme que teve ampla repercussão no Brasil. Trata-se do filme *Entre os Muros da Escola*¹⁰⁹, longa que retrata as dificuldades enfrentadas por professores franceses na educação de alunos pobres, imigrantes ou filhos de imigrantes, numa sociedade que não consegue, ou nem quer, integrá-los.

O sinal toca numa escola pública da periferia de Paris anunciando o início da aula. Os alunos entram na classe gritando, ouvindo música nos celulares, arrastando carteiras, brigando. O professor espera, pede silêncio, enquanto seus alunos retribuem com “cala a boca você; vai se foder”.

O professor François (protagonista) e outros colegas trabalham em uma escola de subúrbio. Eles deparam-se com o desafio da diversidade cultural e dos comportamentos decorrentes dela, que se confrontam na sala de aula em uma França contemporânea. François e a direção da escola atuam num ambiente de ensino repleto de normas e regras, dentro de uma ótica tradicional.

O filme apresenta a história de uma turma da sétima série durante um ano letivo. François Marin é um professor de francês vivido por François Bégaudeau¹¹⁰, e seu esforço em fazer com que seus/suas alunos/as incorporem o idioma francês culto é um dos pontos limites da trama e pode ser interpretado como uma espécie de “processo civilizador”¹¹¹ imposto a alunos/as de diferentes etnias. Marin muitas vezes parece se esquecer da enorme distância que há entre a sociedade francesa média e a juventude negra, africana, árabe, asiática e até mesmo francesa das camadas populares. A linguagem é o grande campo de batalha onde é travado o conflito cultural encenado no filme.

A obra sustenta-se, basicamente, através de longos diálogos que buscam retratar de maneira simples e espontânea as tensões vividas em sala de aula. É uma amostra contundente sobre o modo como a França trata seus cidadãos saídos de ex-colônias ou de outras realidades que os tornem desfavorecidos. Mais do que contundente, é um drama sufocante sobre uma

¹⁰⁹ *Entre les murs* (1998).

¹¹⁰ Que é também o autor do livro que deu origem ao filme.

¹¹¹ Conforme Norbert Elias (2002).

relação que, acima de tudo, é de poder, com uma perceptível barreira que se inicia no campo da língua.

François, o professor protagonista, a todo instante busca uma cumplicidade com seus alunos. Há, por exemplo, os imigrantes africanos que trazem para a sala um histórico familiar complicado e a dificuldade de adaptar-se a realidade controversa às suas; há o menino chinês que se esmera em matemática, mas vai mal em francês. O modo como François conversa com a turma dá a entender que, num ambiente tão heterogêneo, a única maneira de alcançar cada um dos alunos é falando-lhes individualmente. Mas o filme mostra que, antes de qualquer coisa, imperam ali relações de poder hierarquizadas. E François demonstra essa hierarquia através do uso social da língua.

E é nesse quadro que a luta pela defesa de uma dada língua francesa não encontra ecos entre os/as alunos/as simplesmente porque eles/as têm seu próprio modo de expressão verbal e não se identificam com a língua francesa considerada culta. É um problema cultural que se coloca diante da escola francesa, da língua francesa e do professor de francês, sendo também um problema social imediato.

Há uma grande convicção na França de que o sucesso escolar é a única via de promoção social e de integração naquela sociedade. Os/as jovens dos subúrbios oriundos da imigração, cientes dos valores que ela veicula, sabem que suas chances são mínimas se comparadas com jovens dos bairros centrais de Paris (DUBET, 2003, p. 63).

No entanto outra consequência nefasta dessa relação entre jovens do subúrbio e instituições escolares é o fato que, desde muito cedo, o fracasso escolar os torna mais vulneráveis aos dispositivos de controle e de segurança, pois passam a ser fichados se faltam muito ou se evadem da escola; seus familiares são constantemente constrangidos com visitas do serviço social; e ainda podem perder os subsídios sociais. Para Maura Lopes:

A inclusão, via políticas de inclusão escolares, sociais, assistenciais e de trabalho, funciona como um dispositivo biopolítico a serviço da segurança das populações. Ao estarem incluídas nos grupos, nos registros oficiais, no mercado de trabalho, nas cotas de bolsa-assistência, na escola etc., as pessoas tornam-se alvos fáceis das ações do Estado. Trata-se de ações que visam a conduzir as condutas humanas dentro de um jogo com regras definidas, no interior dos distintos e dos muitos grupos sociais. Tais regras não engessam as relações e nem mesmo as participações variadas da população e dos indivíduos em cada ação em que se mobiliza ou é mobilizada. (2009, p. 157).

As políticas sociais de inclusão, na contemporaneidade, passaram a ser uma das formas que os Estados, em um mundo globalizado, encontraram para manter o controle da informação e da economia.

A abordagem do conceito de governamentalidade, em Foucault (2008), demonstra que o governo das condutas dos homens não se restringe apenas a alguns setores, mas houve uma proliferação e intensificação do conjunto de técnicas de controle. Isto é, a razão do Estado encontra apoio em diversas instituições. É nessa medida que analiso a seguir outro grupo de intervenções em funcionamento em *Grigny Centre*, na lógica das políticas de prevenção.

4.1.1 Educadores sociais – animateurs

Vários dispositivos de intervenção foram criados com a intenção de promover a revitalização econômica, a melhoria das condições de habitação, a formação profissional ou de empregabilidade de jovens residentes em *Grigny Centre*. Além disso, esses dispositivos funcionam como parte da formulação de novas práticas de intervenção social: em resposta à *exclusão social*.

O governo criou cursos e carreiras para educadores/as e animadores/as sociais nos subúrbios, com objetivo de que esses/as novos/as colaboradores/as pudessem estabelecer relações de confiança que promovessem laços sociais, a participação dos moradores, apoio às iniciativas associativas e comunitárias etc.

Os/as educadores/as e animadores/as sociais ocupam uma posição estratégica em *Grigny Centre* devido ao conhecimento que têm do público-alvo e seu *savoir-faire* em termos de negociação e manutenção das redes sociais.

Do ponto de vista de sua atuação, os/as educadores/as sociais estariam situados/as na fronteira entre o campo da mediação social e de vigilância, com as atividades extracurriculares: esportes, atividades de lazer durante o período de férias escolares, atividades diversificadas, esportes recreativos. As intervenções obedecem a programas concentrados nas áreas de cultura e esportes. No caso da cultura, procura-se a ampliação dos laços identitários e o entretenimento da população, sendo priorizada a implantação de bibliotecas e centros de juventudes. Um segundo grupo de intervenções consistiu na ampliação da oferta de locais para a prática de esportes, na implantação de campos de futebol, quadras esportivas e piscinas, com a intenção de atrair a população jovem.

No início da década de 1980, o governo francês buscou selecionar os/as educadores/as sociais entre as lideranças dos próprios grupos de jovens, esperando que esses pudessem exercer controle sobre as *bandas* dos bairros. Apesar de as opiniões serem controversas quanto à adequação dos locais de recrutamento desses/as educadores/as, desde 1985 tal

prática é repetida e ampliada, com o recrutamento de novos “agentes locais de mediação social” (GENDROT; DUPREZ, 2001, p. 380).

Durante o período em que estive em *Grigny Centre*, conheci praticamente todos os equipamentos públicos¹¹² e boa parte dos/as educadores/as sociais. Com alguns, inclusive, pude manter longas conversas e entrevistas.

No Guajuviras – com a ressalva do pouco tempo que vigoram as políticas de segurança por lá – bolsistas, monitores e toda sorte de subcategorias têm a mesma função de mediação, mas são precarizados em termos de remuneração. Sabem que, provavelmente, seu tempo de atuação será muito curto, o que os torna reféns das disputas partidárias e das intenções dos gestores dos projetos. O contrário ocorre em *Grigny*¹¹³, uma vez que os/as educadores têm uma carreira mais reconhecida e a garantia de um tempo maior de permanência. A vulnerabilidade dos/as educadores/as em relação aos interesses estatais parece ser bem menor. Registro, abaixo, um dos diálogos que tive com um desses animadores sociais:

Damico: Abdala, como funciona tua relação com a Maire? Abdala: A relação é boa, porque eles sabem que farei tudo que puder para ajudar os jovens e que não farei nada que eu julgue que possa prejudicar os jovens. **Damico: Como assim?** Abdala: Aqui em *Grigny* a pior coisa é a traição. Eu conheço muito bem as regras do bairro, e não vou ferir essas regras para agradar A ou B, senão eu não poderia dormir à noite, ou até mesmo morar aqui. [Entrevista, Abdala, 23 jul 2009].

Nesses contextos, esses/as profissionais têm, em geral, desenvolvido uma ética e cultura profissional específica. Segundo o que pude perceber, tais trabalhadores/as sociais têm uma função fundamental no equilíbrio instável de *Grigny*, porque são capazes ao mesmo tempo de conter uma revolta ou produzir uma, de acordo com um julgamento hierarquizado da gravidade da situação.

Tive um bom exemplo do papel desempenhado por esses/as educadores quando fui convidado para um churrasco da Associação Vivacité:

Eu achei que fosse um churrasco de alguns amigos. Quando cheguei tomei um susto. Encostei-me num carro e fiquei vendo as pessoas chegarem. Tinha perto de 300 pessoas. Além da comida, completamente diferente do churrasco gaúcho, as mulheres estavam sentadas numa área completamente separada dos homens. Estavam lá os educadores sociais servindo e conversando com as pessoas. Não tinha

¹¹² Em relação aos equipamentos públicos de animação para jovens, *Grigny Centre* conta 11 equipamentos esportivos (uma piscina, oito ginásios e dois complexos esportivos externos), duas bibliotecas para jovens e um centro de juventude (GRIGNY INFORMATIONS, 2009).

¹¹³ As impressões que tenho dos educadores sociais de *Grigny* são influenciadas por Amar Henni, que foi um dos primeiros educadores de lá e que selecionou boa parte dos que estão ainda em atividade.

bebida alcoólica por causa da restrição religiosa. Em algum momento, sentei-se perto de Miguel, um dos poucos educadores brancos. Ele é filho de portugueses. Miguel conversava com um grupo de jovens sobre os problemas que *Grigny* vinha enfrentando com a proposta de aumento de impostos que o departamento estava insistindo em aprovar. Naquele ambiente festivo, eles discutiam as estratégias para uma manifestação que iria ocorrer nos próximos dias. [Recordações de campo, 18 jun. 2009].

As festas organizadas no âmbito das associações são, por vezes, oportunidades para os educadores estabelecerem contatos com a população residente, identificar os problemas locais ou recrutar voluntários para outros projetos de desenvolvimento da vida social nos bairros divididos.

As ações do governo francês nos últimos, com relação às periferias urbanas como *Grigny Centre*, indicam um endurecimento das medidas repressivas e punitivas. Ao mesmo tempo, vem diminuindo o número de educadores/as sociais: há 10 anos eram 43; ao final de 2009, restavam apenas 15. Os/as educadores/as sociais que se mantiveram têm sido duplamente pressionados, primeiro porque com o aumento da repressão policial está cada vez mais difícil convencer os/as jovens a se engajarem em determinadas condutas; e em segundo porque os/as educadores/as têm sido pressionados, pelos novos modelos de gerenciamento, a prestar contas de suas intervenções, estabelecendo uma corrida por resultados tangíveis (numéricos) que contribuem para a marginalização da prevenção social.

É preciso reconhecer que as políticas de prevenção dirigidas à juventude pobre são normativas. Mesmo com certo grau de independência, os/as educadores/as sociais de *Grigny Centre* prescrevem ou enfatizam normas, significados ou representações de condutas juvenis consideradas adequadas para um determinado tempo e espaço.

4.1.2 Eu costumo dizer aos jovens: comece a treinar, aprenda e depois, se quiser, pode ir embora

Até o início dos anos 1970, os bairros e os subúrbios populares foram relegados espacialmente, mas muitas vezes estruturados em relação às questões políticas, sindicais e culturais. Nesse sentido, um conjunto de práticas sociais de esporte e lazer esteve ligada ao que se convencionou chamar de uma solidariedade de classe, como jogar futebol, jogar boliche, pescar e as festas populares. A homogeneidade social desses bairros os inscrevia em oposição aos bairros burgueses, e reforçava uma “cultura” típica da classe trabalhadora (SUE, 2005).

Atualmente, essas áreas são consideradas de relegação espacial (CASTEL, 2007) e são frequentemente associadas à ideia de desintegração das camadas populares. Em função dessas representações negativas, diversos serviços privados e públicos desapareceram, como clubes esportivos, e a atividade comercial foi diminuída gradualmente. Para os moradores desses lugares, restaram as associações de bairro e os dispositivos municipais de animação esportiva de proximidade¹¹⁴. No entanto os *grandes conjuntos*, como são conhecidos alguns destes bairros dos subúrbios por suas edificações, não podem ser simplesmente caracterizados pela falta de sociabilidade coletiva. Eu diria, exatamente ao contrário, que lugares como *Grigny Centre* oferecem alternativas ao isolamento social e promovem a formação de relações de apoio e de sociabilidade (KOKOREFF, 2003).

Nesta subseção apresento, num primeiro momento, um quadro genérico das práticas de esporte e lazer em *Grigny Centre*, para depois analisar dois espaços implicados em incentivar, organizar e ocupar jovens através das práticas esportivas e de lazer: a Associação Vivacité e o Centro de Juventude, ambos criados no âmbito das *politiques de la ville* como equipamentos de prevenção à violência.

Depois da chegada da esquerda ao poder na França, na década de 1980, o esporte apareceu em relação aos jovens das periferias como um meio de canalizar sua violência e como modo de facilitar sua integração à sociedade francesa. Os jovens inseridos em equipes esportivas encontrariam outro meio social. A ideia é a mesma com que convivemos no Brasil sobre determinadas características que seriam intrínsecas ao próprio esporte, como disciplina, sociabilidade, autocontrole, entre tantas outras.

Em *Grigny*, pude observar uma diversificação das práticas esportivas. Mas me chamaram atenção alguns esportes que quase não existem no Brasil, principalmente nos meios populares, como *rugby* e hóquei sobre patins, além de esportes bastante comuns como futebol, basquete e as lutas.

Fatores como idade, sexo e a situação empregatícia são variáveis que colaboram para constituir determinadas práticas; atuam como linhas divisórias nas atividades esportivas dos meios populares. Os trabalhadores autônomos ou que têm atividades muito precárias enfrentam um ritmo frenético, ligando o tempo de trabalho (incluindo o tempo de deslocamento para quem trabalha em Paris, que pode durar até uma hora e meia) e o de uma vida familiar intensa. Como exemplos, um jovem de 29 anos que atua numa empresa de *telemarketing* ou outro de 24 anos, que atua de modo terceirizado numa empresa de telefonia.

¹¹⁴ Dispositivos municipais de animação esportiva de proximidade é uma linguagem nativa que resolvi manter ao longo do texto, bem como outras expressões que são resultados das ações públicas.

Conversei com eles durante o trabalho de campo, e ambos disseram que têm grandes dificuldades de se inserir nas atividades esportivas em função dos horários de trabalho. Essas restrições parecem ser mais visíveis como contingência das condições de trabalho impostas atualmente, que tornaram a atividade profissional caótica e irregular.

Somente os assalariados dos meios populares conseguem aderir mais regularmente às práticas de esportes: esses trabalhadores ou pequenos empregados que atuam no próprio bairro conseguem manter uma prática de caminhada, ginástica, natação, atletismo, esportes coletivos, principalmente futebol e basquetebol. Portanto sexo, idade e situação de emprego combinam-se para especificar as práticas e definir os perfis dos indivíduos que praticam o lazer esportivo em *Grigny Centre*.

Em termos de estatuto profissional, os indivíduos que procuram emprego sofrem um grau de ociosidade importante, associado à situação de desemprego. Apesar de terem um razoável tempo livre, eles dispõem de poucos meios para se engajar em práticas esportivas (MAURIN, 2004).

Para além dessa análise mais geral das disposições dos habitantes de *Grigny Centre* em relação às suas práticas esportivas, analiso a seguir dois espaços e que funcionam, no meu entender, como dispositivos de governo: trata-se da Associação Vivacité e o Centro de Juventude.

Estive diversas vezes na Associação Vivacité, que tem sob sua supervisão a animação de práticas esportivas, entre elas a musculação, a ginástica e as lutas (judô, *jiu-jitsu*, *wrestling*, boxe). A frase com que abro esta subseção é de Amhed (Jo, como é conhecido): “Eu costumo dizer aos jovens: comece a treinar, aprenda e depois, se quiser, pode ir embora”. Ele é um dos fundadores e grande responsável pelo funcionamento da associação que atrai centenas de jovens em torno de um ginásio instalado ao lado do bairro de *La Grande Borne*. Em uma matéria do Jornal *Libération*¹¹⁵, Jo afirma:

[...] As pessoas aqui, quando elas não conhecem, elas são desconfiadas e cautelosas e com razão, muitas pessoas já exploraram demais as pessoas daqui. Nossa associação trouxe muitos jovens que participam das atividades desportivas. Mas não adianta ter uma sala de *fitness* sem nada no cérebro, é inútil. Aqui, as pessoas trabalham com regras. [...] Um jovem, para não fazer besteiras, ele deve ter regras e dar um sentido à sua vida. Nós procuramos os jovens nas galeras. Há um trabalho de integração a ser feito mediado pelos esportes, para depois encaminhá-los para os

¹¹⁵ Como mostrarei nesta subseção, algumas matérias com notícias consideradas positivas sobre coisas que acontecem em *Grygny* são publicadas em jornais importantes, como o próprio *Libération* ou *Le Parisien*, fruto das redes de contatos sociais de Amar Henni ou de outras pessoas. A matéria feita com Jo foi assinada por Jacki Durand, importante repórter do *Libération* e um dos poucos que têm acesso livre à cidade.

profissionais com uma assistente social, as missões locais e os equipamentos de animação. [Journal Libération, 7 jun. 2005].

Esse depoimento foi dado por Jo¹¹⁶ pelo menos quatro anos antes de eu conhecê-lo e ele segue acreditando na filosofia do regramento e das normas como uma espécie de libertação dos jovens através do aprendizado que o esporte pode proporcionar. No entanto chama a atenção que Jo faz referência ao cérebro, ou seja, a inteligência valoriza a relação dialógica entre sua função de animador e o jovem.

Minha aproximação com Jo e outros educadores sociais e até mesmo com jovens era facilitada pelo modo como Amar me apresentava. Além de sempre repetir que eu fazia um trabalho de pesquisa semelhante ao dele, ele dizia que eu era professor de educação física e especialista em esportes. Eu me aproveitava, no bom sentido, para começar conversas sobre determinado esporte ou atleta que pudéssemos ambos conhecer. [Recordações de campo, 20 mai. 2009].

Quando o entrevistei, ele reforçou tais posições e, ao contrário das posições com as quais me deparei com os *animadores* do Território de Paz no Guajuviras, que defendiam as qualidades intrínsecas do esporte, Jo não cansava de dizer:

O esporte eu utilizo como meio, meio para o diálogo, meio para que eles não sejam presos ou façam besteiras, e meio quem sabe de mobilidade social. Aqui todos sabem das regras e os mais velhos ajudam os mais novos a cumpri-las. [Entrevista, Jo, educador, 6 jul 2009].

Jo define, sem rodeios, que é através de todo um código moral, combinado com um conjunto de técnicas disciplinares (dentre elas o exame permanente das condutas dos/das jovens), que a conduta moral dos/as jovens pode ser (re)construída. Michel Foucault define a técnica do exame deste modo:

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assumem no exame todo o seu brilho visível. (FOUCAULT, 2004, p. 154).

¹¹⁶ Dos todos os interlocutores, Ahmed (Jo) é o único que não utilizo um nome fictício. Uma vez que ele é uma figura bastante pública em *Grigny*, não adiantaria trocar seu nome. Entretanto estou respeitando nossa combinação em relação a assuntos, nomes e situações que ele solicitou que eu não publicizasse na tese.

A posição de Jo, como ídolo e liderança dos jovens, permite que ele possa coordenar um espaço que está todo o tempo sob o exame da vigilância. Aliás, entendo que a posição de sujeito que Jo ocupa é legitimada no campo das artes marciais, e não no discurso acadêmico da educação física. Diferente do ocorre no Brasil em relação à educação física enquanto uma área bastante consolidada, permitindo que seu discurso especializado seja hegemônico, na França a educação física restringe-se quase à educação escolar. Em outros espaços, como as associações, é exigida uma espécie de certificação¹¹⁷ de alguma área específica. No caso de Jo, ele é certificado em treinamento de artes marciais.

Julio Perciúncula (2007) considera que a filosofia do judô ocidental e atual, por exemplo, está muito mais próxima da filosofia cartesiana, do pensamento iluminista e da lógica liberal do que com as filosofias orientais antigas:

Ao considerarmos que o judô moderno nasce no período da europeização japonesa, na segunda metade do século XIX, é que podemos pensar no quanto esta prática guarda semelhanças com as práticas corporais européias que foram esportivizadas; o judô moderno é a esportivização do antigo *jiu-jitsu* e como os demais esportes modernos seu foco foi desde o início voltado para o controle da violência física, para a individualização e para a constituição de sujeitos auto-regulados, autônomos e autodisciplinados, em uma palavra autogovernados. (PERCIÚNCULA, 2007, p. 85).

Não por acaso, o Vivacité tem as artes marciais¹¹⁸ como carro-chefe entre suas atividades. Para produzir sujeitos autogovernados, as artes marciais fazem uso de toda uma metodologia de saberes que vão desde as cores das faixas – que diferenciam seus praticantes pelo nível de aprendizado – a códigos de conduta durante treinos e competições, código de honra que interdita as lutas fora das arenas próprias para esse uso, categorias divididas em função do peso e da idade dos praticantes, que conduz ao que François Dubet define como a ficção da justiça no âmbito esportivo (2003). Ou seja, há toda uma utilização de tecnologias disciplinares para a normalização e o desenvolvimento adequado de seus praticantes.

Nessa direção, as lutas esportivizadas representariam a capacidade de dominar o outro e abatê-lo. Entre os praticantes das lutas marciais, o exercício da violência física é submetido e controlado pelo respeito às regras relativas à preservação da vida do adversário, produzindo o orgulho de ser autocontrolado pela ética esportiva e colocando o conflito e a rivalidade em outra dimensão.

¹¹⁷ Na academia que eu frequentava em Paris, existia um quadro com um breve currículo de cada um dos instrutores. Um tinha diploma em preparação física, outro em treinamento personalizado e assim por diante.

¹¹⁸ Lutas ou esportes de combate, como tem se convencionado chamar na Educação Física Brasileira (FRAGA, 2010).



Figura 26 – Jornal informativo da Maire de Grigny Centre, com destaques aos feitos desportivos de atletas locais

Uma das dimensões a que Jo se referiu é a possibilidade de mobilidade social através do esporte. Do que conheço no Brasil em termos de projetos sociais, estes utilizam muitas vezes esse argumento sub-repticiamente como modo de alimentar o sonho de melhoria de vida dos jovens, mas quando são abordados diretamente defendem a dimensão recreativa da prática esportiva. No Vivacité, mesmo o esporte sendo definido como um meio, nas palavras de Jo, o treinamento visa ao esporte de competição¹¹⁹. É possível depreender que no Vivacité a hierarquia da aprendizagem está pautada na conduta, no treinamento e no corpo; o discurso sobre as possibilidades de prazer não encontra espaços numa cidade que está em luta contra o Estado.

Muitos sociólogos (BOLTANSKI, 1971; BOURDIEU, 1977; BERTHELOT, 1983), desde a década de 1970, têm se debruçado sobre as diferenças entre a cultura corporal das camadas populares e das camadas médias. Como um veículo de *habitus*, o corpo é a ferramenta de transmissão de disposições sociais e gostos e a ordem social é parte do corpo.

Nos subúrbios como Grigny, e em especial no Vivacité, muitos jovens valorizam o corpo musculoso, como um *capital* importante na orientação das escolhas das práticas

¹¹⁹ O Vivacité sustenta com orgulho campeões europeus de boxe, judô e jiu-jitsu, além de vice-campeão mundial de jiu-jitsu e vários campeões franceses de todas as modalidades.

esportivas, como os desportos de combate e os esportes coletivos viris, como o *rugby* (DUBET, 1987; LEPOUTRE, 1997).

“Eu costumava lutar muito antes, quando eu era mais jovem. Fiquei ainda mais forte do que sou agora, porque eu estava treinando o tempo todo: boxe tailandês, *jiu-jitsu* e *rugby*. Eu tinha que ganhar o meu lugar e agora as pessoas me respeitam muito. Eu sou um dos mais respeitados, por isso não tenho que lutar muito mais. [Nourredin, 26 anos].

Essa forma de respeito é criticada por Malik, que faz a distinção entre ser respeitado e ser amado. Ele diz que a relação baseada no medo é fácil perder e menos honesta do que o respeito que você ganha, porque as pessoas te amam “realmente” e os valores que você representa. Ele diz que o respeito é muitas vezes aplicado de maneira violenta e, portanto, unilateral. Enquanto a maioria dos outros jovens diz que é sempre o respeito recíproco, Malik é cético quanto ao grau de reciprocidade de uma relação em que um paga o respeito de alguém pelo medo. Seni, outro rapper e educador social, concorda com ele. Ele está preocupado com a tendência que os jovens respeitem os outros por causa do dinheiro que têm e não por causa de seu bom comportamento: “Eles respeitam, porque alguém tem correntes e cordões de prata, ele está valorizando a pessoa, sem saber realmente quem ela é.” [Comentários meus a partir de suas argumentações. Eles estavam falando ao mesmo tempo nesse momento e foi difícil transcrever as suas palavras exatas, por isso adicionei os comentários – Grupo de discussão em Grigny Centre, 20 jun. 2009].

A força física nos ambientes populares é sagrada e é muitas vezes para os homens jovens o último recurso que pode ser invocado para definir-se socialmente (POCIELLO, 1981). O uso de defesa física é inversamente proporcional aos meios de defesa social entre os jovens dos bairros considerados problemáticos.

Um dos aspectos necessários de abordar é que muitos atributos desenvolvidos a partir dos esportes de combate são marcadores tidos como masculinos: força, musculatura desenvolvida e frieza. Édison Gastaldo (1995) observou que, nos esportes de combate, sempre dominaram aspectos simbólicos que envolvem a construção da masculinidade.

Numa das minhas visitas, perguntei se as mulheres não poderiam participar das atividades, uma vez que eu só tinha visto homens. Um dos educadores responsáveis respondeu-me:

Claro que podem e participam, só que elas têm um horário que é só delas. **Por quê?** Pois não ficaria bem as mulheres fazerem atividades com os homens olhando. Muitas são mulheres casadas, mães de família, e até mesmo bem jovens e não seria correto homens e mulheres juntos. **Mas não tem mulheres lutadoras?** Tem sim, são aquelas que insistem muito, as mais guerreiras mesmo, senão não aguenta o treino. Tem que ter muita força de vontade. Essas logo se tornam campeãs. [Johan, 28 anos, animador Vivacité, 13 jun. 2009].

Fica claro que, no Vivacité, as mulheres jovens só conseguem ocupar um espaço de respeito se adquirem as características consideradas como masculinas, como superação, força de vontade e garra.

O Centro da Juventude é outro espaço de animação de *Grigny Centre*, onde fizemos todas as reuniões do grupo de discussão. Tem uma ampla sala de informática com pelo menos 12 computadores, uma sala com jogos de mesa como sinuca e fla-flu (pebolim), cozinha e refeitório e uma ampla sala de reuniões. Funciona como um espaço de convivência e debate entre os/as jovens. Os/as animadores/as do Centro da Juventude estão empenhados em organizar cursos e atividades esportivas para os/as jovens.

Lá, frequentam garotos de 12 anos em diante que vão usar a internet e até jovens adultos de 30 anos. As mulheres que frequentam o centro, ou são educadoras ou são jovens com cerca de 18 anos que participam do grupo de dança. Nunca vi nenhuma garota mais jovem durante os meses em que estive frequentando o centro.

Entrevistei três jovens do grupo de dança, e uma delas disse-me os motivos para essa participação menor de mulheres:

Por que as mulheres não frequentam mais o Centro?

Porque aqui em *Grigny* você tem que se cuidar, tem que se dar o respeito. Nós somos de certo modo obrigadas a andar em grupo, uma mulher jovem sozinha não é bem vista. E aqui no centro a grande maioria é de homens que passam o dia ali. Além do mais, nós temos outras coisas para fazer, a maioria de nós do grupo estuda, faz estágio ou trabalha. [Aima, jovem de 17 anos, 11 nov. 2009].

Grigny é considerada, por esta e outras jovens com quem conversei, uma cidade bastante vigilante com relação às mulheres jovens. Mas o que Aima disse sobre suas ocupações corresponde ao que Dubet (2003) salienta sobre o fato de as mulheres conseguirem manter-se mais tempo escolarizadas, mesmo as do subúrbio, que não se rebelam tanto com as normas e tradições da escola francesa, ao mesmo tempo em que suportam melhor as humilhações dos/das professoras/es em relação ao seu jeito de falar e de vestir. Parecem ter claro que o estudo pode possibilitar a saída do subúrbio para uma vida diferente das suas mães. O autor refere-se à situação das mulheres na França:

As mulheres dominam os serviços, são majoritárias na educação e na saúde, enquanto que elas não entram na produção, exceto como operárias sem qualificação, na política ou em outros setores que permanecem amplamente masculinos. Poderíamos falar de emancipação segregacionista ou de emancipação “sob tutela”. [...] Assim as mulheres jovens são as grandes beneficiárias da massificação escolar; mas ao mesmo tempo que elas são bem mais sucedidas que os rapazes, elas não se

orientam para formações mais lucrativas, especialmente as formações científicas. (DUBET, 2003, p. 40).

O conceito de trabalho de mulheres (*women's work*) é importante de ser aqui trabalhado na sua historicidade e nos seus aspectos relacionais com os homens. Podemos lembrar que muitos estudos feministas têm demonstrado que os percursos de escolhas profissionais convergem para profissões tidas socialmente como femininas, como professora, enfermeira, costureira e secretária, só para citar algumas. Em determinados contextos históricos, a atividade da mulher, em termos de trabalho, foi sendo, desde muito tempo, dirigida por um ideário que coincidissem com a *natureza* feminina, preferencialmente relacionada à esfera doméstica.

Os períodos em que as mulheres saíram das suas casas para atuar nas fábricas, como no início da Revolução Industrial e durante as grandes guerras, por absoluta necessidade econômica – seja por ausência de mão de obra masculina, seja por expansão das especialidades técnicas –, foram seguidos por reações que as obrigavam ao trabalho no próprio domicílio ou que caracterizavam as funções ocupadas por mulheres como de menor importância (MATOS; ALVES, 2006).

Vejamos o seguinte comentário de Maria Matias:

A revolução industrial não veio alterar esta ordem. O que a sociedade oitocentista descobriu com a nova consciência social vitoriana foi a mulher trabalhadora como objeto de piedade. No mundo pré-industrial, o trabalho da mulher, executado no lar, não interferia seriamente com as responsabilidades da mãe sobre os cuidados dos filhos e as obrigações domésticas. (2002, p. 3).

A análise feita por essa estudiosa feminista é exemplar para me fazer pensar que as relações de gênero, do ponto de vista de sua construção histórica e social, estão atreladas a alguns binarismos – dentro/fora, casa/rua, cuidado/não cuidado, público/privado – que sustentam uma nítida divisão das relações entre natureza e cultura. Essa noção essencialista vem carregada de adjetivos, como *dócil, frágil, paciente, maternal, nervosa e delicada* para as mulheres; já os qualitativos *forte, viril, duro, decidido e estável emocionalmente* são reservados para os homens.

Para Kurz (2000), são as mulheres que acabam sendo pressionadas a reproduzir a rotina doméstica no âmbito da família. Por outro lado, o aprendizado familiar garante a experiência necessária para que elas ocupem os postos do mercado de trabalho que estão associados ao cuidado com a casa: empregadas domésticas, diaristas, babás e faxineiras. Portanto, quando pensamos no esporte e no lazer das famílias pobres, não há como deixar de

considerar esse contexto. O tempo disponível pode variar em função do grau de obrigações que cada um dos indivíduos que compõem a família possui na dinamização das tarefas familiares.

Nesse processo, a lógica de exclusão das mulheres jovens nos bairros populares faz com que estádios e ginásios sejam tidos como espaços masculinos. Em algumas situações, à medida que as mulheres ficam mais velhas, especialmente após o período escolar e de educação dos filhos pequenos, pode ocorrer a retomada das atividades de lazer das mulheres. O lazer esportivo continua sendo um espaço reservado aos homens, especialmente os mais jovens. A onipresença masculina empurra as mulheres a permanecerem confinadas tradicionalmente à esfera privada, em especial nas famílias de tradição muçulmana.

As garotas de até 15 anos participam ativamente das atividades promovidas pelo Centro da Juventude, desde que aconteçam fora daquele prédio que é tomado por homens jovens. No entanto, com o avanço da idade, a maior parte das meninas abandona o esporte. O abandono das práticas esportivas pelas mulheres jovens é bastante parecido com o que ocorre nas classes populares brasileiras¹²⁰.

Uma das principais atividades promovidas pelo Centro são os campeonatos de futebol que, aos moldes do Vivacité, trazem orgulho para os habitantes de *Grigny*. Para os brasileiros periféricos, seria impensável que equipamentos públicos como o Vivacité e o Centro da Juventude pudessem realizar competições de nível nacional ou internacional do porte das que são realizadas em *Grigny*. Como o Campeonato Mundial de *Kicking Boxe*, em 2006, e o Mundial de *Jiu-jitsu*, em 2010, promovidos e organizados pelo Vivacité. Já o Centro da Juventude organizou em 2006 e 2010 em *Grigny* a Copa do Mundo de *Banlieues* (de fut-5¹²¹).

A opção colocada em ação pelos educadores do Vivacité, em relação ao aprendizado e ao treinamento esportivo em termos técnicos, é contrastante com a opção do PELC/Pronasci no bairro Guajuviras, em que se fez a escolha – pelo Ministério do Esporte – de abandono de uma perspectiva de aperfeiçoamento sistemático nas técnicas desportivas, optando-se pela ocupação do tempo livre dos jovens, para afastá-los das ruas, das más companhias. No Brasil, priorizou-se a socialização dos jovens através de uma suposta prática esportiva recreativa e prazerosa, na qual os monitores seriam agentes de mediação.

¹²⁰ A ampla investigação *Perfil da Juventude Brasileira* (organizada pela Fundação Perseu Abramo) aponta que apenas 3% das mulheres jovens brasileiras entre 15 e 24 anos praticam algum esporte, enquanto até os 15 anos são 34% (2005, p. 179).

¹²¹ Jogo semelhante ao futsal.

Não parece ser a questão central aqui definir se o esporte cumpre ou não com seus objetivos de socialização em uma ou outra maneira de concebê-lo. O que se destaca é que as práticas esportivas seguem servindo para as ações de Estado que buscam governar os sujeitos.

Voltando para *Grigny*, quero lembrar que, num dos excertos, Jo se referia a ir buscar os jovens nas *galeras*. Ou seja, há obviamente uma busca de normalização dos jovens que teriam se perdido.

Tal *desvio* é observado na França no caso de jovens que romperam com os quadros familiares e escolares e que encontram, no uso desproporcional da força, armas para enfrentar outros jovens e a polícia, como uma forma de poder e reconhecimento no seio de um mundo ilusoriamente considerado fechado, assim como é o subúrbio, um mundo que tem suas próprias regras de honra e autoridade.

A partir dessas pontuações, questiono: o que é perigoso não seria exatamente essa naturalização do risco como algo já dado, pertencente a um tipo específico de situação, comunidade ou classe social? O que está sendo feito é um mapeamento que localiza de forma intimista o risco à vida, o que auxilia na gestão de técnicas de vigilância, que não cessam de diferenciar, polarizar e binarizar formas de vidas em boas e más, normais e anormais.

Nesse contexto de mutação geral de nossas representações do indivíduo, o controle da violência exprime à sua maneira o conflito entre essas duas formas de governo. De um lado, a ideia de que o indivíduo deve se controlar a partir do interior, dominar-se a si mesmo, ser senhor de si: assim o indivíduo precisaria interiorizar as normas. De outro lado, os indivíduos seriam controlados a partir do exterior, e menos pelo olhar do outro do que por redes materiais de coação que eles possuem ou são capazes de construir; de fato, a coação material tem primazia sobre a informação.

Estabelece-se uma oposição entre um modelo normativo que afirma o autocontrole enquanto valor maior da ética individual e a realidade prática dos sujeitos que não estabilizam sua identidade, e que chegam a uma forma de autocontrole apenas quando conseguem se inserir em redes sociais. De um lado, há todos aqueles que chegam a recriar ou conservar uma rede suficientemente densa de restrições sociais em torno de si (familiares, afetivas, profissionais associativas), e que podem ainda, continuar a se pensar como indivíduo que se autogoverna a partir de seu interior. Do outro lado, há todos os que, definidos pela raridade ou fragilidade de suas redes sociais, até mesmo por sua *desfiliação* (CASTEL, 1995), encontram-se realmente confrontados com a obrigação prática de se autogovernar a partir do interior.



Figura 27 – Matérias de jornais franceses sobre a copa do mundo de *banlieues*, organizada em *Grigny Centre*

Para finalizar esta seção é preciso dizer que educar o corpo, cultivar o espírito, controlar as emoções – seja qual for o movimento –, ambos implicam inscrevê-los nas relações de poder, nos códigos culturais. Judith Butler (2001), nesse sentido, esclarece como os corpos são “produzidos” por normas regulatórias que determinam inclusive que lhes sejam atribuídos sexos. Segundo a autora, os corpos têm sua “materialidade” reformulada pelas injunções históricas, de modo a produzir, suportar, sustentar sujeitos e identidades.

Daí conclui-se que os corpos se performam, ou seja, constituem-se numa prática “reiterativa” e “citacional” das normas que os definem e que determinam de um lado seres “saudáveis”, “normais”, e de outro seres abjetos, pertencentes ao inóspito da vida social. Desse modo, diz Butler, “o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será plenamente material, mas a materialidade será pensada como o efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder” (2001, p. 154).

A perspectiva desenvolvida por Butler, dos corpos materializados pela cultura, acentua o grau de codificação que esses textos apresentam não só no cotidiano, mas também nos produtos culturais. Segundo a autora, a ausência de expressividade dos corpos seria causada, então, pela naturalização dessas relações de poder que constituem o sujeito. Em outras palavras, o movimento deixaria de fazer sentido quando tornado banal, comum, rotineiro, indiferente ao olhar, que se tornaria incapaz de reconhecer a performance corporal elaborada.

Se as ações de Estado relacionadas à prevenção da violência são quase que exclusivamente dirigidas aos homens jovens, não é de se estranhar que as atividades miméticas (esportivas), para usar um termo de Norbert Elias (1990), sejam generificadas. Participar de atividades esportivas é, portanto, um marcador de primeira ordem de gênero em *Grigny Centre*.

4.2 A resposta repressiva: da tolerância zero ao encarceramento massivo

Depois da eleição presidencial de 2002, parte da mídia e da classe política francesa escolheu a temática da delinquência como sua principal bandeira. Segundo Thomas Sauvadet (2006), tratava-se de uma estratégia de desviar o foco das responsabilidades do Estado em termos de justiça econômica para afirmar sua capacidade de controle social.

A direita governamental francesa preconiza atualmente uma repressão ativa e direta, sustentada por uma grande parte do eleitorado que vem perdendo poder aquisitivo com as graves crises europeias e que aceita a versão de que os culpados são os imigrantes árabes ou africanos ou os filhos destes, porque o governo precisa gastar muito para sustentá-los.

Os dois grandes partidos governamentais – o Partido Socialista e o UMP¹²² (*Union pour un mouvement populaire*) – adotaram o discurso da tolerância zero de inspiração nova-iorquina a exemplo do que passava em outros países da Europa (Inglaterra e Itália).

O desenvolvimento da política de tolerância zero na França, como nos outros países, opera de modo a responsabilizar e individualizar a delinquência. E, nessa direção, diversos dispositivos repressivos foram elaborados na França: comitês de vigilância, acordos entre as forças da ordem e vários serviços do Estado como as escolas, os hospitais, a administração fiscal e os serviços de ação social, tratamento judiciários em tempo real, câmeras de videomonitoramento, pistolas de *flash ball*, toque de recolher (*couvre-feux*), decretos antimendicância e, principalmente, a criação de polícias antimotins e aumento substancial do policiamento nos subúrbios.

Tais dispositivos de segurança inscrevem-se nas economias liberais como uma “maneira de fazer” política que é orientada para objetivos e regulada através de uma reflexão contínua. O que importa nessa maneira de fazer política não é a divisão entre o permitido e o proibido, mas a fixação de uma média considerada ótima e dos limites de variação aceitável em relação a essa média. O objetivo não é a *eliminação* da ocorrência de roubos, mas sua *gestão*, um controle que mantenha sua incidência dentro de limites considerados aceitáveis. Portanto, um equilíbrio delicado entre probabilidade, cálculo de custo e margens aceitáveis para a ocorrência de determinados acontecimentos. Não à toa, economia e estatística tornaram-se as ciências mestras do governo estatal.

¹²² Criado para as eleições presidenciais e legislativas francesas em 2002, com o fim de reunir as forças políticas de direita, esse partido recebeu o nome de *união para a maioria presidencial* em sinal de apoio ao presidente. Uma vez que as eleições foram concluídas, esse nome deixou de fazer sentido. No entanto, a fim do aproveitamento de uma sigla bem conhecida dos franceses, a denominação do partido mudou para *Union pour un mouvement populaire* em novembro de 2002. O antigo presidente da UMP é Alain Juppé, que se demitiu em 16 de julho de 2004. Desde 28 de novembro de 2004, seu sucessor é Nicolas Sarkozy, atual presidente francês.

Para Michel Foucault, “o liberalismo deve ser analisado como princípio e método de racionalização do exercício de governo – racionalização que obedece, e aí está a sua especificidade, à regra interna da economia máxima” (1997, p. 90).

Nos dispositivos de segurança, bem como nos mecanismos legais e disciplinares de poder, trata-se de organizar uma multiplicidade de indivíduos. O que é característico dos dispositivos de segurança é que eles não trabalham com a exclusão pura e simples de certos indivíduos nem com a distribuição deles em um espaço previamente delimitado para tal, ainda que não excluam tais tipos de ações. A segurança não exclui a lei e a disciplina. O que caracteriza nossas sociedades é que, nelas, a segurança passa a ser o ponto de articulação tanto da lei quanto da disciplina, estas são dispostas em função da segurança, de seus imperativos, de sua lógica interna. Lei e disciplina agirão em função de uma organização ou reorganização social articulada pelos imperativos de segurança.

Nesses termos fica latente que os dispositivos de segurança se apoiam sobre dados materiais, que eles se propõem a administrar, gerenciar, governar. Trata-se de maximizar os elementos positivos e minimizar os negativos.

Para uma das jovens do grupo de discussão, as estratégias estatais de divulgar estatísticas sobre o aumento da criminalidade nas periferias deveriam ser objeto de uma contraconduta:

O Estado utiliza os dados estatísticos, devemos usá-los também para mostrar que eles estão mentindo. Há muita manipulação dos números, o aumento da criminalidade está em toda parte e não só na periferia! Eles querem que as pessoas tenham medo. Os políticos não vão falar sobre os problemas que as pessoas têm, porque eles não sabem o endereço delas. [Silvane, 24 anos, Grupo de discussão, *Grigny Centre*, 12 dez. 2009].

Uma das principais ações do Estado francês foi a definição de um modo específico de ação repressiva: os Contratos Locais de Segurança (CLSs) são uma política de prevenção e de segurança baseada nas noções de cidadania e de proximidade, proposta como resposta política ao hipotético crescimento das pequenas e médias delinquências – particularmente a delinquência juvenil – e do sentimento de insegurança. Vem somar-se a outras políticas da cidade (que visam às áreas da educação, emprego e reestruturação urbana) em um contexto em que as políticas sociais globais que caracterizaram os anos 1980 não foram mais consideradas suficientes para reduzir a sensação de insegurança.

Daí se origina a proposta de reforma da polícia e o lançamento da polícia de proximidade em contraposição ao trabalho policial tradicional, incapaz de responder às

demandas por segurança da população, ou seja, de conter a delinquência e reduzir o sentimento de insegurança. Desse modo, a polícia emerge como ator relevante.

À eleição de Jacques Chirac em 2002 seguiu-se um verdadeiro frenesi securitário, no qual o tema da violência juvenil periférica ocupou um lugar de destaque. Assim depois da lei Sarkozy de 2003 e das leis Perben I e II de 2002 e 2004, o ministro do Interior, já em campanha eleitoral, retornou mais uma vez ao tema. A partir de meados de 2006, preparando uma nova lei sobre a *prevenção da delinquência*, ele retoma o mesmo discurso:

Nossa sociedade evoluiu, certas práticas criminais, as agressões gratuitas e a ultraviolência são fenômenos novos, que não se podem tratar com as medidas do passado. É preciso um método novo e novas armas. E a polícia francesa vai estar preparada para reprimir esses criminosos. [Nicolas Sarkozy, 12 nov. 2006].



Figura 28 – Registro da presença da polícia em *Grigny Centre*

Nessa discussão, merece destaque o papel da polícia no campo das políticas de segurança e, particularmente, a questão do difícil relacionamento entre polícia e população nos bairros periféricos.

A violência policial contra indivíduos e grupos, também chamada de violência oficial, é uma constante nas sociedades modernas e contemporâneas. Contudo a sua forma varia conforme o grau de tolerância, governamental ou popular, levando a que, em certos lugares, haja mais vigilância sobre a ação policial do que em outros. Assim, se em certas cidades o seviciamento de um indivíduo pertencente a um grupo étnico ou social discriminado é suficiente para provocar um debate público acalorado, em outras, fatos dessa ordem ou mais graves não despertam igual interesse na mídia ou na população como um todo. (MACHADO; NORONHA, 2002, p. 88).

Os mesmos autores, ao discutirem a relação entre os comportamentos da polícia e da população, sugerem três elementos fundamentais: a orientação governamental no uso da violência; a consciência de cidadania; e o padrão de relacionamento entre governo e

população visando a regular a cidadania e a possibilitar o controle social sobre os órgãos governamentais (MACHADO; NORONHA, 2002).

Nesse contexto, desde o advento da figura política de Nikolas Sarkozy, a orientação governamental tem sido o uso intensivo da polícia por parte do poder executivo como demonstração de força, principalmente diante das minorias; o poder legislativo tem contribuído ao elaborar novas leis que ampliam as possibilidades de punição aos jovens; e o judiciário por sua vez tem processado os jovens das periferias francesas com muito mais rigor que jovens de extratos superiores, por exemplo (SAUVADET, 2006).

Na matéria recortada abaixo, na nota da esquerda (em azul), o presidente francês reafirma sua intenção em alterar a idade mínima para punir aqueles *mineurs* que sejam reincidentes como adultos, enquanto a nota da direita apresenta o código de menores de 1945, que dava preferência à educação com relação à repressão. Abaixo e à direita, o destaque é para o novo projeto de lei que criminaliza menores com idade superior a 14 anos.



Figura 29 – Notas de jornal: trecho do então candidato à presidência Nicolas Sarkozy sobre a redução da idade penal (E) e um comparativo entre o código de menores de 1945 e o novo código penal de 2010 (D)

Nos últimos anos, Sarkozy chamou os jovens dos *banlieues* de *vagabundos*, *escória*, *agentes provocadores*, culpando-os pela violência e afirmando que os motins que ocorrem nos subúrbio são organizados por “barões da droga” ou “islâmicos radicais” (GOUAZOU; MUCHIELLI, 2009).

Dois dias antes dos motins de 2005 começarem, em 25 de outubro, Sarkozy pediu para que “as vizinhanças onde se esconde o crime fossem limpas com lava-jato” e descreveu os jovens que protestaram contra a sua visita ao subúrbio parisiense de Argenteuil como “gangrena” e “plebe” (PERALVA, 2007).

Sarkozy não é um caso isolado. Vários membros do seu governo têm sido autorizados a dizer coisas parecidas ou piores. O líder da bancada parlamentar do UMP, Bernard Accoyer, disse numa entrevista, no dia 16 de novembro de 2005, que uma das razões dos motins era “seguramente a poligamia” entre imigrantes! Outros têm falado em *ralé* e *estupradores*. Didier Fassin (2006, p. 187), ao estabelecer essa relação entre a posição governamental e a mensagem que é passada à polícia, é contundente:

Num processo por violências policiais a que assisti no ano passado (violências contra dois homens, um turco e outro antilhano, ambos sem ligação com o caso no qual cerca de trinta policiais intervieram), os próprios acusados relataram à audiência que, no momento de lançarem sua expedição punitiva num bairro, seu comandante os estimulava, dizendo: “Perdemos a guerra da Argélia, não vamos recomeçar. Desta vez, nada de prisioneiros...”. Percebe-se quanto, numa cena como essa, a autoridade do Estado vê-se prejudicada e quanto o passado colonial subjaz às discriminações raciais. Portanto, é a relação concreta com o Estado que está no princípio dos conflitos urbanos recentes.

Com relação ao segundo elemento que Machado e Noronha salientaram está a questão da consciência política. De fato, muitos autores (DUBET, 2007; CASTEL, 2008) têm conceituado as revoltas urbanas recentes na França como “revolta sem voz” e “violência sem discurso político”. Nesse ponto concordo com Didier Fassin: “alguma coisa foi dita de nossa sociedade e [...] muitos ouviram. Momento raro, por certo, numa época marcada pela anestesia política. Não deixemos, pois, que se percam os efeitos desse momento precioso” (2006, p. 189).

Minha posição deve-se ao que escutei dos jovens em discussões, conversas e entrevistas que realizei junto a eles. Aliás, em vários momentos do grupo de discussão eles chamavam a atenção para o fato de que nossa pesquisa queria saber o que eles pensavam. Dizia um dos jovens: “*Ce sont toujours les gens de l’extérieur qui parlent de nous.*” (Djibril, 28 anos, grupo de discussão, Grigny Centre, 7 out. 2009).

Há um ponto em que a maioria das vertentes das ciências humanas concorda: trata-se das transformações das sociedades europeias em termos de disciplinarização; como consequência, há uma demanda crescente para o aumento da segurança. Muitos estados ocidentais têm reinvestido fortemente em prerrogativas da área penal e tentam impor novos mecanismos de controle social (GARLAND, 2001). O fenômeno é mais dramático nos

Estados Unidos, que passa por um recurso de encarceramento em massa (WACQUANT, 1999). Mas mesmo em diferentes gradações, essa lógica está presente em todas as sociedades ocidentais. O processo de criminalização é a chave desses dispositivos e se faz presente nos encaminhamentos judiciais, nos mandados de busca, nos julgamentos e nas penas.

Nas periferias desfavorecidas como *Grigny*, a onda securitária foi brutalmente intensificada e levou a vigilância para o espaço público e para o espaço privado. As práticas ditas de segurança têm produzido, historicamente, dispositivos de intervenção no cotidiano. Em *Grigny Centre* há um policiamento ostensivo e agressivo que permanece diante da *Gare* (estação de trens e metrô) quase todos os dias; batidas são feitas nos sótãos dos edifícios com frequência e as revistas são diárias. Os casos de brutalidade nessas ações são denunciados, diferentemente do Brasil. O que não difere é a impunidade da polícia, o que parece aumentar o rancor em relação às forças da ordem, como são chamadas. Para um dos jovens do grupo de discussão, existem diferenças entre o judiciário e a polícia:

Abdel: A injustiça causada pelo judiciário é bastante inofensiva, em comparação com as injustiças vividas em relação à polícia.

Damico: Os jovens ainda respeitam o tribunal até certo ponto por causa de sua autoridade para tomar decisões?

Abdel: Eu até sei que estas decisões não são sempre tomadas por razões justas. A polícia, no entanto, não é respeitada, uma vez que a nossa experiência é que somos julgados pela polícia, mesmo que a polícia não tenha autoridade para fazê-lo. [Abdel, grupo de discussão, *Grigny Centre*, 17 jun. 2009].

Essa diferença é explicada por Abdel como uma espécie de desvio de função, em que a polícia faz o que o judiciário deveria fazer, ou seja, julgar. Na opinião de Moussa e de outros participantes, a polícia coloca-se acima da lei, sendo acusada de abuso de poder em muitos casos. No grupo de discussão, todos os jovens concordam que a polícia age em primeiro lugar, antes de fazer quaisquer perguntas:

Uma conversa normal não é realmente possível com a polícia aos nossos olhos, uma vez que eles olham sempre para tudo, desde o lado negativo. Para eles [a polícia], todos os jovens do bairro são suspeitos. Eles colocam todos no mesmo saco. [Abdel, grupo de discussão, *Grigny Centre*, 20 jun. 2009].

Porque muitas vezes parece haver pouco contato pessoal entre os jovens e a polícia. Os jovens que saem na rua não são abordados de uma maneira pessoal, mas, em geral, tratados como delinquentes em potencial. [Moussa, grupo de discussão, *Grigny Centre*, 20 jun. 2009].

Para os jovens, a forma de a polícia agir é pouco ou nada seletiva, sem direcionamento aos suspeitos; não importa se é trabalhador, traficante, estudante. Assim os policiais não são considerados pessoas comuns que estariam fazendo seu trabalho, mas como monstros vingativos na aparência e nos modos de proceder às ações repressivas.

Além das operações policiais rotineiras que visam a inibir e coibir delitos, acontecem as megaoperações que buscam drogas e armas nos porões dos edifícios. Conforme os jovens, essas operações acontecem frequentemente. Trata-se de uma expressão que serve para conotar uma ação repressiva periódica que, acompanhando os movimentos dos bandos, intercalam momentos de trégua com momentos de guerra. Esse ciclo parece ter uma variação sazonal.

De acordo com Foucault, “o Estado de polícia implica em encarregar-se da atividade dos indivíduos até seu mais ténue grão” (2008, p. 10). Tal prática é afirmada por uma subjetividade policial que naturaliza o controle e a ameaça, já que por um lado se considera necessário invadir o terreno familiar quando violada certa ordem e, por outro, mostra-se receio de ser esquadriado.

Wacquant faz-nos pensar que o sentimento de insegurança e o foco da atenção voltado primordialmente para a violência, como sinônimo de criminalidade, são fenômenos mundiais ampliados pelo processo neoliberal de globalização da economia:

A penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com um “mais Estado” policial e penitenciário o “menos Estado” econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países, tanto do Primeiro como do Segundo Mundo. (2001, p. 7).

Segundo Tangerino (2005), o medo e a insegurança colocam os sujeitos em lugar de acuação. Inibidos, os sujeitos não apostam nada, nada arriscam, tornando-se inertes ou reativos. Nesse último caso, atualizando a moral do ressentimento, apostam tudo porque “*não há nada mais a perder*”. Pensando o medo como componente do dispositivo do jogo de forças operantes no atual momento sócio-histórico, a autora citada apresenta-o como um disparador das condições de possibilidade abertas no campo como resultado das relações de força que definem as opções de emergência em relação aos processos de subjetivação.

As buscas nos porões são entendidas pelos jovens como abusos de autoridade e invasão de sua privacidade; os moradores veem-nas como expressões da discriminação contra eles. Os policiais absorvem esquemas discriminatórios e desenvolvem condutas violentas contra pobres e não brancos. Estes, por sua vez, como não dispõem de recursos materiais e

políticos para modificar a imagem produzida sobre eles, reagem contra os abusos, e assim constituem presas fáceis para os processos judiciais.

Nesse sentido, os jovens sentem ser objeto de preconceitos da polícia, de forma ainda mais forte do que no caso da administração da justiça. Os controles de identidade arbitrários¹²³, agressões e detenções são experiências comuns para os jovens, por exemplo.

De fato, os policiais e seus superiores, quando interrogados, justificam com frequência o uso da força como uma necessidade diante da perda de autoridade generalizada: dos pais, dos professores, das instituições, da própria polícia. Convém certamente inverter essa relação causal; é o uso injustificado e desproporcional da força – ao mesmo tempo brutalidade física e violência simbólica – que mina a autoridade do Estado e de suas instituições, pois esta é precisamente o que se impõe por si sem recurso à força (FASSIN, 2006, p. 91).

Alguns dos jovens no grupo disseram que estavam sendo verificados três vezes ao dia, a caminho do futebol ou da escola para casa. Eu também testemunhei vários controles de identidade no RER¹²⁴ (Rede Expressa de Paris) na estação de *Grigny* na época em que eu estava lá. Os controles foram realizados por policiais fortemente armados da CRS (polícia de choque, francês). Alguns desses controles mostraram claramente a falta de respeito mútuo entre os jovens e a polícia, como as recordações de campo esclarecem:

No final do dia, quando Amar me traz de volta à estação, vemos um grande grupo de crianças na esquina próxima à escola. Parece que existe algum tipo de disputa acontecendo. Há cerca de três camburões (furgões) estacionados ao redor da estação do RER e alguns policiais com armas grandes estão em pé ao lado do ponto de ônibus. Amar acha que alguma coisa aconteceu. “Grande chance de que haverá alguma escaramuça mais tarde”, diz ele. Saio do carro e, ao descer as escadas para a estação, antes de mim, um grupo de cerca de seis policiais também está caminhando para a estação. Acima de nós, à nossa esquerda, alguns meninos estão falando coisas para os policiais. Eu ouvi-os gritar “*Ta mère nique! Et nique la police!*”. Um dos jovens oficiais vira-se e mostra-lhes o dedo do meio. Eu fiquei bastante surpreso e não conseguia me lembrar de já ter visto um policial reagir dessa maneira a um insulto. [Recordações de campo, 31 mai. 2009].

Alguns dos jovens reclamam do modo desrespeitoso com que são tratados pela polícia. Eles sentem que este tratamento lhes dá o direito de serem grosseiros como resposta. Isso leva a uma cultura de confronto. O sociólogo Laurent Mucchielli fez uma extensa pesquisa sobre a relação entre jovens e polícia em subúrbios franceses, e fala de um jogo em que ambas as partes não querem perder de vista um ao outro (2006, p. 109). Um dos jovens disse:

¹²³ Revistas com solicitação de documentos. Eu mesmo passei por várias, principalmente nos metrô de Paris.

¹²⁴ É o trem urbano que liga Paris aos subúrbios em todas as direções. O estado de conservação, a superlotação, a demora e as frequentes greves ou problemas nas linhas são fontes constantes de descontentamento da população.

O que a polícia faz aqui é para nos provocar, mas determinadas atitudes são inaceitáveis. [Moussa, grupo de discussão, *Grigny Centre*, 20 jun. 2009].

As relações entre a juventude e a polícia tornaram-se assimetricamente violentas e, muitas vezes, alimentam o ciclo da retaliação. É preciso dizer que essa situação contribui para que cada vez mais jovens de *Grigny* ingressem no sistema de justiça penal, como apresentarei na próxima seção (DEBARBIEUX, 1999; KOKOREFF, 2008; MUCCHIELLI, 2009).

Guilhermo O'Donnell, ao analisar os princípios básicos de qualquer democracia em termos de direitos e regras civis, lembra de uma das regras fundamentais: “Não se pode permitir que o arbítrio dos órgãos de prevenção ao crime deturpe a lei” (1998, p. 42). O autor refere-se especialmente à impunidade da polícia e de outros órgãos (assim chamados) de segurança, juntamente com a atitude frequente de indiferença, quando não de cumplicidade, da polícia e dos tribunais para com esses atos. Em suas palavras:

Além disso, se se supõe que o sistema legal estrutura, estabiliza e ordena múltiplas relações sociais, então não apenas quando os agentes estatais, mas também os atores privados, violam a lei com impunidade, o princípio da lei é no melhor dos casos truncado. Que agentes do Estado perpetrem eles próprios atos ilegais ou que eles *de facto* liberem atores privados a fazê-lo não faz muita diferença, seja para as vítimas dessas ações, seja para a (in)efetividade do princípio da lei. (ibidem, p. 44).

Moussa identifica a presença da polícia fortemente equipada e armada como uma exibição de poder. De acordo com o jovem, os policiais querem mostrar que são os mais fortes. Em sua visão, isso aponta para a tendência a desafiar o monopólio da violência que está nas mãos da polícia como representantes do Estado. Moussa entende que os jovens têm dever e pleno direito de se defender contra qualquer abuso indevido do poder do lado da polícia.

Quando alguém bate em você, você quer se defender, isso é normal. É assim que funciona sempre no bairro. As ações da polícia não têm qualquer legitimidade para nós. Mas o que podemos fazer contra a polícia? [Moussa, Grupo de discussão, *Grigny Centre*, 7 out. 2009].

A relação problemática entre a polícia e os jovens nos bairros periféricos não pode ser reduzida a uma rejeição à instituição policial, que resultaria em hostilidade aos policiais e recurso à violência por parte dos jovens. Como bem esclarece Monjardet, a presença reduzida a intervenções pontuais torna a polícia um corpo estranho à comunidade, o que por sua vez

dificulta o trabalho policial, desmotiva os profissionais e favorece antagonismos: “Desenvolve-se assim um círculo vicioso de fortalecimento recíproco da exterioridade e da animosidade, no qual toda intrusão policial é percebida como hostil e suscetível de degenerar em enfrentamento” (MONJARDET, 1999, p. 524).

Os policiais, por sua vez, sentem-se vítimas em um contexto de mudança no papel da polícia face à dificuldade de enfrentar as violências cotidianas, de maior controle externo de sua atividade e de deterioração de suas condições de vida e de trabalho, na medida em que as instituições não têm como cumprir a promessa republicana de igualdade em um contexto de exclusão social.

A partir disso, eles entram facilmente em uma espiral de não reconhecimento mútuo: eles sentem-se desprezados por aqueles que desprezam ou têm medo daqueles a quem provocam medo; eles alimentam, por meio de seus comportamentos cotidianos, mais do que pelas eventuais violências [*bavures*], as convicções, entre os jovens dos meios populares, sobretudo os saídos da imigração, de que atuam de maneira injusta, racista e maléfica. (WIEVIORKA, 1999, p. 60-61).

Ao mesmo tempo, os jovens estão bem cientes de que a polícia está sempre na posição mais forte. Para os jovens com quem discutimos, nunca se deve confiar na polícia, nem mesmo em momentos de necessidade. Eles não podem nomear qualquer situação em que os policiais chegaram a tempo de ajudar alguém. É exatamente essa ideia que mais preocupa Nabil. Ele acha que a presença constante da polícia não vai fazer a atmosfera nos *banlieues* melhorar porque as pessoas não estão acostumadas a confiar neles para fazer cumprir a lei de uma maneira correta.

Não é só em *Grigny*, em todas as cidades as relações são tensas com a polícia. Respeito à polícia não existe. Desde muito cedo os jovens sabem que dependem de si mesmos. Eles não vão poder contar com a polícia quando há algum problema social, não é a polícia que vai colocar um fim aos problemas sociais. Não é a polícia que vai colocar um fim aos problemas econômicos. Quando os problemas econômicos e sociais se resolverem um dia, eu acho que haverá muito menos a presença da polícia. [Nabil, Grupo de discussão, *Grigny Centre*, 7 out. 2009].

Foucault afirma que “a segurança é certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina” (2008c, p. 14). Na obra *Segurança, território e população* (FOUCAULT, 2008a) é apresentada a emergência de tecnologias de segurança em grande escala, as quais não operam de forma separada ou desarticuladas das técnicas *mais antigas*, uma vez que não houve uma sucessão e sim uma complementaridade entre elas, de modo a incluir cada vez mais

tecnologias com vistas a controlar, em nome da segurança, o destino biológico da espécie, produzindo o que Foucault denomina uma *sociedade de segurança*. Tudo será quantificado, medido, vigiado, controlado e normalizado. Os espaços públicos, a arquitetura, a circulação das pessoas, tudo vai se constituir como dado estatístico e como dispositivo de segurança que permitirão, a um só tempo, o exercício da lei e da disciplina.

Vista dessa maneira, a arbitrariedade policial não é um aspecto isolado, mas é parte de um sistema que, abrangendo autoridades e cidadãos, coloca o combate à criminalidade acima da aplicação da lei e da proteção da sociedade. Para O'Donnell (1998, p. 91):

Na medida em que isso seja verdade, temos de supor que nesses casos o princípio da lei tem, se tanto, existência apenas intermitente e parcial. Ademais, essa observação no nível do Estado legal é a imagem espelhada de inúmeras violações da lei no nível social, as quais correspondem a uma cidadania truncada ou de baixa intensidade. Nos países que nos preocupam, muitos indivíduos são cidadãos no que diz respeito aos seus direitos políticos, mas não em termos de seus direitos civis.

Talvez seja pouco acadêmico, mas entendo ser necessário dizer que as elaborações dos jovens nos grupos de discussão me impressionaram muito. Um dos *insights* mais agudos está na frase que reproduzo abaixo, que no meu entender corrobora e amplia a citação que utilizei de Guilherme O'Donnell:

A presença constante da polícia e suas ações demonstram que a presunção de inocência não existe. [Abdel, Grupo de discussão, *Grigny Centre*, 7 out. 2009].

A elaboração de Abdel permite-me pensar que a polícia torna-se a dimensão fantasmagórica da governamentalidade, como estrutura formal de dominação política, operando abertamente no território de seus habitantes e zelando pela governamentalização do Estado contra inimigos pobres, jovens, negros, árabes, com táticas e estratégias de uma guerra sem fim. Na sua dimensão acima da cidadania, situa-se entre o Estado e a justiça como a *ordem primeira da repressão*, poder absoluto e soberano, que define o julgamento final de destinação de corpos e almas.

4.3 A inflação carcerária ao modo francês

Em 2009, ano que residi na França, acompanhei diversas manifestações de movimentos sociais contra um processo de criminalização crescente de minorias e de grupos

sociais: sem documentos, sem teto, imigrantes ilegais, o uso da burca e até as mesquitas muçulmanas foram passíveis de debate político pela sua extinção.

Bastava que eu andasse em ruas e parques de Paris para perceber a forte presença policial. Ao circular nos metrô, a polícia de segurança dos transportes ferroviários fazia fiscalização dos bilhetes e revistas com cães farejadores. Como essa revista é *amostral*, não foram raras as vezes em que fui examinado detidamente¹²⁵, e que vi dezenas de jovens negros e árabes passando pelo mesmo constrangimento. Nas estações de trem, soldados do exército circulavam fortemente armados. Para muitos, toda essa situação poderia produzir um sentimento de segurança. No meu caso, se teve algo que me incomodou profundamente durante meu estágio de doutorado foi essa sensação de vigilância permanente.

Os moradores do subúrbio, especialmente os jovens, não cansam de afirmar que os representantes institucionais costumam tratá-los como foras da lei. Esse tratamento que coloca o jovem pobre e periférico à margem do sistema, no mínimo, objetiva impor outra forma de Estado que legitima a produção de novas leis e produz indivíduos sem direitos.

De acordo com Loïc Wacquant, “a conversão das classes dominantes à ideologia neoliberal resultou em três transformações na esfera do Estado que estão intimamente ligadas: remoção do Estado econômico, o desmantelamento do Estado social e o fortalecimento do Estado penal” (2008, p. 96).

Algumas medidas significativas confirmam essa tendência: o Estado penal impôs leis severas aos trabalhadores sem documentos inclusive com penas de expulsão; houve mudança na lei 1945 sobre redução da maioridade penal; leis proíbem as meninas de portarem véu para ir a escola; as leis Perben 1 e 2 retiram o direito à assistência de crianças pobres, ou seja, punem as famílias cujos filhos tenham cometido crimes, como participar de revoltas urbanas; e a proibição das burcas, com penas de prisão impostas aos maridos que *obrigarem* as esposas a usar a vestimenta completa. As sanções mais duras visam a expandir o uso do confinamento, o que leva a um aumento da população carcerária.

Peço licença aos/às leitores/as para reproduzir abaixo um texto que fiz em 2009 como resposta a um editorial da revista *Nouvel Observateur*. Esse editorial era assinado pelo jornalista Jean Daniel, um dos mais respeitados da França, e apoiava a campanha do governo contra as burcas.

¹²⁵ Minha companheira, mulher e branca, nunca foi revistada.

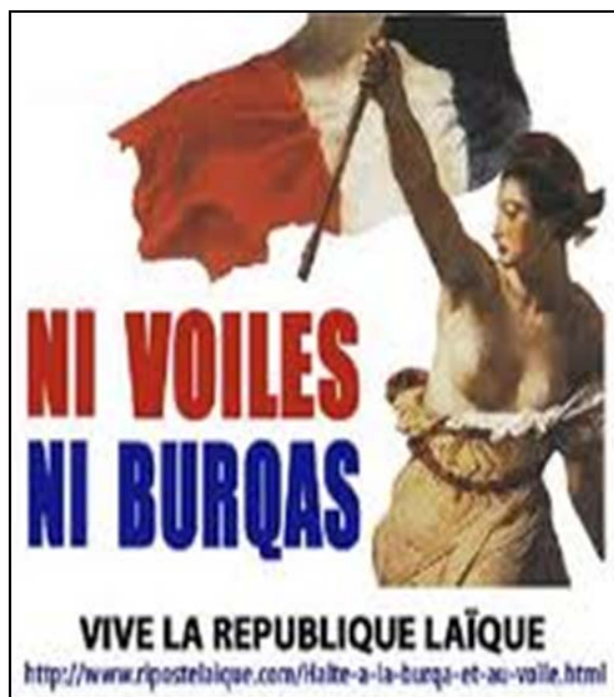


Figura 30 – Campanha publicitária do Estado francês: *Nem véu, nem burca: Viva a república laica*

No editorial do semanário *Nouvel Observateur* de 28 de julho de 2009, intitulado *A máscara da regressão*, escrito por seu co-fundador, o respeitado jornalista Sr. Jean Daniel aborda dois temas: o primeiro relacionado ao uso da burca e o segundo ao conflito Israel-Palestina. Nas linhas que seguem, analisarei a primeira parte, em que o editor afirma sua radical contrariedade ao uso dessa peça de vestuário. Meu propósito é colocar sob rasura algumas das reflexões do afamado editor. Não se trata de me posicionar contra ou a favor do uso da burca, mas apenas demonstrar que os discursos que criticam o uso da burca, por melhores intenções que possam ter, não se livraram de uma visão eurocêntrica.

Jean Daniel toma como base dois aspectos para defender seu argumento: o fim do jacobinismo e o consequente culto às diferenças; e a luta contra a discriminação e a opressão.

É preciso começar dizendo que é no terreno da cultura contemporânea que se assentam os argumentos do senhor Jean Daniel. Mas qual é o conceito de cultura em que estão sustentadas as posições do experiente jornalista? Muitos pensadores têm se dedicado a defini-la, desde aqueles que entendem a cultura como o conjunto de valores e tradições que é mantido de geração em geração. Minha posição tomará por princípio a cultura como o local onde se efetiva a luta por significados. Nesse sentido, a cultura não é universal, nem está dada de antemão, mas é ativamente produzida e modificada, ou seja, poderíamos pensá-la como os processos pelos quais se produz certo consenso acerca do mundo que permite que os

diferentes indivíduos se reconheçam como membros de determinados grupos e não de outros (MEYER, 2005, p.12) Isso significa entender a cultura como um processo arbitrário, uma vez que cada grupo pode atribuir um significado diferente e viver de forma diferente, um mesmo fenômeno ou objeto.

Entendo que só assim é possível compreender que o referido texto compare as mulheres que usam a burca com escravos, recorrendo à ideia já superada do grande filósofo francês do século XIX La Boetie sobre a servidão voluntária, ou ainda, quando compara a mesma burca com os capuzes da Ku Klux Klan. A mídia se configura como o terreno da contemporaneidade onde as interpretações ocorrem, e de onde as construções a respeito das verdades de um e de outro são transmitidas e produzidas.

Por mais que as nações europeias continuem poderosas, elas não conseguem se manter isoladas; elas estão irremediavelmente invadidas por todos os lados, todos os poros e desde muito tempo atingidas por esse Outro que vem de longe.

Talvez a maior prova disso seja justamente a insistência em fazer interdições ou em desejar defender-se dessa alteridade, é porque ela está desde muito tempo dentro dos seus corações e mentes. Portanto, se trata de uma reação de defesa, que busca de algum modo evitar essa permeabilidade, essa miscigenação que essas mesmas nações, ao longo de vários séculos, provocaram.

Na sua obra já clássica *Orientalismo*, Edward Said¹²⁶ mostrou de maneira convincente que o conhecimento que o Ocidente tem do Oriente não passa de uma racionalização construída a partir e com objetivo de perpetuar uma dominação real. O Oriente concreto foi apenas o palco onde o Ocidente projetou sua representação de Oriente. Ou seja, o Ocidente produziu um Oriente com seu próprio repertório, seus esquemas mentais, sua lógica, seus preconceitos, hierarquizações, interesses, fantasias, racismos, ciências e religiosidade, literatura etc.

A transformação do Outro num absoluto essencializado é parte de uma estratégia de divisão binária, como o louco/são, homem/mulher, escravo/livre, heterossexual/homossexual, base da episteme Ocidental. Como diz Toni Negri¹²⁷, o colonialismo é uma máquina abstrata, de partição de identidades e alteridades. Talvez seja o caso de propor como o pensador hindu Homi Bhabha¹²⁸ sugere: qualquer cultura já é uma formação parcial e híbrida.

¹²⁶ SAID, Edward. **L'Orientalisme. L'Orient créé par l'Occident**. Tradução de Catherine Malamoud e prefácio de Tzvetan Todorov. Paris : Les éditions du Seuil, 1980.

¹²⁷ NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Empire**. Paris: Exils, 2000.

¹²⁸ BHABHA, Homi K. Of mimicry and man, the ambivalence of colonial discourse. In: BHABHA, Homi K. **The location of culture**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1994. p. 85-92.

No entanto Jean Daniel não entende do mesmo modo, pois essencializa a cultura, ao diabolizar uma veste como a burca e compará-la ao capuz racista da Ku Klux Klan, como se a primeira substituísse a segunda. Na dialética eurocêntrica contemporânea, a raça é substituída pela cultura com efeitos mais perversos. Tudo se explica em termos de cultura: o atraso de uns, a corrupção, a fome, as guerras, o desemprego, a falta de escolaridade etc.

Nesse sentido é preciso lembrar que a civilização ocidental é apenas uma, nem sequer majoritária, entre as várias outras existentes no mundo, embora ela se considere universal e pretenda impor-se a todas as outras. Além dela, temos a sínica (chinesa), a budista (japonesa), a hindu, a africana, a islâmica, a ortodoxa (russos e eslavos) e a sul-americana. Ora, essas civilizações são muito distintas entre si, num certo sentido incompatíveis, e toda análise cultural deveria contemplar essa rivalidade multicivilizacional (PELBART, 2003).

De acordo com o filósofo Peter Pál Pelbart:

O que alguns autores têm demonstrado é como a cultura em si mesma, e qualquer uma delas, já é uma mistura, uma hibridização de elementos muito díspares, uma negociação entre fronteiras, uma composição heterogênea. Tome-se o próprio americano: o que é ele sem os chicanos¹²⁹, os negros, os italianos, os judeus, os próprios índios que ele dizimou e/ou incorporou? Qualquer fronteira enunciativa é também uma gama de outras vozes e histórias dissonantes, dissidentes, de mulheres, colonizados, grupos minoritários, portadores de sexualidades policiadas. (2006, p. 74).

Desse modo, cabe pensar se as mulheres que utilizam a burca são somente vítimas de uma sociedade atrasada e que não quer ceder ao avanço do ocidente moderno. Ou melhor, talvez fosse adequado perguntar por todas as outras formas de opressão impostas às mulheres na França e em boa parte do Ocidente. Vejamos: se comparássemos as rendas dos trabalhadores homens e mulheres com o mesmo nível de escolaridade? Ou as diferenças de tratamento na escola para meninos e meninas? Ou ainda, o violento apelo para as mulheres busquem um corpo magro?

Qualquer pessoa minimamente conhecedora do pensamento de Michel Foucault sabe que onde há poder há resistência; em todos os casos que citamos é possível pensar que as mulheres produzem variadas formas de resistência e de enfretamento dessas formas de opressão. A diferença está que convivemos com elas todos os dias e que nunca ou muito raramente ocorre uma voz que se levante de modo tão enfático a criticá-las.

Chama a atenção que, no seu texto, Jean Daniel diz que as mulheres ao abandonarem a burca serão recebidas como irmãos. Ora, será que elas querem essa honraria, e a ideia de irmandade é retirada da Bíblia ou do Alcorão? Fica a questão.

¹²⁹ Para uma crítica bem-humorada, ver o filme *Um dia sem mexicanos* (2004, dirigido por Sergio Arau).

E por último, o editorial de modo sutil sugere que Barack Obama é um defensor da radicalização e da afirmação das diferenças. Realmente tenho a esperança que Obama possa ter incorporado todas as suas vivências culturais, sejam elas as do Ocidente e as do Oriente para propor outra alteridade, que não aquela que nega o outro para constituir-se a si mesmo, mas uma alteridade mais pós-colonial, pós-nacional e pós-identitária e menos ocidentalista.

Voltando a Foucault, talvez ele tenha razão ainda hoje, porque ao lado das lutas tradicionais contra a dominação, é à luta contra as formas de assujeitamento que devemos estar cada vez mais atentos.

[Recordações da França, carta à revista *Nouvel Observateur* não enviada, 25 jul 2009].

Agora, retomo a discussão sobre o aumento da população carcerária. Em 2003, a população carcerária na França ultrapassou a marca de 60 mil presos para 48 mil vagas - o que parece muito pouco se comparado com o Brasil¹³⁰ - . A duplicação do encarceramento na França é seguida na mesma média na Bélgica e na Inglaterra, tendo sido triplicada na Holanda, na Espanha e na Grécia e quintuplicada nos Estados Unidos. As sanções carcerárias na França, em alguns casos, são estendidas para os familiares dos detentos, que podem perder benefícios financeiros. O Comitê Europeu pela prevenção da tortura publicou um relatório em 2004 sobre o tratamento desumano e degradante a que estão submetidos os detentos franceses (SAUVADET, 2006, p. 169).

O controle por meio da separação das pessoas localizadas como ameaça à sociedade, daqueles que quebram o pacto social, naturalizou-se. Sempre há novos dispositivos de normalização e regulação, para os segmentos identificados como *suspeitos* ou ameaça à segurança da população e ao próprio equilíbrio econômico da nação. Zygmunt Bauman, a esse respeito, afirma:

Cresce rapidamente em quase todos os países o número de pessoas na prisão ou que esperam prováveis sentenças de prisão. Em quase toda parte a rede de prisões está se ampliando intensamente. Os gastos orçamentários do Estado com as “forças da lei e da ordem”, principalmente os efetivos policiais e os serviços penitenciários, crescem em todo planeta. (BAUMAN, 1999, p. 122).

Em um tempo em que as coisas deixaram de ter a solidez de base e o medo ronda as cidades, é tentador oferecer às pessoas ávidas por certezas e respostas que, aparentemente,

¹³⁰ Dados divulgados pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) apontam que o Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo, com quase 500.000 presos. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/cidades/noticias/brasil-tem-o-terceiro-maior-numero-de-presos-do-mundo-20100928.html>>. Acesso em: 7 dez. 2010.

isso diminuiria o impacto dos riscos aos quais todos nós estamos submetidos. Trata-se de conformar-se, nas práticas cotidianas, ao que os especialistas narram, descrevem, julgam, esperam, com o objetivo de alcançar certo modo de ser. Dessa forma, autoriza-se uma transformação na relação consigo mesmo e com o outro, mediante mecanismos que põem em ação certo número de operações sobre o corpo e a alma, pensamentos, condutas, ou qualquer forma de ser, obtendo, assim, “uma transformação de si mesmo [...] não apenas no sentido mais evidente de aquisição de certas habilidades, mas também no sentido de aquisição de certas atitudes” (FOUCAULT, 1990, p. 48).

Reproduzo abaixo a elaboração de um jovem participante de um grupo de discussão:

A cidade de *Grigny* é dividida em dois conjuntos, um no território da *Grand Borne*, o outro *Grigny II*. Mas há um território terceiro ou, mais exatamente um outro grande conjunto, *Grigny III*, que é a prisão de *Fleury Merogis*! [Abbud, 23 anos, grupo de discussão, *Grigny*, 23 jun. 2009].

Abbud, autor da frase acima, disse em vários momentos que metade dos jovens de *Grigny* está na Prisão de *Fleury Merogis*, que é a cidade ao lado de *Grigny Centre*. A posição de Abbud, que foi duas vezes condenado neste mesmo presídio, não parece ser só uma figura de linguagem, uma vez que por aproximação pode ser confirmada. De acordo com o presidente do tribunal do departamento de *Essonne Evry*, em 2008, 10 mil pessoas foram encarceradas na prisão de *Fleury Merogis*. A estrutura abriga quatro mil detentos, 140 presos por desobediência da ordem pública e outros 2.470 para vários crimes, mas também com agravante de desprezo pela lei e pela ordem.

Abbud passou por várias dificuldades gravíssimas. Nas duas vezes em que foi processado e julgado, ele e todas as pessoas com quem conversei em *Grigny* sabem que ele era inocente. Abbud só poderia se livrar da prisão se apontasse os verdadeiros culpados, o que ele não fez em função do que é chamado em *Grigny* de *lei do bairro*, que interdita¹³¹ qualquer delação sob penas graves de desonra e descrédito junto aos próximos¹³².

Quando Abbud falou no grupo sobre o que ele tinha passado, foi um silêncio absoluto por alguns minutos, até que aos poucos Sylvain e eu começamos a fazer perguntas sobre a prisão e os fatos que o levaram a ela. Nos desdobramentos dos próximos encontros, Sylvain

¹³¹ No capítulo 5, trarei as elaborações dos jovens sobre a *lei do bairro*.

¹³² A *lei do bairro* parece ser uma reação a uma mudança do Código Penal realizada em 2001 na França que, entre outras coisas, remunera mensalmente os informantes da polícia e a criação do estatuto legal do arrependimento, isentando de pena todo aquele criminoso que denunciar seus cúmplices (WACQUANT, 2007).

incentivou que Abbud fizesse sua própria elaboração teórica sobre o que se passou com ele e com tantos outros. O resultado segue abaixo:

Podemos considerar, portanto, se não há verdade, não há ordem! Quando não há ordem, isso se chama injustiça! Não é injusto porque não tem ordem, mas porque não tem verdade. E porque não tem verdade não tem ordem. [Abbud, grupo de discussão, *Grigny Centre*, 6 nov. 2009].

Os jovens do grupo de discussão são inflexíveis em relação à lei do bairro como sendo a mais justa. No bairro, raramente se pune inocentes; o Estado comete muitas injustiças.

O cientista político argentino Guillermo O'Donnell (1998, p. 53), ao tratar do tema da justiça, diz:

O que entendo por “de forma justa” é o exercício de que a aplicação administrativa ou a decisão judicial de normas legais sejam coerentes em casos equivalentes, independentemente de diferenças de classe, condição social ou poder dos participantes nesses processos, adotando procedimentos que são preestabelecidos e conhecíveis por todos. Esse é um critério mínimo, mas não insignificante: se se atribui igualdade (e, pelo menos implicitamente, a mesma autonomia) ao *ego* em relação a outro *alter*, mais poderoso, com quem o primeiro faz um acordo de plantio em parceria, ou contrato de emprego, ou de casamento, então é lógico que ele tem o direito de esperar tratamento igual das instituições estatais que têm, ou podem assumir, jurisdição sobre esses atos.

Ainda que a França se situe entre as nações do Ocidente com a democracia mais consolidada, os jovens das periferias têm seus direitos civis altamente comprometidos, tanto no que se refere aos processos judiciais quanto às condições das prisões¹³³.

As prisões francesas¹³⁴ têm uma péssima reputação no nível internacional em razão das lamentáveis condições de detenção dos presos: insalubridade; promiscuidade extrema; falta de higiene; carência de pessoal e ausência flagrante das atividades de formação e de trabalho; e aumento de incidentes graves e suicídios. Essa situação é objeto de protestos unânimes dos sindicatos de agentes penitenciários, de associações de advogados, das associações humanitárias, das famílias de detentos e dos pesquisadores da área penal (GIBLIN, 2008).

¹³³ Para aqueles desprovidos de direitos civis, acusados em casos criminais, detentos e encarcerados, as condições processuais são repugnantes, segundo qualquer noção de processo justo.

¹³⁴ A reputação negativa das prisões francesas não significa compará-las com o sistema penitenciário brasileiro. Digo isso baseado no relato de Abbud. Segundo o que interpretei, as cadeias francesas seriam hotéis perto das nossas. Conheço pessoalmente vários presídios do estado do Rio Grande do Sul por ter, em 2002, atuado num serviço de saúde mental criado na Secretaria da Justiça para atender várias categorias como policiais civis e militares e agentes penitenciários.

Recorro novamente a Loïc Wacquant, uma vez que ele tem dedicado parte de sua extensa produção em estudar o tema. O autor diz que vários fatores concorrem para o aumento da população carcerária na França:

Aumento de recursos e intensificação das ações policiais nas “zonas sensíveis”; pressão burocrática e política sobre os juízes a fim de aumentar as penas e acelerar os processos (um terço das detenções procede de intimações para comparecimento imediato, contra um quarto de detenções na década anterior); ampliação generalizada do recurso à prisão e endurecimento das penas bem como das disposições relativas à detenção provisória, doravante estendida aos adolescentes de 13 a 16 anos para delitos simples; restrição da redução das penas e queda do livramento condicional e do regime semi-aberto: tudo concorre para inflar a população colocada atrás das grades. (WACQUANT, 2004, p. 220).

A população que está presa na França é formada majoritariamente por filhos de imigrantes, estrangeiros, negros e magrebianos pobres e de bairros periféricos. Quase 40% da população carcerária francesa são de negros e magrebianos, quando eles representam apenas 8% da população do país (BALIBAR, 2007).

Para finalizar esta seção e o próprio capítulo, cabe discutir a própria função das prisões diante das novas mutações estatais. O encarceramento como um dispositivo complementar a outros dispositivos de segurança pode efetivar uma série de funções. O sociólogo Claude Faugeron (2004) criou uma tipologia que define tipos de encarceramento: o *encarceramento de segurança* visa a impedir indivíduos considerados perigosos de causar danos; o *encarceramento de diferenciação* é destinado a excluir categorias sociais consideradas indesejáveis; e o *encarceramento de autoridade* tem o propósito de, principalmente, reafirmar as prerrogativas e os poderes do Estado.

Essa categorização não quer dizer que uma ou outra função não convivam mais que uma terceira em determinado momento. Entendo, no entanto, que no caso de Abbud e de outros jovens de Grigny – que são presos e condenados por estarem participando nos confrontos com a polícia – se trata muito mais de reafirmar a posição do Estado, como demonstrei em vários momentos ao longo desta tese, em função das declarações de Nicolas Sarkozy.

Toda e qualquer ação Estatal, atravessada pelo judiciário, ocorre no sentido de sanção das *classes perigosas*. A pena é proposta em nome de um caráter pedagógico de prevenção do futuro delito, dos desvios. Para tal, há uma produção constante de alterações na lei, e na função da própria polícia, para que possam reconhecer e atuar junto aos *seres suspeitos*. É dessa forma que o tribunal de menores, afirma Donzelot (1986, p. 95), “faz pensar na reunião

de um conselho de administração de uma empresa de produção e de gestão da infância desadaptada”.

Na medida em que a maior parte da legislação formalmente aprovada existente num território é promulgada e sustentada pelo Estado, e que se supõem que as próprias instituições do Estado ajam de acordo com as normas legais, devemos reconhecer (como há muito reconheceram os teóricos europeus) que o sistema legal é parte constituinte do Estado.

Enquanto a norma disciplinar é previamente estabelecida tendo em vista um resultado satisfatório, a norma atuante nos dispositivos de segurança é extraída daquilo que é considerado uma média satisfatória da *normalidade*. A normalidade precede e estabelece a norma. Ao se eleger a média normal de incidência da doença, por exemplo, tem-se a norma pela qual se pode então avaliar essa incidência e, assim, distinguir o normal do anormal.

Dessa forma, a prisão se justifica como função normalizadora sobre os desviantes, acionando sobre eles um mecanismo corretivo e produzindo clientela e reserva de poder necessárias para sua alimentação sistêmica e contínua.

Mesmo não me propondo a uma pesquisa comparativa, cabe lembrar daquilo que analisei em termos das ações do Estado brasileiro, e nisso seu principal programa de segurança pública: o Pronasci. Esse programa combina um conjunto de ações tidas como de prevenção e outras medidas de repressão e inibição da criminalidade. No âmbito do Estado francês, há um recrudescimento da repressão e um crescente esvaziamento das ações de prevenção. Nessa medida, entendo que somos atravessados e convivemos com vários regimes de poder, o que configura para mim, como pesquisador, um desafio na tarefa, dentre outras, de pensar nesse campo híbrido e de mutações no papel do Estado.

5 NÓS E ELES: POLOS INTERDEPENDENTES E CONSTITUTIVOS DE IDENTIDADES JUVENIS

Pensar é, primeiramente, ver e falar, mas com a condição de que o olho não permaneça nas coisas e se eleve até as “visibilidades” [...]. Além disso, pensar é poder, isto é, estender relações de força, com a condição de compreender que as relações de força não se reduzem à violência, mas constituem ações sobre ações, ou seja, atos, tais como incitar, induzir, desviar, facilitar ou dificultar, ampliar ou limitar, tornar mais ou menos provável... É o pensamento como estratégia. (DELEUZE, 2006, p. 119).

O neologismo governamentalidade refere-se à interdependência entre as práticas governamentais e as mentalidades de governo, que são acionadas tanto pelas racionalidades estatais como pelas racionalidades do eu (*self*). Cabe recordar que nos capítulos 3 e 4 dei relevo à primeira dimensão, ou seja, analisei as ações de Estado, enquanto dispositivos de segurança dirigidos com a intenção de conduzir as condutas dos/das jovens das periferias urbanas estudadas.

Michael Hardt e Antonio Negri chamam a atenção para o biopoder, que teria se baseado, desde o início, “na gestão da vida dos extratos sociais excluídos e das classes subalternas através das modulações dos fluxos de sangue, das culturas e das migrações internas e externas” (2006, p. 29). Trata-se de um controle que invade a profundidade das consciências e dos corpos da população, atravessando a integralidade das relações sociais. É a subsunção da economia, da cultura, da inteligência, da afetividade, em suma, do *bios* social a um poder que assim engloba todos os elementos da vida social.

Mas é um domínio que produz algo muito paradoxal e nada linear, dizem os autores, pois, ao invés de unificar tudo, cria um meio de pluralidade e de singularização não domesticáveis; uma potência biopolítica, uma biopotência capaz de ameaçar as estruturas de comando e de dominação de uma sociedade de controle, como em alguns dos movimentos empreendidos pela cultura juvenil de periferias e favelas. Recentemente, diversos pesquisadores têm dado destaque à exuberância e à produtividade dessa cultura periférica com sua desenvoltura tecnológica e invenção de linguagem e de cooperação em condições de grande precariedade.

Trata-se de pensar, também, que as limitações enfrentadas pelos/as jovens de periferia funcionam como potentes formas de interação, invenção e reconstrução de suas experiências cotidianas, que neste capítulo se materializam em suas elaborações em formato de palavras significativas.

Portanto, neste capítulo examino a segunda dimensão da governamentalidade. Para tanto, apresento um conjunto de elaborações dos/das jovens de *Grigny Centre* e do *Guajuviras*, discutindo como eles se governam e se conduzem a si mesmos a partir do que consideram verdadeiro sobre sua própria existência.

5.1 Ouça a rua, Marianne¹³⁵

Começarei pelas elaborações do grupo de discussão de *Grigny Centre*, porque a metodologia operada no grupo foi desenvolvida por Sylvain Lazarus, sendo depois replicada nos grupos de discussão do *Guajuviras*. Obviamente, apesar ter utilizado uma mesma estratégia metodológica, os resultados não são os mesmos, em função dos interesses, das diferenças culturais e das experiências de vida dos diferentes grupos e até por causa das formas de governo estatais que são historicamente diferentes nos dois lócus de investigação.

Inspirados pelos estudos que trabalham com a metodologia de Sylvain Lazarus¹³⁶, na primeira reunião do grupo de jovens franceses pedimos a eles para citar o que chamamos de palavras significativas, isto é, palavras que são importantes para entender e descrever suas vidas e como eles se veem. Em cada uma das reuniões seguintes, discutiu-se o significado e o valor atribuído a algumas dessas palavras. Na sequência da reunião, essas palavras foram agrupadas em categorias que os jovens definiram como *nós* e *eles*, e são esses dois agrupamentos – constitutivos dos processos de diferenciação cultural, que resultam em produção de identidades e de diferenças – que utilizo em minha análise, nesta tese¹³⁷.

Essa atribuição de significados tem a ver com processos de diferenciação em que identidades e diferenças são formadas, como também refere Gilles Deleuze (1995). Uma identidade nunca é uma entidade fixa, unitária e acabada, mas sempre um processo de tornar-se uma identidade, em que certos grupos de significado são selecionados a partir de uma diversidade infinita de significados em potencial, em uma situação real. Esses conjuntos de significado não podem ser escolhidos sem a presença imanente desses outros significados

¹³⁵ Marianne é uma mulher alegórica que representa a República Francesa e a permanência dos valores da república e dos cidadãos franceses: *Liberté, Egalité e Fraternité*. Ela é a representação simbólica da mãe pátria, simultaneamente enérgica, guerreira, pacífica, protetora e maternal. Seu nome provém, provavelmente, da contração de Marie e Anne, dois nomes muito frequentes na França do século XVIII. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Marianne>>. Acesso em: 28 dez. 2010.

¹³⁶ Desenvolvida no livro *Anthropologie du Nom* [Antropologia do Nome], 1996.

¹³⁷ As análises desenvolvidas nessa seção foram publicadas com alterações em artigo recente: DAMICO, J. G. S.; MEYER, D. E. Constituição de masculinidades juvenis em contextos “difíceis”: vivências de jovens de periferia na França. **Cadernos Pagu**, v. 34, p. 143-178, 2010.

potenciais que são deixados de fora. Essa presença imanente, no entanto, é imediatamente obliterada no processo de constituição de uma identidade e, ao mesmo tempo, está sempre lá, no fundo dela, como parte do plano, do ser (DELEUZE, 1995).

Nós e eles, como relação de poder constitutiva do processo de construção de identidades que estou examinando, remete – em muitos aspectos das falas dos/as jovens – ao processo que o filósofo Sagot-Duvaroux (2006, p. 23) chamou de “um nós que falta”, ao discutir os distúrbios de jovens nos subúrbios franceses, em 2005. Com a frase, ele buscava acentuar a dúvida que paira sobre a possibilidade de existência de uma identidade francesa coletiva e um *comum* a ser compartilhado por essa identidade “Seu Cristo é judeu. Seu carro é japonês. Sua pizza é italiana. Sua democracia, grega. Seu café, brasileiro. Seu feriado, turco. Seus algarismos, árabicos. Suas letras, latinas. Só o seu vizinho é estrangeiro” (*apud* BAUMAN, 2005, p. 33)¹³⁸.

Sagot-Duvaroux insinua que essa identidade francesa não é o que une os franceses em uma comunidade de direito. Ela funcionaria, a seu ver, mais como uma prescrição latente contra todas as identidades – reivindicadas ou suspeitas. E as identidades juvenis das periferias das grandes cidades francesas – e, ao que parece, em todo o mundo – têm sido inscritas, crescentemente, nessas categorias.

Num sentido mais amplo, *nós*, para os/as jovens cujas falas analiso, pode ser estendido para os/as jovens do mesmo bairro, dos subúrbios e, em alguns casos, às pessoas que estão na mesma situação socioeconômica. De acordo com eles, o *nós* está vinculado a viver as mesmas experiências e o espaço vital, ao falar a mesma língua e ao compartilhar os mesmos valores e códigos de conduta (as regras do bairro).

Com relação a *nós*, as palavras significativas enunciadas na primeira reunião de grupo foram: coragem, respeito, família, lealdade, medo, traição, confiança, reputação, honra, orgulho e dinheiro; enquanto que a *eles* foram associadas palavras como polícia, justiça, injustiça, mídia, desemprego, escola, política.

Nós, como argumenta Bauman (2001, p. 202), significa “pessoas como nós”, enquanto que *eles* significa “pessoas que são diferentes de nós”. Porém o autor segue, desenvolvendo uma argumentação aparentemente óbvia e, ao mesmo tempo, profundamente esclarecedora:

Não que nós sejamos idênticos em tudo; há diferenças entre nós, ao lado das características comuns, mas as semelhanças diminuem [...] e neutralizam seu impacto. O aspecto em que somos semelhantes é decididamente mais significativo do que o que nos separa. [...] E não que eles sejam diferentes de nós em tudo; mas

¹³⁸ “Texto veiculado como ironia em um cartaz, espalhado em Berlim, em 1994” (MEYER, 2010, p. 160).

eles diferem em um [ou mais de um] aspecto que é [...] importante o bastante para impedir uma posição comum e tornar improvável a solidariedade, independente das semelhanças que existam. É uma situação tipicamente ou/ou...

As tensões presentes nos subúrbios pobres franceses, em que os jovens homens filhos de imigrantes são as figuras centrais, resumem a tensão existente no par centro/periferia, onde o segundo acumula as facetas obscuras da configuração social: racismo, pobreza e insegurança civil e social (CASTEL, 2008).

Discriminadas nos serviços de saúde e na escola, as populações das periferias pobres francesas como *Grigny Centre* são relegadas às margens da sociedade. As periferias são classificadas como zonas sem direito, que a república francesa é convidada a reconquistar. Delitos de aparência, provocações diversas e perseguições de toda espécie multiplicam-se, enquanto os abusos policiais não são sequer interpelados pela justiça. É a partir desse quadro que os/as jovens dos quais me aproximei formularam suas elaborações.

Abaixo, apresento a letra¹³⁹ de *Eloquence & Apôtre*, um *rap* que apela ao Estado francês, para que escute a juventude das *cités*:

Ouçã a rua, Marianne...

Para cada geração sua revolução. Amotinador liderando a corrida. A rua se manifesta porque estás assustado. Não te inquietes, temos nossas razões. A polícia volta a perseguir. Os jornalistas e políticos não compreendem nada. Mas deixa prá lá! Não esqueceremos Cacham. Não esqueceremos Sieb e Bouna. Portanto, incendiemos, incendiemos a república. Até que ela chore. Pois nós choramos. Lágrimas de sangue. Lágrimas de chumbo. Minha bandeira branca a meio pau. A cada encarnação. Para cada pensão vitalícia há uma violência potencial. Pergunte a Malik Oussekin. Se nossos direitos são tão reais. Pesei os prós e contras. Mais de mil vezes em meu imaginário. E me dou conta do que representam. É realmente uma merda. Eu sou imigrado, autóctone, cor ébano. Vá dizer a Marianne que o crime é passional. Para cada viatura queimada, um pedido de ajuda. Se houvesse ricos entre nós, teríamos ficado entre nós. Não com vocês. Ao ponto de causar ou tentar vender ardilosas suspeitas. Filhos da puta! Marianne ouça a rua. Cada cigarro que fumo aproxima-me da morte. Cada aluguel que não pago aproxima-me da porta. Todos os dias transcorridos são definitivamente perdidos. Se tu gostas de dormir muito, que te enterrem vivo. Cada batida da polícia aumenta meu ódio. Contra a polícia. Marianne, não diga que você não nos viu chegando. As lágrimas ainda estão presentes. Em muitos centésimos de litros. Agimos sem explicações científicas. Cada vez que a polícia abusa não nos surpreende. É que nossas queixas geralmente são notificadas. Sem ser levadas em conta. Os últimos podem morrer. Eis o sentido do filme. Como somos homens, preferimos antes ficar que fugir. Cada vez que choro, como um negro, eu te vejo como um irmão. Cada vez que me aprisionas, é um pouco da humanidade que sepultas...

Para entender como vivem os jovens nas periferias, é necessário ouvir seus pensamentos. Seus pensamentos não são apenas reflexos das suas opiniões, algum tipo de

¹³⁹ A letra foi publicada na obra de Robert Castel (2008), traduzida por Francisco Morás.

imaginação normativa, mas suas experiências de vida que se articulam no seu pensamento e as palavras que usam para definir isso. Essa ideia não se traduz apenas no livro de Lazarus, mas também pelos jovens com quem conversamos durante o trabalho de investigação. Moussa, um dos nossos interlocutores, disse: “Todas as palavras são vividas”.

Sobre o grupo em Grigny

Amar foi buscar Sylvain e eu na estação RER. Najib, um dos participantes do grupo, está com ele no carro. Como nós dirigimos ao centro de juventude que é muito perto, cerca de quatro quadras, Amar resolve dar uma volta maior e vai explicando no caminho. Dizem-nos que a próxima grande rótula à direita da estação é um lugar comum a ser controlado pela polícia, e também um lugar comum, onde o problema começa quando os jovens do bairro entram em uma batalha com o CRS (polícia de choque). O centro da juventude é um edifício completamente novo. É um lugar sóbrio, arrumado, quase estéril, tem paredes brancas e um oleado laranja brilhante no chão. No térreo, logo na entrada, estão alguns meninos jogando pebolim. Eles todos vêm em nossa direção para nos cumprimentar. Subimos a uma das *salas de oficina* para ter nossa reunião. Sylvain me apresenta brevemente, como um estudante de doutorado brasileiro e abre a reunião. Sylvain pede que eu fale, e me apresento. Os/as jovens fazem algumas perguntas e logo Sylvain abre a reunião, explica que o objetivo da nossa investigação é obter informações sobre o pensamento dos jovens com a ajuda do vocabulário que é importante para eles. Ele conta uma história sobre um menino de *Villiers le Bel*, que disse que uma centena de jornalistas tinha chegado em sua *cit  * ano passado e que todo mundo queria saber coisas sobre eles, mas que ninguém parava realmente para escutar e deixá-lo e os outros jovens terminarem sua história. N  gu  m tinha realmente ouvido. Sylvain diz que nós temos vindo a *Grigny* para fazer exatamente isso, para ter tempo para realmente ouvir os jovens. [Recorda  es de campo, *Grigny Centre*, 12 abr. 2009].

No pensamento de nossos interlocutores, *nós*    uma oposi  o a *eles*. *Eles* são os do outro lado das fronteiras, grupos com quem os/as jovens não se identificam e pelos quais eles/as também não são reconhecidos como *nós*. *Eles* não são s  m s  m diferentes de *nós*, mas geralmente também hostis ao *nós*. Quando os jovens falam sobre *eles*, muitas vezes se referem a todos os que estão associados às institui  es do Estado – políticos, juízes, policiais e ainda professores e jornalistas. *Eles* pode incluir aqueles que vivem em outras circunstâncias socioeconômicas, em bairros diferentes, pessoas que vivem no campo ou na capital, especialmente aqueles que vivem nos bairros mais ricos das grandes cidades.

Nessa interdependência de sentidos representados como excludentes, quanto mais se compartilha o mesmo tipo de experiência, mais se torna viável perceber-se como integrante de um certo *estar-junto*, uma determinada comunidade. As experiências mais comuns são, exatamente, experiências de exclusão e de oposi  o ao domínio d’*eles*, como repressão policial, discrimina  o étnico-religiosa e dificuldades para encontrar um emprego. Essas experiências, negativas para os/as jovens, são compensadas por solidariedade, conectividade, valores partilhados e momentos alegres que a *comunidade de experiência* significa para eles.

Vivenciando dificuldades semelhantes, buscam encontrar um caminho comum para lidar com as diferenças e apoiar-se uns aos outros. Essa significação se expressa, no contexto deste trabalho, através do uso e da valorização de palavras como *família, negócio, valores e regras do bairro*.

Família são aquelas pessoas com quem você compartilha sua vida, que você respeita e que cuidam de você. (Amina)

Os nossos pais vieram para a França para sair da miséria. Eles vieram para a França para melhorar suas vidas, caso contrário teriam ficado no seu país, para cultivar batatas. Eles não querem que tenhamos as mesmas dificuldades que eles. Nossos pais ganharam o seu lugar, aqui, para nós. O que eles fizeram é muito honroso! Nossos pais tinham algo a provar, eles tinham que ganhar o seu lugar e nós reivindicamos os mesmos direitos que o outro francês, estamos no mesmo nível que o outro francês, mas os nossos pais não têm o mesmo nível. (Ali)

Atacar a família é a coisa mais séria que pode acontecer, bater no meu pai é um motivo para um motim. (Moussa)

Nossos pais têm mais respeito pela lei do que nós. Para eles, a polícia é do Estado e eles não querem ter problemas com o Estado. Nós pensamos de forma diferente sobre isso. (Amina)

Além dos pais, amigos próximos também são uma parte fundamental da família. Os amigos que você considera serem da família têm a mesma percepção do mundo, eles entendem as coisas da mesma maneira como você faz, eles compartilham a maioria de suas experiências de vida, eles passam pelo mesmo desenvolvimento que você faz e compartilham o mesmo pensamento. (Ali)

[Grupo de discussão, *Grigny Centre*, entre abril e dezembro de 2009].

Para proteger amigos e parentes, não devem existir limites, acreditam muitos de nossos interlocutores. Eles/as dizem que fariam qualquer coisa para ajudá-los, mesmo coisas que poderiam colocá-los em apuros diante de instituições de segurança estatais.

Família, nos excertos acima, extrapola tanto o sentido de família consanguínea quanto o de família nuclear moderna, sendo significada como um grupo ampliado em que redes de relações entre os membros, maior ou menor grau de cooperação, controle e cuidado, criam formas de proteção informal a ameaças, agressões e humilhações vindas de fora (*d'elles*). Tal significação de família tem sido descrita, também, em contextos de periferias urbanas e em grupos populares brasileiros e foi, inclusive, incorporada às políticas públicas que visam a promover a inclusão social (FONSECA, 2000, 2007; BARBOSA et al., 2008).

Ao mesmo tempo, tem-se argumentado também (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007) que áreas de grande precariedade, no Brasil – com altos índices de desemprego e déficits habitacionais, educacionais, de saúde e de segurança, somados a intensos fluxos migratórios –, apresentariam baixa eficácia social em termos do estabelecimento de laços de confiança interpessoais e de redes de cooperação; e que isso acabaria por enfraquecer a capacidade de

proteção das organizações familiares, ao mesmo tempo em que estimularia formas de individualismo em contraposição a formas solidárias.

Em *Grigny* – também em função de ser um território de imigrantes com composição étnico-religiosa muito semelhante entre si – foi possível observar que redes e laços sociais de solidariedade em famílias ampliadas estão mais presentes e, em muitos momentos, são mais valorizadas do que pertencimentos familiares e grupais em senso estrito. Ao mesmo tempo, e exatamente por essa significação, tais configurações são também móveis e provisórias, mudando em função do tipo de solidariedade e proteção requeridos em determinada situação e contexto.

Segundo Claudia Fonseca (2007, p. 22) “salta aos olhos a funcionalidade da rede extensa de parentes e conhecidos para os processos migratórios [...]”, o que nos obriga a colocar sob suspeita a perspectiva eurocêntrica de uma relação “necessária entre modernidade e nuclearização da família”. Nesse sentido, os agrupamentos derivados dessas “famílias em movimento” burlariam limites de vários tipos: entre o local, o nacional e o global e, ao mesmo tempo, em função de circunstâncias específicas, aqueles que envolvem relações de gênero e geração. Isso se expressa, por exemplo, na forma como *nossos pais* são posicionados: ora como alguém a ser honrado e protegido, ora como alguém que é diferente de *nós*, na medida em que estabelece outro tipo de relação com a lei e o estado que ela representa (“nós pensamos diferente sobre isso”).

Em alguns momentos, solidariedade e cooperação também foram significadas de formas diferenciadas entre os jovens homens e as jovens mulheres. Para as participantes do grupo, essa regra de solidariedade não se impõe do mesmo modo e com a mesma força. Uma delas disse que “não faria coisas imprudentes ou ilegais para defender seus amigos sem uma longa e séria discussão” (Amali). Para os homens jovens, entretanto, a insubmissão diante das instituições vai sendo significada como um modo de existir com certa dignidade. Eles reivindicam ser tratados como franceses e entendem como desonra e humilhação o fato de terem acesso apenas (quando têm) ao mesmo tipo de trabalho que seus pais estrangeiros tiveram quando chegaram à França. Essa indignação se expressa como elemento integrante de certo *ethos* provedor, protetor e, ao mesmo tempo, justiceiro, em que a necessidade de vingança e de reação imediata a qualquer ação/situação reconhecida como injustiça se coloca como forma importante de obter (ou manter) respeito nos grupos de pertença. Nesse caso, trata-se de uma *sensibilidade justiceira* desenvolvida de diferentes modos, seja através de longo aprendizado familiar e/ou, no caso dos homens jovens do grupo, no âmbito de um código de conduta denominado pelos jovens como a *lei do bairro*.

Assim, ao mesmo tempo em que as moças oscilam entre a posição de quem se alinha aos rapazes quando dizem que pensam *diferente de seus pais*, elas se aproximam dos pais quando ponderam se coisas *imprudentes ou ilegais* valem o risco. Parece que para os jovens homens essas possibilidades *de escolha* não se colocam do mesmo modo, nem nas normas familiares, nem nas *leis do bairro*. Formas de viver como homem e como mulher vão se conformando em processos educativos múltiplos e, por vezes, conflitantes, que nunca estão finalizados, através de práticas sociais e institucionais e de estratégias que produzem, naturalizando, masculinidades e feminilidades.

O *ethos* justiceiro, como elemento constitutivo de identidades masculinas como a assumida pelos jovens de *Grigny*, é em grande parte um aprendizado produzido tanto na relação com instituições sociais e estatais (especialmente a justiça, a polícia e a mídia), quanto na socialização das ruas onde crescem¹⁴⁰. Ao adotar ou rebelar-se contra seus códigos, eles procuram conquistar o respeito e a consideração dos membros da comunidade, bem como construir uma reputação que é importante para viver naquele contexto.

A palavra justiça, vivenciada como injustiça, é especialmente significativa nesse processo de construção de identidade:

Todos devem ser tratados igualmente, mas na verdade há uma grande desigualdade entre as pessoas. E isso é muito injusto. (Adil)

E no trabalho, se você vem de *Grigny*, quando você tem os mesmos papéis que a pessoa a partir do 16° arrondissement¹⁴¹ terá mais chance do que alguém que tem papéis de *Grigny*. Se alguém de *Grigny* colocar outro endereço, ele será contratado. (Moussa)

Os promotores não fazem um esforço para realmente olhar para os detalhes de um processo; eles não conseguem olhar para o réu como um indivíduo. (Moussa)

A administração da justiça é como o dono de um cão, e a polícia é o cão. O cão morde, mas o proprietário não. Com o proprietário você poderia ter uma conversa normal se você fosse considerado no mesmo nível humano. Do cão você só pode esperar que ele seja bem treinado pelo seu proprietário¹⁴². (Moussa)

[Grupo de discussão, *Grigny Centre*, entre abril e dezembro de 2009].

Alguns jovens sustentam que o Estado é responsável pela criação de leis que aumentam ainda mais as desigualdades entre as pessoas. Muitos deles acham que jovens dos subúrbios não são tratados de forma igual perante a lei e que recebem punições maiores para a

¹⁴⁰ Os jovens do grupo parecem, ao mesmo tempo, dar-se conta de quão danosa pode ser a lei do bairro, principalmente para a socialização das crianças, e decidiram desenvolver três projetos, a partir das reflexões feitas no grupo. Entre eles, destacamos um atelier de escritura para crianças que denominaram de *Proteger as crianças da lei do Estado e da lei do bairro*.

¹⁴¹ Divisão territorial de Paris. O 16° é um bairro cuja população possui condições socioeconômicas mais favoráveis.

¹⁴² A elaboração de Moussa vai exatamente na mesma direção das formulações de Arendt (1999) sobre a banalização do mal.

mesma infração quando esta é praticada por outros jovens que vivem nas regiões nobres de Paris. A discussão sobre a gravidade de crimes diferentes, como roubo, furto e *crimes de colarinho branco*, apareceu muitas vezes nas sessões do grupo. Eles argumentavam que pessoas da *elite* que cometem um ato criminoso – como empresários fraudulentos ou políticos corruptos – são menos punidas do que os jovens dos subúrbios. Em seu estudo, Kokoreff descreveu essas mesmas percepções que ele definiu como um “sentimento de ser vítima de uma justiça de duas velocidades distintas, um sistema legal que tem duas engrenagens e que acelera mais rápido para condenar um jovem do subúrbio que um político fraudulento” (KOKOREFF, 2003, p. 110).

Já para as mulheres jovens do grupo, as relações com a família, com os amigos e com as instituições parecem ser um pouco diferentes. Primeiro, a *lei do bairro* não parece se aplicar a elas do mesmo modo. Em função de valores étnicos, religiosos e morais, elas, como mulheres, precisam criar uma série de estratégias para estar no (ou para evitar o) espaço público do subúrbio, o mesmo onde os jovens homens, em grande medida, forjam suas masculinidades. Essas estratégias envolvem, por exemplo, sair acompanhadas ou até mesmo usar o véu¹⁴³; e, se elas querem namorar livremente, precisam ir para longe do lugar onde moram.

Essa posição, que impõe e permite às jovens mulheres que ouvimos expressarem-se de outros modos, deve-se à articulação de uma série de intrincados e complexos processos, como a menor pressão que elas sofrem da polícia, outros tipos de mobilidade social que lhes são demandadas e, ao mesmo tempo, uma forte vigilância dos homens com os quais convivem sobre seus comportamentos. Essa articulação, de certo modo, desloca o Estado e suas instituições do lugar de grande autoridade/inimigo a ser vencido. O que se coloca para elas como possibilidade de liberdade, na maioria das vezes, significa exatamente sair do bairro e de sua rede de relações, assim que possível, ou casar.

Especialmente os significados relacionados à palavra *polícia* têm forte implicação na construção dessas masculinidades erigidas no espaço da rua, em contextos de periferias urbanas. Na opinião de Moussa, a polícia coloca-se acima da lei. A polícia é acusada de abuso de poder na maioria de suas intervenções, ou de não ajudar quando realmente deveria.

¹⁴³ Para alguns estudiosos, o aumento da utilização do véu seria um retorno a um tipo de religiosidade e cuidado de preservação de valores culturais das famílias muçulmanas. No entanto, em decorrência de conversas privadas com algumas jovens, pode-se afirmar que o uso do véu é, também, uma forma de serem respeitadas na comunidade e de evitarem ser importunadas ou alvo de brincadeiras de homens, que elas mesmas qualificam de machistas.

Uma conversa normal não é realmente possível com a polícia, porque eles olham só para o lado negativo. Para eles todos os jovens do bairro são suspeitos. Eles colocam todos no mesmo saco. (Abdel)

Os jovens que saem na rua não são abordados de uma maneira pessoal, mas, em geral, tratados como delinquentes em potencial. (Moussa)

Eu chegava a ser revistado três vezes por dia, a caminho do futebol ou da escola para casa; isso é diário. (Nabil)

As ações da polícia não têm qualquer legitimidade para nós. (Moussa)

[Grupo de discussão, *Grigny Centre*, entre abril e dezembro de 2009].

Como já discuti anteriormente, nos países ocidentais contemporâneos, incluindo o Brasil tem-se investido cada vez mais no incremento de um aparato jurídico-policial que tem como foco a infância e a juventude, seja para a preservação de seus direitos, seja para a contenção e ressocialização daqueles que se desviam e que são reconhecidos como ameaça à ordem social estabelecida (FONSECA, 2004). Esse processo como referi, ganhou outras dimensões, na França, com a eleição de Sarkozy para a presidência. Portanto a mudança política e institucional da natureza do Estado e do paradigma de segurança pública que nela se instaura não é simplesmente uma queixa dos jovens participantes. Trata-se de uma forma de governo que permite criminalizar as periferias e aqueles que a habitam, num processo em que castigo e punição passam a ser significados como um princípio político (THOMASSIM, 2009).

Nesse contexto, o *estrangeiro* é posicionado como alguém que quer tirar partido de benefícios sociais e/ou, quando árabe e/ou muçulmano, é relacionado com o terrorismo ou com a organização de violência urbana, nos casos de confronto com a polícia. Assim, jovens habitantes de periferias urbanas, trabalhadores sem documentos etc. são suspeitos *a priori* e representados como inimigos da ordem pública e do bem comum.

Nessa gramática do risco à segurança pública, o Estado francês encoraja a polícia a questionar possíveis situações irregulares nas casas, a invadir apartamentos em busca de armas, a revistar transeuntes e a fazer buscas em carros suspeitos. Além disso, estabelece metas para prisões com premiações em dinheiro para policiais que alcançarem essas metas. Essa “vigilância armada” exercitada pelo governo toma trabalhadores, crianças e jovens pobres e imigrantes como seu alvo e os trata como reféns (BERTHO, 2006).

É claro que a forma como a *polícia* se relaciona com a população jovem masculina e vice-versa, na França contemporânea, faz parte de um processo de delimitação entre aqueles que seriam cidadãos de pleno direito – a identidade francesa que usufrui o direito de compartilhar o que é comum, conforme Sagot-Duvaroux (2006) – e os outros. Bauman

descreve esses outros como “pessoas a quem se negou o direito de adotar a(s) identidade(s) de sua escolha”, acrescidos daqueles que têm “negado o direito de reivindicar identidades distintas da classificação que lhes é atribuída e imposta” (BAUMAN, 2005, p. 45-46) e que seriam aqueles recentemente denominados de “subclasse”. Nessa posição, “qualquer outra identidade que você possa ambicionar ou lutar para obter lhe é negada *a priori*” ou, como expressa Moussa, você é “tratado como um delinquente em potencial”. É o medo do estranho, da diferença, daquilo que escapa ao que reconhecemos como *nós*, que legitima a ação da polícia.

Essa perspectiva de segurança pública talvez subestime, justamente, a profundidade das desestabilizações sociais que ela produz. No caso dos subúrbios franceses e, possivelmente também no caso das periferias urbanas brasileiras, essa desestabilização pode estar associada a uma crescente disposição para reagir dos jovens. O que nos permite supor que um dos fatores implicados com o fracasso de muitas das ações de segurança pública contemporâneas seja o clamor cada vez maior por *mais segurança*. Esse contexto pode ser tomado, também, como potencializador de (nem tão) novas formas de masculinidade – aquelas que assumem o que chamamos aqui de *ethos* justiceiro. Para Alba Zaluar (2009, p. 22):

[...] há importantes transformações sociais globais que atingem simultaneamente várias formações sociais e subjetivas no mundo. Novas identidades e práticas masculinas vinculadas à dominação masculina e ao poder definido como característica viril foram surgindo e se cristalizando em processos sociais já bem estudados. Nesse caso, não se trata da continuidade da família patriarcal, mas sim de uma sociedade em que toda autoridade tradicional está em crise, inclusive a dos pais, na qual o poder fragilizado vem a ser exercido com a exigência de uma submissão sem falhas e uma obediência incondicional dos(as) dominados(as).

O *ethos* justiceiro convive, de forma conflituosa, com significações desencadeadas a partir das palavras respeito e reputação, também muito enfatizadas entre esses jovens.

Quando se caminha nas ruas de *Grigny* em um dia ensolarado, podem-se ver as pessoas parando para cumprimentar umas às outras no meio de um cruzamento, apertando mãos e trocando cumprimentos. Nós ensinamos essas regras gerais de cortesia às crianças daqui, porque esta é a maneira como as coisas funcionam “entre nós”. (Ali)

Eu não sei por que os jovens aqui são tão respeitosos. Talvez porque nós sejamos os mais antigos do bairro, eles são obrigados a se comportar, porque eles sabem muito bem... que não queremos agredi-los, mas nós também sabemos como e o que falar com eles, a linguagem que eles vão entender; e eles sabem que as palavras provenientes de nossas bocas são para ajudá-los. É a maneira de falar que importa. (Moussa)

[Grupo de discussão, *Grigny Centre*, entre abril e dezembro de 2009].

Esse comportamento partilhado não só faz as pessoas se sentirem em casa, num certo nível básico de reconhecimento, mas também reflete valores que são comumente acolhidos por pessoas do bairro. Respeito e reputação não se traduzem apenas em regras de cortesia, mas são partes essenciais de uma atitude cotidiana.

Esses valores de cortesia e respeito frente à reputação denotam componentes constitutivos dessa masculinidade, e eles convivem com a sensibilidade justiceira, em suas dimensões de provisão e proteção, expressando-se através de ações de cavalheirismo e de cordialidade. Essas ações funcionam como formas visíveis de contraposição às representações de falta de civilidade e violência que marcam e discriminam populações periféricas e pobres (CECCHETO, 2004; WACQUANT, 2008).

Regras de cortesia são cultivadas, ali, como valores fundamentais da convivência no bairro e são, ao mesmo tempo, valores que se diferenciam da convivência anônima nas grandes cidades. Essas regras, entretanto, estão também atreladas a noções de honra e de dignidade que, no limite, circunscrevem possibilidades profissionais dos jovens naquele contexto:

Porque tudo o que nos resta é a honra e a dignidade. E às vezes alguns deles estão prontos para morrer por isso. Há muitas pessoas que se envolvem em formas muito graves de criminalidade, muito perigosas. Mas a vida continua. Não é o fim do mundo. (Nabil)

Porque você não está trabalhando para um patrão e seu sucesso nos negócios depende completamente dos valores que você honra. Se você não mantiver sua palavra, por exemplo, você perde a sua posição; assim você tem que manter seus padrões elevados em relação aos outros. Enquanto estiver “no comércio” você não tem um contrato com certas condições especiais, você tem um contrato baseado em princípios. (Nourredine)

[Grupo de discussão, *Grigny Centre*, entre abril e dezembro de 2009].

Apesar das dificuldades vividas em locais desfavorecidos como *Grigny*, as pessoas orgulham-se de *ter dignidade*. Quanto mais negativa se torna a imagem dos subúrbios – e lugares como *Grigny* são representados como *difíceis*, *violentos* e *perigosos* –, mais seus habitantes acham importante *jamaïs baisser les bras* (nunca desistir), como disse Nabil:

A solidariedade, a fraternidade, o espírito de equipe, o respeito, a dignidade. Mesmo quando alguém não tem nada, mas mantém uma dignidade, uma honra, isso é realmente importante, são esses os valores que realmente importam no bairro. Quando você vê como Fadela Amara tenta destruir a imagem dos jovens dos

subúrbios, falando deles como sendo vulgares, animais, que somos violentos, e que as meninas são estupradas, é terrível tudo isso. (Nabil)

[Grupo de discussão, *Grigny*, entre abril e dezembro de 2009].

Nessa direção, a forma como a mídia aborda as tensões entre os jovens e a polícia é descrita por eles como altamente discriminadora. A TV estaria mostrando apenas imagens dos subúrbios que se encaixam em classificações já estabelecidas e legitimadas – lugares *diffíceis*, *sensíveis*, *violentos*. A opinião geral dos jovens é que a mídia só mostra o que interessa a *eles* mostrar.

Acho que eles generalizam demais. Quando se falam destes locais desfavorecidos, generalizam demais. O povo reproduz o que falam os jornais, que o bairro é violento, que é ruim, eles falam o que eles veem na mídia: que o bairro não presta e é violento. Para a imagem do bairro isso é muito ruim, pra gente que mora aqui é ruim, o bairro aqui é sinônimo de violência e pra gente que mora aqui é muito ruim. (Michel)

Ao assistir TV você só vê os brancos nos comerciais, porque negros e magrebianos não são considerados representativos. Os talentos de pessoas dos subúrbios permanecem despercebidos devido a esta tendência, embora haja tantos talentos para descobrir. (Cédric)

(Grupo de discussão, *Grigny Centre*, entre abril e dezembro de 2009].

Nesse sentido, o discurso midiático também está implicado com a produção dessas masculinidades juvenis, na medida em que são os jovens homens que aparecem mais nas imagens que constroem a relação entre subúrbio e violência:

A imprensa grava e ressalta determinadas dimensões de forma mais ou menos consciente [ou intencional]. Embora esses discursos se construam com base em *representações coletivas*, condensando emoções vivenciadas coletivamente nas imagens e nas letras reproduzidas pela mídia, existe certo grau de consciência [intencionalidade] nos jornais que indica a dimensão ideológica. Os jornais não são apenas portadores de *eficácia mágica* que consolidam a reciprocidade entre editores e leitores; são discursos posicionados e valorados. (PEREIRA, 2009, p. 487).

Em contextos representados como *diffíceis*, o princípio de nunca desistir (*jamais baisser les bras*) torna-se particularmente importante para homens jovens que aprendem que devem evitar, a qualquer custo, posições de subalternidade. O argumento de manter a dignidade pode, então, também ser aplicado para justificar a escolha de tornar-se ativo na economia clandestina do bairro. Eles (segundo dizem) desejariam participar da economia formal, como todos os outros, mas diante das dificuldades para conseguir um emprego que se ajuste às suas expectativas muitos deles preferem entrar no *negócio da droga* ou em outra

atividade arriscada a ficar em uma posição subalterna – seja esta posição um trabalho onde eles têm que obedecer a um patrão, enquanto se ganha pouco dinheiro, ou uma situação em que se depende de bolsas ou auxílios de programas de serviço social. Isso, para eles, é representado como uma indignidade maior do que a de envolver-se em atividades designadas como ilegais, por um Estado no qual não se sentem acolhidos como membros legítimos. Ao mesmo tempo, ter acesso a uma renda ou a um salário que corresponda às suas expectativas está relacionado tanto com a capacidade de provisão articulada ao masculino, quanto ao desejo e à capacidade de consumo de artigos disponibilizados à juventude em contextos sociais urbanos de países de *primeiro mundo*.

Dignidade e respeito, articulados à noção de reputação que os jovens buscam construir para si, enreda-se, em alguns momentos e situações, também com uma certa reputação de *Grigny*, como explica Said. Jovens como ele, e gangues relacionadas com essas atividades ilegais, por exemplo, positivam essa reputação e falam dela com orgulho.

Quando eu estava na cadeia na última vez foi como se todo mundo viesse de *Grigny*, você sabe. Eles todos diziam que vieram de *Grigny* quando alguém perguntava a eles. É porque todo mundo sabe que a vida em *Grigny* é dura, e você tem que ser duro quando você vem de lá. Então, todos eles queriam ser conhecidos como homens de *Grigny*. Mas eu sou de *Grigny* e sei quem é do bairro, então eu sabia que todos eles estavam mentindo. (Said)

[Grupo de discussão, *Grigny Centre*, entre abril e dezembro de 2009].

Na medida em que a identidade *filho de imigrantes africanos e/ou árabes* se torna uma diferença que dificulta a esses jovens ver-se reconhecidos como jovem francês, *ser de Grigny* permite inventar para si uma identidade positiva – um *homem duro de Grigny* – na qual se articula de forma específica o que se vive e se significa naquele contexto como família, honra e reputação (entre outras), em confronto e em disputa com o que se vivencia como justiça, polícia e mídia. Conjuntos de significações expressam-se como elementos fundamentais de processos de construção de identidades naquele território-comunidade.

Entretanto esse também é um *nós* fraturado, na medida em que, ao mesmo tempo em que viver em um local representado como violento e degradado é significado como um importante capital cultural – como se pode ler nas palavras de Said –, para outros, como Nabil, essas representações são *terríveis*. Assim, mais do que ressaltar e definir uma determinada masculinidade juvenil que estaria sendo aí produzida, é importante dar-se conta que elas assumem essas configurações – móveis, tensas e provisórias – quando estão em interação, em um movimento que também está sempre aberto a novas, e outras, interconexões.

Para finalizar esta seção, com a juventude francesa cabe retomar que nas falas que apresentei e discuti, descrevi elementos imbricados em três dimensões importantes dos processos de diferenciação que produzem diferenças e identidades naquele contexto: a reputação, a força de caráter e a manutenção de uma rede relacional. Essas dimensões parecem fazer parte da maneira com que esses jovens se narram e, ao mesmo tempo, se apropriam dos espaços públicos aos quais têm acesso.

Sobre sua relação com o Estado francês, poderíamos dizer que as ações de segurança implementadas por ele para conter e reduzir a ameaça que o subúrbio representa – revistas constantes, prisões, invasões de casas e prédios de particulares, desrespeito a pessoas mais velhas e práticas racistas – são traduzidas como ações que precisam ser respondidas por esses jovens. Se o direito à violência por parte do Estado está legitimado, porque não teriam o direito a se defender? É o que eles se perguntam para justificar o *ethos* justiceiro que assumem.

Assim, pode-se (e diria, deve-se) reconhecer que muitos dos elementos constitutivos dessas masculinidades juvenis aproximam-se bastante daquelas masculinidades hegemônicas que temos confrontado no campo dos estudos de gênero. Ao mesmo tempo, talvez se deva também admitir que essas formas hegemônicas de masculinidade e as feminilidades com as quais elas se relacionam parecem, ainda, interessar aos *Estados* e às sociedades das quais fazemos parte; e isso tanto do ponto de vista de sua produtividade em termos de manutenção e fortalecimento da ordem instituída, quanto da potencialidade de seu capital eleitoral, em contextos de importantes reconfigurações de processos econômicos, de trabalho e de direitos sociais.

Nesse sentido, assimetrias e desigualdades de gênero e intragênero continuam bastante presentes nesses contextos sociais; algumas talvez mais fortes que outras, algumas mais presentes nas periferias e outras nos chamados *centros urbanos*. Mas o fato de essas assimetrias não serem reconhecidas e nomeadas pelos homens jovens com os quais conversamos não significa que o uso da força seja um elemento constitutivo, por natureza, dessas identidades.

O que eu vivenciei em *Grigny* foi a posição de alguém que nunca deixou de ser um visitante, capaz de ter uma visão superficial da vida dos/das jovens que lá vivem. Contudo acho que foi possível obter uma perspectiva do que aqueles/as jovens, com quem eu tive contato, têm sobre os seus sentimentos de pertença em relação a *Grigny*, as suas relações tensas com a república francesa e suas elaborações sobre política, justiça e igualdade. Tais *insights* no pensamento desse grupo de jovens oferecem informações valiosas e pistas para pensar sobre a capacidade e engajamento dos jovens que vivem nos subúrbios de Paris, do

ponto de vista de sua elaboração sobre os modos de governo e a política de verdade a que estão submetidos.

5.2 Um bom lugar

No Brasil, pode-se dizer que o aumento da sensação de insegurança foi acompanhado, nas últimas duas décadas, não somente pela ênfase dada à cobertura de seus episódios, mas também por um intenso debate sobre a natureza e as consequências desse aumento. Tal excesso da tematização teve o efeito de produzir um determinado consenso sobre a necessidade de implementar ações públicas para conter a violência. Os bairros pobres das cidades brasileiras passaram a ser identificados como territórios *vulneráveis*, de criminalidade e violência, e comumente apresentados pela mídia a partir de uma imagem monolítica, na qual os jovens homens, principalmente, aparecem mais ou menos envolvidos com a criminalidade, tomados como criminosos reais ou em potencial (SPOSITO; CARRANO, 2003).

O que desejo focalizar aqui é a diversidade de significados que os/as jovens que foram meus interlocutores no bairro Guajuviras atribuíram a determinadas palavras. Assim, nesta seção, busco dar voz aos/as jovens, às suas palavras e aos nomes que fazem parte de seu vocabulário, numa perspectiva de preocupação com o caráter interativo e construído dos significados atribuídos pelos/as jovens a essas palavras. Para François Lyotard (1993, p. 45), “os nomes não se apreendem sozinhos; apreendem-se alojados em pequenas histórias”. São histórias que formam uma rede discursiva e interagem entre si, formando novas frases, textos e, por fim, regimes de verdade. Ou seja, séries discursivas, com enunciados verdadeiros ou não, que “estabelecem o pensável como um campo de possibilidades fora do qual nada faz sentido – pelo menos até que aí se estabeleça outro regime de verdade” (VEIGA-NETO, 2000, p. 56-57).

Nessa mesma direção, ao se referir à juventude, Angelina Peralva observa que, diante das injunções do mundo contemporâneo, jovens e velhos teriam de lidar com uma sociedade cada vez mais contingente:

Enquanto o adulto vive ainda sob o impacto de um modelo de sociedade que se decompõe, o jovem já vive em um mundo radicalmente novo, cujas categorias de inteligibilidade ele ajuda a construir. Interrogar essas categorias permite não somente uma melhor compreensão do universo de referências de um grupo etário particular, mas também da nova sociedade transformada pela mutação. (PERALVA, 1997, p. 23).

Considerando essas observações, entender como os jovens significam determinadas palavras pode ser relevante para verificar fraturas e (des)continuidades nos significados socialmente disponíveis para a juventude pobre e periférica.

Sobre os grupos no Guajuviras

Apesar de eu ter uma razoável experiência em pesquisa com grupos, eu sempre fico um pouco nervoso, principalmente no primeiro dia. Será que vão gostar, será que vai ser que nem na França etc. Quando cheguei na avenida principal, logo avistei Cristiano, que tinha mobilizado os/as jovens. Ele me disse que estava tudo certo. Chegamos à escola e tinha só dois jovens nos esperando. Fomos pegar a chave da sala na secretaria e depois arrumar as cadeiras. Aos poucos começaram a chegar, dois de bicicleta, outros dois a pé, as três meninas chegaram juntas. Fui me apresentando. Alguns só vestiam moletons e estava frio. Olhei para onde entrava um ar gelado e, claro, os vidros estavam quebrados, a sala de aula suja era naquele espaço que o grupo do PELC/Pronasci de teatro funcionava, eu me dei conta da precariedade, mas vamos lá. [Recordações de campo, grupo teatro, Guajuviras, 28 mai. 2010].

No outro dia, fomos até a Contel para iniciar o outro grupo. A Contel é a área mais pobre do Guajuviras, com barracos grudados uns nos outros, as ruas não são pavimentadas e não vi nenhuma pessoa caminhando nas ruas. O Cristiano tinha conseguido a sala de uma ONG para que realizássemos o grupo. Era um grupo bastante heterogêneo, tinha um jovem de 26 anos, um de 18 e outro de 16 e uma menina de 15 anos, que parecia que tinha 12 anos de tão pequena. [Recordações de campo, Contel, Guajuviras, 29 mai. 2010].

Dito isso, começo a análise propriamente dita a partir da letra do *rapper* brasileiro Sabotage, da música chamada *Um bom lugar*. Sabotage foi assassinado em 2003, quando completava 30 anos:

Um bom lugar...

Se constrói com humildade é bom lembrar. Aqui é o mano Sabotage. Vou seguir sem pilantragem, vou honrar, provar. Três cara simples. Gostavam mais de ouvir e aprender. Até que fatalidades com certeza, e é o seguinte. Sempre assim, maquiavelick, maldade se percebe aqui. Cuidado, é falsidade estopim. Dois mil graus. É ser sobrevivente. E nunca ser fã de canalha. A luta nunca vale experiente. É Santo Amaro a Pirituba, o pobre sofre, mas vive. A chave é ter sempre resposta. Àquele que infringe a lei na blitz. Pobre tratado como um cafajeste. Nem sempre, polícia aqui respeita alguém. Em casa invade, a soco ou fala baixo ou você sabe. Maldade, uma mentira deles dez verdades. Momentos oculares é respeito. Estilo um cofre. Só leva os fortes. Filhos do vento um super homem. Pra cada vez tem um largado atrás do poste. Onde fama é capaz de denunciar um irmão pros homem. Fuja, se jogue, o vaps não se envolve. Anda só, na sul respeito, é lei tá bem melhor. Tipo madeira, estilingue. Exige uma forquilha. Rap é militia, um integrante da família. Com uma ideia fixa. Que atinge a maioria, que ainda acredita. No plano B, periferia. Hoje quem pratica. Tá ligado que é o que liga. Por que vira, vira, vira...

Um bom lugar também é, obviamente, uma referência à periferia, à turma da periferia, aos/às jovens da periferia e à sua presença na cena pública. Regina Novaes lembra-nos que o

uso da expressão *periferia*, no Brasil, ultrapassa a localização geográfica: “Trata-se da nomeação de uma identidade construída nos últimos anos e que tem efeitos nos estilos, estéticas, vínculos sociais e laços afetivos das trajetórias de uma parcela de jovens que se apropriaram e deram um novo sentido à palavra periferia” (NOVAES, 2006, p. 116).

Nessa direção, muitos jovens, através de diferentes ações, vêm afirmando outras formas de funcionamento e de organização que fogem à lógica preestabelecida. Essa juventude pobre e marginalizada cria e inventa outros mecanismos de sobrevivência e luta, resistindo às exclusões e às destruições que vivenciam em seu cotidiano e conseguindo, muitas vezes, escapar do destino traçado pela ordem jurídico-institucional.

A ideia é que todos produzem o novo, mesmo quem não está vinculado ao processo produtivo. Produzir o novo é inventar novos desejos e crenças, novas associações e formas de cooperação. Todos e qualquer um inventam, na densidade social da cidade, na conversa, nos costumes, no lazer. A invenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem monopólio da indústria ou da ciência; ela é a potência de todos e de cada um. Cada variação, por minúscula que seja, ao propagar-se e ser imitada, torna-se quantidade social, e assim pode ensejar outras invenções e novas imitações, associações e cooperações. Nessa economia afetiva, a subjetividade não é superestrutura etérea, mas força viva, quantidade social, potência política (LAZZARATO; NEGRI, 2001).

Como na seção anterior, os excertos retirados dos grupos de discussão foram divididos entre *nós* e *eles*. Considerando *nós*: família, resposta, se virar, regras da rua. E *eles*: governo, políticos, imprensa, polícia e se virar. Sendo a expressão ‘se virar’ como eixo comum entre nós e eles.

Com relação à família, os/as jovens interlocutores abordaram ao menos duas dimensões e tensões que permeavam suas vidas: a experiência da pobreza e conflitos familiares para que procurassem empregos. Transcrevo abaixo alguns registros:

Eu não vejo a hora de eu ter a minha vida independente, mas que eu me sustente e que eu tenha a minha vida para eu ficar longe desses mesmos problemas, porque eu sei que isto aí não vai mudar, as coisas não mudam assim tão rapidamente, e eu quero viver distante disso, que nem eu falei que eu estou planejando viajar... mas eu quero indo aos poucos, assim, pra quando eu ver o momento certo, que eu tiver pronto pra ir, eu quero largar tudo, sabe? Não que eu dê as costas para minha mãe, e fale que não preciso mais dela. O carinho que eu sinto por ela vai continuar o mesmo, mas eu quero viver longe dos problemas deles que me envolvem, quero ficar distante. Tenho medo de não conseguir um trabalho que me leve pra onde eu sonho. (Dione)

Sinceramente, eu sinto essa vontade de ir para bem longe e nunca mais aparecer... Mas eu penso assim, “como vou deixar eles aqui”, se comigo já é complicado dando a força, eu ajudo e tudo, imagina sem mim... Vai ser pior ainda, eles vão viver pior ainda... (Mônica)

Eu tenho uma meta: quando eu fizer os meus 17 anos de idade, eu já quero ter a minha casa... Ter a minha casa mobiliada... Desde os meus 10 anos de idade eu moro com a minha família, minha mãe e tudo, mas desde quando eu fiz 10 anos idade eu sou dependente de mim mesmo, consigo me sustentar sozinho, minha mãe nunca precisou me dar roupa, tênis, nunca me deu boné, nunca me deu roupa... Sempre lutei para ter as minhas coisas, nunca precisei, eu disse para ela “pra mim a senhora não precisa se preocupar, porque eu consigo” [...], apesar da idade, eu me viro. Mas eu vou continuar perto da minha mãe para continuar ajudando. (Nando)

O único medo que tenho é perder minha família, o resto é tranquilo. Pra mim, se eu morresse primeiro que alguém de minha família iria ser bem melhor. Eu nem gosto de pensar muito nisso em perder alguém de minha família. Eu tenho medo de perder minha mãe que é a minha família, eu não consigo me ver sozinho de jeito nenhum, com certeza em relação a isso eu sinto medo. (Luciano)

Meu objetivo é o que todos querem, ser bem-sucedido profissionalmente, ter minha família. Eu quero ser bombeiro e eu tenho medo de não conseguir porque isso não é muito fácil e de não conseguir montar uma bela família. (Pedro)

Pra mim, sair de casa é o que mais quero, porque minha mãe me aluga, eu sou quase a empregada da casa. Para meu irmão pode tudo, claro ele é homem, e ainda por cima tenho que arrumar o quarto dele, que é uma bagunça. (Silvia)

Na minha família é difícil, porque eu sou muito cobrado: minha mãe diz que se eu tivesse nascido mulher seria bem melhor, porque pelo menos eu poderia ajudar mais em casa. Como homem, eu tinha que botar dinheiro dentro de casa, homem sem trabalho pra quê? (Felipe)

[Grupo de discussão, Guajuviras, 21 ago. 2010].

Com relação à noção de família empregada pelos/as jovens, percebe-se a centralidade da figura da mãe. Segundo o censo demográfico de 2000, do IBGE, 25% dos lares brasileiros eram chefiados por mulheres, o que comporta um crescimento de 38% no período de 1991 a 2000. Já na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2009, foi apontado um total de 34,7% de domicílios cuja pessoa de referência é a mulher. No entanto, esse número, com relação à região metropolitana de Porto Alegre, onde se situa Canoas, é ainda maior (44,17%), conforme se pode ver na Tabela 1.

Tabela 1 – Famílias residentes em domicílios particulares, por sexo da pessoa de referência da família – Brasil, Rio Grande do Sul e região metropolitana de Porto Alegre – 2001 e 2009.

Local	Sexo	Ano	
		2001	2009
Brasil	Total	100,00	100,00
	Homem	72,66	64,83
	Mulher	27,34	35,17
Rio Grande do Sul	Total	100,00	100,00
	Homem	73,81	63,59
	Mulher	26,19	36,41
Porto Alegre - RS	Total	100,00	100,00
	Homem	68,47	55,83
	Mulher	31,53	44,17

Fonte: IBGE/Sistema Sidra 2011.

Considero pertinente frisar que utilizo os dados numéricos, bem como o tratamento de informações estatísticas, como algo que se “constitui em um enunciado que reflete a representação que a sociedade tem sobre si mesma” (OLIVEIRA, 2004, p. 5). Desse modo, utilizo essas informações que destacam o crescimento da proporção de domicílios chefiados por mulheres como uma outra discursividade, que vai colaborar para o que Dagmar Meyer (2006) tem chamado de “politização da maternidade”.

Márcia Macedo esclarece duas dimensões que levam as famílias a serem objetos de intervenção pública:

Entre outras questões, vão permitir que se perceba, por trás das idealizações em torno de um modelo de família, um conjunto de estruturas reais, o que nos obriga a admitir, em primeiro lugar, que é preciso tratar de *famílias* (no plural), pois há diversidade quando se fala desse grupo social, o qual está em constante mudança (e também os domicílios). Em segundo lugar, importa admitir que, embora haja solidariedade, existe ainda hierarquia, o que significa reconhecer a ocorrência de conflito e violência intrafamiliar. Por último, é necessário assimilar a existência de uma forte permeabilidade da família ao âmbito público, pois se borram, cada vez mais, as fronteiras entre o público e o privado, e a família, nesse contexto, vem se tornando objeto de intervenção das políticas públicas. (MACEDO, 2008, p. 387).

Cabe destacar que, em contextos de precariedade econômica e social, as mudanças em termos da centralidade da mulher na condução dos lares tornaram-se ainda mais acentuadas. Tal fato é atribuído a uma série de mudanças, dentre as quais destaco a participação no mercado de trabalho nas últimas décadas, que reduziu significativamente o modelo de provedor único (e masculino). Essas modificações, associadas a outras, particularmente de ordem demográfica, e a aspectos relacionados à subjetividade das mulheres – bem traduzidos pelo ideário em torno da emancipação feminina –, permitem constatar ainda um elevado crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres.

No âmbito de pesquisas produzidas, coordenadas ou orientadas por Dagmar Meyer, uma série de estudos (MEYER, 2006, 2008, 2008a; KLEIN, 2007, 2010; FERNANDES, 2008; ANDRADE, 2009) tem se debruçado a investigar e “delinear a responsabilização crescente das mulheres-mães, sobretudo daquelas camadas pobres” (MEYER, 2009, p. 19).

A contemporaneidade tem afetado as formas de viver as masculinidades e as feminilidades; nesse cenário, a paternidade e a maternidade, que, habitualmente, têm servido como referência em diversas instâncias culturais, são deslocadas de seu lugar de invisibilidade e hegemonia. Carin Klein discute a politização da maternidade no âmbito do programa Primeira Infância Melhor (PIM):

Podemos pensar numa relação entre as formações discursivas e em como estas são acionadas para a formulação de propostas que colocam as mulheres no centro dos debates contemporâneos, necessitando constantemente aprender e multiplicar suas capacidades como mães, cuidadoras, provedoras do núcleo familiar, agentes de inclusão social, promotoras da saúde, da educação e do desenvolvimento infantil. (KLEIN, 2010, p. 112).

A partir da citação, posso retomar a centralidade da mulher-mãe nas palavras dos/das jovens. Essa centralidade, vista a partir dos estudos de gênero, possibilita compreender o motivo de a ampla maioria (nove entre cada dez famílias) dos lares monoparentais ser chefiada por uma mulher (MACEDO, 2008). Isso permite, ainda, evidenciar que são preservados modelos mais ou menos rígidos em torno das expectativas acerca da maternidade, o que faz com que os/as filhos/as ainda sejam, prioritariamente, objeto de cuidados da mãe. Assim, as ideologias de gênero são a base para se entender o que vai definir a identidade primeira desse grupo – *mulher*, depois, *chefe de família*. Inclusive, é o principal fator que lhes define um *lugar* no mundo: tornam-se chefes de família porque são *mães*, num contexto social que prevê um modelo de maternidade socialmente construído, baseado na hipertrofia de suas responsabilidades parentais (SCAVONE, 2001).

No caso das elaborações dos jovens, fica nítido que estes, por mais que desejem a independência, conservam um sentimento de obrigação de permanecer perto, de auxiliar financeiramente. Essa posição de sujeito, visibilizada pelos excertos acima, indica determinadas estruturas de prestígio ligadas a atributos de responsabilidade (*responsa*) e dever, sintetizadas na ideia de provedor da casa, principalmente em famílias chefiadas por mulheres; algo como a difícil tarefa de ter que ser homem. Portanto manterem-se próximos da mãe para assumirem a responsabilidade pelo domicílio acompanha a trajetória dos valores culturais que atribuem à figura do homem o sustento da casa.

É interessante que, para as jovens, em sua relação com a família, mesmo com a ressalva da condição afetiva, a vontade é de sair de casa, de ter independência, de se libertar, de se afastar dos problemas familiares. A sensação de insegurança amplamente divulgada e o medo da gravidez e das más companhias exercem uma pressão sobre as moças a ficarem dentro de casa; as obrigações com as tarefas familiares são utilizadas para desencorajá-las a sair. Nesse caso, a residência estaria associada a um espaço de confinamento, clausura¹⁴⁴ e não é necessariamente vivenciada como um espaço de convívio com a intimidade. Para as jovens mulheres, a distribuição de funções e responsabilidades é operada a partir de certas

¹⁴⁴ ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro (2000).

hierarquias como a idade e o gênero, que acabam por atribuir, aos irmãos homens, poderes e prerrogativas no interior do grupo doméstico, enquanto que para elas ficam reservada as tarefas domésticas.

Aliás, com relação a idade, alguns estudos mais clássicos sobre juventude defendem a ideia de uma moratória social para esse grupo etário. No entanto, como fica claro na posição dos/das interlocutores/as, essa possibilidade de adiamento em assumir de forma plena as responsabilidades econômicas e familiares era um privilégio para certos jovens, não aqueles dos extratos mais baixos da sociedade. De acordo com Mario Margulis e Marcelo Urresti, a moratória social “pertence comumente a setores sociais médios e altos, que postergam a idade do casamento e da procriação para que durante um período cada vez mais prolongado tenham a oportunidade de estudar e de avançar a sua capacitação em instituições de ensino” (MARGULIS; URRESTI, 1998, p. 5).

Nesse cenário de restrição das oportunidades de emprego – que afeta inclusive os trabalhadores já inseridos, descreditando a estabilidade como marca fundamental da vida adulta –, duas grandes tendências configuram-se entre os jovens. Aqueles de origem social privilegiada adiam a procura por uma colocação profissional e seguem dependendo financeiramente de suas famílias. Com isso, podem, entre outras coisas, estender sua formação educacional, na perspectiva de conseguir uma inserção econômica mais favorável no futuro¹⁴⁵. Os demais, que se veem constrangidos a trabalhar, em grande parte das vezes acabam submetendo-se a empregos de qualidade ruim e mal remunerados, o que em algum grau também os mantêm dependentes de suas famílias, ainda que elas atuem com isso de forma precária. Embora ganhe tonalidades diferentes segundo as possibilidades que o nível de renda familiar permite, o bloqueio à emancipação econômica dos jovens, em ambos os casos, além de frustrar suas expectativas de mobilidade social, posterga a ruptura com a identidade fundada no registro filho/a, adiando a conclusão da passagem para a vida adulta e ensejando uma tendência de prolongamento da juventude.

As dificuldades de um trânsito linear dos/das jovens para o mundo adulto, pelo circuito família-escola-trabalho/emprego, foram substituídas por outros modos de transição, em que certas funções tidas como adultas se tornam uma necessidade imediata para alguns

¹⁴⁵ É interessante observar que o prolongamento da juventude em certa medida desperta a atualização da abordagem do jovem pela via dos *problemas*, pois a extensão do período de tempo em que este permanece como um *projeto de adulto*, sem definição precisa do seu papel na sociedade, dá lugar, especialmente no caso dos jovens oriundos dos setores populares, a preocupações que associam a sua não participação produtiva com potenciais trajetórias negativas do ponto de vista social, como a inatividade ou a delinquência.

(SPOSITO, 1997). As trajetórias juvenis contemporâneas, segundo José Machado Pais (2006), poderiam ser caracterizadas como trajetórias vaivém:

Enquanto nos tradicionais estudos de passagem da adolescência para a vida adulta os jovens adaptavam-se às formas prescritas que tornavam rígidas as modalidades de passagem de uma a outra fase da vida – transições que ocorriam predominantemente em espaços estriados, reveladores da ordem e do controle –, atualmente as transições encontram-se sujeitas às culturas performativas que emergem nos cotidianos dos jovens. Ainda que marcadas por desigualdades e assimetrias, as trajetórias juvenis são permeadas por inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém. (PAIS, 2006, p. 20).

Em relação à perspectiva de trabalho e carreira, os jovens pobres ingressam mais precocemente nas piores funções, possuem os rendimentos mais baixos e, quando podem escolher, optam pelas funções menos rentáveis (CORROCHANO et al., 2008).

Para Cynthia Sarti, a família como esfera privada e a sociabilidade da rua completam-se na constituição do *nós*. A autora esclarece:

A tensão entre os distintos discursos familiares denota a singularidade da família no mundo moderno: ela é ao mesmo tempo auto-referida em sua construção do “nós” – nisso que constitui o mundo privado e permanentemente influenciada pelo mundo exterior – público –, que lhe traz a inevitável dimensão do “outro” com a qual tem que lidar. Assim a família constitui-se pela construção de identidades que a demarcam, em constante confronto com a alteridade, cuja presença se fará sentir insistentemente, forçando a abertura, mesmo quando persistirem as resistências. A família, então, constitui-se dialeticamente. Ela não é apenas o “nós” que a afirma como a família singular, mas é também o “outro”, condição de possibilidade da existência do “nós”. Sem deixar entrar o mundo externo, sem espaço para a alteridade, a família confina-se em si mesma e se condena à negação do que a constitui, a troca entre diferentes. (SARTI, 2004, p. 122).

No sentido apontado pela autora, pode-se pensar a busca por um lugar fora de casa como algo que lhes permitiria sentirem-se mais à vontade para compartilhar interesses e angústias com outras pessoas como eles:

Posso dizer hoje que moro num lugar tranquilo. Tinha notícias todos os dias nos jornais que mataram tantos no Guajuviras, hoje em dia não se ouve mais. Na minha vida pessoal teve um impacto muito positivo porque nossos amigos se bandearam por esse lado e eu, como nunca fui disso, acabei me afastando por causa destas notícias ruins que um morreu aqui, outro ali. Nesse sentido foi melhor pra mim, tive mais tranquilidade. (Felipe)

A minha vizinhança... são gente de muito bom caráter. Apesar de algumas pessoas falarem mal do Guajuviras, muito pelo contrário, é muito bom morar no Guajuviras e a relação com as pessoas daqui. (Pedro)

[Grupo de discussão, Guajuviras, 28 ago. 2010].

O local de moradia funciona como um critério de diferenciação importante. A força da infâmia urbana – no caso do Guajuviras, como um lugar invadido pela violência e pelo tráfico de drogas – é contrastante com a posição de praticamente todos/as jovens com que conversei ou discuti nos grupos que rejeitam a discriminação por endereço, essa mesma que pode prejudicar no momento de obter uma vaga de estágio ou emprego. Mesmo assim, muitos referem o medo da morte de alguém da família, ou de não conseguir um bom emprego.

Os medos levantados pelos jovens do grupo de discussão expressam uma característica comum a boa parte da população brasileira, contaminada com as notícias diárias de mortes e confrontos. Num bairro como o Guajuviras, em que a violência policial é conhecida e onde o tráfico ocupa uma posição importante no imaginário da população, esse medo torna-se mais real. Regina Novaes aponta um interessante paradoxo:

Esta geração teme a morte e convive com a morte prematura de seus pares. Nesse sentido, não deixa de ser também um paradoxo historicamente inédito: na geração em que se alarga, cronologicamente, o tempo de ser jovem em relação às gerações anteriores da mesma sociedade, amplia-se a expectativa de vida da população em geral, e, ao mesmo tempo, também se generaliza um sentimento de vulnerabilidade dos jovens frente à morte. (NOVAES, 2006, p. 111).

O medo da morte é contrastante com a disposição para enfrentar agruras e dificuldades inerentes às dificuldades financeiras e materiais. Ter de se virar cotidianamente para solucionar problemas é um fator de honra e uma obrigação moral compartilhada, segundo os jovens, por quem mora na periferia.

Aqui no Guaju, tu quem ser um lutador. Matar um leão por dia é rotina, se tu não tem resposta, tu tá ferrado. Pra mim é o acordo que temos entre toda a galera, só tem moral aqui quem é de fé, que tem palavra na boa e na ruim, se é estudante, se é ladrão, se é traficante, se é trabalhador não interessa, tem que ter resposta, é isso que vale aqui. (Nando)

Pra gente que é da periferia o mais importante é saber quando é contigo e quando tu tem que ficar na tua. Tipo, a gente não se mete se não é chamado, mas quando é tem que ir, não pode vacilar, tem que ser guerreiro. Eu concordo, a palavra aqui entre nós é resposta, porque como diz um amigo meu: quem gosta de tomar cachorro é canil. (Felipe)

Aqui você convive com todo tipo de gente desde pequeno. Com aquele cara que a vida dele é ser jogador de futebol, com a galera do *hip-hop*, com a turma que vende droga, com os que consomem e vendem, com o pessoal do samba. Por isso não concordo com esse papo que vão te levar para o mau caminho. Se fosse isso imagina, 100% dos meus amigos estariam no tráfico e na real é uma minoria. Tu tem que estar ligado no que você quer, mas no Guajuviras a gente sabe desde guri, que entrar pra correria da droga, tu morre cedo, só cai nessa aquela que tem na família mesmo. (Luciano)

[Grupo de discussão, Guajuviras, 14 set. 2010].

Entre os jovens interlocutores, para conseguir sobreviver e resistir às adversidades de seu contexto social e fazer jus à identidade de morador do Guajuviras é preciso dispor de determinadas características, como a determinação e a firmeza que os transformam em guerreiros e lutadores. Essas posições, “de alguma maneira, estabelecem uma coesão entre todos os rapazes pobres [independentemente de suas trajetórias e adesões a grupos e caminhos]” (SOUZA, 2009, p. 74).

Zuenir Ventura, no seu livro *Cidade Partida* (1994, p. 178), faz uma observação diante da variedade de trajetórias de jovens que conheceu em Vigário Geral¹⁴⁶: “Não se sabe o que impede esses rapazes sem emprego e sem renda de caírem no tráfico”. Diante da falta de perspectivas, o autor faz uma inversão que dá o que pensar: “Não é tanto por que tantos jovens estão no tráfico, mas por que tantos ainda não estão?”.

É de se estranhar por que não se procura investigar os motivos que levam muitos jovens a não delinquir, apesar das restrições econômicas e das variadas formas de violência a que estão expostos. Isso é especialmente relevante quando se considera que a juvenilização da violência se insere em um contexto sociocultural em que as categorias organizadoras do mundo adulto (instituições e funções sociais, mecanismos de mobilidade etc.) perdem sua força agregadora, e os problemas da dinâmica social potencializam a vulnerabilidade juvenil ao apelo da violência.

Os depoimentos de Nando, Felipe e Luciano têm em comum a convivência com uma pluralidade de trajetórias, entre os jovens que eles conhecem, que contraria qualquer tentativa de homogeneização tradicional, quando se trata de abordar as experiências de jovens pobres. A juventude periférica vivencia ou participa de um leque de situações cotidianas em que as opções individuais são efetuadas:

Há uma parte de identificação entre os jovens favelados, em geral, e os bandidos. As fronteiras entre eles se tornaram menos claras do que no passado, quando trabalhadores e malandros constituíam duas categorias de indivíduos fortemente opostas uma à outra. Essa identificação é em primeiro lugar característica de uma geração: o bandido é um jovem e recruta entre os jovens. [...] Estar nessa vida, como dizem os favelados, tornar-se traficante, faz parte das escolhas estruturais que se lhes oferecem – o que está longe de ser o caso, pelo menos com a mesma intensidade, em outros meios sociais. (PERALVA, 2001, p. 133).

¹⁴⁶ A favela de Vigário Geral ficou conhecida nacional e internacionalmente em 1993, após a chacina em que foram assassinados 21 moradores numa única noite.

Outro aspecto que chama a atenção nos mesmos depoimentos é um código centrado na palavra *responsa*¹⁴⁷ (responsabilidade), relacionada à ideia de *atitude*, como defendida pelo movimento *hip-hop*, ou seja, um conjunto de comportamentos e formas de se dobrar sobre si mesmo: ser parceiro na hora boa ou ruim, não se meter onde não é chamado, ter compromisso com sua palavra, sendo do crime ou não. Na cultura periférica pobre, o correto manejo do comportamento tem mais valor moral do que aquilo que o sujeito faz para se manter.

Nisso tudo que a gente vem falando, tem aqueles que a gente falou, estudante, trabalhador, o cara da boca etc., mas tem também aqui no Guajuviras, outros tipos, aqueles que são bundões, tem os *nerds*, tem o família e o cara que é igrejeiro, o pegador e aquele camarada. Ah, para as minas tem aquelas que são de fé, as pra casar e as fazidas. (Nando)

[Grupo de discussão, Guajuviras, 14 set. 2010].

Nando disse que ele era mais família e camarada, pois tentava garantir uma sociabilidade na rua, sem abrir mão de determinadas orientações recebidas na família. Assim, mais do que maneiras dicotômicas de ser homem, essas oposições referiam-se a dois extremos de uma escala de comportamentos masculinos. A distinção entre as tipologias aponta uma aproximação maior ou menor dos sujeitos com os códigos da rua ou de instituições como a família, a escola, o trabalho e a igreja.

Ao fazer essa afirmação, o rapaz explicitou a distinção entre dois espaços com regras e códigos de conduta, com os quais os jovens podem ter maior ou menor afinidade. O *camarada* é aquele que está na rua, vivendo sob os códigos desse espaço de sociabilidade, marcado por uma relação entre iguais – amigos – e por códigos mais *comunitários*, ou seja, acordados na interação entre esses sujeitos.

Na sociabilidade de jovens homens, a partir do depoimento de Nando, várias oposições são acionadas: bundão/pegador, nerd/camarada, as de fé/as fazidas. O prestígio com jovens mulheres é conduta valorizada na relação com os pares. Por outro lado, ser um trabalhador, ordeiro e com autocontrole, que respeita as regras institucionais, valoriza a família e planeja o futuro são requisitos cobrados por adultos de maneira geral, pelos pais em especial, e pelas instituições que são conduzidas por estes.

Nesse sentido, para Nando, o que determinava a subjetividade e também os repertórios de masculinidade de rapazes era o grau de adesão e equilíbrio frente a essas pressões da casa e da rua, da institucionalidade e da não institucionalidade. A constituição de identidades para os

¹⁴⁷ A palavra significativa *responsa* para os jovens do Guajuviras parece convergir com os sentidos atribuídos para *honra*, no caso dos jovens franceses.

jovens é um processo complexo. A identidade só existe no espelho, e esse espelho é o olhar do outro.

Chama a atenção que os jovens do Guajuviras se referem a certos códigos ou regras da rua¹⁴⁸, diferentemente dos jovens franceses, que preferem se referir ao bairro (*quartier*), o que permite pensar na categoria pedaço, elaborada por José Cantor Magnani (1998). Para o autor, pedaço refere-se a um território que funciona como ponto de referência, onde acontece a vida no bairro; evoca a permanência de laços de família, vizinhança, origem e outros. De acordo com Magnani:

Assim, *pedaço* designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla do que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável do que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. (2005, p. 188).

No caso dos jovens do Guajuviras, o jogo de futebol, por exemplo, pode funcionar como um pedaço, com seus códigos, normas, regras de cumplicidade. Uma das características principais do *pedaço* é de que determinados sentidos são ininteligíveis para quem não é iniciado; como os próprios jovens afirmam explicitamente, eles não querem se comunicar com todo mundo, mas apenas entre si: “as inscrições são para aqueles que sabem ler o muro” (MAGNANI, 2005, p. 191).

Com relação a *eles*, os jovens destacaram palavras como governo, políticos e polícia.

Governo é quem faz de conta que cuida, sempre dizem que vai ter um negócio e não tem. Prometem e não cumprem. (Luís)

Que nem o Jairo Jorge, veio aí fazer um comício durante a campanha, perguntou o que a gente queria e pedimos para arrumar o nosso campo. Depois de eleito, veio uns caras da prefeitura que arrancaram nossas goleiras. Bom, aí a gente pensou agora vai. Que nada, nunca mais. Ah, isso aí é... No caso, pra nós, isso aí é patifaria dele. Pra mim, é mais um sem-vergonha. (Vinícius)

Eu concordo é com os Racionais, que numa música diz mais ou menos assim: “O sistema manipula sem ninguém saber. A lavagem cerebral te fez esquecer, que andar com as próprias pernas não é difícil. Mais fácil se entregar, se omitir.” (Felipe)

[Grupo de discussão, Guajuviras, 28 ago. 2010].

O governo e seus representantes não têm mais legitimidade aos olhos dos jovens interlocutores. O sistema político, incluindo partidos, não consegue processar as manifestações e demandas que hoje são apresentadas pelos/as jovens das periferias, e isso gera um descompasso entre representantes e representados, levando essa juventude a recusar-

¹⁴⁸ Durante a atividade do grupo de futebol do Pelc/Pronasci, um dos jovens acertou uma pedrada em bebê que estava no carrinho empurrado por sua mãe, essa atitude mesmo que involuntária foi considerada inaceitável, o garoto que jogou a pedra foi espancado por seis outros jovens por ter quebrado uma das regras da rua (Depoimento Silvano, 13/09/2010).

se a *jogar o jogo*. A precariedade da periferia, como espaço político e de participação cívica efetiva, indica um processo crescente de desilusão em relação à solução pela via institucional.

Manuel Castells (2001) mostra como, nas democracias ocidentais consolidadas, as eleições têm revelado um dado importante: a diminuição da participação da população nos processos eleitorais. Para ele, a democracia está em crise e, como consequência, há uma clara crise de legitimidade:

[...] um componente essencial dessa crise de legitimidade consiste na incapacidade de o Estado cumprir com seus compromissos como estado de bem-estar, desde a integração da produção e do consumo, com um sistema globalmente independente e os respectivos processos de reestruturação capitalista. (CASTELLS, 2001, p. 401).

Para o autor, as novas condições institucionais, culturais e tecnológicas do exercício democrático tornaram obsoletos os sistemas partidários existentes, levando à volatilidade eleitoral, ao desaparecimento gradativo dos partidos e à importância decisiva da mídia nos processos eleitorais. Assim, a tendência global parece indicar ou confirmar, ao longo do tempo, a proporção decrescente de votos para os partidos.

José Saramago, no livro *Ensaio sobre a lucidez* (2006), diz que “as pessoas querem compreender o sistema onde estão. As pessoas querem dar uso à cabeça. Esta sociedade precisa de cidadãos que pensem e ajam em consciência” (p. 24). A história desse ensaio passa-se num país não identificado (mas com clara referência a Portugal), onde há eleições autárquicas, nas quais o voto em branco chega aos 70% na capital do país. Repete-se a eleição e o problema aumenta: o voto em branco atinge os 83%. O governo é incapaz de compreender e decide entrar pelo caminho da *redenção*, porque, diz Saramago, “não há governo no mundo que esteja preparado para esta situação”.

No livro, Saramago toca um assunto que não é tabu, mas que está relacionado ao exercício cívico do voto e suas consequências. Como acontece com tudo o que está à vista, acabamos por não ver essas consequências. “Uivemos, disse o cão”. A escolha desta frase para epígrafe do romance prende-se à ideia de que os homens são os cães e, como tal, devem uivar. “Já é tempo de uivarmos. Todos nós devemos levantar a voz”, afirma o autor, para quem o próprio romance pretende ser um *uivo* (SARAMAGO, 2006, p. 12).

A descrença nas rígidas instituições políticas tradicionais (sindicatos e partidos), a impossibilidade de identificar o interlocutor a quem dirigir reivindicações, a perda de força da representação que fora um dos elementos-chaves da política contemporânea determinam um redimensionamento da resistência frente ao poder.

Para John Holloway, a mudança possível foge à esfera do político e inscreve-se na cultura: “o antipoder está na dignidade da existência cotidiana. O antipoder está nas relações que estabelecemos o tempo todo, relações de amor, amizade, camaradagem, comunidade, cooperação” (2003, p. 38).

Talvez seja esse o motivo do grande alcance do movimento *hip-hop* na periferia, uma vez que é ali que os/as jovens encontram espaço para expressar seu descontentamento e forjar novas formas de ação pública. Pela mesma razão, porventura, as políticas públicas seguem tentando capturar o *hip-hop* em seus projetos sociais.

Foi comum entre os jovens o relato de que o engajamento no crime está articulado a poucas possibilidades de se adquirir um trabalho e profissionalização. Nas suas palavras, o termo que define essa relação entre obter ou não obter trabalho é *se virar*, como a estratégia para lidar com as dificuldades econômicas.

Tem muito pouca coisa na periferia. O país não tem emprego e a gente tem que se virar. Mas se virar como, sem emprego? Muitos não estudam, alguns têm pensamento fraco, mas, talvez, é a única saída que tem: ir para a vida do crime, ir passar drogas, se envolver com coisa que não tem futuro. (Vinícius)

Hoje, meus amigos não estão conseguindo emprego. Eu tenho um amigo que terminou os estudos e mesmo assim não conseguiu emprego. Daí ele entrou nessa, porque ele pensou: “Eu vou criar minha filha e depois eu saio dessa”. Só que daí é que dá medo, porque ele não vai conseguir sair. O tempo vai passando e isso vai aumentando e vai chegando a um ponto que ele não vai sair mais. (Nando)

[Grupo de discussão, Guajuviras, 14 set. 2010].

Empurrados pelas necessidades de sobrevivência pessoal e/ou familiar, os jovens sentem-se compelidos a procurar uma ocupação, deparando-se quase sempre com as dificuldades de uma conjuntura econômica que exige trabalho especializado, escolaridade e experiência em quantidade e qualidade que foge completamente às suas possibilidades. Ter de se virar, nas palavras significativas dos jovens, tem a ver com qualquer modo de ocupação que os permita algum grau de autonomia material e até mesmo simbólica.

De acordo com Luis Eduardo Soares:

Emprego, renda, moeda e mercadoria também são itens do repertório cultural, também são investidos de emoção, cercam-se de valores e estão mergulhados em símbolos. Exemplo: ter um emprego é muito mais que se credenciar a um salário, é fazer parte de um grupo, compartilhando uma identidade, escovando sua auto-estima, é merecer o apreço da família, dos vizinhos, da comunidade, é sentir-se valorizado, porque, segundo nossas tradições, trabalho enobrece. (2004, p. 148).

Nas discussões com os jovens, a combinação entre falta de oportunidade de emprego, a necessidade de se virar e a proximidade com o *movimento* dos grupos de traficantes de drogas são dilemas enfrentados por esses rapazes, que precisam se armar de malícia para entender o que está acontecendo na rua, e não enveredar pelos riscos da violência, da ilegalidade.

A alusão ao perigo de ter de entrar para o tráfico, por sua vez, traz uma conotação positiva, pois não é para qualquer um aventurar-se e se virar sem precisar recorrer a essa alternativa. É preciso ter discernimento ou, em suas palavras, não ter pensamento fraco, como uma forma de valorização de seus estilos de vida, superando as representações que associam pobreza, delinquência e violência.

Os jovens não fizeram nenhuma condenação moral ou denúncia dessas situações de seus cotidianos, mas alertam para o fato de que a incerteza da vida de trabalhador – muitas vezes, encarada como a de um *fodido* – dificulta que satisfaça as demandas e os desejos de consumo cada vez maiores dos jovens. Fabrício contou-nos sobre a dificuldade de comprar roupas, tênis e celular – contando apenas com os poucos recursos obtidos por meio de trabalhos, muitas vezes sazonais, ou por bolsas oferecidas por ONGs e programas governamentais – para justificar por que a trajetória do *traficante* se apresenta como atraente. Sandoval mencionou os mesmos dilemas, situando a problemática do consumo como uma prova de poder na relação com os pares e com as garotas. O envolvimento com as atividades ilícitas emerge como possibilidade para atestar a capacidade de se *desenrolar* e de envolver-se com algo que oferece riscos, inclusive de vida.

A maioria dos caras do bairro é trabalhador, eles trabalham e com o dinheiro compram roupas e coisas que vão poder mostrar que eles são alguém. Se você não está nesse esquema, é meio vagabundo [...]. A gente não é caracol, não carrega a casa nas costas, então você mora em um barraco fodido, mas você anda bem vestido com seu tênis de mola muito louco, e aí ninguém sabe quem é quem [...]. Se o cara não consegue fazer isso, fica parado e não é ninguém ou ele vai virar aviãozinho, vai fazer as correrias [envolver-se com o crime]. (Sandoval)

Tem muita gente que acha que entrar no crime é uma coisa fácil, que é uma vida fácil, mas não é. O cara está sempre correndo risco, fugindo da polícia, envolvido com briga, com confusão. Por isso que eu falo que quem entra nessa tem cabeça fraca, porque entra achando que é fácil. Aí o cara não sai, não sai porque com esse dinheiro ele compra carro, compra moto, tem um monte de mulher atrás dele... Fica considerado na rua. Tipo, os caras respeitam, ele se impõe. (Fabrício)

Necessidade de ter as coisas, porque é terrível você ir para a escola e ver que seu colega tem um bocado de coisas que você não tem. Tem uma bermuda boa, um tênis bom que você não tem. Por quê? Então essa é uma das causas... que não justifica. A falta de emprego, de oportunidade de vida que você não tem. Aqui não tem. (Nando)

[Grupo de discussão, Guajuviras, 21 set. 2010].

O excerto acima pauta-se sobre certas valorações entre o ingresso ou não no tráfico. Uma das afirmações possíveis e talvez necessárias é de que uma minoria absoluta de jovens das periferias se envolve com drogas. Segundo estudo do Observatório das Favelas (2008), no Rio de Janeiro cerca de 1% dos jovens entre 14 e 30 anos participa do esquema do tráfico. É bastante lógico, em qualquer atividade criminal que se possa obter lucros, envolver um número pequeno de pessoas, tanto em razão da divisão dos lucros quanto do ponto de vista do controle da confiança.

Nos depoimentos, chama a atenção que o ingresso no tráfico estaria associado à possibilidade de consumo. Fica claro que os jovens que aderem às *correrias* da droga podem consumir peças de vestuário, tornar-se interessantes para as jovens, enfim podem ter as *coisas*. Parece tratar-se de um desejo de diminuir a distância existente entre sua capacidade de consumo e a pressão social para consumir, ou seja, para poder se afirmar socialmente. No entanto essa pressão consumista está colocada para todos/as, mas para aqueles/as que estão fora do jogo se torna muito mais difícil.

Para Zygmunt Bauman, o mercado é o grande marcador de igualdades ou desigualdades sociais:

Quanto mais elevada a procura do consumidor (isto é, quanto mais eficaz a sedução do mercado), mais a sociedade é segura e próspera. Todavia, simultaneamente, mais amplo e mais profundo é o hiato entre os que desejam e os que podem satisfazer seus desejos, ou entre os que foram seduzidos e passam a agir do modo como essa condição os leva a agir e os que foram seduzidos mais se mostram impossibilitados de agir do modo como se espera agirem os seduzidos. (1998, p. 55).

Reconhecendo as bases que condicionam os rapazes pobres a se enveredar por ações ilícitas ou o exagero da associação de jovens pobres e negros com o caminho da ilegalidade, os entrevistados tentaram, a partir de suas seleções, dissociar a construção social do jovem pobre e/ou negro dos caminhos para a violência e a criminalidade.

Os jovens questionaram a exploração da violência associada ao lugar onde moram e, especialmente, aos moradores da periferia. Everson, ao lembrar de uma notícia de jornal, fez o seguinte comentário:

Acho muito ruim, chato, às vezes não tem nada a ver com a periferia, às vezes tem morte que foram outros lugares e eles dizem [no jornal] que foram nas periferias. Exemplo, eu ouvi falar do cara que mataram ali no Gela Boca, um bar na frente da Praça da Brigada e depois no outro dia eles colocaram a culpa na Comtel. Às vezes mataram as pessoas que não tem nada a ver com os conflitos. Acho que isso é ruim,

porque eles colocam a culpa nos mais pobres da periferia. Por isso que eles [os políticos] inventam esse Território de Paz. (Everson)

[Grupo de discussão, Guajuviras, 28 set. 2010].

Há preocupação com a construção de uma imagem mais positiva de jovens pobres, pelos meios de comunicação. Ao falarem da violência e do lugar onde moram, tratam essas situações como ações que contribuem para reforçar a fama de lugar ruim de se viver. Os jovens acreditam que a mídia cumpre um papel importante em divulgar uma reputação negativa. Eles acreditam que a cobertura negativa de eventos ocorre em todos os lugares, e não só no Guajuviras, o que influencia as opiniões dos políticos e o processo de decisão política.

Para Mary Jane Spink:

As notícias sobre crimes contextualizam a ação: onde, como, por que e com que consequências para as vítimas. Parecem permanecer como “notícia” enquanto tais elementos não forem solucionados [...]. A escolha dos termos em que são descritos (incluindo aí textos e imagens) as vítimas, os perpetradores do crime e as circunstâncias têm efeitos ideológicos, uma vez que situa esses diversos atores desta rede de humanos e não humanos em relações de poder que estão perpassadas por pressupostos sobre motivos e possíveis relações entre vítimas e criminosos. (2006, p. 37).

No Brasil, pode-se dizer que o aumento do sentimento de insegurança foi acompanhado, nas últimas duas décadas, não somente pela ênfase dada à cobertura de seus episódios, mas também por um intenso debate sobre a natureza e as consequências desse aumento. Tal excesso da tematização teve o efeito de se construir um determinado imaginário sobre a violência, que passou a informar e a produzir atitudes sociais a ela referenciadas. Áreas pobres próximas das capitais brasileiras passaram a ser identificadas como territórios *vulneráveis* de criminalidade e violência, e comumente apresentados pela mídia a partir de uma imagem monolítica, na qual todos os personagens aparecem mais ou menos envolvidos com a criminalidade, em especial jovens e negros, tomados como criminosos reais ou em potencial (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Com relação à atuação da polícia, os/as jovens demonstraram que eles/as, seus familiares e a vizinhança não constituem instâncias isentas de agressões. Ao lado de valores como solidariedade e amizade, que ajudam a resolver dificuldades práticas e contribuem para criar sentimentos de identidade, a violência projeta a sua sombra sobre a vida social.

A polícia, em vez prender os traficantes, eles passam a mão por cima... Tipo, 50 por cento é nosso e outros vocês se viram. A maioria das bocas tem ajuda de policial,

entendeu. O caso assim, o policial ficou sabendo e chega e fala pra pessoa, “ah, se tu não quer que a gente te entregue, tu me dá uma comissão aí por cima que fica por isso mesmo”. Daí já influencia mais, entendeu. Daí em vez de tá combatendo, eles estão ajudando, incentivando. E quando é com trabalhador ou com a gurizada, eles esculacham, ameaçam e fazem um monte de coisas ruim que nem é bom falar. (Dione)

Eu acho que eles acham que o tempo deles é muito precioso para estar gastando com pouco. Eles acham que é pouco o que acontece. (Vanessa)

A gente tem um exemplo de um colega que faleceu há pouco tempo, lembra? O Diego, quando ele foi baleado, ele parou na frente da Brigada e pediu uma viatura, baleado. No caso, ele ainda estava ciente, só que aí não podiam porque recém tinham lavado uma viatura. Daí vê se isso é uma coisa que se diga pra uma pessoa que tá ferida? E da demora disso, o guri faleceu. Daí depois eles falam que não foi isso que aconteceu, mas tinha alguém junto com ele que viu. (Vanessa)

Sim, todo mundo só fala que o Guajuviras é só violência, mas não existe isso, nós também ajudamos um ao outro, por mais que a gente esteja passando dificuldade, a gente não consegue ver um amigo assim passando necessidade e não ajudar. (Rogério “Mano”)

A polícia não dá arrego [...]. Às vezes tem uns que chegam já e não querem saber... Não, tem uns que chegam e não querem nem saber, já... “Bota a mão na parede” e já dá um chute na perna pra abrir as pernas... (Évelin)

[Grupo de discussão, Guajuviras, 28 set. 2010].

Os moradores entendem esses e outros abusos de autoridade como expressões da discriminação contra eles (ADORNO, 2002). Assim, mesmo que a maioria dos policiais faça parte do mesmo extrato social, eles absorvem esquemas discriminatórios e desenvolvem condutas violentas contra pobres. Estes, por sua vez, como não dispõem de recursos materiais e políticos para modificar a imagem produzida sobre eles, nem para agir contra os abusos, constituem presas fáceis para a violência policial.

No Guajuviras, a agressão policial pode ser motivada pela “aparência pessoal” (como a reação com um algum comentário), conforme verificado em um relato que trata da violência praticada contra um jovem negro. O comentário foi feito no grupo de discussão por outro jovem:

A polícia vem até aqui na Contel e querem escancarar... Esses dias eles chegaram aqui e pegaram o Mano e foi arrastando ele pelos cabelos, pensando que era vagabundo. Aí um monte de gente da comunidade saiu para tentar impedir, dizendo para polícia que ele era trabalhador e tudo. Enquanto um segurava o Mano o outro xingava mãe de família, pessoas de idade, chamando todo mundo de chinelo. Depois eles liberaram ele. A polícia tem essa mania... Se você tem não andar como os burgueses, com sapato, calça para não ser confundido com um ladrão. Ah se você tiver um tênis legal eles também te pegam, tu pode até não ser, mas se tiver cara... eles dão cascudo. Agora a gente fica sem saber o que é cara de marginal [e] o que não é. É uma situação muito estranha. [Felipe, Grupo de discussão, Guajuviras, 22 jun. 2010].

Abordando a agressão sofrida por Mano, um dos jovens questionou o critério da polícia para identificar e prender suspeitos, em um bairro composto majoritariamente por pobres e negros. Baseando-se nesse critério, a repressão policial atinge fundamentalmente negro-mestiços pobres, e, às vezes, nem tão pobres, que se encaixam no perfil definido.

Tiago: A gente está aqui no bairro e chega um cara sem dar explicação, com arma na mão. Então a gente não pode confiar na polícia, são tão marginais, porque se aproveitam da farda... Eles pegam a gurizada da vila batem, dão coronhada, dão murro, dão bicuda e agora choque com aqueles aparelhos novos, e nós não podemos revidar, senão piora.

Damico: Mas isso acontece seguido?

Talhes: Antes não, eles tinham medo, eles só entravam aqui de comboio para matar mesmo. Agora depois desse monte de coisa, câmeras etc. eles entram até sozinhos, eles não tem mais medo, agressão da polícia aqui na vila é quase todo dia.

[Grupo de discussão, Guajuviras, 22 jun. 2010].

Ainda que não poupem mulheres e pessoas idosas, os abusos recaem principalmente sobre os jovens negros e mestiços do Guajuviras. Percebidos como mais perigosos, eles são frequentemente abordados, revistados e espancados. O fato de esses jovens não poderem reagir facilita a punição antecipada, o bater antes de indagar e o traumatizar os corpos para neles inscrever o medo.

As ações policiais de revista e averiguação, acompanhadas por ofensas, pancadaria, exibição de armas e tiroteio, representam uma afronta para os moradores, negando a imagem que estes têm de si mesmos como pessoas direitas, trabalhadores honestos e pais de família, que não se identificam com os fora da lei. Abordando essa situação, Tiago declarou:

Eu não estou dentro da cabeça da polícia. Não querendo falar demais, certa vez nós estávamos aqui, quatro caras jogando carta. Aí eles [a polícia] chegaram abordando a gente de noite, a gente teve que levantar, botar a mão na cabeça. E eles apontando aquelas armas ali para a gente [...] seja lá quem for, nós temos nossos direitos, tá entendendo?

[Grupo de discussão, Guajuviras, 22 jun. 2010].

Igualando moradores e marginais, a polícia acaba sendo identificada com os bandidos que, como ela, também não respeitam o direito do outro e usam a força para impor a sua vontade. Segue a posição de Mônica:

Quando chega, quer que a gente dê conta, quer que fale. Você não sabe, mas é obrigado a falar e dizer onde está... Apanha... É xingado... Eu acho que a polícia aqui faz mais medo do que os marginais. Essa semana teve um assalto na avenida e

os ladrões correram para cá. Na primeira casa que eles puderam. Então a polícia veio atrás, foi atirando sem saber quem estava na frente. No ano passado teve um rapaz mesmo que morreu. Todo mundo aqui teve de ficar de porta fechada porque a polícia foi atrás e acabou matando ele dentro da Contel. Se tem uma senhora de idade na frente passando... É certo que teria levado um tiro. [Mônica, Grupo de discussão, Guajuviras, 23 jun. 2010].

Na tentativa de se defenderem da agressão policial, os moradores desenvolvem estratégias para se diferenciar dos marginais e não sofrer abusos, como ter cuidado com a aparência pessoal, evitar a circulação em horários e lugares frequentados por bandidos, manter as luzes das casas apagadas nas ocasiões de batidas policiais, e fazer pressão sobre a polícia, para que ela libere pessoas inocentes presas e agredidas injustamente.

Com base em suas pesquisas, a Anistia Internacional produziu um relatório (2007, p. 9) que constatou:

Temos no Brasil um policiamento baseado em contenção e invasão de comunidades socialmente excluídas, que “criminalizou” seus residentes, que sofrem persistente discriminação do sistema de Justiça criminal, de setores da mídia e da sociedade em geral. O uso de força excessiva, e as execuções extrajudiciais, a tortura e a corrupção se tornaram práticas comuns entre certos integrantes da polícia, que são mantidas graças à impunidade que eles desfrutam. Nas comunidades socialmente excluídas, isso vem destruindo a credibilidade do Estado como protetor dos direitos humanos justamente entre os que mais precisam de proteção.

O aparelho policial adotou, nos últimos anos, uma orientação violenta que, prescindindo de mediações legais, vem causando um alto número de mortes de pessoas predominantemente jovens do sexo masculino, com idade variando entre 15 e 29 anos, pobres, moradores de periferia e negros (SOARES, 2006).

Cabe perguntar se não são estas situações de indeterminação – na qual os negros se encontram causados por uma discriminação muito sutil que cria situações cada vez mais frequentes de vulnerabilidade social – que desfazem formas de vida, transformando a maioria dos que pertencem a esse grupo em *vidas matáveis*?

O antropólogo Luiz Eduardo Soares salienta:

A violência tem se tornado um flagelo para toda a sociedade [...]. Entretanto, os efeitos mais graves de nossa barbárie cotidiana não se distribuem aleatoriamente. Como tudo no Brasil, a vitimização letal se distribui de forma desigual: são sobretudo os jovens pobres e negros [...] que têm pago com a vida o preço de nossa insensatez coletiva. (SOARES, 2006, p. 130).

O *Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil*, organizado pela UNESCO, pela Secretaria dos Direitos Humanos e pelo Instituto Ayrton Senna, em 2004, aponta que o

número de vítimas de homicídios entre a população negra é 65,3% superior à população branca; e entre os jovens de 15 a 24 anos a situação é ainda mais preocupante, com uma proporção de vítimas de homicídios de jovens negros 74,3% superior aos jovens brancos. Resultados parecidos foram apontados pelo *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros*, de 2006, mostrando que a quantidade de vítimas de homicídios entre a população negra é 73,1% superior à da população branca, e que entre os jovens negros é 83,1% superior aos jovens brancos.

Segundo o Mapa da Violência no Brasil (2010, Anatomia dos Homicídios no Brasil), podemos observar que a tendência geral é de queda no número absoluto de homicídios na população branca e de aumento na população negra.

Efetivamente, no quinquênio 2002-2007, para a população total, o número de vítimas brancas caiu de 18.852 para 14.308, o que representa uma queda significativa, da ordem de 24,1%. Entre os negros, o número de vítimas de homicídio aumentou de 26.915 para 30.193, o que equivale a um crescimento de 12,2%. Com isso, a brecha preexistente cresceu, no quinquênio, 36,3%. Em 2007, surgiu um novo patamar: morreram proporcionalmente 107,6% mais negros do que brancos, isto é, mais que o dobro (2010, p. 116).

Em outras palavras, para cada branco assassinado, morrem 2,2 negros nas mesmas circunstâncias. Pelo balanço histórico do último quinquênio, a tendência desses níveis de vitimização é crescer ainda mais.

No grupo, discutimos ainda as consequências do Território de Paz¹⁴⁹:

Damico: E as ações da polícia no bairro. Mudou alguma coisa depois do Território de Paz? Vocês se sentem mais seguros, há uma maior revista, blitzes, essas coisas que acontecem com mais frequência?

Mano: A polícia faz blitz quase que todos os dias no bairro Guajuviras, não são todos os dias, mas olha...

Damico: Aonde e como ocorre?

Sandoval: Principalmente na avenida principal, eles fazem blitz ali, de quatro a cinco vezes por semana tem blitz na avenida principal. Na principal só pra carro, principalmente pra carro, mas o que acontece? Acontece algo que não acontecia há um tempo atrás no bairro Guajuviras, que eu comecei a visualizar isto... A polícia tem feito muito mais ronda do que fazia antes, fora da avenida principal. No bairro Guajuviras ela se limitava à avenida principal, as viaturas da brigada circulavam somente pela avenida principal, e o que está acontecendo agora? A polícia anda circulando sim por outros locais do bairro, principalmente nas vilas, a polícia já esta entrando na Contel, já vi várias vezes, coisa que eu não via antes...

Damico: Como são as revistas?

¹⁴⁹ Grupo de discussão, Guajuviras, 18 jun. 2010.

Fabício: O que aconteceu comigo foi assim, a polícia me abordou, me bateu, me deu choque, foi uma abordagem agressiva então eu acho que nós estamos mais sacaneados do que antes.

Silvano [coordenador de núcleo que participou nesse dia do grupo]: frequentemente os jovens que participam das oficinas do PELC vinham me relatar isto, inclusive aconteceu um dia que eu acabei chegando cerca de uma hora mais tarde nas atividades da praça Ildo Meneghetti, que eu sempre chegava lá por volta de três e meia... Aí um dia eu tive um compromisso na universidade e eu acabei chegando mais tarde, cheguei lá por volta de quatro e meia, quase cinco horas, quase ao final da atividade... O grupo já estava indo embora, mas a bolsista estava lá ainda, e ela me disse que a polícia entrou praça adentro e abordou os guris que estavam ali, ali com ela ali, abordou os guris ali perguntando cadê a maconha e abordou. Realmente tinha um ali que estava consumindo maconha... Mas a polícia entrou, entrou ali em plena a atividade, ali, que uma atividade da Secretária de Segurança e entrou ali e abordou os garotos e nem quiseram saber.

Segundo as discussões travadas no grupo, foi recorrente a visão da polícia como corrupta. Fizeram referência a vários casos de suborno de policiais pelos traficantes. Em suas opiniões, a polícia não respeitava as leis e nem os moradores do bairro, aqueles que deveriam ser defendidos. Chama atenção que o foco do Território de Paz em áreas vulneráveis parece tê-los tornados mais vulneráveis à ação da polícia (cf. HECKTHEUER et alli, 2009).

Assim, o que pude apreender foi que a implementação do *Território de Paz* do Guajuviras preparou um campo propício a intervenções que comprometem a vida das pessoas, as sociabilidades habituais e a apropriação dos espaços públicos.

Essa conduta das polícias militares constitui-se em uma evidente ameaça às liberdades civis e à democracia. Diminuir a *economia da violência fatal* é uma exigência da prática democrática e da aplicação do *princípio da lei* para limitar o poder de funcionários que dispõem sobre a vida dos cidadãos.

No Brasil, ainda domina uma mentalidade do período autoritário com dificuldades de ajustar as instituições de segurança e justiça aos princípios da democracia. Haveria uma *crise dos direitos civis*, expressa por sua baixa efetividade e no pouco controle civil sobre as forças policiais e militares.

Para finalizar esta seção, entendo que cabe ao menos uma menção ao papel de uma pesquisa de doutorado que – assim como neste caso – aborda uma temática que envolve tantas representações, ao mesmo tempo em que os/as jovens de periferias estão expostos/as a tantas urgências. Recorro aqui ao que Stuart Hall disse a respeito da Aids:

Diante da urgência das pessoas que estão morrendo, qual o sentido dos estudos das representações, se não oferecem resposta a alguém que pergunta se, caso tome a medicação indicada, irá morrer dois dias depois ou uns meses antes do previsto? Nessas alturas, penso que qualquer pessoa que se envolva seriamente nos estudos culturais como prática intelectual deve sentir, na pele, sua transitoriedade, sua

insubstancialidade, o pouco que consegue registrar, o pouco que alcançamos mudar ou incentivar à ação. Se você não sente isso no trabalho que produz é porque a teoria o deixou em paz. (HALL, 2006, p. 200).

Se substituirmos a cultura da Aids pela cultura do medo, é possível pensar que estamos diante de um problema parecido, ou seja, há uma parte das pessoas com que vou conviver ou que já conheci que vai morrer logo. Não posso negar que a questão da violência está relacionada à representação de certas pessoas em detrimento de outras.

6 ESTÁ CHEGANDO A HORA...

Há exatamente quatro anos quando iniciei este doutorado eu não tinha ideia dos desafios que iria encontrar. De fato, quando se entra numa empreitada como essa não se sabe como ela vai acabar e nem quão árduo e, ao mesmo tempo, prazeroso esse fazer acadêmico – que combina ação política, reflexão, escolhas e compromissos – pode ser.

Neste momento em que devo apresentar as considerações finais de minha tese, acredito que seja válido dividir com os/as leitores/as uma experiência marcante no trajeto do doutorado. A situação ocorreu no meu retorno do trabalho de campo em *Grigny* e eu a conto assim:

Era uma sexta feira no início da tarde quando eu fui pegar o RER D em direção à *Grigny Centre*. Talvez por ter trabalhado em clínicas psiquiátricas e hospícios parece que reconheço quando o clima está tenso; naquele dia o vagão em que eu estava realmente parecia uma panela de pressão, as pessoas falavam alto, trocavam de lugar, alguns jovens ficaram me encarando, eu desviava o olhar, mas fiquei preocupado. Quando cheguei em *Grigny* fiquei aliviado, perguntei a Amar e a alguns jovens do grupo se tinha acontecido alguma coisa. Me responderam que não, eu não insisti porque achei que iria parecer paranoia. Pelas nove da noite Amar me deixa na estação de Ris-Orangis, eu era a única pessoa, fiquei uma meia-hora esperando o trem chegar, peguei o primeiro trem que passou e desci na estação de Juvicy, lá troquei de trem, entrei no trem e pensei “bom, agora chego em casa tranquilo”. Que nada, quando chegamos na estação Saint-Michel, já no centro de Paris, o meu vagão se esvazia, só ficam nele eu e um menino que acho que era chinês, ouvindo seu iPhone, quando de repente entram dois garotos de mais ou menos vinte anos, olhando para os lados, um deles vem em minha direção e eu pensei “hum lá vem ele”, me levantei e quando ele chegou perto eu falei em alto e bom português “sai fora, vai te foder”. Ele, por alguns segundos, ficou me olhando e, em dúvida, me deu as costas e os dois foram em direção ao garoto que estava sentado bem na frente do vagão, completamente alienado. Eu rapidamente subi para a parte de cima do vagão, quando alguns segundos depois aparece o garoto ‘chinês’ sangrando no rosto e já chorando. Me pediu o celular, ligou para alguém, perguntei se estava bem, algumas estações depois eu desci e fui pra casa. Fiquei indignado, envergonhado com a minha escolha egoísta e, principalmente, pensando no meu objeto de estudo etc. Me lembrei que eu já tinha escapado de algumas tentativas de assalto e agressão, e que talvez estivessem guardadas em algum recôndito da memória. Fui três dias seguidos para a periferia, conversei com Amar e com os jovens tentando entender e expurgar a raiva que senti. Amar me disse que se eu tivesse falado com eles muito provavelmente eles não fariam nada. [Recordações de campo, Paris, 28 out. 2009].

Fiz questão de narrar essa experiência que me afetou para dizer o quanto para todos nós é complicado passar por situações como essa; queremos que se imponham limites, que jovens como aqueles com os quais cruzei no trem sejam reeducados ou aprisionados. Mas depois de alguns dias compreendi que se tratava de uma fome, fome de consumo, de visibilidade e de perspectivas. Perguntei-me, também, o que se produziria nesses dois jovens

se fossem capturados, presos ou internados. Eu teria algumas hipóteses, mas talvez o que interessa nesse momento seja entender o que consegui concluir com a feitura desta tese.

Assim, a tese partiu do argumento de que vivemos um período de mutações no papel do Estado e de um consequente aprofundamento das intervenções de segurança pública através de dispositivos preventivos e repressivos, no Brasil e na França. Abordei estas intervenções como sendo um conjunto de ações de Estado que resultam de uma alteração e intensificação dos modos como o Estado exerce o governo das condutas, ou seja, determinadas práticas políticas de governamentalidade que atingem as periferias urbanas e, de modo especial, os/as jovens que lá habitam. Em ambos os casos, minha intenção foi analisar os efeitos que os dispositivos de segurança instituem ao atuar na produção de formas específicas de governar os indivíduos, normalizando determinados modos de ser jovem. Para isso, explorei determinados aspectos das ações de Estado implementadas através de suas instituições, seus procedimentos, suas análises e reflexões, seus cálculos e táticas, os quais permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de saber-poder que tem por alvo essa população.

Para efetivar minha análise elegi dois lócus de pesquisa. O primeiro, um bairro de uma grande cidade da região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Brasil. O bairro Guajuviras foi escolhido em função das altas taxas de criminalidade que o habilitaram, também, para receber as ações do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (Pronasci), ali implementadas com o nome de Território de Paz. O segundo lócus de pesquisa foi a cidade de *Grigny Centre* na região sul de Paris, na França, que é considerada uma das cidades mais *explosivas* entre as periferias parisienses; ali, não analisei um programa específico, como no caso brasileiro, mas um conjunto de ações de prevenção e repressão à criminalidade dentro das chamadas *politiques de la ville*.

Os dispositivos de segurança presentes nos dois locais estudados combinam a oferta de atividades – principalmente de cunho cultural, profissional, esportivo e educacional, que têm como público-alvo jovens considerados em situação de vulnerabilidade e/ou risco social – e ações de segurança pública estrito senso, como a utilização maciça de dispositivos de abordagem e investigação, a disseminação de equipamentos tecnológicos de vigilância, a implantação de esquemas de policiamento comunitário e um aumento considerável do número de processos judiciais, encarceramentos e presídios.

Entendo que estão presentes nas ações de Estado investigadas um conjunto de elementos comuns: o primeiro elemento se constitui numa espécie de miscigenação política, em que esquerda e direita assumem uma mesma posição em relação a violência urbana.

Assim, independente das vinculações partidárias e de suas correspondentes posições ideológicas, o discurso de guerra ao crime tem se tornado, no mercado da democracia representativa, um dos principais capitais eleitorais. Desse modo, no Brasil, no governo Lula, ou na França, no governo Sarkozy, a bandeira é a mesma.

Um segundo elemento diz respeito às condições criadas em torno da chamada crise econômica e aos efeitos decorrentes de políticas de ajustes que levam à utilização de novas modalidades liberais que preconizam uma maior intervenção do Estado no controle da pobreza e dos pobres. Portanto, os dispositivos de segurança atuam vigorosamente em múltiplos vieses, tanto no sentido de inibir possíveis incivilidades e desvios, como no sentido de convocar/envolver, ao máximo, indivíduos das periferias urbanas pobres.

Um terceiro elemento remete ao conhecimento que fundamenta as atuais teorias criminais, abrangendo a tolerância zero, a ecologia criminal e os espaços urbanos seguros, que fundamentam a responsabilização dos sujeitos por suas escolhas e com as quais se deixa claro para os indivíduos os riscos de escolherem o caminho da delinquência. Essas teorias foram importadas dos Estados Unidos como modelo, por seu sucesso na área criminal.

Um quarto elemento se refere à participação da mídia na produção do aumento da sensação de insegurança, uma vez que ela veicula e produz incessantemente a necessidade de que tenhamos medo. Esse medo é produzido a partir de estatísticas e pela multiplicação de discursos catastróficos sobre o aumento da violência urbana e sobre casos espetacularmente graves do cotidiano. São produzidos e circulam saberes que transformam as palavras de *experts* em apelos para o endurecimento das penas e medidas de prevenção e combate à delinquência.

Por último, chama a atenção que os dispositivos de segurança em *Grigny* e no Guajuviras focalizam como seu público alvo mormente os homens jovens, enquanto que as mulheres são praticamente invisibilizadas. Tal escolha não é fortuita. Toda política social é construída por sujeitos mergulhados na cultura e, portanto, é produzida por sujeitos eivados de valores, crenças e saberes, que, dentre outras características, são generificados. Toda política social é generificada. Isso significa dizer que toda política social produz determinados efeitos de verdade que posicionam sujeitos como mulheres e homens, naturalizando certas condutas como sendo masculinas ou femininas. No caso dessa tese, pude evidenciar que algumas mulheres são chamadas a participar enquanto protagonistas de funções materna e/ou educativa (Mulheres da Paz), ou, ainda, na condução dos programas.

Ainda é preciso dizer que, na perspectiva das políticas estudadas, a posição esperada das mulheres jovens na sua inserção nas atividades culturais e esportivas, parece ser a de

reforçar mensagens de integração, convivência e paz, numa espécie de “boa-mocismo”, parafraseando Fraga (2000). O fato das mulheres jovens serem sub-representadas produz uma série de efeitos, alguns inclusive “positivados” no sentido de que são menos vigiadas, menos revistadas ou menos agredidas pelos aparatos policiais. Aliás, é preciso que se diga que as mulheres, em geral, obtiveram ao longo dos anos uma série de conquistas em termos de reconhecimento social. As mulheres têm assumido posições de destaque, frequentemente como protagonistas em praticamente todos os segmentos. Nesse sentido, e como consequência, elas também têm participado mais de ações consideradas delituosas, sem, no entanto, constituírem o foco central das políticas. Essas são dirigidas aos grupos juvenis masculinos, que, supostamente, precisariam ser mais bem governados, muito provavelmente em função do *ethos* guerreiro que está colado a essas masculinidades. Assim, as políticas implementadas e os dispositivos de segurança acabam por investir e mobilizar uma certa masculinidade hegemônica relacionada a atributos como agressividade, competição, provisão, proteção e honra, a serem, ao mesmo tempo, combatidos e estimulados para os homens jovens.

Na análise que realizei foi possível localizar os modos como os jovens de *Grigny* e do Guajuviras vêm sendo posicionados como responsáveis pelo aumento da sensação de insegurança. Foi possível, ainda, evidenciar como as políticas de prevenção e de combate à violência tornaram-se integrantes centrais da agenda política dos dois países com propostas de soluções dirigidas aos jovens homens, principalmente daqueles grupos considerados como estando em situação de risco e vulnerabilidade social.

Quando o Estado circunscreve determinado grupo de indivíduos como vulnerável, exposto ao risco do envolvimento com a violência e o crime, é de se supor que a intenção é de protegê-los, abrir-lhes alternativas, evitando a criminalização. No entanto, o que acaba ocorrendo – nos casos estudados – é a própria infâmia e a criminalização.

Luis Eduardo Soares, num exercício de autocrítica, suponho, diz o seguinte:

Quando digo que são vulneráveis os pobres e negros, sem auto-estima, abandonados pela família e rejeitados pela escola, sem abrigo afetoso na comunidade e sem oportunidade, estou enunciando uma tese empiricamente correta, do ponto de vista sociológico, e estou denunciando as responsabilidades que a sociedade tem na formação da ‘delinquência, da ‘transgressão’ do ‘crime’, estou abrindo espaços para a defesa e a proteção dos vulneráveis e para a reversão do quadro das tendências, das carências, do sofrimento etc. Mas, ao mesmo tempo estou municiando o policial na esquina, em seu comportamento racista, classista, estigmatizador. E mais: estou tratando os vulneráveis como problema ou ameaça potencial que representam, em vez de enfatizar e defender seus direitos de acolhimento, a uma vida saudável... (SOARES, 2004, p. 148).

Com relação às diferenças entre as ações de Estado no Brasil e na França é preciso dizer que no caso brasileiro – onde o Estado jamais efetivou uma política de bem-estar consistente, capaz de amenizar as desigualdades sociais presentes – a administração dos conflitos assume a forma mais explícita de uma presença policialesca e repressora. Mesmo as ações consideradas como de prevenção, não prescindem do aparato policial. Em relação ao Estado francês, há uma fragilização do Estado de bem-estar social e uma consequente retirada de direitos sociais. Em função dessa perda gradativa de direitos, e de um conjunto de posições discriminatórias em relação à juventude imigrante pobre, aumentaram as revoltas urbanas e, com elas, os contingentes policiais, bem como houve um endurecimento de todo o sistema penal e o consequente aumento da população encarcerada.

Ao analisar o Território de Paz do Guajuviras foi possível compreender que as ações de Estado, cada vez mais presentes nas periferias urbanas brasileiras, podem ser definidas como formas de governo contemporâneas, baseadas tanto no envolvimento de todos/as – delinquentes ou não, perigosos ou não – quanto na utilização de dispositivos eletrônicos, de projetos de urbanização e de policiamento ostensivo, de ações repressivas e de verificação de documentos, entre outros. Nesses dispositivos, lideranças comunitárias, educadores sociais, universidades, escolas públicas, igrejas, ONGs, famílias e mulheres-mães são chamados a participar em nome da produção de uma suposta paz social.

O Território de Paz pode ser considerado como um dispositivo que combina elementos altamente sofisticados – através dos equipamentos tecnológicos de que dispõe – e condições severamente precárias, quando oferece as atividades culturais e de esporte e lazer. A precarização é visível tanto do ponto de vista da ausência de relações de trabalho estáveis como dos equipamentos físicos e materiais que são oferecidos para a população jovem. Outro elemento precário diz respeito aos aspectos pedagógicos, que podem ser caracterizados como ocupação pura e simples do tempo de jovens.

Além disso, é um programa extremamente midiático, que lançou a administração municipal da cidade de Canoas como referência no combate à violência, tanto por conexões político-partidárias, e através de uma eficiente comunicação visual, como pelo pioneirismo na adoção de tecnologias de ponta. É nesse sentido que políticas sociais articuladas a políticas de segurança ativas passam a dominar as práticas governamentais e se alinham a um projeto ideológico calcado no atual estágio do capitalismo que celebra o mercado e a responsabilidade individual.

E é nessa direção que o Território de Paz se caracteriza como uma tecnologia de governo. Organiza atividades de modo a cumprir (ao menos tentar) o intento de regular

a diversidade da vida juvenil. Estrutura um modelo de participação política baseando-se na experiência participativa de outras políticas para dar conta das recomendações de adoção de práticas protagonistas de agências multilaterais. Distribui lugares para diferentes atores (poder público, movimentos sociais, redes de jovens, ONGs) na sua arquitetura institucional, de modo a alocar e equalizar as participações dentro de sua lógica de funcionamento.

De acordo com Pierre Muller (2006), a função das políticas públicas não é solucionar problemas, mas produzir sentidos. Pensando dessa forma, e acompanhando a proposição do autor, pude aprender que a força dos sentidos produzidos pelo Território de Paz está no seu conjunto: uma demarcação espacial e simbólica combinada com a amplitude das formas de governo (PELC, Protejo, presídios, Casa das Juventudes, videomonitoramento), o que me permite ousar dizer que ele pode, também, se configurar como uma prisão a céu aberto. E nesse sentido, frustrando as expectativas dos especialistas que acreditavam na racionalização e na humanização do sistema penal, por meio de um Estado tutelar, em que as instituições de controle do crime tornar-se-iam centros abertos de tratamento, testemunhamos o retorno de práticas criminais centradas na figura do Estado punitivo, caracterizado por práticas penais violentas e discriminatórias.

No que se refere às ações do Estado francês para *Grigny Centre*, essas se estabelecem a partir de um conjunto de medidas que busca nos últimos dez anos, criminalizar e culpabilizar a juventude pobre, árabe e negra por situações consideradas anteriormente como incivilidades. Essas incivilidades, contudo, podem ser interpretadas como reações diante da relação conflituosa que os serviços públicos mantêm com seus públicos: escola, transportes, polícia e ausência de trabalho. Tais situações refletem uma redução das políticas sociais preventivas ou, nas palavras de Robert Castel (2008), de discriminação positiva. Cabe dizer que esse processo de redução da ajuda social é acionado como uma resposta do Estado francês a revoltas urbanas que ocorrem naquele país de tempos em tempos.

Desse modo, os jovens dos subúrbios são representados pelas camadas médias francesas, por grande parte da mídia e pela *república* a partir de uma série de características essencialistas, decorrentes de determinados traços culturais que seriam a religião muçulmana, a poligamia, a preguiça e uma certa predisposição ao vandalismo e ao terrorismo. Assim, há um deslocamento das questões ligadas às desigualdades sociais em termos de empregabilidade, escolaridade e oportunidades – ou seja, uma diminuição da cidadania –, para uma acusação, por parte do Estado francês, de que os jovens habitantes dos *banlieues* negam-se a integrar-se na cultura e a assumir, com plenitude, a identidade francesa.

Com relação às elaborações dos/das jovens e de suas formações identitárias, foi possível trazer à tona uma força vital que pouco tem sido valorizada como potência de mudança: trata-se da capacidade dos/das jovens de elaborarem teorias sobre suas próprias condições e trajetórias. Tornou-se evidente, para mim, que os/as jovens reconhecem a disjunção entre o que seria importante nas suas vidas e o que as ações de Estado propõem ou oferecem.

Os jovens de *Grigny Centre* com os quais discutimos parecem ter mais clareza de que o grande inimigo é o próprio Estado e não seus vizinhos do bairro do lado, da cidade do norte, ou os árabes, ou os negros. Assim, o sentimento de solidariedade se constitui como elemento importante na luta contra um inimigo comum. Já para os jovens do Guajuviras, essa relação crítica com o Estado brasileiro é dividida com uma série de instituições e até mesmo com pessoas e grupos. Portanto, nesse último lócus os sentimentos de solidariedade e respeito se direcionam muito mais para as pessoas mais próximas, como aquelas da família e do grupo de amigos.

Então, como é possível pensar as palavras dos/das jovens do bairro Guajuviras e de *Grigny Centre*? Como é possível estabelecer uma ponte entre *nós* e *eles*?

Para Suzane, uma das participantes do grupo de discussão de *Grigny*, a única possibilidade para transformar essa distância entre *eles* e *nós* é restaurar a verdade do *nosso* lado da história. Para reconciliar *nós* e *eles* e impedir que a distância entre os dois domínios possa crescer ainda mais, ela acredita que a história dos/das jovens que vivem em subúrbios como o dela deve ser reconhecida. A maneira de pensar desses/as jovens é muitas vezes deixada de lado porque ela não reflete as normas gerais de raciocínio que são comuns no mundo d'*eles*. Suzane afirma que os/as jovens das periferias devem ter a chance de contar a própria história nas suas próprias palavras, de acordo com seu próprio raciocínio, e que essa história vale a pena ser ouvida. Nós perguntamos aos/às outros/as jovens o que eles/as achavam da ideia de Suzane. Todos/as concordaram que estão cansados/as dos clichês sobre os subúrbios que são inventados por outros e que são constantemente repetidos.

Espero sinceramente que as análises realizadas ao longo desta tese permitam dar um passo nesse sentido. Espero também ter feito justiça com as palavras de jovens de *Grigny Centre* e do Guajuviras e para os significados que eles dão para as experiências com que se deparam na vida. É importante ressaltar que há narrativas diferentes para serem ditas sobre os pensamentos e as vidas dos/as jovens nos subúrbios. Esta é apenas uma delas.

REFERÊNCIAS

Livros, Artigos, Teses e Dissertações

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (org.). **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia**: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo Editorial: Palmarinca, 1997.

ADORNO, Sérgio. O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira 1970-2002**. São Paulo: Ed. ANPOCS, 2002. p. 182-203, v. 4.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2002.

ALMEIDA, M.. A busca da excitação em Elias e Dunning: uma contribuição para o estudo do lazer, ócio e tempo livre. **Efdeportes**, Buenos Aires, v. 10, n. 80, p.2347, 2005

ANDRADE, Carlos. M. “Putrid Miasmata”: higienismo e engenharia sanitária no século XIX. **Cadernos de Arquitetura**, Bauru, v. 2, p. 37-52, 2000.

ANDRADE, Sandra dos Santos. **Juventudes e processos de escolarização**: uma abordagem cultural. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

APPADURAI, Arjun. **La modernidad desbordada**. Dimensiones culturales de la globalización. Buenos Aires: Fondo de Cultura económica, 2001.

ARENDT, Hanna. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal, São Paulo: Companhia das letras, 1999.

BACHMANN, Christian; LE GUENNEC, Nicole. **Violences urbaines**. Ascension et chute des classes moyennes à travers cinquante ans de politique de la ville. Paris: Albin Michel, 1996.

_____; _____. **Autopsie d’une émeute**. Histoire exemplaire du soulèvement d’un quartier. Paris, Albin Michel, 1991.

BALIBAR, Étienne. Uprisings in the banlieues. *Constellations*. Volume 14, number 1, 2007

_____. *Droit de cité. Culture et politique en démocratie*, Presses Universitaires de France, Collection Quadrige, 2002.

BARBOSA, Tais; BANDEIRA, Gustavo A.; MEYER, Dagmar. Conceitos de família operados em um programa de inclusão social no Brasil. In: JORNADAS NACIONALES DE

HISTORIA DE LAS MUJERES, 9., e CONGRESO IBEROAMERICANO DE ESTUDOS DE GÉNERO, 4., 2008, Rosário (Argentina). **Anais...** Rosário, 2008. p. 1-10, v. 1.

BARNEY, T. 2001 Celebrity, Spectacle, and the Conspiracy Culture of Election 2000. *American Behavioral Scientist*, 44 (12): p. 2331-2337.

BARREIRA, C. et al. **Ligado na galera**: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza. Brasília: Unesco, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. Lei global, ordens locais. In: BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BHABHA, Homi K. Of mimicry and man, the ambivalence of colonial discourse. In: BHABHA, Homi K. **The location of culture**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1994. p. 85-92.

BERTHELOT, J-M. (1983). Corps et société. *Cahiers internationaux de sociologie*, vol. LXXIV, 2, 119-131.

BERTHO, Alain. *Le temps des émeutes*, Paris: Editions Bayard, 2009.

BERTHO, Alain. Bienvenue au 21e siècle! In: BELAID, Chakri (org.) **Banlieue, lendemains de révolte**. Paris: La Dispute/Regards, 2006.

BODY-GENDROT, S.; & DUPREZ, D. Les politiques de sécurité et de prévention dans les années 1990 en FRANCE. *Déviance et Société*, Liège, v. 25, n. 4, p. 377-402, déc. 2001.

BODY-GENDROT, S. **Les villes face à l'insécurité**. Des guethos américains aux banlieues françaises. Paris: Bayard, 1998.

BOLTANSKI, L. (1971). Les usages sociaux du corps. *Les Annales ESC*, Vol. XXVI.1, 205-233.

BONELLI, Laurent. Anatomia da revolta: Dossiê França/ novas classes perigosas. **Le Monde Diplomatique**, dez. 2005.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112 – 121.

_____. Une classe objet. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 17-18, p. 2-5, mai. 1977.

BRANCO, Guilherme Castelo. As lutas pela autonomia em Michel Foucault. In: RAGO; ORLANDI e VEIGA-NETO (Orgs). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*, Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**. Sobre los límites materiales y discursivos del sexo. Buenos Aires: Paidós, 2002.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguales y desconectados**: mapas de la interculturalidade. Barcelona: Gedisa, 2004.

CASTEL, Robert. **A discriminação negativa**: cidadãos ou autóctones? Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo; WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2007. p. 17-50.

_____. Classes sociais, desigualdades sociais, exclusão social. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

CHRISTIE, Nills. **A indústria do controle do crime**: a caminho dos gulags em estilo ocidental. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

CLIFFORD, James; MARCUS, George. **Retóricas de la antropologia**. Barcelona: Júcar, 1991.

CLIFFORD, James. *Writing Culture: the Poetics and Politics of Ethnography*, edited with George Marcus, University of California Press, 1986.

CLIFFORD James (1983) **On Ethnographic Authority**, *Representations*, No. 2. Spring, pp. 118-146.

COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO, Maria Livia do. **Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?** Niterói: Universidade Federal Fluminense/Banco de Textos do PPG Psicologia, 2004.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo César Fraga; IULIANELLI, Jorge Atílio (org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 19-37.

CORROCHANO, Maria Carla. **O trabalho e sua ausência**: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COSTA, Marisa.V. A Educação na Cultura da Mídia e do Consumo. 1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Lamparina, 2009. v. 1. 220 p .

_____. Mídia, magistério e política cultural. In: COSTA, M.V. (Org): *Estudos culturais em educação*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000

DAMICO, José Geraldo Soares; MEYER, Dagmar E. Estermann. Constituição de masculinidades juvenis em contextos “difíceis”: vivências de jovens de periferia na França. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 34, p. 143-178, 2010.

_____. **Quantas calorias eu preciso [gastar] para emagrecer com saúde?** 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DAMO, Arlei . **Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França**. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. v. 1. 359 p.

DEBARBIEUX É., 1999, La violence en milieu scolaire. 2 – Le désordre des choses, Paris, Éditions Sociales Françaises.

DELEUZE, Gilles. **A lógica do sentido**. Tradução de Luis Salina: Perspectiva, São Paulo, 2006.

_____. **Crítica e clínica**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.

_____. A Literatura e a Vida. In: DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. São Paulo, Editora 34, 1997, p. 11.

_____. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1995.

_____. **Conversações**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993.

_____; GUATTARI, Felix. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. v. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

DIAS NETO, Theodomiro. **Em busca de um conceito de “nova prevenção”**. Disponível em: <<http://www2.mp.ma.gov.br/ampem/artigos/artigos2006/pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2010.

DONZELOT, Jacques. **Quand la ville se défait**. Quelle politique face à la crise des banlieues? Paris : Seuil, 2006.

_____. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUARTE, André. Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI. **Revista Cinética**, v. 1, p. 1-16, 2008.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. Ijuí: Ed: Unijuí, 2003, 76p.

_____. **La galère**. Jeunes en survie. Paris: Fayard, 1987.

_____; LAPEYRONIE, Didier. **Les quartiers de l'exil**. Paris: Seuil, 1992.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____.; DUNNING, Eric. **Memória e sociedade**: a busca da excitação. Lisboa: Difel, 1992.

_____. **O processo civilizador**. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FASSIN, Didier. Conflitos do outono de 2005 na França. **Tempo Social; Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 185-196, 2006.

FERRET, Jérôme e MOUHANNA Christian. Peurs sur les villes - Vers un populisme punitif à la française? PUF, 2005.

FIMYAR, Olema. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas em educação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, p. 35-56, 2009.

FISCHER, Beatriz D. Foucault e histórias de vida: aproximações e que tais. **História da Educação - ASPHE**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 5-20, abr. 1997.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 114, p. 197-223, 2001'.

_____. **Televisão e Educação**: fruir e pensar a TV. Belo Horizonte: Autêntica, 2001b.

_____. Mídia e produção de sentidos: a produção da adolescência em discurso. In: LUIZ HERON DA SILVA. (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis (RJ), Vozes: Vozes, 1998, v. , p. 424-439.

FONSECA, Claudia. De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. **Cadernos Pagu**, n. 29, p. 9-35, jul./dez. 2007.

_____. Antropologia e cidadania em múltiplos planos. **Humanas**, Porto Alegre, v. 26/27, n. 1/2, p. 17-45, 2004/2005.

_____. Os direitos das crianças – Dialogando com o ECA. In: FONSECA, Claudia et al. (org.) **Antropologia, diversidade e direitos humanos**. Diálogos interdisciplinares. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2004. p. 103-116.

_____. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

FONSECA, Márcio Alves da. O Domínio do politizável. **Revista Cult**, São Paulo, v. 8, p. 56 - 57, 05 nov. 2005.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e o direito**. São Paulo: Max Limonad, 2002.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b

_____. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **A governamentalidade**. In: *Microfísica do poder*. 15a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

- _____. Poder corpo. In: *Microfísica do poder*. 15a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- _____. **Verdade e poder**. In: *Microfísica do poder*. 15a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- _____. **O olho do poder**. In: *Microfísica do poder*. 15a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- _____. **Os intelectuais e o poder**. In: *Microfísica do poder*. 15a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- _____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. A ordem do discurso. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.
- _____. **“O sujeito e o poder”**. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231 – 249.
- _____. *Resumo dos cursos do Collège de France: (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- _____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. (1990). **Tecnologias del yo**. In M. Foucault, *Tecnologías del yo y otros textos afines* (pp. 45-94). Barcelona: Paidós.
- _____. **História da sexualidade: a vontade de saber**, vol 1, Rio de Janeiro, 1993.
- _____. **Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- _____. **Arqueologia do saber**. 3ªed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.
- FRAGA, Alex Branco. **Exercício da informação: governo dos corpos no mercado da vida ativa**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- _____. **Corpo, identidade e bom-mocismo: cotidiano de uma adolescência bem-comportada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- FREITAG, Bárbara. **Teorias da cidade**. Campinas: Papirus, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Recife: Record, 1998.
- GARLAND, David. **The culture of control: crime and social order in contemporary society**. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
- _____. The limits of the sovereign state: strategies of crime control in contemporary society. **The British Journal of Criminology**, v. 36, n. 4, p. 445-471, 1996.
- GASTALDO, Édison et al. **Espaços esportivos de lazer e sociabilidade cotidiana: um estudo etnográfico**. 2009. Relatório de pesquisa. Unisinos, Ulbra, 2009.
- GASTALDO, Édison. **Kickboxers: esportes de combate e identidade masculina**. 1995; Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

GEERTZ, Clifford. **El antropólogo como autor**. Barcelona: Paidós, 1997.

_____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GERZSON, Vera. A mídia como dispositivo da governamentalidade neoliberal- os discursos sobre educação nas revistas *Veja*, *Época* e *Istoé*. Tese de Doutorado. UFRGS, 2007.

GIBLIN, Béatrice. *Dictionaire des Banlieus*. Larousse, Paris, 2008.

GILES, Judy; MIDDLETON, Tim. **Studying culture: a practical introduction**. Oxford (Inglaterra): Blackwell Publishers, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos, ONGs e lutas sociais no Brasil nos anos 90. In: GOHN, Maria da Glória. **Os sem terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GOMES, Wilson. A política de imagem. **Fronteiras**, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 133-160, 1999.

GONÇALVES, Hebe Signorini. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. In: **Tempo Social; Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 207-219, 2005.

GONZÁLEZ, F. J.; FRAGA, A. B. Referencial Curricular de Educação Física. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Departamento Pedagógico (org.). **Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: linguagens, códigos e suas Tecnologias**. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, 2009. v. 2, p. 113-181.

GOTTSCHALK, Simon. Postmodern sensibilities and ethnographic possibilities. In: BANKS, Anna; BANKS, Stephen. **Fiction and social research**. Londres: Sage, 1998.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Liv Sovic (Org.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. **Representation: cultural representations and signifying practices**. Londres: Open University/Sage, 1997.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Império**, Rio de Janeiro: Record, 2006.

HECKTHEUER, Luis Felipe; SILVA, Méri Rosane, SILVA, Rose Méri. O esporte nos projetos sociais e a produção dos sujeitos vulneráveis. In: FRAGA, Alex; MAZO, Janice; STIGGER, Marco; GOELLNER, Silvana (Orgs). **Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos**. Porto Alegre: Gênese, 2009.

HOLLOWAY, Jonh. Mudar o mundo sem tomar o poder. São Paulo: Editora Viramundo. 2002.

KAHN, Tulio e ZANETIC, André. “O papel dos municípios na segurança pública”, in Coleção Segurança com Cidadania, Ano 1, Nº 1, Subsídios para Construção de um Novo Fazer Segurança Pública, 2009.

_____. Indicadores em prevenção municipal da criminalidade. In: SENTO-SÉ, J. T. (org.) **Prevenção da violência**. O papel das cidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

KLEIN, Carin. **Biopolíticas de inclusão social e produção de maternidades e paternidades para uma infância melhor**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

_____. Mulher e família no Programa Bolsa-Escola: maternidades veiculadas e instituídas pelos anúncios televisivos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 29, p. 339-364, dez. 2007.

_____. “...um cartão [que] mudou a nossa vida”? *Maternidades veiculadas e instituídas no Programa Nacional Bolsa Escola*. Porto Alegre/RS:UFRGS. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

KOKOREFF, Michel. **La force des quartiers**: de la délinquance à l’engagement politique. Paris: Payot, 2003.

KURZ, Robert. **A ditadura do tempo abstrato**. Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

JAIME JÚNIOR, Pedro; RUBEN, Guillermo; SERVA, Maurício. **Etnografia e estudos organizacionais**. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, Gramado, jun. 2002. Mimeografado.

JAMESON, Frederic. Sobre o “Estudos da Cultura”. **Novos Estudos** CEBRAP, São Paulo, n. 39, jul. 1994.

JOBERT, Bruno. Le Nécessaire Fractionnement de l’Action Politique et ses Limites. In: THERET, Bruno (éd.). **L’Etat, le Souverain, la Finance et le Social**. Paris: La Découverte, 1995.

JONES, Richard. Digital rule: punishment, control and technology. **Punishment and Society**, Londres, v. 2, n. 1, p. 5-22, jan. 2000.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Unesp, 2000.

LAGRANGE, Hugues. **La civilité à épreuve**. Crime et sentiment d’insécurité. Paris: PUF, 1995.

LARROSA, Jorge. **La experiencia de la lectura**: estudios sobre literatura y formación. Barcelona: Laertes, 1996.

_____. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 35-86.

LAZARUS, Sylvain. **Anthropologie du Nom**. Paris: Editions du Seuil, 1996.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. A política no império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____.; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LE GOAZIOU V., 2004, La violence, Paris, Le Cavalier bleu.

LE MOS, André (org.). **Cibercidade II**: a ciberurbe na sociedade de informação. Rio de Janeiro: e-Papers, 2005.

_____. (org.). **Cibercidade**: as cidades na cibercultura. Rio de Janeiro: e-Papers, 2004.

LENGLER, José F.; CAVEDON, Neusa. De ‘templo do consumo’ a representação mitológica: um olhar etnográfico desconstrutivo sobre os ritos do shopping center. In: EnANPAD, 25., 2001, Campinas, **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2001.

LEPOUTRE, D. (1997). Coeur de banlieue, codes, rites et langages. Paris, Odile Jacob.

LINS E SILVA, Evandro. De Beccaria a Filippo Grammatica. In: ARAUJO JUNIOR (org.). **Sistema penal para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

LONCLE, Patricia. **L’action publique malgré les jeunes**: les politiques de jeunesse en France de 1870 à 2000. Paris: L’Harmattan, 2003.

LOPES, Maura Corsini. Políticas de inclusão e governamentalidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, p. 153-170, 2009.

_____. Inclusão escolar: currículo, diferença e identidade. In: LOPES, Maura Corsini; DAL’IGNA, Maria Cláudia. **In/exclusão**: nas tramas da escola (org.). Canoas: Ed. ULBRA, 2007. p. 11-33.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (org.) **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 41-52.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes: 1999.

LUHMANN, Nicholas. **Risk**: a sociological theory. Berlin: De Gruyter, 1993.

LUPPE, Marcos Roberto et al. Análise da evolução das empresas supermercadistas brasileiras no período de 2002 a 2006. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 1, n. 3, p. 383-401, set./dez. 2008.

MACÉ, Eric Sociologie de la culture de masse: avatars du social et vertigo de la méthode. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, v. 112, p. 45-62, 2002.

_____. As formas da violência urbana: uma comparação entre França e Brasil. **Tempo Social; Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 177-188, mai. 1999.

_____. Service public et banlieues populaires: une coproduction de l'insécurité. Le cas du réseau bus de la RATP. **Sociologie du travail**, Paris, n. 4, p. 473-498, 1997.

_____. La télévision du pauvre. Sociologie du public participant. **Hermès**, Paris, n. 11-12, p. 159-175, 1992.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno CRH**, Salvador, v.21, n.53, p. 389-404, Maio/Ago. 2008

MACHADO, Eduardo; NORONHA, Ceci. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 188-221, jan./jun. 2002.

MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Trajetos e trajetórias: uma perspectiva da antropologia urbana. **Sexta-Feira**, São Paulo, n. 8, p. 30-43, 2005.

_____. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec; UNESP, 1998.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Um diário no sentido estrito do termo**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MANNHEIN, Hermann. **Criminologia comparada v. 2**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

MARCUS, George; FISCHER, Michael. **Anthropology as cultural critique**. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.

_____; CUSHMAN, Dick. Las etnografías como textos. In: REYNOSO, Carlos (org.). **El surgimiento de la antropología posmoderna**. Barcelona: Gedisa, 1991.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: ARIOVICH, Laura. **La juventud es más que una palabra**: ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Biblos, 1996. p. 13-30.

MARTUCCELLI, Danilo. Reflexões sobre a violência na condição moderna. **Tempo Social; Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 157-175, mai. 1999.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, tomo 1, v. 2. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

MATIAS, Maria. Resenha "Histoire du travail des femmes", de Françoise Battagliola, Paris: La Découverte, 2000. **Análise Social**, Lisboa, n. 163, v. 37, 2002.

MATOS, Maria Izilda Santos de; ALVES, Gisele. "A nova mulher" educando as futuras mães. São Paulo 1850-1900. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 15, n. 18, jan./jul. 2006.

MAURIN E., 2004, Le ghetto français. Enquête sur le séparatisme social, Paris, Seuil.

MELO, Marcelo de Paula. **Esporte e juventude pobre**: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré. Campinas: Autores Associados, 2005.

MERRIEN, François-Xavier. Du néolibéralisme à la nouvelle gouvernance libérale. In: GIRAUD, Olivier; WARIN, Philippe. **Politiques publiques et démocratie**. Paris: La Découverte/PACTE, 2008.

MEYER, Dagmar E. Corpo, violência e educação: uma abordagem de gênero. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/UNESCO, 2009, p. 213-233.

_____. et al. **A educação “da família” como estratégia governamental de inclusão social**: um estudo situado na interface dos estudos culturais, de gênero e de vulnerabilidade. Porto Alegre/RS: UFRGS/CNPq (Relatório de pesquisa). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2008.

_____.; SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos; OLIVEIRA, Dora Lúcia de; WILHEMS, Daniela Montano. “The shameless woman” and “the responsible cheater”: analyzing gender representations in Public Service announcements for HIV/AIDS prevention. **Revista Estudos Feministas**, vol. 1, nº2, Florianópolis, 2006, pp.1-27.

_____. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J.; GOELLNER, S. (org.) **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 9-27.

_____. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./mar., 2004, p. 13-18.

_____. et al. **Educação, saúde, gênero e mídia**: um estudo sobre HIV/AIDS – DSTs com agentes comunitários/as de saúde do Programa de Saúde da Família. Relatório Final, Porto Alegre, 2003.

_____. As mamãs como instituintes da maternidade: uma história do passado?. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 117-133, 2000.

MORICONI, Ítalo. **A provocação pós-moderna**. Razão histórica e política da teoria hoje. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

MONJARDET, Dominique. La police de proximité: ce qu’elle n’est pas. **Revue Française d’Administration Publique**, Paris, n. 91, p. 519-525, jui.-sept. 1999.

MUCHIELLI, Laurent. 2009. Les Bandes De Jeunes; Des “Blousons Noirs” À Nos Jours. Paris, LA DECOUVERTE.

MUCCHIELLI, Laurent. La police dans les “quartiers sensibles”: un profond malaise. In: MUCCHIELLI, Laurent; LE GOAZIOU, Véronique (éd.) **Quand les banlieues brûlent...** Retour sur les émeutes de novembre 2005. Paris: La Découverte, 2008.

MULLER, Pierre. **Les politiques publiques**. Paris: CEVIPOF, 1990.

NEVES, Roberto de Castro. Crises empresariais com a opinião pública: como evitá-las, como administrá-las. Mauad, 2002.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda (org.). **Culturas jovens: novos mapas dos afetos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 105-120.

NOVAES, Regina. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença? In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p.263-290.

NOVAES, Regina. Hip Hop: o que há de novo? In: BUARQUE, Cristina et al. **Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs**. GT Gênero - Plataforma Novib / SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2002.

O'DONNELL, Guillermo. Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 51, p. 37-61, 1998.

OFFE, Clauss. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para a sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVENNES, Dênis. La préférence française pour le chômage. In: BOURDELAIS, Parice. **État-providence**. Arguments pour une reforme. Paris: Le Débat-Gallimard, 1996.

PAIS, José Machado. Busca de si: expressividades e identidades juvenis. In: **Culturas Jovens: novos mapas dos afetos**. (Orgs.) Maria Isabel Mendes de Almeida, Fernanda Eugênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 2008.

_____. Máscaras, jovens e “escolas diabo”. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 7-21, jan./abr. 2008.

_____. **Sociologia da vida quotidiana: teorias, métodos e estudos de caso**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

PASSETI, Edson. Ensaio sobre um abolicionismo penal, in: Verve, São Paulo, vol 9, 2006.

PASSETI, Edson. Vivendo e revirando-se: heterotopias libertárias na sociedade de controle. In: Verve, São Paulo: Nu-Sol, Vol. 6, 2003.

PASSETI, Edson. Sociedade de controle e abolição da punição. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 3, 1999.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. Violence urbaine, démocratie et changement culturel. **Cultures et conflits**, Paris, n. 29-30, p. 395-468, 1998.

_____. Des collégiens et de la violence. In: CHARLOT, Bernard; EMIN, Jean-Claude (dir.). **Violences à l'école: état des savoirs**. Paris: Armand Colin, 1997.

PERCIÚNCULA, Júlio César. **“Eles vêm pra cá para se proteger...?”** O governamento das crianças do programa SASE do Vida Centro Humanístico em Porto Alegre/RS. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 485-505, ago. 2009.

PENNA, Rejane (coord.). **Canoas: para lembrar quem somos** – Guajuviras. Canoas: Gráfica Editora La Salle, 2000.

POPKEWITZ, Thomas S.; OLSSON Ulf; PETERSSON, Kenneth. Sociedade da aprendizagem, cosmopolitismo, saúde pública e prevenção à criminalidade. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 73-96, mai./ago. 2009.

POSTER, Mark. A segunda era dos medias. Oeira, 2005.

RABINOW, Paul; ROSE Nicholas. O conceito de biopoder hoje. **Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 24, p. 27-57, abr. 2006.

RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAMOS DO Ó, Jorge. O governo do aluno na modernidade. **Foucault pensa a educação**, 2007, p. 36-45. Especial: Biblioteca do Professor 3, *Educação*.

_____. Notas sobre Foucault e a Governamentalidade. In: Michel Foucault: Perspectivas. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 2005.

_____. Jorge. **O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)**. Lisboa: Educa, 2003.

REBUGHINI, Paola. **La discussion italienne sur la violence**. Note de recherche. Bordeaux: CADIS, 1997.

REGUILLO, Rossana. Las Culturas Juveniles: um campo de estúdios; breve agenda para la discusión. *Revista Brasileira de Educação*. V.23. Maio/jun/ago, 2003. p.103-118

RIBEIRO, Camilla; DIAS, Rafael; CARVALHO, Sandra. Discursos e práticas na construção de uma Política de segurança: o caso do Governo Sérgio Cabral Filho (2007-2008). In: JUSTIÇA GLOBAL (Org.). *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. p. 6-15.

RIPOLL, Daniela. Aprender sobre sua herança já é um começo (...). 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ROCHÉ, M. (2000), La théorie de la vitre cassée en France, Incivilités et désordres en public, *Revue Française de Science Politique*, 50-3 :387-412.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Liberdades reguladas**: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROSSI, Carlos A.; SILVEIRA, Teniza. Pesquisa sobre culturas nacionais: o inexorável futuro do marketing na globalização. In: EnANPAD, 23., 1999, Foz do Iguaçu, **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 1999.

ROSSONI, Eloá. Formação multiprofissional em serviço na atenção básica à saúde: processos educativos em tempos líquidos. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SALLA, Fernando Afonso. A retomada do encarceramento: as masmorras high tech e a atualidade do pensamento de Michel Foucault. **Cadernos da F. F. C.**, Marília, v. 9, n. 1, p. 35-58, 2001.

SAGOT-DUVAUROUX, Jean Louis. Le “nous” manquant. In: SAGOT-DUVAUROUX, Jean Louis. **Banlieue, lendemains et révolte**. Paris: La Dispute, 2006.

SAID, Edward. **L'Orientalisme**. L'Orient créé par l'Occident. Paris: Les éditions du Seuil, 1980.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **O prazer justificado**: história e lazer (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Marco Zero, 1994.

SAUVADET, Thomas. **Jeunes dangereux jeunes en danger**: comprendre les violences urbaines. Paris: Editions Dilecta, 2007.

SCAVONE Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Revista Interfaces*, Botucatu, SP, v.5, n.8, p.47-60, 2001. Disponível em: www.interface.org.br/revista8/ensaio3.pdf. Acesso em 12 set., 2010.

SCHWARTZ, Olivier. **Le Monde privé des ouvriers**. Hommes et femmes du Nord. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

SCOTT, Joan. *Fantasy Echo*: História e a construção da identidade. *Labrys*, estudos feministas. n. 1-2, jul/dez. 2002. Disponível em: www.unb.br/ih/his/gefem/labrys12/scott1.html> Acesso em: 06 jun. 2009.

SHORE, Cris; WRIGHT, Susan. **Anthropology of policy**: critical perspectives on governance and power. Londres: Routledge, 1997.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **O antropólogo e sua magia**. Trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche**. A poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz. **Favela: alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: Editora SENAC Rio, 2005.

SINNA, Frank. **Champ de la sécurité et prévention des illégalismes**. Pour une analyse sociologique des enjeux relatifs aux politiques locales de prévention et de sécurité. 2002. Thèse (Doctorat en Sociologie), Université de Nantes, Nantes. 2002

SOARES, Luis Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, Regina; VANUCCI, Paulo (org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. O futuro como passado e o passado como futuro: armadilhas do pensamento cínico e política da esperança. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda (org.). **Culturas jovens: novos mapas dos afetos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOUZA, Luis Antônio de. Obsessão securitária e a cultura do controle. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 20, p. 161-165, jun. 2002.

SPOSITO, Marília Pontes. Espaços públicos e tempos juvenis. In: SPOSITO, Marília Pontes (org.). **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007. p. 5-45.

_____; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social; Revista de Sociologia da USP**, v. 17, n. 2, p. 141-172, nov. 2005.

_____; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, dez. 2003.

_____. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação. In: SPOSITO, Marília Pontes (org.) **Juventude e escolarização (1980-1998)**. Brasília: MEC; Inep; Comped, 2002. p. 7-34.

_____. Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 37-52, 1997.

SPINK, Mary Jane. O poder das imagens na naturalização das desigualdades: os crimes no cotidiano da mídia jornalística. In: SPINK, Mary Jane; SPINK, Peter (org.). **Práticas cotidianas e a naturalização das desigualdades: uma semana nas notícias nos jornais**. São Paulo: Cortês, 2006.

TANGERINO, Davi de Paiva Costa. **Prevenção do crime por meio do Controle Social Informal: a experiência da Escola de Chicago**. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

THOMASSIM, Luis Eduardo Cunha. O público alvo nos bastidores da política: um estudo sobre o cotidiano de crianças e adolescentes que participam de projetos sociais esportivos. Tese de Doutorado (ESEF/UFRGS), 2010.

_____. Juventude, segurança e paz: “pra não dizer que não falei de esportes”. In: ASQUIDAMINI, Fabiane (org.) **Contratempos: juventude, segurança e paz**. São Leopoldo: CEBI (Centro de Estudos Bíblicos), 2009. p. 84-94.

_____. e STTIGER, Marco. **Super-oferta de projetos sociais esportivos: superando as imagens públicas idealizadas sobre essas ações**, 2009. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

TISSOT, Silvie. **Retour sur une émeute**. 2004. Disponível em: <http://www.lmsi.net/impression.php3?id_article=305>. Acesso em: 9 mai. 2010.

TOFFIN, Gérard. Le degré zéro de l'ethnologie. **L'homme**, Paris, v. 30, n. 113, 1990.

TORRES, Haroldo et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 97-128, jan./abr. 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo; SARAIVA, Karla Schuck. Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, p. 187-201, 2009.

_____. O currículo e seus três adversários: os funcionários da verdade, os técnicos do desejo, o fascismo. In: RAGO, Margareth Rago; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Para uma vida não fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. v. 1, p. 13-25.

_____. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____; LOPES, Maura Corsini. Inclusão e governamentalidade. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 947-963, 2007.

_____. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 13-38.

_____. Quando a inclusão pode ser uma forma de exclusão. In: Adriana M. Machado et al. (Org.). **Psicologia e direitos humanos: educação inclusiva direitos humanos na escola**. 1 ed. São Paulo, 2005, v. , p. 55-70.

_____. Quando a inclusão pode ser uma forma de exclusão. In: MACHADO, Adriana Marcondes et al. (org.). **Psicologia e direitos humanos: educação inclusiva direitos humanos na escola**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 55-70.

_____. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: COSTA, Marisa Vorraber. **Estudos Culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p.37-69.

_____. A didática e as experiências de sala de aula: uma visão pós-estruturalista. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n.2, p. 161-175, jul./dez., 1996.

VENTURA, Zuenir. **A cidade partida**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

VIRIATO, Eudaguiomar Orquiza. Estado, política educacional e o terceiro setor. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO, 1., 2004, Maringá, **Anais...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2004.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes et al. (org.). **Educação não-formal**. Campinas: Unicamp; Centro de Memória, 2001.

WACQUANT, Löic. **Urban outcasts: a comparative sociology of advanced marginality**. Cambridge, Polity Press, 2009.

_____. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. A Aberração Carcerária à Moda Francesa. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 2, 2004, pp. 215 a 232.

_____. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2001.

_____. **A segurança criminal como espetáculo para ocultar a insegurança social**. Entrevista à Fractal Revista de Psicologia. vol. 20, n. 1. Rio de Janeiro. jan./jun. 2008
WACQUANT, Löic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WERNECK, Christianne; STOPPA, Edmur Antonio; ISAYAMA, Hélder Ferreira. **Lazer e mercado**. Campinas: Papirus, 2001.

WIEVIORKA, Michel. 1999. *Violence en France*. Paris : Seuil.

_____. *Violences et insécurités: l'expérience française contemporaine*. In: OBADIA, Alain (org.). **Entreprendre une ville**. Paris: Éditions de l'Aube, 1997.

_____. O novo paradigma da violência. **Tempo Social; Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5-41, mai. 1997.

_____. **La France raciste**. Paris: Seuil, 1992.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Escuta, 1994.

_____; CONCEIÇÃO, Isabel S. Favelas sob o controle das “milícias” no Rio de Janeiro: que paz? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez. 2007.

_____. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, p. 9-24, 2009.

Documentos e Sites

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

_____. **Projeto de Lei n.º 1.937/2007**. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição, institui o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, dispõe sobre a segurança cidadã, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/499577.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

_____. **Penas alternativas, soluções para o sistema penitenciário**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Espaços urbanos seguros:** orientações gerais. Disponível em: <<http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:ZCjjgELlrmoJ:portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload>>. Acesso em: 7 set. 2010.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil.** Brasília: Partido dos Trabalhadores, 2002.

UNICEF. **Situação da adolescência brasileira:** fazer valer os seus direitos. Brasília: Unicef, 2002. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/support10782.htm>> Acesso em: 7 mai. 2010.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Segurança Pública**, 2000. Disponível em: <<http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:ZCjjgELlrmoJ:portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload>>. Acesso em: 12 set. 2010.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Segurança Pública**, 2003. Disponível em: <<http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:ZCjjgELlrmoJ:portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload>>. Acesso em: 21 set. 2010.

BRASIL, Informações sobre gastos diretos da administração federal, PORTAL DA TRANSPARÊNCIA Fonte: <http://www.portaldatransparencia.gov.br> Acesso em 28/11/2010.

Informações sobre homicídios no Brasil. Human Rights Watch <<http://www.hrw.org/en/world-report-2011/brasil-0>>. Acesso em: 25 dez. 2010.

Livros de Literatura

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **O alienista.** Rio de Janeiro: Editora Brasiliense.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMUS, Albert. **O homem revoltado.** Rio de Janeiro: Record, 1996.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a lucidez.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.

Músicas

GIL, Gilberto. **Refavela.** Faixa n. 1 do LP *Refavela*, lançado em 1977 pela gravadora WEA.

SABOTAGE. **Um bom lugar.** Faixa n. 3 do CD *Rap é compromisso!*, lançado em 2000 pela gravadora Cosa Nostra.

Elonquence & Apotre: *Ecoute la rue Mariane (Ouça a rua, Marianne)*, lançado em 2007 Zenith Records.

Filmes

A DAY Without a Mexican. Direção: Sergio Arau. Roteiro: Sergio Arau, Yareli Arizmendi e Sergio Guerrero. Intérpretes: Caroline Aaron, Melinda Allen, Yareli Arizmendi, Todd Babcock e outros. Estados Unidos: 2004. 1 DVD (91 min). Versão do título em português: Um dia sem mexicanos.

ENTRE les murs. Direção de: Laurent Cantet. Roteiro: Laurent Cantet, François Bégaudeau e Robin Campillo, baseados em livro de François Bégaudeau. Intérpretes: François Bégaudeau, Nassim Amrabet, Laura Baquela, Cherif Bounaïdja Rachedi e outros. França: 2007. 1 DVD (128 min). Versão do título em português: Entre os muros da escola.

LA HAINE. Direção de: Mathieu Kassovitz. Roteiro: Mathieu Kassovitz. Intérpretes: Vincent Cassel, Hubert Koundé, Said Taghmaoui, Abdel Ahmed Ghili, Solo, Joseph Momo e outros. França: 1995. 1 DVD (97 min). Versão do título em português: O ódio.

MINORITY Report. Direção de: Steven Spielberg. Roteiro: Scott Frank e Jon Cohen, baseados em obra de Philip K. Dick. Intérpretes: Tom Cruise, Max von Sydow, Steve Harris, Neal McDonough e outros. Estados Unidos: 2002. 1 DVD (146 min). Versão do título em português: Minority Report – A nova lei.

ANEXOS

Trois morts en six mois en Ile-de-France



VITRY-SUR-SEINE (VAL-DE-MARNE), LE 25 JANVIER. Une marche silencieuse avait été organisée en mémoire de Yanis, tué par balle au cours d'un affrontement. (LP/VERIER.)

D EPUIS le début de l'année et avant le meurtre de Saint-Ouen, trois jeunes ont été les victimes de rixes mortelles entre bandes, en région parisienne.

■ **YANIS, 20 ans, tué par balle à Villejuif (Val-de-Marne) le 19 janvier.** Ce soir-là, le jeune homme, qui n'a pas d'antécédent judiciaire, accompagne un ami. Ce dernier devait régler un différend à la cité Paul-Eluard de Villejuif après une bagarre qui a eu lieu quelque temps auparavant. Une fois sur place, entre dix et quinze jeunes s'affrontent en bas d'un immeuble de la cité. Christian, 33 ans, le beau-frère de l'un des jeunes qui participent à cette rixe, sort avec une arme et tire à plusieurs reprises. Yanis s'écroule, touché en plein cœur.

■ **MAMADOU, 17 ans, tué d'un coup de couteau sur le parvis de la gare de Lyon (Paris XII^e) le 15 avril.** C'est une simple moquerie qui est à l'origine du drame. Un petit groupe de six jeunes d'une vingtaine d'années erre dans les rues à 4 heures du matin après une soirée bien arrosée. Ils s'amusent à zigza-

guer sur un Vélib' quand l'un d'entre eux tombe juste devant un groupe d'une quarantaine de jeunes mineurs de Seine-Saint-Denis. Hilarité générale, moqueries et insultes fusent. Vexée, la victime de la chute attrape son Vélib' et le jette vers ceux qui viennent de se moquer de lui. Dans la foulée, une bagarre générale éclate. Alors que Mamadou tente de s'interposer, il reçoit un coup de couteau dans le cœur.

■ **MEDHI, 18 ans, tué par balle au Blanc-Mesnil (Seine-Saint-Denis) le 21 juin.** Medhi est mort à la veille de passer les épreuves du baccalauréat. Au mauvais endroit au mauvais moment, il semble avoir été la victime collatérale de la rivalité entre des jeunes de la cité des Tilleuls et ceux de la cité Germain-Dorel (dite cité 212), situées à un kilomètre de distance. Alors qu'une rixe éclate à la cité Dorel, plusieurs coups de feu sont tirés. Medhi reçoit une balle en pleine tête. Lui n'habitait ni l'une ni l'autre des cités. Il sortait de l'appartement de sa sœur où il était venu garder les enfants.

JOACHIM DAUPHIN

à 8, 18 et 19. EN FRANCE pages 16 et 17. SPORTS pages 20 à 25. SPORT HIPPIQUE pages 26 à 29. METEO page 36. LOTO page 13. JOURNAL DE L'ETE cahier central.

Grigny

Sports

Kick boxing

Double championnat du Monde et d'Europe

On n'arrête plus l'association Grigny Sport Prévention qui passe à la vitesse supérieure, en organisant de nombreux partenariats, pas moins qu'un championnat du Monde et d'Europe de kick boxing, le samedi 20 mai à 17h, aux Arènes de l'Agora d'Evry. Des intermédiaires sportifs et artistiques seront proposés au public durant la soirée dont la clôture sera assurée par un concert du groupe Intouchables.



Backey Poulendala champion d'Europe, au centre, en compagnie de Philippe Rio, adjoint au maire et Bouabacar N'Diaye de Grigny sport prévention.

monde pieds et poings, et Jean-Marc Mormeck, champion du monde de boxe anglaise.

Au programme :

Radhouane Hamouti disputera le match de championnat du monde, face au tenant du titre en moins de 70kg, Abraham Roquini. Backey Poulendala partira à la conquête du titre de champion d'Europe WAKO en 70 kg, face à Mhiri. Les supporters sont les bienvenus pour gonfler le moral de notre Grignois actuellement champion d'Europe en WFKB.

Aurélien Duarte assurera un combat de gala.

Patrice Quarteron disputera la finale du championnat de France de kick boxing en classe A.

Said El Omari disputera la demi finale du championnat d'Europe en moins de 53kg 500.

Jonathan Huet assurera un combat de gala en classe B. Fafa Khassani, plusieurs fois championne de France minime et cadette, qui compte parmi les espoirs féminins du club, se mesurera dans un combat de gala.

Ali Boussa disputera la finale du championnat de France juniors.

Loïc Okabe assurera un match de



gala. Nos amis de Vivacité offriront des exhibitions de grappling, parmi d'autres intervenants en arts martiaux, ainsi que des groupes de Rap et RnB.

* Cette manifestation est organisée en partenariat avec les Villes de Grigny et Viry Chatillon, la section USG kick boxing, l'AS Egly, les comités d'agglomérations Les Lacs de l'Essonne et Evry Centre Essonne, le Conseil général 91, la société de transport Tice, District Prod, Leclerc Grigny, le restaurant KFC et la Cie Air Sénégal international.

Judo USG

Pluie de médailles aux tournois de mars avril

La section judo de l'U.S.G. a obtenu de brillants résultats lors du tournoi du 26 mars 2006 à Villebon. Les judokas suivants se sont fait remarquer. Dans la catégorie poussins, ont décroché une médaille d'or Michel Chelloum et Yanniss Zitouni. La médaille d'argent était obtenue par Kevin Galoupa, Ken Meunier, et une médaille de bronze à Pierre Biret et Jean-Marc Bony. Dans la catégorie benjamin, médaille d'or pour Mehdi M'sallem et Salim Hammoutene. Dans la catégorie minime, médaille d'argent à Malika Lorient, médaille de bronze à Julie Comte, Steffy Jaume, Estelle Mendès, Siradj Chaharmane et Kevin Lopes.

A Brétigny

Le club terminait dans les 5 premiers du classement final. Le

Dans la catégorie poussins, médaille d'or pour Michel Chelloum, Kevin Galoupa, Jean-Marc Bony et Daril Tchekouteu. Médaille d'argent pour Youcef Bounou, Léo Cras, Ken Meunier, Yanniss Zitouni, Pierre Biret, Sandro Verrapen et Harroun Percot. En fin de 2ème trimestre, après l'étude du code moral (le courage, la sincérité, l'honneur, la modestie, le contrôle de soi, le respect, la politesse et l'amitié) les enfants se sont vus remettre un diplôme.

Les jeunes arbitres

Lors de la prochaine coupe du jeune arbitre de la Ligue de l'Essonne, Kevin Lopes et Abdelkrim Hammoutene de la section judo USG, représenteront le district Est. Le club compte déjà 5



Les plus jeunes et leur prof Fabrice Guillel.

week-end suivant, lors du tournoi de Brétigny sur Orge le 2 avril 2006, la section judo a remporté une coupe suite à la troisième place obtenue lors du classement du club sur une vingtaine de présents.

Les résultats : dans la catégorie des mini-pousins, médaille d'or pour Nora Bony, Sonia Binali, Sarah Majesté et Jérôme Michelet. Médaille d'argent à Marie-Inès Boukaka, Mohammed Bebgrib, Nehemy Chantalou, Tristan Vu, Alexandre Rémy Zephir. Médaille de bronze pour Léa Ahmed, Samira Binali, Nadine Percot, Léa Freutier, Wody Nègre, Samy Benhamlat, Léo Dubreuil et Sylvain Lopes.

arbitres de niveau départemental, régional et interrégional. La section judo fait découvrir les différentes facettes du judo : l'initiation, les animations, compétitions, arbitrage, commissaire sportif et la préparation à la ceinture noire. A la fin de l'année, la barre des 150 judokas sera atteinte. Les prochaines rencontres, 8 judokas représenteront le district Est lors de la phase finale de la Ligue et le 14 mai au tournoi de Nozay.

Les cours sont assurés par un professeur de judo diplômé d'état ceinture noire, 6^e dan.

Renseignement U.S.G. judo : 01.69.45.23.21.

Interligues de Rugby à XIII

Trois jeunes Grignois champions de France

Le 11 mars dernier à Saint-Estève (Pyrénées orientales), l'équipe d'Ile-de-France de rugby à XIII était sacrée championne nationale. Parmi les lauréats, Demba Toure, Youssef Nhari et Nordine Mounir, trois jeunes Grignois pleins de talent.

Nos rugbymen se sont imposés en finale par 20 à 18 face aux représentants du Languedoc-Roussillon. Il raflent ainsi le titre de champions de France Interligues de rugby à XIII. Battaient une équipe du sud en terre catalane, l'un des berceaux du



Youssef Nhari et Demba Toure, 2 des 3 champions de France.

rugby, accentue l'exploit des Franciliens.

Trois jeunes mousquetaires du ballon ovale grignois figuraient dans

le XIII victorieux. Il y a d'abord, Demba Toure, animateur au Service municipal de l'enfance, très apprécié par les jeunes de Grigny2. Ensuite, Youssef Nhari, ex animateur de Grigny, aujourd'hui chauffeur de taxi. Il y a enfin Nordine Mounir, qui joue en D1 à Corbeil et fait partie de l'association culturelle GrignyWood.

Trois Grignois, « que le sport et l'engagement auprès des jeunes des quartiers en ont fait des exemples pour nos ados », déclare avec enthousiasme Pierrot Lecomte, animateur socio-éducatif et président du club de rugby à XIII de l'Ubg. Nous partageons son entraînement. Complément d'information www.grignyrugby.net

Boxe française

Patrice Quarteron champion de France honneur



Les finales du championnat de France honneur en boxe française, se déroulaient à Biscarosse, pour le 10^e anniversaire du Boxing club Biscarosse Olympique, le samedi 18 mars 2006. Après une 1^{re} partie de soirée animée par un brouhaha alimenté par 750 personnes, c'est au tour du poids lourd Grignois Patrice Quarteron de monter sur

le ring pour combattre Frédéric Heini. Après une reprise, Heini se retrouve KO ; ce qui valut à Patrice d'être surnommé « Martiniquais Bulldozer » dans la presse régionale qui n'hésitait pas à parler du large sourire de notre Grignois, que nous connaissons bien lorsqu'il n'est pas froissé par quelque remarque discourtoise.

7^e open international de grappling 5 podiums pour Vivacité

Les lutteurs de l'association Vivacité se sont encore fait remarquer le 9 avril dernier, au tournoi international de grappling, Paris à 11. Ils ont obtenu 5 podiums : Yann Goavec (moins de 61kg) a pris une 1^{re} place ; Alexandre Phong (moins de 61kg) termine 3^e ; Chez les moins de 95kg, Etinof Grishka est 2^e et Nordine Fadila 3^e. Enfin, Mohamed Cherif est 3^e en catégorie plus de 95kg.



Judo club de Grigny

12 combattants, 12 podiums

Lors du tournoi de l'E.S. Massy, les 1^{er} et 2^e Avril 2006, le Judo Club de Grigny obtient de bons résultats et ce n'est pas un poisson d'avril ! Voyez vous même : La minime Jennifer Manuel est 4^e en moins de 52kg. En benjamines, Louison Laurianne (moins de 36 kg) est 2^e ; Joscia Colotot obtient la 1^{re} place en moins de 48 kg, et Maëva Creffion est 2^e en moins de 57kg. Chez les poussins (es) : Sara Bouazza (moins 22kg) est 2^e ; Mélissa Kose (moins de 23kg) est 3^e ; Laetitia Manuel est 2^e (moins de 25kg) ; William Olive (moins de 26kg) est 3^e, ainsi que Amira Chabbar en moins de 28kg. Shana Ory obtient la 1ère place en moins de 35 kg, Laura Aneur est 3^e en moins de 38kg et Emel Sirma Ketan est 2^e en moins de 40kg. Prochains événements : le championnat de l'Essonne ceintures de



Alan Geoffroy et Jennifer Manuel.

couleurs cadets/cadettes pour 3 judokas : Tracy Ory, Lucas Olive et Tanguy Bernal, au début mai. Renseignements : Judo Club de Grigny, Jean Luc Bernal 06 78 98 77 44.

Entraînements : préau de l'école primaire du Bélier le mardi et jeudi à partir de 18h.

PÈRES

l'impunité des mineurs est catastrophique. Si je suis élu président de la République, je proposerai qu'un mineur récidiviste de 16 et 18 ans soit puni comme un majeur.»

Par Nicolas Sarkozy lors de la campagne présidentielle

945

Connaissance du 2 février sur la délinquance des mineurs institue la prise de l'éducatif sur le massif. Elle a déjà été menée une cinquantaine de fois.

Objet de loi créant un nouveau code pénal des mineurs devrait voir le jour à l'été 2010. Il est l'inspiration du rapport de l'Institut de la Justice, Michèle Alliot-Marie, veut «renforcer la responsabilité et l'efficacité des peines» car la violence de 1945 «est devenue illisible à force de succès».

La réforme impose pas, traduit une volonté à l'égard des magistrats et travailleurs sociaux.

Par Rosenczweig et de l'ONG Défense des droits internationaux



Des mineurs plus dangereux ?

Pour Véronique Le Goaziou, sociologue, les statistiques reflètent surtout un durcissement judiciaire.

Recueilli par SONYA FAURE

«En 1945, dans la classe d'âge de 13 à 18 ans, un enfant sur 170 était confronté à un problème de délinquance.

Aujourd'hui, c'est un enfant sur 30», tonnaient la secrétaire d'Etat à la Famille Nadine Morano, hier (lire ci-contre). En septembre, Michèle Alliot-Marie martelait : «Plus violente, plus précoce, la délinquance des mineurs appelle une adaptation de la justice des mineurs.» Des chiffres qui justifient, pour le gouvernement, la préparation d'une réforme de la justice des mineurs (le projet de loi sera finalisé à l'été 2010). Des chiffres que la sociologue Véronique Le Goaziou tente justement de déconstruire dans la Violence des jeunes en question, coécrit avec Laurent Mucchielli (1).

La jeunesse serait-elle de plus en plus dangereuse comme le dit le gouvernement ?

La violence des jeunes est devenue un objet de prédilection dans les médias et le discours politique. A tel point qu'on a vu apparaître des formules consacrées comme «ultra ou hyperviolence», «violence gratuite»... Premier constat : les chiffres ne vérifient pas vraiment l'idée, répétée, selon laquelle les actes commis par les mineurs seraient plus nombreux et plus violents. Certes, selon les statistiques policières, le nombre de mineurs mis en cause est passé de 80 000 à 200 000 entre le milieu des années 70 et aujourd'hui. Mais, cette progression est comparable avec celle des majeurs : sur la même période, la part des mineurs dans l'ensemble des personnes mises en cause par la police est passée de 14 à 17,7%. L'augmentation de la délinquance des mineurs ne constitue donc pas un phénomène spécifique, un «danger» à part.

Mais elle augmente bien ?

L'augmentation d'un chiffre ne signifie pas forcément l'accroissement du phénomène. Les statistiques policières peuvent révéler l'apparition d'une violence endémique dans certains de nos territoires – due principalement aux échecs de l'évolution sociale pour les populations concernées – mais aussi l'attitude des victimes qui porteraient plainte plus facilement. Surtout, lorsqu'on observe la courbe de ces statistiques, on note un net tournant à la hausse à partir

du code pénal. Elle marque un durcissement judiciaire, élargit certaines infractions et en crée de nouvelles. Avant, les coups et blessures volontaires sans ITT (2) étaient des contraventions, aujourd'hui, ce sont des délits lorsqu'ils sont accompagnés d'une circonstance aggravante dont la liste est singulièrement rallongée. Des infractions sont créées, comme les «appels téléphoniques malveillants» ou les «agressions sonores», qui peuvent être punies d'un an de prison. Le vol est passible de trois ans, mais en cas de circonstances aggravantes (vol en réunion ou dans un établissement scolaire), il est passible de sept ans de détention. Et ces circonstances ne cessent d'augmenter. Mécaniquement, les statistiques des délits et de leur gravité augmentent.

La loi crée le délit ? Il n'y a pas de définition objective de la violence. Elle dépend des groupes sociaux, des époques... Un seul outil peut la définir, c'est le code pénal. Et le code pénal, c'est comment une communauté, à un moment donné, définit ce qu'elle considère comme insupportable. A partir des années 90, les pouvoirs publics ont entamé un processus de judiciarisation de la violence juvénile. Des comportements violents de faible gravité, qui ne faisaient pas l'objet de procès-verbaux, font aujourd'hui l'objet de procédures. Quitte à ce que beaucoup finissent par de simples rappels à la loi de la part d'un juge, qui ont explosé.

Quels sont les délits et crimes qui augmentent ? Dans les années 60 et 70, les délits des mineurs étaient en majorité des vols. Ils sont en nette diminution : de 75% au milieu des années 70, ils sont passés à moins de 40% aujourd'hui. Les coups et blessures volontaires augmentent – mais ce sont surtout ceux de «faible» gravité (moins de huit jours d'ITT). Ce qui explose et fait gonfler les chiffres, ce sont surtout la détention et l'usage de stupéfiants et les violences d'ordre public : dégradations, outrages aux forces de l'ordre, aux agents des services publics, aux professeurs... Nous avons épluché 557 dossiers judiciaires de mineurs passés par le tribunal de grande instance de Versailles. On trouve beau-



vement bénins, et vieux comme le monde.

Les délits sexuels, qui choquent beaucoup l'opinion, augmentent-ils, eux aussi ? C'est vrai. Mais là encore, derrière un même mot, on trouve des réalités très différentes. Parmi les 557 dossiers du TGI de Versailles que nous avons étudiés, 8% concernent des violences sexuelles : exhibition, attouchements. Et dans 11 dossiers, des viols. Mais quoi de commun entre une mère qui rentre chez elle et trouve son fils de 13 ans en train de se faire prodiguer une fellation par un ami de 15 ans et un frère qui plaque sa sœur au sol, la viole pendant plusieurs années et la met enceinte ? Ou un détenu de Bois-d'Arcy qui se fait torturer et violer par ses codétenus plusieurs nuits durant ? Dans les statistiques officielles, derrière le terme «viol», on range aussi bien ce que l'appelle des «embrouilles sexuelles», des actes beaucoup plus graves commis dans la sphère familiale, ou des agressions commises par de petits délinquants de quartier. Et dans de très rares cas, des viols collectifs, qu'on appelle tournantes. Au total, quand on creuse derrière les chiffres, on découvre une violence des jeunes très contrastée, contrairement à l'image appauvrie mais terrifiante donnée dans les médias.

Que pensez-vous du projet de code de justice pénale des mineurs ? Les pouvoirs publics ont tendance à dire qu'il faut combattre par tous les moyens un phénomène inédit. Mais il faut lutter contre l'amnésie : dans des ouvrages datant des années 70, on parlait déjà de «crise du système éducatif», de «bandes», etc. Ce n'est pas parce que ce n'est pas nouveau qu'il ne faut pas agir. Mais demandons-nous pourquoi cela nous fait si peur aujourd'hui. Pourquoi nous qualifions de «violents» des actes qui ne l'auraient jamais été il y a vingt ans. Notre seuil de tolérance a-t-il considérablement baissé ? Rêve-t-on d'une vie à emmerdement zéro ? Enfin, la violence des jeunes ne peut pas être qu'une question de jeunes, elle doit nous interroger aussi sur notre responsabilité en tant qu'adultes et sur le monde que nous offrons à ces jeunes. ♦

(1) Champ social éditions, 160 pp., 15 euros.
(2) Le nombre de jours d'incapacité totale de travail (ITT) mesure la gravité des

Le Monde
pour Directmatin PLUS

Solidarité. Qu'ils soient de droite ou de gauche, les élus des banlieues se mobilisent autour du plan de soutien de la secrétaire d'Etat à la politique de la ville, Fadela Amara. Mais ledit plan suscite la déception.

Les hoquets du plan banlieue



La secrétaire d'Etat Fadela Amara en visite à la cité des 400, à La Courneuve, en juillet dernier. © FANNY REA

Le chiffre 13 lui a porté chance ! Après des mois difficiles, la secrétaire d'Etat à la Ville, Fadela Amara, a remporté une victoire politique importante, vendredi dernier, à l'Assemblée nationale. Les députés ont en effet accepté d'affecter des moyens supplémentaires aux villes de banlieues les plus pauvres. Contre l'avis du gouvernement, mais avec le soutien affiché de Fadela Amara, les parlementaires ont suivi les propositions défendues par des élus de droite et de gauche, notamment Claude Dilain, maire (PS) de Clichy-sous-Bois (Seine-Saint-Denis), Pierre Cardo, député (UMP) des Yvelines et François Pupponi, député (PS) et maire de Sarcelles (Val-d'Oise).

Les conséquences financières de ce vote restent limitées : si le Sénat confirme cette décision, 70 millions d'euros supplémentaires de la dotation de solidarité urbaine (DSU) devront être

répartis entre les 250 communes les plus pauvres de France, souvent en grande difficulté financière, à cause de ressources fiscales faibles et d'un haut niveau de dépenses. Malgré la faiblesse de l'enjeu financier, ces élus de banlieue ont dû batailler ferme pour obtenir satisfaction.

«La mission que m'a donnée le président de la République est de donner plus à ceux qui ont moins»

Fadela Amara, secrétaire d'Etat à la Ville

«Tous les ans, on est obligés de se battre pour sauver les crédits de la politique de la ville. Rien n'est jamais acquis, tout est toujours remis en cause», souligne le maire de Clichy-sous-Bois, ville d'où sont parties les émeutes de 2005.

De façon symbolique, ce vote est toutefois perçu comme un signe positif. Car ces derniers mois, la politique de la ville conduite par Fadela Amara n'a cessé d'être critiquée. Début novembre, l'Institut Thomas More, une organisation non gouvernementale installée à Bruxelles, a donné une note peu reluisante au plan Espoir Banlieues : 6,5 sur 20, soit la plus mauvaise évaluation de l'ensemble des politiques

«Priorité nationale»

► «Espoir Banlieues marque un tournant dans la politique de la ville.»

Telle est l'appréciation portée par Fadela Amara sur le site internet qui est consacré à ce plan. La secrétaire d'Etat chargée de la politique de la Ville rappelle que Nicolas Sarkozy avait déclaré, le 8 février 2008, que «cette politique était une priorité nationale». Martelant cette expression, elle ajoute : «Les mots sont forts et marquent une véritable volonté de changement de la part du Président. L'attente est forte, sur le terrain. Nos ambitions également.»

de Nicolas Sarkozy. «Force est de constater qu'il ne se passe rien sur le plan Espoir Banlieues et l'insertion des jeunes», se désole le think tank (cercle de réflexion) européen en soulignant les retards accumulés depuis le lancement du plan en février 2008. Dans le détail, les évaluations de l'organisation non gouvernementale sont plus sévères encore : si ses experts valident la cohérence de l'action (14/20), ils fustigent sa mise en œuvre (3,5/20) et son efficacité (1,2/20).

Les critiques contre Fadela Amara sont également venues du Parti socialiste, très sévère contre les contrats autonomie, une des mesures phares du plan Espoir Banlieues. Le PS juge ce dispositif «inefficace et dispendieux». De fait, les résultats restent modestes. Au 1^{er} novembre, la secrétaire d'Etat affichait 1 700 sorties positives (CDI, CDD ou formation) sur les quelque 16 000 jeunes qui bénéficient des aides prévues dans ce programme. Des chiffres très en deçà des 45 000 jeunes visés.

La secrétaire d'Etat veut néanmoins rester combative. «La mission que m'a donnée le président de la République est de donner plus à ceux qui ont moins. J'irai jusqu'au bout de cette mission», souligne-t-elle, en confirmant la tenue d'un comité interministériel des villes (CIV) d'ici à la fin de cette année. ■

Luc Bronner

CET APRÈS-MIDI DANS

Le Monde

Le niveau de vie des classes moyennes est en baisse

10 HORAS SEXTA-FEIRA, 7 DE JANEIRO DE 2011



CINTIA VANZELLA

Computadores de central deveriam ter recebido local e horário em que os disparos foram feitos

SEM SOM Sensor ignora morte de homem com 10 tiros

Sistema americano opera há cinco meses no bairro Guajuviras, em Canoas

Cinco meses depois de entrar em operação, o sistema de detecção de tiros, instalado no bairro Guajuviras, em Canoas, apresentou a primeira falha.

O som dos disparos, captados por sensores, indica nos computadores de uma central integrada o local e o horário do tiro. Mas na noite de quarta-feira, o software americano não acusou o som dos cerca de 10 disparos que mataram Isaac de Maia Gonçalves, 29 anos.

Por volta das 23h, Isaac foi morto na Avenida 17 de abril, uma das principais vias do bairro. Segundo testemunhas, dois homens teriam passado de moto pelo local onde ele

3 vítimas já foram socorridas e salvas desde a implantação do sistema

estava, já atirando. Isaac acabou atingido nas costas e na cabeça e morreu ali mesmo.

Conforme a Brigada Militar, Isaac estava foragido do sistema prisional, depois de ter recebido direito de sair para as comemorações de fim de ano. Ele teria antecedentes por tráfico, homicídio e furto. Ainda não há suspeitos do crime.

Conforme o secretário adjunto de Segurança de Canoas, Eduardo Pa-

zinato, os técnicos americanos ainda não sabem o que fez o som não ser acusado pelo equipamento.

— Não podemos dizer que o sistema falhou. Temos que descobrir se no local existe uma sombra (área em que os microfones não pegam) que impede a captação do áudio ou se houve problema no equipamento — explica Eduardo.

Desde a implantação do sistema, duas pessoas já foram presas após disparos e outras três vítimas foram socorridas e salvas. Segundo a secretaria, desde setembro, houve uma diminuição de 8% dos disparos de arma de fogo em toda a cidade. Em contrapartida, foram registrado aumento de 8% nos casos envolvendo arma branca (facas, facões e outros).

FORGES-LES-BAINS

Les TGV font de plus en plus de bruit

PAGE IV

ATHLETISME

Leslie Djhone s'invite au Stade de France

PAGE X

CORBEIL

Un quartier sous le choc après la mort d'une fillette dans un incendie

PAGE II

SAMEDI 8 JUILLET 2006

www.leparisien.com

Essonne

matin

L'événement

Ils organisent la Coupe du monde des banlieues

GRIGNY

DEMAIN, toute la France n'aura d'yeux que pour Zidane et les Bleus. Mais, aujourd'hui, à Bobigny (Seine-Saint-Denis), tous les regards se tourneront vers la gymnase Henri-Wallon. C'est dans cette enceinte que des jeunes de Grigny organiseront la seconde manche de la Coupe du monde des

banlieues. Un tournoi de football en salle, réservé aux 11-16 ans et... mixte ! Une première en France.

« On souhaite qu'un maximum de jeunes issus de toutes les banlieues d'Ile-de-France se rencontrent, par le biais du football, s'enthousiasme Marnadou, animateur et membre de l'association Grigny Jeunes Espoir, instigatrice du projet. L'objectif, c'est de faire participer également les filles, le tout dans un fair-play total. On veut en finir avec les logiques de terri-

toire. La mixité est encore possible à cet âge, c'est un aspect à exploiter. » Réserve, mais motivé, Paul-Georges, 14 ans, se félicite aussi de cette présence féminine dans les équipes : « C'est marrant de voir des filles jouer et s'investir autant. En plus, elles prendront des photos et elles mettront de l'ambiance. Tant mieux ! » Même satisfaction chez Karina et Soumaya, 18 ans toutes deux membres de l'association : « Au niveau de l'organisation on va distribuer des maillots, des boissons, des sandwichs,

etc », assurent-elles. D'ici à l'automne, après huit tournois organisés partout en Ile-de-France, les équipes gagnantes représenteront leur département dans une ultime compétition, sorte de « phase finale ». Pour les vainqueurs, un précieux sésame : « Une entrée pour assister à l'un des matchs de l'équipe de France comptant pour les éliminatoires du Championnat d'Europe 2008. Pourquoi pas la rencontre France - Italie ! », confie Hervé, l'un des initiateurs de cette opération.

Le défenseur de l'OM Ronald Zubar comme parrain

Pour mener à bien cet événement fédérateur, l'association Grigny Jeunes Espoir a bénéficié du soutien de plusieurs parrains. Parmi les plus importants, l'Agence pour l'éducation par le sport, basée à Paris et financée par des sociétés comme Gaz de France, SNCF ou en-

